



**Revista do Instituto do Ceará**  
(HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO)

**COMISSÃO DA REVISTA**

**Presidente**

José Augusto Bezerra

**Eleitos**

Pedro Alberto de Oliveira Silva

Francisco Fernando Saraiva Câmara

Francisco Ésio de Sousa

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Maria Clélia Lustosa Costa

(Publicada anualmente desde 1887 – Ano da  
Fundação do Instituto do Ceará – sem interrupção)

**Tomo CXXIV – Ano CXXIV**

2010

*Dedimus profecto grande  
patientiae documentum*

Fortaleza – Ceará – Brasil

Revista do Instituto do Ceará	Fortaleza	Vol. 124	356 p.	2010
----------------------------------	-----------	----------	--------	------

## Revista do Instituto do Ceará

Além dos 124 Tomos correspondentes aos cento e vinte e dois anos de existência do Instituto do Ceará, foram editados os Tomos Especiais seguintes:

- 1924 – TE – 1 (Centenário da Confederação do Equador)
- 1929 – TE – 2 (Falecimento do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil)
- 1938 – TE – 3 (Falecimento do Barão de Studart)
- 1956 – TE – 4 (Centenário do Barão de Studart)
- 1972 – TE – 5 (Sesquicentenário da Independência do Brasil)
- 1977 – TE – 6 (90º aniversário do Instituto do Ceará)
- 1984 – TE – 7 (Centenário da Abolição da Escravatura no Ceará)
- 1987 – TE – 8 (Centenário do Instituto do Ceará)

Endereço:

Rua Barão do Rio Branco, 1594 - Centro

60025-061 – Fortaleza – Ceará – Brasil

Telefone: (85) 3231.6152 - Fax: (85) 3254.4116

<http://www.institutodoceara.org.br>

e-mail: [contato@institutodoceara.org.br](mailto:contato@institutodoceara.org.br)

---

PEDE-SE PERMUTA  
PÍDESE CANJE  
ON DÉMANDE LE CHANGE  
WE ASK FOR EXCHANGE  
MAN BITTET UM AUSTAUSCH  
SI RICHIEDE LO SCAMBO  
NI PETAS CANGON

---

**A matéria assinada é de responsabilidade do respectivo autor**

---

Revista do Instituto do Ceará

Fortaleza:

V. anual

Trimestral até 1928

1. Geografia, História, Antropologia – periódico

Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)

CDU: 91 + 93.572 (05)

ISSN 0100-3585

---

# **Instituto do Ceará**

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

## **Diretoria**

(4 mar. 2009 - 4 mar. 2011)

Presidente	JOSÉ AUGUSTO BEZERRA
Vice-Presidente	PEDRO SISNANDO LEITE
Secretário-Geral	VALDELICE CARNEIRO GIRÃO
1º. Secretário	PAULO AYRTON ARAÚJO
2º. Secretário	MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA
1º. Tesoureiro	FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA
2º. Tesoureiro	EDNILO GOMES DE SOAREZ
Diretor da Biblioteca e Arquivo	PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA
Diretor de Com. e Rel. Públicas	MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ)

## **Conselho Superior**

Tácito Théophilo Gaspar de Oliveira (ex-presidente)

Paulo Ayrton Araújo (ex-presidente)

Zélia Sá Viana Camurça

José Murilo de Carvalho Martins

Carlos Mauro Cabral Benevides

## **Comissões**

### **História**

Pedro Alberto de Oliveira Silva  
José Caminha Alencar Araripe  
Valdelice Carneiro Girão  
João Alfredo de Sousa Montenegro  
Gisafran Nazareno Mota Jucá

### **Geografia**

Oswaldo Evandro Carneiro Martins  
Caio Lóssio Botelho  
Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos  
José Cláudio de Oliveira  
Maria Clélia Lustosa Costa

### **Antropologia**

Zélia Sá Viana Camurça  
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes  
Dário Moreira de Castro Alves  
José Murilo de Carvalho Martins  
Rejane Maria V. Accioly de Carvalho

### **Revista**

Pedro Alberto de Oliveira Silva  
Francisco Fernando Saraiva Câmara  
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes  
Francisco Êsio de Souza  
Maria Clélia Lustosa Costa

### **Verificação de Merecimento**

Pedro Alberto de Oliveira Silva  
Eduardo de Castro Bezerra Neto  
Pedro Sisnando Leite  
José Liberal de Castro  
José Filomeno de Moraes Filho

### **Defesa do Patrimônio**

Fernando Luiz Ximenes Rocha  
Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)  
Francisco Edson Cavalcante Pinheiro  
Aroldo Mota Cavalcanti  
Luiz de Gonzaga Fonseca Mota



## **Instituto do Ceará**

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Fundado a 4 de março de 1887, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, onde tem sede e domicílio.

Sociedade civil, de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos, duração por tempo indeterminado. Reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n. 94.364, de 22 de maio de 1987, Lei Estadual n. 100, de 15 de maio de 1936, e Lei Municipal n. 5.784, de 13 de dezembro de 1983.

Tem por finalidade específica o estudo da História, da Geografia, Antropologia e das Ciências correlatas, especialmente do Ceará.

Para alcançar seus objetivos precípuos, realiza sessões ordinárias, especiais e solenes, e mantém:

- intercâmbio cultural com instituições científicas e literárias nacionais e estrangeiras;
- a *Revista do Instituto do Ceará*, em que se publicam colaborações de sócios, documentos históricos e outros trabalhos que a comissão de redação achar conveniente;
- um Museu Histórico e Antropológico de caráter regional;
- Biblioteca, Hemeroteca, Mapoteca e Arquivo;
- Auditório Pompeu Sobrinho, para solenidades.

## Ao Leitor

Com alegria e satisfação, entregamos aos que lêem esta revista, mais um número, o 124°. deste verdadeiro repositório de fatos da nossa história.

Novos temas foram interpretados em onze artigos produzidos por estudiosos de notório saber. A maioria dos colaboradores são membros do Instituto e alguns outros foram convidados para enriquecimento do conjunto. Além dos artigos, acrescentaram-se os registros das efemérides, palestras e discursos importantes, para a entidade ou para a história, mormente regional, do ano em curso.

Em sua essência, embora com assuntos novos originais, a revista mantém a tradição de trazer excelentes informações em um produto com adequado acabamento técnico, porquanto sabemos que muitos desses originais irão para prateleiras de importantes bibliotecas ao redor do mundo.

Para os que fazem a entidade, cada nova revista é uma nova vitória, este é o retorno espiritual que nos mantém empenhados na tarefa. Apenas terminamos um número e já começamos a trabalhar no próximo.

Agradecemos aos que nos ajudaram, direta ou indiretamente, para o bom termo deste trabalho e particularmente deixamos nosso preito de gratidão ao BNB, pelo apoio que nunca nos faltou, no sentido de elevarmos o conceito de cultura em nossa terra.

José Augusto Bezerra  
*Presidente*



# ***ARTIGOS***



# A Gentilândia e o bairro do Benfica (A Vila Gentil)

PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA\*

O presente artigo é um testemunho de quem nasceu e viveu a adolescência na Gentilândia, quando era *Vila Gentil*, em uma época que merece não ser esquecida. Há uma curiosidade muito natural das pessoas em conhecer o passado, pois o *tempo* está apagando tudo. Lembranças são acontecimentos e fatos que foram guardados em nossa memória. Infelizmente ficam irremediavelmente perdidas se não tiverem sido relembradas por escrito. Geralmente as recordações carregam emoções. Poderemos também dizer que *há emoções que traduzidas em palavras, perdem grande parte de seu encanto*.

Cada época e bairro de uma cidade têm uma história que lhe caracteriza e dá existência. O ambiente, as casas e, principalmente, as pessoas se inter-relacionando em uma teia socioeconômica característica. Aqueles que nela viveram são os únicos que sentiram o pulsar pleno de seu dia a dia.

É difícil descrever, objetivamente, o que foi a *Vila Gentil* conciliando os métodos narrativo, descritivo e interpretativo nos limites de um artigo, tal o número de informações que podem ser trabalhadas de forma coerente para o entendimento de quem está interessado. Lembramos que ela existiu há mais de setenta anos e seus contemporâneos remanescentes possuem mais de sessenta.

Existe um livro de autoria do pesquisador *Francisco de Andrade Barroso* intitulado *O Benfica de ontem e de hoje*, publicado em 2004, que possui muitas informações históricas de todo o Benfica, incluindo a Gentilândia, fruto de muitos anos de pesquisa documental e entrevistas

---

\* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

pessoais com antigos moradores do bairro, o que lhe trouxe alguns lapsos, tais como, ordenação cronológica e algumas informações erradas. Mesmo assim, talvez seja o único que retrata detalhadamente um bairro de nossa Capital.

Fortaleza em 1930 possuía uma população estimada de 117.000 habitantes, em 1940, 180.000, em 1950, 270.000, em 1960 já contava 515.000. O cotidiano de seus moradores possuía um estado de espírito todo especial, calmo, tranquilo e pacífico, muito diferente da realidade existente na Fortaleza de hoje com mais de dois milhões (2.000.000) de habitantes, embrutecida pelo seu tamanho, pela quantidade e variedade de sua população, oriunda dos mais variados locais do Ceará, convivendo um contexto socioeconômico caótico.

Reconstituir detalhes da história de um bairro, mesmo sendo de uma cidade relativamente pequena do meado do século XX como Fortaleza, em comparação a metrópole atual, não é tarefa fácil. No caso específico do Benfica e da Gentilândia, são poucos os testemunhos pessoais de seus contemporâneos, pois quase todos já morreram. A maioria das casas foi demolida ou descaracterizada e mudados alguns nomes de ruas tradicionais. Tudo concorreu para não ser preservada sua história. Com a extinção da *Vila Gentil*, consequência da liquidação do Imobiliário José Gentil S/A e do Banco Frota Gentil, a Gentilândia daquele tempo desapareceu, atualmente essa designação é apenas uma tradição.

Quando os registros eletrônicos e magnéticos não existiam, fotografar era atividade restrita a profissionais e para alguns amadores, e uma ocupação dispendiosa que exigia de seu usuário certo conhecimento específico. Não era fácil se conseguir uma boa fotografia: saber fotografar, o preço da máquina, do filme, e sua revelação. Quando o *filme queimava*, todo o trabalho estava destruído, era o mesmo que apagar um arquivo em um computador. O que foi fotografado ficava perdido para sempre. Uma máquina fotográfica existente na época da *Vila Gentil*, tirava 36 ou 24 fotografias. Atualmente, fotografamos com uma *câmera digital* centenas delas, apenas focando e clicando. Com um *celular* aprimorado podemos gravar o som e a imagem e divulgá-lo para todo mundo civilizado através da internet.

Com o advento e popularização da máquina de filmar, televisão e da informática, juntamente com o aprimoramento técnico da imprensa, o passado não fica mais totalmente perdido. Explicamos com outras palavras, a gravação do som, da imagem, e daquilo que foi registrado

por escrito, com sua divulgação pelos meios de comunicação, conservou o passado das últimas décadas nos arquivos informatizados e nos periódicos, ficando à disposição dos pesquisadores. A democratização da informação tornou-se essencial, até certo ponto, para o aprimoramento da sociedade. Dificilmente podemos esconder das pessoas esclarecidas o significado e a realidade dos acontecimentos e fatos históricos atuais.

O bairro do Benfica é um dos mais antigos e tradicionais de Fortaleza e surgiu em um trecho da então chamada Estrada de Arronches, depois avenida Visconde de Cauipe e, atualmente, avenida da Universidade; em um percurso pouco menor de dois quilômetros. Sobre *o Visconde de Cauipe (Severiano Ribeiro da Cunha)*, o Barão de Studart escreveu no seu *Dicionário biobibliográfico cearense*, em 1915, que foi “o maior filantropo que o Ceará produziu. Seu nome batiza um dos mais lindos e opulentos boulevards da cidade”. No começo do século passado era um lugar onde existiam muitas casas, chácaras e árvores, o que lhe dava excelentes condições de morada. (Fotos 1, 2 e 3).



Foto 1 - Início da avenida Visconde de Cauipe, próximo as “caixas d’água”.

Foto 2 - Avenida Visconde de Cauipe esquina com rua 13 de Maio, onde dobrava o bonde do Prado, em frente a mansão do Sr. José Gentil. No detalhe: homem sentado no jumento.





Foto 3 - Trecho da avenida Visconde de Cauipe pouco antes da Igreja dos Remédios, onde pode-se ver lâmpioes, vendedores ambulantes (boleiro, padeiro e outros). (Arquivo Nirez).

Mais exatamente, situava-se entre as ruas Antônio Pompeu (próximo a Faculdade de Direito da UFC e ao lado das Caixas d'Água) e a rua Padre Cícero, já no bairro de Jardim América. Para outros, seu limite seria a rua Adolpho Herbster, onde terminavam os trilhos do “bonde” da linha Benfica, e o calçamento de granito, em formato de paralelepípedos. Nesse local existia a “mercearia de primeira ordem” do senhor Rabelo. Atualmente localiza-se um “motel”. A partir dali, até Parangaba (antigamente Arronches), hoje um bairro, a estrada era de “concreto” com o nome de avenida João Pessoa. Pelo nascente, fazia limites com as ruas Senador Pompeu e avenida dos Expedicionários, e pelo poente, com as ruas Tristão Gonçalves e Carapinima. Essa localização já era estabelecida pela Prefeitura de Fortaleza. (Foto 4).

A Gentilândia, como parte dele, localizava-se entre a avenida da Universidade (antigamente avenida Visconde de Cauipe), ao norte, a rua Marechal Deodoro, ao sul; a rua 13 de Maio (depois avenida), ao nascente; e rua Adolfo Herbster, ao poente. Era formada em seu interior pelas ruas: Paulino Nogueira e Padre Francisco Pinto, ambas começando na avenida Visconde de Cauipe e terminando na Rua Marechal Deodoro, ao lado do Estádio Presidente Vargas. Paralela à Avenida Visconde de Cauipe existiam a rua São José do Tatuapé (atualmente João Gentil);



Foto 4 - Final da avenida Visconde de Cauape, fim da linha dos bondes do benfica e ponto dos ônibus do benfica. (Arquivo Nirez).

Rodolfo Teófilo (atualmente rua Waldery Uchoa) entre a avenida Treze de Maio e Adolfo Herbster, e as ruas internas: Nossa Senhora dos Remédios, entre a /avenida Treze de Maio e rua Padre Francisco Pinto; Nossa Senhora de Lourdes (atualmente rua Costa Sousa), Rua Santo Antônio, entre a avenida Treze do Maio e rua Paulino Nogueira; Travessa Sobral (atualmente rua Redenção) entre Padre Francisco Pinto e Adolfo Herbster; e as chamadas vilas sem saída, ditas *particulares*: Vila Santa Cecília, Vila Santa Rita, Vila Santa Luzia, todas começando na rua Paulino Nogueira, e finalmente a Vila Santana, começando na rua Padre Francisco Pinto; iniciando-se nesta, existia ainda, a rua Júlio César, indo até a rua Adolfo Herbster. Logo depois dessas ruas começava uma grande área coberta de capim onde se encontrava a Lagoa do Tauape, alimentada pelo riacho do mesmo nome procedente das bandas do bairro do Parangabaçu e outros menores que se formavam na época do inverno. As *Vilas Santa Rita* e *Santa Luzia* foram demolidas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e ocupados seus espaços pelo terreno da Reitoria e uma agência do Banco do Brasil. (Ver mapa).

A Vila Gentil (Gentilândia) foi um lugar bem definido e privilegiado do Benfica. Basta dizer que as únicas grandes praças desse bairro, ainda existentes, estão localizadas ali. Talvez tenha sido o mais arborizado de Fortaleza. Árvores cobriam grande parte de sua área, principalmente com mangueiras. Poucas, quase centenárias, ainda sobrevivem. Esse lugar tão especial para quem lá morou, existiu nas décadas de 1930, 1940, desaparecendo no decênio seguinte, quando suas casas começaram a ser vendidas pela Imobiliária José Gentil S/A, preferencialmente aos seus moradores, e para a Universidade Federal do Ceará. (foto 5).



Foto 5 - Mansão do coronel Gentil, atualmente Reitoria da Universidade Federal do Ceará. (Arquivo Nirez).

Seu fundador, José Gentil Alves de Carvalho, nasceu em Sobral, em 1866, e faleceu em Poços de Caldas, Minas Gerais, em 1941. Com a esposa D. Maria Amélia da Silva Frota (D. Melinha) teve quinze filhos: três homens, um dos quais, José da Frota Gentil era padre jesuíta, e doze mulheres; seis seguiram a vida religiosa e Francisca (D. Chiquita Gentil) ficou solteira. Os sete casados deram-lhe 69 netos. Seus descendentes tomaram *GENTIL* como sobrenome. Durante sua existência de 74 anos exerceu atividades como comerciante, empresário e banqueiro. O coronel Gentil foi um empresário empreendedor e em certos aspectos original. É

certo que construiu casas para alugar, porém não se esqueceu de fazê-las da melhor maneira para fruição de seus moradores. Todas possuíam água encanada, esgoto e outros serviços básicos de qualidade funcionando. Para isso havia uma administração central chefiada pelo senhor José Vitorino de Menezes, na rua Padre Francisco Pinto, que dispunha de uma equipe de operários especializados para realizar os serviços relacionados com a manutenção e serventia das casas. Tudo gratuito e rápido.

Na praça principal da Gentilândia existia um pilar de alvenaria, pouco mais de dois metros, com um formato especial (a parte superior era oval) com os dizeres: *PARQUE DA GENTILÂNDIA*, em letras maiores, e *PARA USO E GOZO DOS MORADORES*, pintado de branco sobre fundo vermelho de uma placa de ágata. Já naquele tempo, suas letras serviam de alvo para alguns “vândalos” atirarem com “baladeiras”. Vale recordar que aquele local era sombreado com mangueiras (Ver foto 13).

Aquele empresário era um cidadão com forte convicção católica. A maioria das ruas tinha nomes de santos, e sete dos seus quinze filhos seguiram a vida religiosa. Destacamos que a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios foi elevada a paróquia, em 1934, e concluída em 1936, sendo que em grande parte, foi obra da família Gentil que tinha lugares cativos nos primeiros bancos do templo. Os beneficiários daquele privilégio pagavam uma mensalidade.

Como já afirmamos a **Vila Gentil** era um pequeno bairro do **Benfica**, portanto inter-relacionado com ele. Eram pontos de referência: o Colégio Santa Cecília, só para moças, na esquina com a rua Treze de Maio (naquela época rua), a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios com a Casa das Missões, vizinha a ela, morada dos padres Lazaristas holandeses que davam assistência religiosa a paróquia, o *Dispensário dos Pobres* dirigido pelas Irmãs de Caridade ou filhas de São Vicente de Paulo, todos localizados na avenida Visconde de Cauipe; o **Prado**, também chamado bairro, antes hipódromo e campo de futebol, localizado na rua Marechal Deodoro. Gozando desse status porque era o fim da linha do bonde do Prado. A **Lagoa do Tauape**, apesar de não estar vizinho a Gentilândia, era considerada uma parte dela porque as ruas transversais terminavam no capinzal que se estendia até a avenida João Pessoa. Era um belo postal do bairro, ou mesmo de Fortaleza, principalmente porque era emoldurada por um lindo bambuzal que a franqueava pelo lado do Marechal Deodoro. Foi aterrada por volta de 1955, sendo atualmente a chamada avenida do Canal. Dizia-se que as “muriçocas” que infestavam o local provinham dela.



Foto 6 - Igreja Nossa Senhora dos Remédios na época da Vila Gentil.

A presença da Igreja dos Remédios (foto 6), foi uma das recordações queridas para nós e penso que para contemporâneos. A dedicação dos padres Lazaristas holandeses para com os paroquianos foi memorável. Atendiam aos fieis a qualquer hora do dia ou da noite que necessitassem de seus préstimos religiosos. As missas dominicais, dos dias santos e diárias, eram lembradas aos fieis pelo dobrar dos sinos, o *Ângelus* sempre nos levava a reflexão. O relógio, doado pelo coronel Gentil, batia os quartos, meia hora e as horas; ecoando para bem longe, estava sempre lembrando a Igreja. As aulas de *catecismo* ministradas por zelosas catequistas supervisionadas pelos padres era um reforço à fé católica. Havia, também, nos fundos da Igreja, o Salão São Vicente de Paulo onde ocor-

riam reuniões de vária natureza e a realização de aulas de alfabetização para adultos, geralmente ministradas por confrades da *Sociedade de São Vicente de Paulo*, os *vicentinos*, como eram chamados.

Foi marcante a participação histórica dela na vida social do bairro, como polo centralizador de pessoas das mais diferentes classes socioeconômicas, que tinham ali um lugar em comum. Por ser uma grande Vila, constituída por casas de aluguel com qualificações e preços diferentes, vivendo num mesmo ambiente, formou-se nela uma verdadeira comunidade, no sentido exato do termo. Habitaram ali: profissionais liberais, comerciantes, comerciários, bancários, militares, funcionários públicos. Muitos foram temporários, outros permaneceram até a extinção da Imobiliária José Gentil, quando puderam comprá-las a prestação.

Além das missas que agregavam os moradores, pondo em contato direto uns com os outros, havia as *novenas*, principalmente as do mês de maio, dedicadas a mãe de Jesus Cristo (Nossa Senhora), que atraíam grande número de fiéis do Benfica e de outros locais. Não era apenas o zelo religioso, era também o divertimento, principalmente para os jovens que iam ali para *flertar*, paquerar atualmente, somente que isso era um ato mais sentimental e casto. Os valores morais e éticos eram outros.

Inesquecíveis foram as *quermesses* e os *leilões* organizados para angariar dinheiro para a realização de obras beneficentes da paróquia. Os leilões eram uma vez ou outra realizados no pátio da Igreja, com doações de pessoas mais generosas. E pasmem, iam para leilão um frango ou peru assado, às vezes acompanhado com uma garrafa de vinho; um bolo confeitado, meia dúzia de garrafas de cerveja ou outros objetos de mais valor. Os arrematadores pagavam preços muitas vezes mais altos do que o valor real das prendas, a título de ajudar a renda do leilão ou para mostrar destaque financeiro. As *quermesses* duravam uma semana ou mais e tinham a mesma finalidade dos leilões. Algumas delas foram realizadas na rua Padre Francisco Pinto, ao lado da Casa das Missões, e o Dispensário dos Pobres, entre a avenidas Visconde de Cauipe e a rua Carapinima, fechada ao tráfego de veículos que por sinal era muito pequeno, por não ser passagem de ônibus.

Outro local, coberto de mangueiras, onde se realizaram *quermesses* foi um terreno grande que havia entre a casa do senhor Joahannes Maehlmann, alemão de nascimento, gerente das Casas Pernambucanas, localizada na esquina da rua Padre Francisco Pinto e aquele onde existiu a mansão do senhor João Gentil (foto 7) depois Escola Doméstica, Gi-

násio Americano e Ginásio Nossa Senhora das Graças. Aquele cidadão possuía dois filhos: o Joahannes (filho), conhecido também por Rany, e sua irmã Aída, considerada uma das moças mais bonitas da Gentilândia. O Rany afirmou que seu pai pagava Cr\$ 400,00 de aluguel.

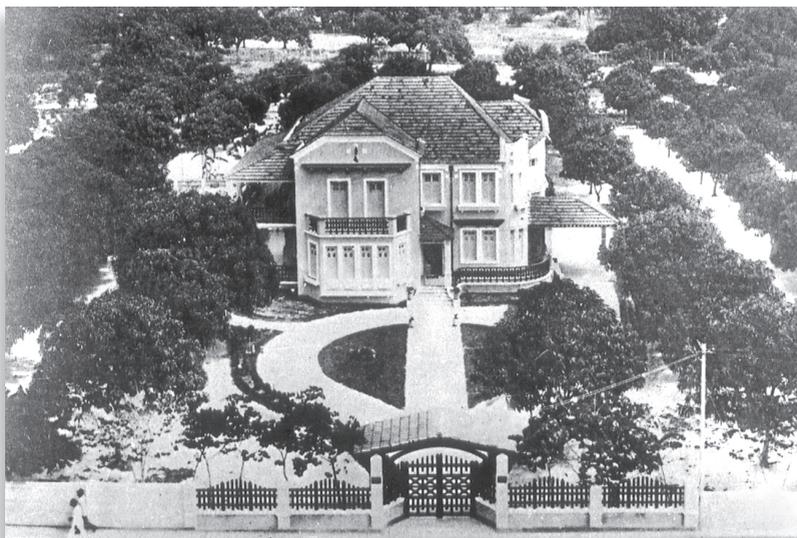


Foto 7 - Mansão do Senhor João Gentil, posteriormente: Escola Doméstica, Ginásio Americano e Ginásio Nossa Senhora das Graças. Foto tirada do alto da Igreja Nossa Senhora dos Remédios (Arquivo Nirez).

Atualmente todo aquele local está ocupado pelos blocos administrativos da Universidade Federal do Ceará. Alias, naquela época existiam apenas esses imóveis na avenida Visconde de Cauipe, confrontando com a Igreja dos Remédios e a Casa das Missões. No quarteirão que lhe seguia existia o terreno da mansão do coronel Gentil e mais duas casas de luxo que ele mandou construir para os filhos.

O tradicional bairro do Prado estava localizado onde se encontrava o citado hipódromo e campo de futebol, e arredores. Logo após a construção do Estádio Presidente Vargas, no começo da década de 1940, aquela área ficou dividida pela rua Paulino Nogueira; ficando uma parte ocupada por aquela praça de esportes, e a outra desocupada. Nela funcionou por pouco tempo, durante a Segunda Guerra Mundial, o Serviço Nacional de Trabalhadores para a Amazônia (SENTA) onde ficavam em rudes telheiros os chamados *soldados da borracha*, esperando embarque para

o Amazonas onde deveriam extrair borracha dos seringais como esforço de guerra. É um assunto pouco conhecido de nossa história. Aqueles operários ficaram ao findar a guerra completamente abandonados pelo poder público, entregues a própria sorte. (fotos 8 e 9).

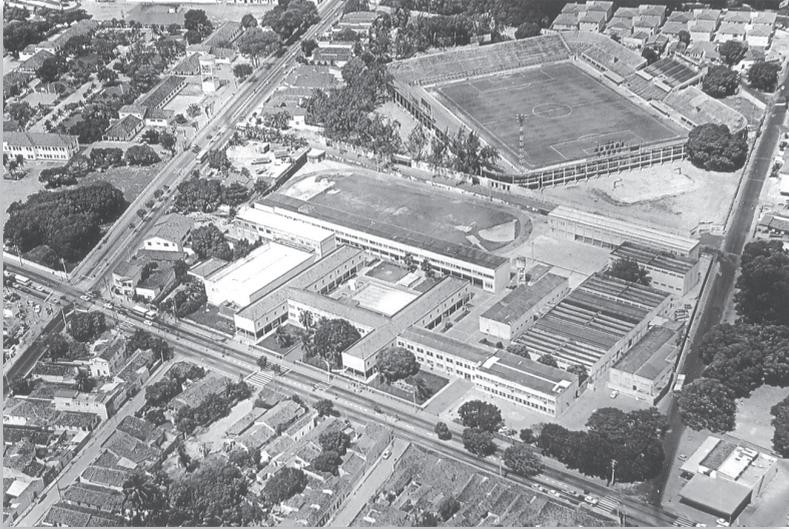


Foto 8 - Vista aérea, mais recente, onde se localizava o Hipódromo e campo do Prado. (Arquivo Nirez).

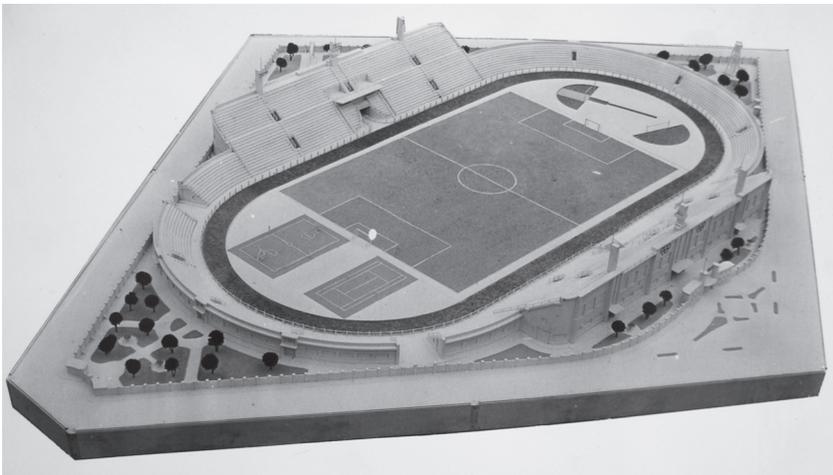


Foto 9 - Maquete do projeto de construção do estádio Presidente Vargas na gestão do Prefeito Raimundo Alencar Araripe. (1936 - 1945). (Arquivo do autor).



Foto 10 - Detalhe do estádio Presidente Vargas. Arquibancada de cimento armado, lugar especial, vendo-se ao alto à esquerda, cabine da imprensa. (Arquivo Nirez).

Nessa época, os bondes do *Prado* tinham seu final de linha na esquina da rua 13 de Maio com Marechal Deodoro. Em maio de 1947 o serviço de bondes elétricos foi desativado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. Quando foi prefeito, (1936-1945), Raimundo de Alencar Araripe possuía um passe para andar gratuitamente nos bondes. (foto 11).

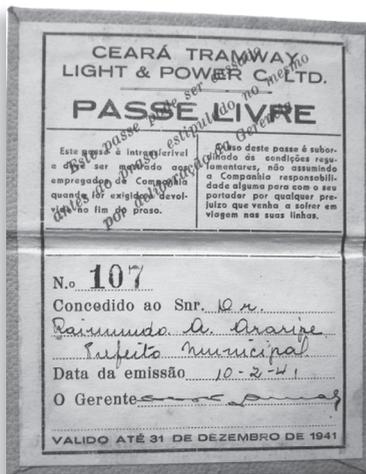


Foto 11 - "Passe Livre" para o prefeito municipal de Fortaleza usar os bondes da Light. (Arquivo do autor).

Após a extinção do SENTA, abarracavam temporariamente naquele lugar os *circos* que vinham a Fortaleza apresentar seus espetáculos. Lembramo-nos de dois deles o **Nerino** e o **Garcia**. O primeiro apresentava o trabalho de palhaços, demonstrava espetáculos de acrobacia e peças de teatro; dentre essas haviam duas de muito gosto dos espectadores: *Sempre no meu coração*. *A cabana do pai Tomás*. A participação do palhaço Piculino era muito apreciada. Um amigo nosso, residente na Travessa Sobral, foi apelidado com esse nome, o que muito lhe desagradava. O segundo, o Garcia, era muito maior e mais rico, pois apresentava além do

peculiar, muitos animais selvagens domesticados, tais como leões, elefantes, zebras e outros. Posteriormente foram construídos naquele local estabelecimentos educacionais profissionalizantes do governo federal, sendo o último o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). O *Prado* praticamente havia desaparecido.

Empresário empreendedor, como já foi dito, o coronel Gentil vislumbrou no mercado imobiliário (década de 1930) uma boa oportunidade de aplicar parte de sua fortuna. Fortaleza era uma cidade relativamente pequena, crescendo, porém pobre. O trabalho assalariado pequeno preponderava na maioria da população, constituída por funcionários públicos, comerciários, e outras atividades de pequena ou média renda. O poder aquisitivo de grande parte dela considerava a posse de uma casa própria como um desejo difícil de ser realizado. Não havia crédito fácil, apesar dos juros serem relativamente baixos. As pessoas consideradas ricas ou de posses possuíam suas residências e imobilizavam parte de seu capital em casas para alugar.

A Imobiliária José Gentil S/A surgiu nessa conjuntura. Na Vila Gentil a maioria das residências era padronizada variando de tamanho e acabamento conforme o preço do aluguel, apresentando os seguintes tipos: as conjugadas, as livres de um dos lados, e aquelas fora do padrão das demais. As primeiras foram construídas a partir de 1931, exatamente na avenida Visconde de Cauipe na primeira metade do primeiro quarteirão, situadas entre as ruas Adolfo Herbster e Padre Francisco Pinto. Eram conjugadas com um recuo de bom tamanho onde foram plantados *ficus-benjamim* para fazer sombra, pois eram do lado do sol. Eram simples e não tinham forros, mas possuíam o teto muito alto, dentro dos padrões de outras mais antigas localizadas na mesma avenida próximo ao Grupo Escolar Rodolfo Teófilo, onde atualmente funciona a Faculdade de Economia da UFC. Numa delas morou nosso amigo José Silvio de Oliveira Freitas, colega no Ginásio 7 de Setembro, com seu irmão Pedro, filhos do Sr. Altino de Freitas, proprietário de uma bomba de gasolina localizada na Praça Clovis Beviláqua, e na última, esquina com a rua Adolfo Herbster, residiu o advogado Lauro Vale. Na frente delas terminava a linha do bonde e ficava o ponto final dos ônibus do Benfica, pertencentes à empresa São José, passando depois para a empresa Severino. (foto 12). As demais não eram uniformes e ficavam em frente ao *Dispensário dos Pobres* e o convento das *Irmãs de Caridade*. O *Cine Benfica* ficava no meio desse quarteirão.

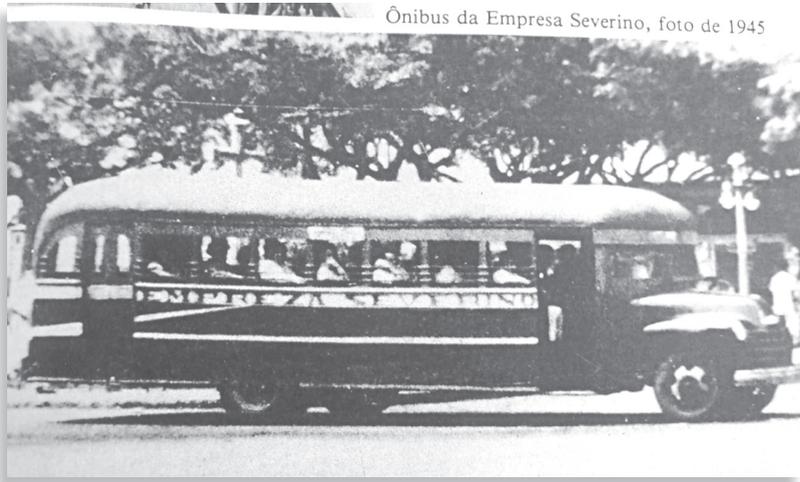


Foto 12 - Ônibus da Empresa Severino que servia à Gentilândia -1945 (Arquivo Nirez).

Descrever o localização das casas com os nomes dos moradores é uma tarefa muito difícil, ou quase impossível. Foram dezenas de famílias que por ali passaram em um quarto de século. Uns mudaram de local na mesma vila, outros demoraram pouco, sendo ocupadas durante certo tempo por vários inquilinos. Vamos tentar dar informações gerais sobre esse fato sem descaracterizar o todo. As omissões ficam justificadas.

Aquelas construídas na Travessa Sobral, localizadas no outro lado dessa quadra eram, também, casas simples, menores que as citadas. Entre os dois conjuntos existia um terreno estreito, arborizado, onde existiam longas fossas para serventia delas. Lembro-me que morava ali a família de um cidadão que trabalhava de vigia e complementava seu salário vendendo carvão para a vizinhança. Moramos em frente a esse terreno na rua Padre Francisco Pinto, nº. 382, esquina com a Vila Santana, que falaremos mais adiante. O sistema de esgotos da Gentilândia nunca deu problemas ao longo de décadas, e se distribuía em vários locais da vila.

Na citada Travessa existiam casas mais simples no lado do poente, confrontando com estas, no outro lado da rua, as casas estavam fora dos padrões destas; possuíam um pequeno recuo, eram um pouco maiores e mais bem acabadas. Lembro-me que moraram ali, no lado do poente, um colega da Escola Padre Anchieta, chamado José Barrocas; outro o “Quim”, devia se chamar Joaquim, seguiu a carreira militar, na Aero-náutica, seu irmão Luiz, foi Agente Fiscal do Imposto de Consumo, seu

pai era pequeno negociante no Mercado Central. No outro lado da rua o Sr. Aneuso Gurgel da Silva Rossas, sócio da Livraria Gurgel, e seus filhos Neuisa, Luciano, Hamilton, Neide, Rutênio e outras moças, que não me vem a lembrança; ele era irmão do Sr. Zenith Gurgel da Silva Rossas, casado com D. Betina, neta do coronel Gentil, que morava na Rua Nossa Senhora dos Remédios. O Fausto Pontes, irmão do Augusto Pontes, ex-Secretário da Cultura do Estado do Ceará. Muitos ali residiram de passagem; dentre outros o Sr. Marcelo Benevides.

Na rua 13 de Maio (depois avenida) correspondente a Vila Gentil existiam apenas três quarteirões pertencentes a Imobiliária. No primeiro, ocupando meia quadra, existia a mansão da família Gentil, no segundo quarteirão, apenas uma, localizada na esquina da rua Nossa Senhora dos Remédios, onde morava o subtenente Tobias, pai do Mauricio, que seguiu a carreira militar chegando a coronel do exército, e mais duas irmãs. O terreno que lhe seguia era todo murado, correspondendo a um quarto da respectiva quadra, não possuía construções, apenas muitas mangueiras onde foram guardadas capotas dos bondes desativados. Vem-me a memória uma frondosa mangueira de mangas *coité*, assim chamadas por serem muito grandes, existente naquele terreno, localizado na esquina da rua Rodolfo Teófilo. Alguns meninos da Gentilândia brincavam de pega-pega sobre elas. Esse lugar era vigiado por uma família humilde, recém-chegada do interior. Na quadra seguinte, existia um mangueiral, onde atualmente é o Parquinho da Gentilândia, ou Praça José Gentil, onde jogávamos futebol.

Naquela época o Antônio Gumercindo, famoso torcedor do time do Fortaleza, era um dos poucos “dono da bola” pois não era um objeto comum. A dele era grande e de borracha, aquelas de couro eram luxo. As “bolas de meia” eram as mais comuns para se jogar “gol a gol”. As duas casas seguintes, no outro quarteirão, foram demolidas com o alargamento da rua 13 de Maio e faziam parte da Vila Santo Antônio. Habitaram nelas, por algum tempo, o Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, meu confrade no Instituto do Ceará e professor da Universidade Estadual do Ceará, e o Renan Montenegro, atualmente conceituado médico endocrinologista, nosso contemporâneo no Ginásio Sete de Setembro. Seguiu-se o bar *Ponto Chic*, muito famoso naquela época, onde findava a linha do bonde do Prado.

O lado fronteiro a esse que descrevi não pertencia a *Vila Gentil*, mas era historicamente uma parte dela porque seus moradores se inter-

relacionavam. Na esquina da rua 13 de Maio com a avenida Visconde de Cauipe, encontrava-se a mansão do Sr. Francisco Queiroz, em estilo europeu, atualmente é o Centro de Cultura Germânica da UFC, em seguida vinha um sobrado onde residia o comerciante Francisco de Oliveira, casado com D. Maria Mendonça de Oliveira e filhos. A Marta de Oliveira Sampaio, sua filha, era casada com o Fernando Sales Sampaio (Fernandão), assim chamado pelos amigos devido sua estatura elevada. O Fernando teve morte prematura em um acidente, e quando solteiro, morava na rua Rodolfo Teófilo. No sobrado que lhe seguia morava o médico oftalmologista Honório Correia Pinto. Após um terreno grande, murado, encontrávamos a sobrado de residência de outro médico, o professor Joaquim Alencar, e logo após, encontrava-se uma sequência de casas conjugadas duas a duas que iam até a esquina da Rua Rodolfo Teófilo. Na primeira delas morou meu colega de Escola Padre Anchieta e amigo, Luís Carlos Riquet Nogueira Aragão com sua mãe D. Corina (viúva) e três irmãs. Duas delas foram morar nos Estados Unidos. Seguiam-se outras onde residiam diversos membros da família Albuquerque de Souza, dentre as quais me lembro a de D. Souzinha, mãe do *Deim*, irmã de D. Naninha, residente com suas filhas na Vila Santana, eram irmãs do desembargador Faustino de Albuquerque de Souza, ex-governador do Estado do Ceará; Wildson Monte Silva, contador, cunhado do Chico Periquito, assim chamado pelos amigos por falar muito; e D. Dodô, casada com o Sr Filipe, italiano. O Haroldo, filho deles, deu muito trabalho aos pais com diabruras, foi servir na Marinha. Seguia-se um terreno, depois ocupado pelas casas do advogado e professor do curso de jornalismo da UFC Luiz Queiroz Campos e aquela que pertenceu ao Artemilton Braga Arraes; antes moradores na Rua São José do Tauape, esse último residiu depois na rua Padre Francisco Pinto; seguindo-se residências já existentes, do Dr. Raimundo Araújo França, dentista, aquela do médico Dr. Pamplona, e mais outras.

A *rua Paulino Nogueira* (vide mapa) não possuía muitas casas, mas confluía para ela três vilas interiores, ditas particulares, denominadas *Vila Santa Rita*, *Vila Santa Cecília* e *Vila Santa Luzia*. No lado correspondente, onde atualmente encontram-se os blocos administrativos da UFC, existiam quatro frondosas mangueiras, junto ao meio fio, que eram usadas pelos namorados mais afoitos. Vizinho morava o Sr. Adolfo Gonçalves Siqueira, já idoso, casado com D. Amélia, foi ex-presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, ex-prefeito interino de Fortaleza e

presidente da Fênix Caixeiral por muitos anos; instituição essa considerada a de mais utilidade pública em Fortaleza. Essa casa fazia esquina com a entrada da Vila Santa Cecília. Na outra que lhe ficava fronteira, definindo a entrada dessa vila, morava o Dr. José Freire, agrônomo, que foi Inspetor Chefe da Defesa Sanitária Vegetal, no Ceará, casado com D. Consuelo Carvalho Freire, tinham oito filhos: José Geraldo, fiscal da Secretaria da Fazenda, Teodósio Mauro, comerciante, Maria Celina, funcionária pública, Maria Consuelo, professora do Parque das Crianças, casou-se com José Batista de Campos Paiva, funcionário dos correios, Maurício, funcionário da Defesa Animal, Maria Nilda (Anita) Freire Gomes, casou-se com o Gen. Valdir Gomes, Armado Máximo, comerciante, casado com Evangélica Barata Freire, Maria Helena Freire Arruda, casou-se com Eliano Arruda, advogado. Na casa vizinha, esquina com a rua Nossa Senhora dos Remédios, com frente para essa rua, morava o engenheiro da Prefeitura Nelson Machado, casado com D. Gabriela Fiúza Machado e seus filhos: Isnélio, Wanda, Nelson (Nelsinho), casou-se com a professora da UFC Maria Cecília Chaves, Helena, casou-se com o coronel do exército Ney Borba, e Diana.

O quarteirão seguinte não possuía casas, apenas os muros laterais de residências de esquina que tinham frente para as ruas Nossa Senhora dos Remédios e Rodolfo Teófilo, respectivamente. Logo em seguida existia uma quadra, muito arborizada com mangueiras. Em sua primeira metade, funcionava o Serviço de Piscicultura da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS) posteriormente chamadas DNOCS, depois de 1945. A segunda metade era ocupada pelo *PARQUE DA GENTILÂNDIA* (foto 13) já referido, um dos locais mais característicos da Gentilândia, com alamedas calçadas com piso de cerâmica vermelha, localizado entre as ruas Rodolfo Teófilo, Padre Francisco Pinto e São José do Tauape. Na área da Piscicultura anteriormente encontrava-se um prédio muito bonito, onde funcionou o *Gentilândia Club*, (foto 14), logo após a criação da Vila Gentil, havendo ali festas muito concorridas, reunindo pessoas vindas de outros locais. Afirmava-se que ali havia jogo de baralho; o clube deixou de funcionar quando foi ocupado como sede do serviço de piscicultura. Existiam, naquele local, muitos tanques de alvenaria cheios de água onde eram criados alevinos e peixes para estudos e distribuição para açudes. Existiam dois poços profundos, com respectivas caixas d'água, para uso da piscicultura e das casas que lhe ficavam adjacente na rua São José do Tauape, sendo uma delas localizada num pequeno local do lado de

fora. Todo dia vinha um servidor da Gentilândia ligar um motor para encher a caixa. Esta quadra encontra-se totalmente ocupada por casas de aspecto variado e um prédio pertencente à UFC, funcionando como residência universitária.



Foto 13 - Parque da Gentilândia, vendo-se ao fundo casas da rua São José do Tauape. Na foto (1961) estão da esquerda para a direita: Ruth, Ângela, Valéria, Maria de Lourdes, Simone. Maria de Lourdes ainda viva, lúcida, com 96 anos, morando na Vila Santo Antônio. (Arquivo do autor).



Foto 14 - *Gentilândia Club*, posteriormente sede da Piscicultura do IFOCS (Inspeção Federal de Obras Contra as Secas) e depois, DNOCS. (Arquivo Nirez).

No último, localizavam-se cinco casas. Na esquina com a São José do Tauape, residia o Sr José Gondim, pelo que me lembro, era viajante comercial, casado com D. Cristina Sales e seus filhos: Glice, casou-se com o professor Heródoto, Gelsa, casada com Joahannes Maehlmann (Rani), exportador, a Nelma, a Lúcia, casou-se com um sueco (?), e o Telmo. Posteriormente mudaram-se para a rua São José do Tauape no primeiro quarteirão. A casa que lhe seguia, fora dos padrões de outras da Vila, habitou o médico Hyder Correia Lima, casado com D. Sara, e seus filhos Iaci, Mário, médico destacado no Rio de Janeiro e a Emília Correia Lima (foi Miss Brasil), casou-se com um oficial da Aeronáutica. Depois foram morar na rua Carapinima, por trás da Igreja dos Remédios. Nesta mesma casa, morou um filho de um advogado chamado Renato, que me vem à memória, pois era o “dono da bola” de couro com a qual jogávamos futebol. Posteriormente o desembargador Zacarias Amaral Vieira, casado com D. Elza Amaral Vieira. Conhecemos dois de seus filhos: Francisco José Amaral Vieira, professor da UFC e o Roberto Amaral Vieira que foi Ministro da Ciência e Tecnologia, por algum tempo. A casa seguinte pertencia ao Dr. Roberto Bezerra de Menezes, casado com D. Eduarlinda. Vizinho encontrava-se três garagens que eram alugadas. Logo em seguida foi construído um sobrado por D. Amélia Gentil de Aguiar Figueiredo, neta do Sr. José Gentil, casada com o Sr. Alceu Figueiredo. Dona Amélia negociava com jóias de Juazeiro, e depois que se mudou da Gentilândia abriu uma joalheria na rua Barão do Rio Branco. Eram filhos do casal: o Edson, o Dirceu, Alceu Carlos, chamado por nós, carinhosamente, de Brocoió, e a Alcélia (Nena).

Finalmente encontramos no final desse quarteirão a casa do Sr. Renato Batista Carneiro casado com D. Maria Luiza Carneiro e tiveram onze filhos: João Batista, Eduardo, Osmar, Aldemar, José, Renato Filho, Maria Luiza, Maria de Lourdes, Mercedes, Iolanda e Fernando. Seu Renato era muito conhecido na Gentilândia, foi o primeiro motorista do coronel. Gentil e depois, como funcionário da Imobiliária, era o cobrador dos alugueis das casas. Era mais um serviço especial para os moradores que não precisavam se deslocar para o Banco. Sua casa era bem ampla, alta e antiga, com um quintal bem grande. Ficava na esquina, bem em frente ao portão de entrada de carros para o Estádio Presidente Vargas.

Nos quarteirões em frente a estes, na mesma rua, começando na avenida Visconde de Cauipe, havia o muro lateral da segunda casa daquela avenida construída por José Gentil para seus filhos. Nela morou

seu neto Nestor Gentil, depois o Sr. José Albuquerque Monteiro, “Seu Pepino”, como era conhecido, que posteriormente mudou-se para a Rua Marechal Deodoro. Entre essa casa, de luxo, e a que lhe seguia, na esquina com a *Vila Santa Rita*, morava D. Francisca da Frota Gentil (Dona Chiquita) a filha solteira do Coronel Gentil. Sua casa era ampla, em um terreno de profundidade, mas sem luxo. Era uma pessoa muito simples, caridosa, e ajudava muito a Igreja dos Remédios. Presenteava, também, os padres com petiscos. Na referida esquina da Vila Santa Rita o Sr. Amélio João Terceiro Fiório, caminhoneiro e depois funcionário da Prefeitura Municipal de Fortaleza, casado com D. Luzanira Cabral de Araújo Fiório, irmã do conhecido radialista e ex-prefeito de Fortaleza Paulo Cabral de Araújo. No outro lado residia o Sr. Raul Memória, telegrafista dos Correios e Telégrafos (DCT), casado com D. Ester Maravallho e três filhos: Raimundo, postalista do DCT, José Afrânio Memória, médico oftalmologista, nosso colega do Liceu do Ceará, e um seu irmão, bem mais novo. Vizinho morava o Sr. José Domingos; o José Domingos (filho), casou-se com a teatróloga Glice Sales, e sua irmã Mirsa casou-se com um membro da família Mesquita. Essa casa fazia esquina com a *Vila Santa Luzia*. Fronteiro a ela, esquina com a *rua Nossa Senhora dos Remédios*, morava o advogado Francisco Vale. Filho do citado Lauro Vale. No quarteirão seguinte havia as laterais de duas casas. Após elas estava o atual Parque da Gentilândia (Praça José Gentil); era uma quadra sombreada com muitas mangueiras, onde a meninada e adolescentes do bairro jogavam futebol. Na esquina do parque, com a rua São José do Tauape, morou um cidadão da família Teles Campos, por algum tempo, e depois o Dr. Agamenon Frota Leitão; vizinho a essa casa residiu o Sr. Virgílio Alves Barata, depois residente na Vila Santa Rita. Era avô da Evangelina Barata Freire, e do Virgílio Alves Barata Neto, nosso grande amigo de adolescência. Seguia-se o outro parque arborizado, atualmente conhecido como *Parque da Feira da Gentilândia*, mas seu nome oficial é Isaac Amaral conforme a Lei 1422/05/10/1959, publicada na gestão do Prefeito Manuel Cordeiro Neto. Secretário Raimundo Girão.

Das três vilas sem saída da rua Paulino Nogueira, *A Vila Santa Rita* era a mais larga e tinha uma mangueira frondosa no centro da rua. Possuía 10 casas conjugadas, cinco de cada lado, com um recuo de um metro, murado. O local não dava acesso a automóveis. Dos moradores daquela época conhecemos D. Briolândia Carapeba de Carvalho (Dona Sinhazinha) e seus filhos Nilo, Aurélio, Guiomar, Iracema e D. Maria Alfa

de Carvalho (D. Mocinha), vivente com 97 anos, casada com o Sr José Mario Machado, mãe do José Mário Machado e do Luciano Machado, moradora na rua Padre Francisco Pinto. Luiz Vieira, casado com D. Ze-neida Aguiar Vieira, pais de Maria do Socorro Aguiar Vieira, professora, Tereza Aguiar Vieira e José Haroldo Aguiar Vieira. Virgílio Alves Barata, casado com D. Olívia Rangel Barata. Meu amigo Virgílio Alves Barata Neto morava com eles. José Osório de Castro (Zé Careca), funcionário dos Correios e contador, morador na última casa do lado do sol com seus irmãos: José Humberto, representante comercial, Pedro, comerciante, Vicente, bancário, Lourdes e a *Nice*, conhecida pintora, casou-se com o pintor, muito conhecido no meio artístico de Fortaleza, *Estrigas*. A mãe deles, viúva, exímia boleira, fazia bolos que eram vendidos por dois vendedores ambulantes, figuras típicas daquela época. (Ver foto).

A pequena *Vila Santa Luzia* era constituída por cinco casas com as mesmas características daquelas da Vila Santa Rita. Moradores: “Seu” Carneiro, casado com D. Filó e seu filho Manuelito; o José Batista Campos Paiva, funcionário dos Correios e comerciante, casado com a professora Consuelo, uma das filhas do Dr. José Freire, já citado. O último que me vem a lembrança era meu amigo Renato Abreu de Sales, que morava com sua mãe, por algum tempo fotógrafo do *Foto Esdras* e depois representante comercial.

A *Vila Santa Cecília* era constituída por dez casas, porém não tinham a mesma aparência das duas citadas vilas, entretanto, possuíam em sua frente um espaço de uns dez metros, que podia ser aproveitado para os mais diversos fins. Dentre outros moradores que ali viveram, lembro-me do Sr. Maurício, casado com D. Bela e tinha um filho chamado Leopoldo, eram poloneses. O verdadeiro nome de Seu Maurício era Moisés; por ser judeu, quando chegou ao Brasil, no final de década de 1930, mudou de nome pensando que aqui havia prevenção contra israelitas. Foi meu primeiro contato com a Vila Santa Cecília, pois minha tia, Joana D’Arc de Alencar Benevides, casada com Pedro Jaime Benevides, então funcionário do IFOCS, era vizinha de D. Bela. Eles moraram, anteriormente, por pouco tempo, na rua São José do Tauape. Vizinho a eles D. Maria Frota, viúva, mãe do Sr. Atenor Frota Wanderley, que por sua vez era pai do Eurico, do Maurício, meu colega no Ginásio 7 de Setembro, e do Lavanery Wanderlei, casado com D. Maria de Lourdes, neta do coronel Gentil; é, atualmente, proprietário da casa de ferragens *Normatel*. Em seguida o Sr. Marino Bezerra de Albuquerque e D. Alice

Rangel de Albuquerque e os filhos: Nilo e Ary Jaime Albuquerque, que morou antes na rua Nossa Senhora dos Remédios. Atualmente é empresário proprietário da Indústria Brasileira de Artefatos Plásticos (IBAP), localizada no distrito industrial de Maracanaú. Residiu também ali o Sr. José Leitão, um dos gerentes da Aba Film, o mais credenciado estabelecimento de material fotográfico, e revelação de filmes de Fortaleza. O Sr. Zezito Pereira, funcionário graduado do Banco Frota Gentil e conhecido comerciante de uísque, artigo bem valorizado naquela época, pai do Alexandre. Outros moradores: D. Ruth Rangel Barata, vinda da Rua Nossa Senhora dos Remédios, e um senhor idoso de nacionalidade portuguesa “Seu Caneta” na primeira casa da vila, cujo nome esqueci, relacionado com a família do Sr. Raul Memória, da rua Paulino Nogueira.

Outra rua importante da Gentilândia era a *rua Padre Francisco Pinto*. Começando na avenida Visconde de Cauipe, na esquina, existia a *Farmácia Artur de Carvalho* (fundada pelo farmacêutico Joaquim Arthur de Carvalho) junto a qual residia o farmacêutico do mesmo nome e seus filhos José Artur de Carvalho, casado com D. Carmem Gurgel de Carvalho, que morava na rua São José do Tauape, e seu irmão Francisco Humberto de Carvalho (Betinho), ambos farmacêuticos. Lembro-me que eles manipulavam, nos fundos da residência, as famosas *Gotas Arthur de Carvalho* tradicional remédio para problemas digestivos. Na outra esquina, confrontando com a farmácia, o Sr. Johnnes Maehlmann, já referido, e depois dele o Sr. Heitor Fiúza, este morou antes na Rua Nossa Senhora dos Remédios, essa casa era fundos correspondente com aquela nº. 382 da rua Padre Francisco Pinto, esquina com a *Vila Santana*, onde o autor dessas linhas morou até a década de 1950. Nos fundos da casa da farmácia existia outra, simples, onde morava uma senhora muito idosa chamada D. Filina. Dizia-se que era protegida ou parenta do coronel Gentil. Pegado a casa dela havia um terreno estreito, já referido quando descrevemos casas da avenida Visconde de Cauipe, seguindo-se a ele, continuavam as outras casas desse primeiro quarteirão. Na primeira morava a D. Silvia e suas duas filhas, uma carinhosamente chamávamos Vivi e a outra Leonor, eram mãe e irmãs do General João Valdetaro Amorim Melo, Ministro da Viação e Obras Públicas do governo do general Dutra. Vizinho residia o Sr. Guilherme casado com a D. Rosamélia, funcionários dos Correios e Telégrafos, e seus filhos Alfredo César e Bete. Em seguida, esquina com a Travessa Sobral, o Sr. Lauro Parente Jucá, casado com D. Nilza e filhos, dois dos quais o Launil, meu ex-colega do

Liceu do Ceará, funcionário do Banco da Bahia, em Salvador, e o Luiz Carlos (o Pelado), funcionário do Banco do Brasil. Os pais de D. Nilza moravam na Travessa Sobral a um quarteirão dela. Também lá residiu uma filha do Sr. José Oswaldo de Araújo, nosso confrade no Instituto do Ceará, se não me falha a memória, chamada Mimosa, que tinha uma filha chamada Estrelinha, depois funcionária da UFC, e o Professor Torquato do Liceu do Ceará.

Em frente a esse quarteirão ficava a Vila Santana, constituída por cinco casas conjugadas que findava no terreno onde se localizava a mansão do Sr. João Gentil, já descrito. Em frente a elas havia um recuo, como o da Vila Santa Cecília, para uso dos moradores. A casa da esquina tinha frente para rua Padre Francisco Pinto (n.º 382), com três portas grandes e altas na frente, e duas janelas na citada vila; era forrado, assoalhado, três quartos, dois banheiros, onde morava o sargento Antônio Alberto da Silva (1.º tenente na reserva) casado com D. Rita de Alencar Oliveira e seus filhos: Pedro Alberto, Professor da UFC, casou-se com D. Ângela Maria Monteiro Gurgel; Simone, casou-se com Amato Pietro, comerciante italiano, Ruth, professora de letras e funcionária da Secretaria de Educação do Ceará, Daniel Alberto, funcionário administrativo da Teleceará, casou-se com Maria do Socorro Feitosa Lima, professora e funcionária da Secretaria da Educação do Ceará, Valéria, médica. Na primeira casa dessa vila, morava naquela época, da qual estamos nos reportando, o Sr. Cornélio Diógenes, recém casado, servia então no exército já no fim da guerra, irmão do médico pediatra Fernando Diógenes, casado com D. Leda Alcântara Diógenes, era estenógrafa, e seus filhos: Aníbal, Katia e Mônica; na segunda, D. Luizinha Timbó, viúva, e suas filhas, Livramento e Guiomar, esta casou-se com o Dr. José Bastos, agrônomo do DNOCS; na terceira, D. Naninha Albuquerque, irmã do desembargador Faustino Albuquerque, Governador do Estado, e suas filhas Maria Rita e Maria Lúcia; na quarta, que era um pouco recuada, o Sr. Geraldo, casado com D. Lirisse Mota, irmã do capitão Kerenski Tulio Mota que serviu na Escola Preparatória de Fortaleza e seus filhos; na quinta e última, residia, com outros membros da família, o Murilo, comerciante, excelente pintor, e sua irmã Nilde. Na outra esquina da Vila morava o Seu Lulu, era caminhoneiro, casado com D. Menininha e tinham dois filhos: o Luizinho e outro servindo na Marinha. Vizinho a eles existia um pequeno ponto comercial no qual eram vendidas frutas e depois foi um posto de vendas de leite; seguido pelo açougue do Napoleão e seus filhos. De cinco para

seis horas da manhã eles começavam a cortar a carne fazendo barulho para a vizinhança. Os quartos de bois chegavam do matadouro no começo da noite anterior. Pegado ao açougue havia um terreno de muro alto onde eram encontrados três cacimbões com a respectiva caixa que forneciam água para aquele setor da Gentilândia.

Em seguida, havia outro terreno que dava entrada para a *Vila Santa Cecília*, local onde moravam D. Alzira, lavadeira, e seus filhos. Um deles era o João, rapaz calmo e educado. Uma sua irmã era casada com o *Juju*, conhecido goleiro do Fortaleza, e secretário do Ginásio 7 de Setembro. As seis casas que lhe seguiam eram recuadas, soltas, e possuíam bom acabamento: forradas, assoalhadas, dois banheiros e eram cobertas de telhas de Marselha. Lembro-me que nelas moraram: o Sr. Moreira, pequeno comerciante de joias no Mercado Central, com a esposa e seus filhos Hebe, Ilo, Valdeglace e o Dedé que tinha a síndrome de Down mas gostava de assistir novelas no rádio; em outra, D. Idelzuite Pinto e seus filhos: Roberto e Tereza; em seguida, uma senhora idosa, holandesa, que criava pombos; nessa mesma casa morou D. Nenen Braga Araes, e seus filhos; depois o Sr José Domingos Sousa e esposa D. Nelda (filha de ingleses) pais do José Domingos, Thereza, professora, e Tუსnelda, casou-se com o José Mário Carvalho Machado, cujos pais moravam na mesma rua; Pedro Nobrega, gerente da sapataria Clark, casado com D. Anunciada, e seus filhos Nelson (Nelsinho), Nanci e Pedro. O Sr. Pedro Nóbrega posteriormente foi morar na Rua Nossa Senhora dos Remédios; foi proprietário da fábrica e lojas de móveis *Delta*. O Nelson (Nelsinho) e a Nanci protagonizaram uma bonita história de amor. Casaram-se muito jovens, quase adolescentes, com alguma restrição do pai; Nelson casou com a Noélia, também muito jovem, moradora na Rua Nossa Senhora dos Remédios; a Nancy casou com o Francisco (Chico) Borges, mais adulto, morador na rua Rodolfo Teófilo.

Logo depois, na esquina da rua Nossa Senhora dos Remédios, morava o Sr. Odar Viana, radioamador, representante comercial, casado com D. Júlia Gomes e seus filhos; Odália, Francisco (Chico), o “Gomezinho”, e outros mais novos. As “irmãs Viana”, filhas do Odar Viana, são proprietárias de conhecido “bufê” de Fortaleza. Fundos correspondente, separado por uma garagem, esquina com a rua Rodolfo Teófilo, o Sr. Sylos Montezuma de Carvalho, também radioamador, contador do Banco Frota Gentil, casado com D. Alice Gentil de Aguiar, neta do coronel Gentil e seus filhos: Newton, Norma e Sylos, conhecido médico

em Fortaleza. “Seu” Montezuma foi inesquecível para os moradores mais próximos, pelos filmes americanos que exibia na rua, em frente ao *Parque da Gentilândia*. O movimento de veículos era mínimo ali. É importante lembrar que, antes dele, habitou na mesma casa, um casal de alemães, muito reservado, o Sr. Holfmann e sua esposa D. Carlota. Eles sofreram vexames, logo quando o Brasil entrou na 2ª. Guerra e os alemães aqui residentes foram hostilizados por alguns exaltados.

Após o *Parque da Gentilândia*, pelo lado nascente, ficava a bodega do “Seu” Jóca, por sinal uma mercearia bem sortida. Junto a ela morava em uma casa pequenina, o Sr. Peixoto com uma filha chamada Lindalva, parece que era viúvo. Possuía uma referência muito destacada naquela época: não era católico, e era maçom. Vizinho a ele D. Suzana, viúva do tenente Roma, da Aeronáutica, falecido em um desastre de avião, e dois filhos. Era uma casa bem destacada das demais. Foi construída em terreno elevado, solta dos dois lados, e possuía um quintal muito longo. Em seguida morava a família do “Seu” Jóca (João Furtado) com seus filhos José Furtado, Carmecita (farmacêutica), Terezinha, Lúcia e Cleide. Morou também ali o Amarílio Furtado, meu colega da Faculdade Católica dos Maristas. No mesmo quarteirão o Sr. Odilon Lima Menezes e seus filhos: Fabiano, Odilon e Eraldo; o Sr. João Batista Evangelista, casado com D. Neuza Pessoa de Carvalho e filhos: Tita, Maria de Lourdes, e dois rapazes, um foi aviador e morreu muito moço. Finalmente, na casa esquina com a Rua Marechal Deodoro, residia o Padre Lauro França (Padre Rosa) com uma irmã solteira que cantava no coro da Igreja dos Remédios. Na outra esquina existia uma “casa de recursos” onde morava D. Lina, com o filho Messias.

Voltando a Travessa Sobral, na esquina com Padre Francisco Pinto, morava D. Nana, com os filhos Dario Soares, Agrônomo, Professor do Liceu do Ceará, e da Faculdade (escola) de Agronomia da UFC, Dayse, funcionária do DNOCS e professora, Doraci, funcionária pública, e o Olidon Soares, parente de D. Nãna, que morava com eles. O Professor Dario casou-se com D. Albaniza, filha do Sr. José Albuquerque Monteiro “Seu Pepino”, e veio morar vizinho a sua mãe. Antes dele residiu Dr. José Pinto Cavalcante, ex- diretor dos Correios e Telégrafos, onde fez funcionar uma Agência dos Correios e foi também residência do Sr. Edgard Sá que morou depois na rua 13 de Maio. Entre essa casa e a seguinte, existia um pequeno quatinho onde trabalhou o Gordinho, sapateiro, e depois o Pipiu, afamado jogador de futebol. Logo após localizava-se a Administração da Gentilândia, residência do Sr. José Vitorino de Mene-

zes e junto a ela o ponto de apoio dos serviços de conservação da Vila Gentil. Nas casas que lhe seguiam, lembro-me a do Sr. Pery da Rocha Moreira, funcionário da Prefeitura Municipal de Fortaleza, casado com D. Eugênia, pai do Péricles, foi para o Sul, do Babi, comerciante, da Eunice (Moreninha) e um irmão mais novo: o Periguari; também naquele quarteirão, morava o Sr. Vitor Barros e D. Maria José, funcionária do Banco Frota Gentil, pais do conhecido jornalista e amigo da Gentilândia, Tom Barros. Logo após residiu o Dr. Pinheiro (Dr. Magnésia), médico do DNOCS, e sua esposa: não tiveram filhos. Na esquina com a rua Rodolfo Teófilo residiram três netos de Rodolfo Teófilo; o de nome João (o coronel) dizia-se que se excedia com mulheres, segundo afirma o historiador Francisco Andrade Barroso.

Logo depois, em frente ao *Parque da Gentilândia*, existiam quatro casas, residiram nelas: na esquina, Seu Maneco pai do Isauro, que trabalhou muitos anos na Casa Parente; em outra, o Dr. Rui Simões de Menezes, chefe do Serviço de Piscicultura do IFOCS, logo depois que se casou; nas demais, membros da família do Sr. Valdísio Gurgel da Silva Rossas. Trabalhou com seu irmão, Obsmar, na tradicional Livraria Gurgel, de livros usados (sebo), e depois abriu outra, de sua propriedade vizinho a Prefeitura. Na esquina com a rua São José do Tauape, Valdísio morou, quando se casou com D. Diva Laranjeira, postalista dos Correios e depois advogada; nessa mesma casa, também, seu primo Plácido Gurgel Nogueira, Inspetor do Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT), quando se casou com uma filha do Sr. Públio Lopes Correia Pinto (alfaiate) e de sua esposa D. Mary Socorro Correia Pinto, em casa na rua seguinte, Nossa Senhora de Lourdes. Seu Públio era pessoa muito querida no bairro e pai do médico e professor Públio Lopes Filho, que faleceu muito moço.

Na esquina transversal havia a bodega do “Seu Pergentino”, casado com D. Mimososa, e o Bastor, seu filho. Essa bodega era inferior à mercearia do “Seu Jóca”, vendia cachaça e fazia “Jogo do Bicho”; logo depois estava o Bar do Luiz, ajudado por sua esposa, sempre bem frequentado pelos rapazes da redondeza. Logo após esse bar morava o Sr. José Eduardo Oliveira, casado com D. Maria José (Zefinha) Pessoa de Araújo e seus filhos: Tarcísio, professor, Júlia, Elvira, Helena e Maria de Fátima Pessoa de Oliveira, atualmente, Professora Doutora do Curso de Ciências da Informação da UFC. Em seguida, o Sr. João Alencar Melo, casado com D. Carmélia Eduardo de Oliveira, já na esquina com a rua

Júlio César. Do lado oposto o Sr Edgar Reis, casado com D. Noeme Alencar e os filhos: Marineide, Sergio, Elder e Elber, e mais adiante os irmãos Tobias Rotávio Feitosa, secretário da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), o Jeremias e uma irmã.

Na *rua Marechal Deodoro* as casas não pertenciam a Imobiliária Frota Gentil mas eram consideradas no bairro da Gentilândia. Vizinho ao “Padre Rosa”, citado, o subtenente Neves, não me lembro o nome de sua esposa, mas estudamos algum tempo com dois de seus filhos: o Horário e a Marfisa na Escola Padre Anchieta da professora Maria Stela Viana. No quarteirão entre as ruas Padre Francisco Pinto e Adolfo Herberster foram construídas algumas casas mais simples e existia um terreno com algumas árvores.

Em grande parte da *rua São José do Tauape* só existiam casas no lado sol (sul) e possuía três grandes quarteirões. Eram conjugadas, padronizadas, e muito bem construídas, como a maioria da Gentilândia. No primeiro quarteirão, correspondente a *rua Santo Antônio*, inclusive, as edificações eram também padronizadas, em número de vinte e uma de cada lado, com uma área de 6,30m de frente com 15,30m de fundos. Eram forradas, assoalhadas nos dois quartos e com mosaicos nas demais dependências. Possuíam um recuo de um metro na frente, que servia como um pequeno jardim. As duas casas localizadas na rua 13 de Maio, que eram maiores, foram demolidas para o alargamento dessa via, que mudou a denominação para avenida. Esses quarteirões ficavam em frente às duas grandes praças que atualmente ainda existem. (Ver mapa anexo).



Foto 15 - Casa da rua São José do Tauape. (Arquivo do autor).

Nesse primeiro quarteirão da rua São José do Tauape, esquina com a rua 13 de Maio, residiu meu confrade no Instituto do Ceará, Professor da Universidade Estadual do Ceará, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, com sua mãe, avó e sua irmã Luzia. Seguiam-se a residência dos irmãos Célio Alan Cunha Moreira de Menezes, nosso ex-colega do CPOR, funcionário público; Alan Ladd, seu irmão, era dedicado aluno de violino, e Amélia, não me lembro do nome dos pais deles, eram educados sem muito contato com os colegas de quarteirão. Outros moradores foram o Sr. Alberto, casado com D. Zilce, funcionária dos Correios e Telégrafos (DCT); o Sr. José Gondim, casado com D. Cristina Sales e os filhos: Glícia, casou-se com um sargento da Aeronáutica chamado Heródoto que era professor de História, Gelsa, casou-se com o *Rany* (Johannes Maehlmann), exportador, Nelma, Lúcia, casou-se com um sueco, e Telmo; anteriormente eles moraram na mesma rua, esquina com a rua Paulino Nogueira; vizinho morava o casal Dr. Lauro Rodrigues, advogado, casado com a Dra. Olivia Xavier Sampaio Rodrigues, funcionários dos Correios e Telégrafos, eram pais adotivos do Dr. Dorian Sampaio, dentista, conhecido jornalista e político cearense; vizinho a eles o Sr. Edgar de Almeida Barros, sargento da marinha, (capitão na reserva), casado com D. Angelina Bayo de Barros e seus filhos: José Elisilande Bayo de Barros, Brigadeiro da Aeronáutica, comandou a Base Aérea de Jatós, em Anápoles, Edgar Manoel Elisilande Bayo de Barros, afastou-se como capitão do Exército, e como engenheiro eletricitista ingressou na CHESF, Erilande Bayo de Barros, oficial médico do Exército e Elisilande Bayo de Barros, professora; casou-se com o professor Vicente Gomes de Oliveira; em seguida o Sr. João Batista de Moraes Madruga e filhos. Não conseguimos mais informações sobre o Sr. Faguara, Garibalde, e Leonor Chaves que ali residiam.

No primeiro, dos dois grandes quarteirões seguintes, no meio da rua, na esquina, havia uma frondosa mangueira jasmim. Até a rua Adolfo Herbster, as casas não possuíam recuo, eram conjugadas e o acabamento era muito simples, como os da Travessa Sobral, porém maiores. A estrutura de alvenaria original das casas da vila Gentil, ainda hoje (2010), está sólida. No primeiro, na casa da esquina, moravam o Sr. José Gondim e D. Cristina, como já foi dito, vizinho, morava o Sr. Joaquim Leão de Oliveira, “alfaiate e poeta” como registrou Francisco de Andrade Barroso em seu livro citado, posteriormente comerciante, trabalhando com um filho, casado com D. Maria Madalena de Alencar Araripe e seus filhos:

José Leão de Alencar Oliveira, contador e representante comercial, casou-se com D. Valdívnia Silva Monte; Maria de Lourdes de Alencar Oliveira, casada com Fleury Linhares, funcionário da Prefeitura de Fortaleza, ainda hoje mora na rua Santo Antônio, lúcida, com noventa e seis anos; Rita Alencar Oliveira, casada com Antônio Alberto da Silva, sargento do exército (1º. tenente na reserva), Maria do Carmo Alencar Oliveira (Carmelita), casada com Humberto Pinheiro Fontes, funcionário do Departamento de Economia Agrícola, posteriormente funcionário de Ministério da Agricultura; Antônia de Alencar Oliveira (professora diplomada), casada com Francisco Hindenburg Carneiro Vasconcelos, comerciante, Joana D'Arc, professora diplomada, casada com Pedro Jaime Benevides, funcionário do IFOCS, posteriormente, foi Gerente da Sidnei Ross, em Fortaleza, depois da Pfizer, no Recife, e finalmente comerciante de produtos agropecuários, nessa cidade. Todos moraram na rua São José do Tauape, pouco tempo, com exceção da “Carmelita” que ainda hoje mora ali com noventa e três anos (93), e Maria de Lourdes Oliveira Linhares, com 96, moradora na rua Santo Antônio. Seguiam-se o Sr. Celestino Firmo, funcionário do DNOCS, casado com D. Edite e seus filhos José Maurício, Marineide, José Firmo, Maria de Fátima e o Wilson. Vizinho o Sr. José Rodrigues Loureiro (Seu Zuzá) e filhos: Maria Lili Loureiro, trabalhava no comércio, Francisca Loureiro, comerciária, Anita sua sobrinha, Ceomar, casou-se com Francisco de Assis Muratori, em seguida D. Luízinha Sá, e seu filho Francisco (Chico) Sá, bancário; na mesma casa morou por pouco tempo Pedro Jaime Benevides que depois foi para *Vila Santa Cecília*; depois dessa D. Francisquinha Castelo Branco (viúva) e filhos: Péricles Castelo Branco, Ivan, Manuelito, Maria Alice, Iolanda, Lígia; vizinho, Maria Nogueira Freire (Maroquinha), Maria Nogueira, Luiz Nogueira e Osvaldo Nogueira, funcionários da Prefeitura e Osmundo, cobrador de uma ótica; em seguida morou José Leão de Alencar Oliveira, pouco tempo, depois Humberto Pinheiro Fontes, funcionário do Departamento de Economia Agrícola do Ceará, depois funcionário do Ministério da Agricultura e contador, casado com D. Maria do Carmo (Carmelita) de Alencar Oliveira, e filhos: Eduardo Fontes, funcionário do Tribunal de Contas do Ceará, casado com D. Marineide de Alencar Reis, funcionária da Previdência Social, aposentado, foi para o Tribunal de Contas do Município; Ângela Maria, professora e advogada no Piauí, casada com Francisco Leôncio Sales, médico, Roberto Fontes (falecido), Expedita Fontes, (falecida), Ernesto Fontes, funcionário da

Previdência Social, Maria Helena Fontes, psicóloga e assistente social da Previdência Social casada com Jaime Custó Massado, comerciante; Euclides Rezende de Melo, funcionário da ótica Sansão, casado com D. Bembem e seus filhos: Maria Marne, funcionária da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Helio, agrônomo do DNOCS, Fernando, veterinário, José Tarcísio, engenheiro, Fátima, funcionária da Secretaria de Educação do Ceará; Seu Jorge, carteiro do DCT, casado com D. Luiza, tinham uma filha, Maria, paraplégica; Seu Alfredo, funcionário de uma serraria, casado com D. Elita, sem filhos; João Batista Carneiro, carteiro do DCT, casado com D. Cirila, filhos: Wagner Carneiro, coronel dentista do Exército, Zélia, professora e Antônio Carlos, falecido; depois D. Lélia e seu irmão Sebastião; em seguida Francisco Hindenburg Carneiro Vasconcelos, comerciante, casado com D. Antônia de Alencar Oliveira, professora, filhos: Elba, psicóloga, Diva, Hugo, comerciante, Nilo, construtor, Ciro, comerciante, Elmo, comerciante; Iara, Iêda. Antes do Hindenburg moraram no mesmo local três inquilinos; vizinho morava D. Nenen Braga Arrais (viúva do coletor estadual Políbio Arrais), e seus filhos: Artemilton Braga Arrais, Artemísia, farmacêutica, Azemita, professora e Amaí, médica; posteriormente foram morar na rua Padre Francisco Pinto; logo após, o Sr. Raimundo Gurgel Nogueira, casado com D. Hermila, filhos: José Carlos, funcionário do Banco do Brasil, e Carmem casada com farmacêutico José Arthur de Carvalho; vizinho morava Seu Benone, comerciante, casado com Dona “Dijeso”, filhos: Bosco, Zélia e outros; Seu Benone era muito conhecido no bairro porque todos os anos queimava um “judas” muito grande e bem feito no sábado da *Aleluia*, em frente a sua casa, no *Parque da Gentilândia*. Na última casa do quarteirão morava D. Leonília (viúva) com seu filho Plácido Gurgel Nogueira, inspetor do DCT.

O quarteirão, entre padre Francisco Pinto e Adolfo Herbster, era bem grande e nele terminava a rua Nossa Senhora de Lourdes. Esquina com ela havia um grande terreno onde existia um sistema de fossas daquela área e um bambuzal. Junto a ele, esquina com a rua Nossa Senhora de Lourdes e rua Rodolfo Teófilo, localizava-se o prédio da **Escola Padre Anchieta** construído para esse fim; ao lado, a rapaziada jogava uma *pelada*. Nela a professora particular Dona Maria Stela Viana ministrava aulas do curso primário. As mensalidades eram módicas. Poucos foram os meninos e meninas da Vila Gentil que não estudaram com ela. A outra opção era o *Grupo Escolar Rodolfo Teófilo*, mais longe, localizado na

avenida Visconde de Cauipe. Católica, foi nossa *catequista*, educada, competente, delicada. Era solteira e para nós um modelo de mestra. Morava com uma irmã, D. Zezé, e um irmão o Godofredo, juntamente com os sobrinhos: José Renato (manga rosa), José Humberto (Betinho) e uma sobrinha a Angelita. José Renato é coronel do Exército. A casa de D. Stela era fundos correspondente com a Escola, e dava frente para a rua Rodolfo Teófilo.

Ao lado do citado terreno, pela rua São José do Tauape, onde existia uma casa fundos correspondente com a da esquina da rua Padre Francisco Pinto, moraram os pais da Desembargadora Auri Moura Costa, e dois irmãos, o Adamor foi um deles, que trabalharam na Secretaria de Polícia. Lembro-me que ali morou, também, uma professora de nome Astrogilda.

No quarteirão fronteiro a esse foram moradores: o Sr. Pedro Ferreira Campos, funcionário do DNOCS, e sua esposa, D. Maria Queiroz Campos com os filhos: Luiz Campos, advogado, professor do Curso de Jornalismo da UFC, vice-prefeito de Fortaleza, um dos fundadores do Instituto Brasil Estados Unidos (IBEU) e diretor da Caixa Econômica Federal do Ceará; Luciano Campos, advogado, Auditor Fiscal da Previdência, Luthgard Campos, e sua irmã Lúcia. Em seguida o Seu Dóca, barbeiro, sua esposa D. Alice, e seus filhos: Luciano (Cabeção), Lindete e Lizete. Outro morador foi o Sr. Pedro Sales, representante comercial, casado com D. Iolanda Castelo Branco (filha de D. Fransquinha Castelo Branco), e pais do Airton Castelo Branco Sales, Promotor e Procurador do Estado do Ceará, José Wilson Castelo Branco Sales, funcionário do Banco do Nordeste e de D. Terezinha. Na esquina com a rua Adolfo Herbster, moravam: D. Maria de Lourdes Furtado de Andrade, viúva, e seus filhos João Furtado de Andrade, Sargento Telegrafista do exército, José Furtado de Andrade, Sargento da Aeronáutica, Francisco Jaques Furtado de Andrade, coronel do exército, engenheiro, professor do Colégio Militar de Fortaleza e da Universidade Estadual do Ceará, Gui Furtado de Andrade, professor e advogado, Luiz, falecido, e Lili, casada com o comerciante Geraldo Otoch, proprietário da loja Esplanada.

A rua Rodolfo Teófilo, que começava logo após a rua 13 de Maio, tinha quatro quarteirões, dois maiores eram praças e ocupavam duas quadras, os dois seguintes possuíam poucas casas no lado do sol (sul), entre as ruas padre Francisco Pinto e Adolfo Herbster. Na primeira casa antes da 13 de Maio moraram, dentre outros, o Sr. Gumercindo

Gondim, casado com D. Rosa Ramalho Gondim e seus filhos: Antônio Alberto Ramalho Gondim, mais conhecido como Antônio Gumercindo, era torcedor exaltado do time Fortaleza e dono da famosa *Charanga do Gumercindo* que animava os jogos desse time. Morreu tragicamente de colapso cardíaco durante um julgamento no Fórum de Fortaleza. Tinha um irmão de nome Gumercindo e cinco irmãs: Rosa, casada com um português Sr. José Pereira, Roseli, casada com o Sr. Gerardo Araújo, Salete, Anete e Fátima. Outra casa daquele quarteirão era a do Sr. Mário Cavalcante Gomes, irmão mais velho do coronel Mozart Gomes, pai do Moésio Gomes e Mozart Gomes, destacados craques de futebol moradores na rua Adolfo Herbst; era irmão de D. Júlia, esposa do Odar Viana, já referido. Esse pedaço de rua não pertencia a Vila Gentil.

Fronteiro a *Praça da Gentilândia* (atualmente José Gentil), depois do terreno já referido quando tratamos da rua 13 de Maio, moraram várias famílias, dentre as quais a do jornalista Demócrito Rocha; aquela onde morou uma neta do coronel Gentil e vizinho a residência do Capitão do Exército Júlio Rangel Borges (depois general), casado com D. Oder Rangel (eram primos) e seus filhos Napoleão, Júlio, Nelson, Odaísa e Marineuza. Logo depois, na esquina com a rua Paulino Nogueira morava o Sr. Emílio Abudai, dono do Foto Oriente, agiota, casado com D. Faride e os sobrinhos dela Francisco Maia Neto, era o “dono da Bola”, e seu irmão José (Zé Mulambo). O senhor Emilio possuía um dos poucos automóveis da Gentilândia.

No segundo quarteirão houve um grande revezamento de inquilinos na época que estamos nos referindo, como ocorria em outros locais do bairro. Dentre outros moradores registramos as famílias do capitão Oscar Jensen Barroso (depois general); o professor Mozart Pinto, solteiro, maçom; a família do Major Elísio Gentil de Aguiar, neto do coronel Gentil; vizinho morou o médico pneumologista Mário de Assis logo após, na mesma casa, a família do Sr. João Sampaio, casado com D. Naída Sales Sampaio e filhos: Fernando, já referido na rua 13 de Maio, Armando, que foi proprietário de uma empresa de ônibus, João Batista, professor da Universidade Federal do Ceará, e uma irmã; em seguida o Sr. Euclides Alves da Costa e Silva, comerciante dos pneus Firestone, casado com D. Carmelita, filhos: Vânia, Vilma, Vera e Eudes, oficial da Aeronáutica; posteriormente na mesma casa residiu o Sr. Manuel Rangel Borges, Agente Fiscal do Imposto de Consumo, casado com D. Alzira e filhos: dentre muitos, lembro-me do Francisco (Chico Borges), casado

com a Nanci, filha de Pedro Nóbrega, já referido; vizinho o Sr. Carlos Costa Lima Gurgel, salvo engano, dentista, casado com D. Maria Germana Gentil; após o Sr. José Sobreira de Amorim, professor universitário, sócio efetivo do Instituto do Ceará, casado com D. Neli e filhos: uma moça chamava-se Hermengarda, o Everardo conhecido radialista. Nessa casa morou o coronel do exército Marcolino Rangel Borges. Na esquina com a Padre Francisco Pinto morou o citado Sr. Montezuma.

O quarteirão seguinte terminava na rua Nossa Senhora de Lourdes e tinha quatro casas. A primeira na esquina com a rua Padre Francisco Pinto, já nos referimos, na seguinte morava o Sr. Ivan Castelo Branco, funcionário da firma J. Lopes, casado com D. Maria Alice Castelo Branco e filhos: Isolda Montenegro Castelo Branco, casada com o professor Diatahy Bezerra de Menezes, Haroldo Castelo Branco, coronel do Exército, craque de futebol, preparador físico da seleção brasileira, José Nilton e Luciano. Vizinho morou o Sr. Aldo Leite, médico, farmacêutico e professor da Faculdade de Medicina da UFC com a esposa e filhos: Aldo Filho, Arizona, professor da UFC e uma irmã Arizonina. Na esquina com a rua Nossa Senhora de Lourdes havia uma mercearia muito sortida do Seu Chico e irmão, depois propriedade do Sr. João Quariguasi da Frota, vereador e depois deputado. Após, encontrava-se um terreno descampado recuado da rua, onde existiam algumas casas, em uma das quais morava Seu Ferreirinha e sua esposa D. Aline, pais do Jurandir, companheiro de *pelada*. O destaque é que o Jurandir jogava bem apesar de um defeito que tinha em um dos pés. Formou-se em medicina, sendo médico de renome em Fortaleza. Já para o final do quarteirão morou o Sr. Pérciles Castelo Branco, casado com D. Stela Machado, funcionária dos Correios e Telégrafos.

A rua Nossa Senhora dos Remédios era uma das principais da Gentilândia constituída por dois quarteirões com construções dos dois lados. No meio dela ainda existe árvores (*Ficus Benjamim*). Eram treze casas do lado do sol, e quatro do lado oposto, padronizadas apresentando boa qualificação de tamanho e acabamento. A metade do primeiro ao lado da sombra (norte) era ocupado pelo muro da mansão do coronel Gentil. Foram inquilinos naquele local em épocas diferentes, o professor Francisco Pereira de Matos, da Escola Preparatória de Fortaleza, casado com D. Helena Guedes de Matos e seus filhos: Paulo, Verônica e Carlos; Dr. Pontes Neto e D. Nádia; Pedro Nóbrega e depois o filho Nelson, vindos da rua Padre Francisco Pinto; José Maria Pinto, com os

irmãos Reinaldo e Carlito; o Sr Heitor Fiuza Pequeno; na esquina com Paulino Nogueira, Francisco Ferreira do Vale, advogado, casado com D. Iracema Mororó; quando estudante, morou com ele, nosso colega do Ginásio 7 de Setembro, Carlos Brunet, depois professor da UFC. Na outra esquina o Sr. Olivar Rangel Barata, casada com D. Ruth Alves Barata, e os filhos Olivar e Obdemar e Evangelina; nesta mesma casa morou o Sr. Valdísio Gurgel, casado com D. Diva Laranjeira, moraram antes na Rua Padre Francisco Pinto; confrontando, Seu Galileu Alencar e família (esteve algum tempo na rua São José do Tauape, na década de 1930); na mesma casa morou depois o Sr. Saraiva, corretor de imóveis, casado com D. Maria de Jesus, professora; quando solteira morou na avenida Visconde de Caupe com duas irmãs Terezinha e Margot, funcionária da Receita Federal. José de Athayde, comerciante, casado com D. Miriam Amaral e filhos: Bernardo Antônio Amaral de Athayde, Eliane Amaral de Athayde, casada com o professor da UFC, Juarez Braga Soares, Paulo e Célia. Na casa em frente, o Sr. Bernardo Athayde, irmão do José de Athayde, funcionário do Banco do Brasil, casado com D. Maria José e seus filhos: Maria Augusta (Guga), Marília, Marcos (Marcão), Pedro Paulo; depois, na mesma casa, o Sr. Sófocles Albuquerque (irmão do Alaor Albuquerque, residente na mesma rua), casado com D. Miriam, pais da Salete e da Noélia, casada com o citado Nelson Nóbrega; vizinho a ele morou o Sr. Oto casado com D. Sophia com uma filha chamada Liza (eram alemães); vizinho o Dr. Leiria de Andrade e família; logo após o Sr. Jaime Menescal Campos, casado com D. Ester Cavalcante de Sabóia e filhos: Maria Angelita, Eneida Maria, Lastênia Judith, e Luiz Ernani Sabóia Campos, coronel do exército (general na reserva). No final desse quarteirão o Sr. Zenith Gurgel da Silva Rossas, comerciante, casado com D. Betina (Maria Alberto Gentil Costa Souza), neta do coronel Gentil, D. Betina teve quinze filhos. Vizinho a ela morou uma prima Lygia Gentil de Aguiar. Residiram, ainda, nesse mesmo quarteirão, o Sr. Sebastião Alcântara, contador, e esposa, pais do Osvaldo Alcântara, contador, o Sebastião (Cecé), professor da UFC, o Rui, oficial do Exército, a Regina, e um mais novo; em seguida o Professor Tito Miranda, casado com D. Idália e família; Luiz Gualter de Alencar Araripe, médico, e família; Alaor Albuquerque, comerciante, proprietário da Livraria e Papelaria Alaor, casado com D. Suzana, e família; vizinho, Armando Aguiar, casado com D. Samaritana e família. Foi deputado estadual, e o último presidente da Escola Técnica de Comércio Fênix Caixeiral, quando de sua extinção.



Foto 16 - Casa padrão das ruas Nossa Senhora dos Remédios e algumas da Rodolfo Teófilo (Arquivo do autor).

A rua Nossa Senhora de Lourdes foi uma das primeiras a ser construídas na Gentilândia e não tinha calçamento, mas era bem arborizada. A maioria das casas era simples. Pelo lado norte existia um quarteirão muito grande onde se concentrava a maioria delas. No quarteirão oposto havia uma pequena travessa, sem nome (atualmente é Padre Guilherme Waessen), onde existia um pequeno terreno como um recuo e em um lado dele havia três casas muito pequenas: em uma delas moraram dois conhecidos o Jeová e o Josias e seus pais. Nas outras duas residiam operários da Vila Gentil, dentre elas a que morava o Seu Nicolau; chefe deles. Mais na frente, havia mais um terreno recuado com três casas, melhores que as anteriores, em uma delas morava o Sr. Ferreirinha, casado com D. Aline, já referido quando tratamos da rua Rodolfo Teófilo.

No lado norte, dentre outros, moraram: o Sr. José Vitorino Bandeira de Abreu, funcionário do IAPC, casado com D. Maria do Carmo e seus filhos: Célio, funcionário do IAPI, José, funcionário do DETRAN, Carlos (Boneco), funcionário do IAPI, Francisco, agricultor e Tarcísio, professor municipal; Manuel Rodrigues, empregado da Imobiliária José Gentil; o Sr. Genésio Meireles, comerciante, casado com D. Amélia, pais do José Armando Meireles, bancário; Planicka (Zezinho), treinador e juiz de futebol; José Mundola, casado com D. Nenen, foi motorista da família Gentil, logo depois Seu Púbio já referido, e as famílias do Sr.

João Batista de Almeida, funcionário dos Correios e telégrafos, casado com D. Amélia e seus filhos: Gildo (Pizoldo) e uma irmã, Gema; depois o Sr. Quariguazi da Frota, que possuiu um mercearia na esquina.

A Vila Santo Antônio tinha fundos correspondente com aquelas casas da Rua São José do Tauape com as mesmas características. Em número de vinte e uma, naquela época, ficava em frente da atual Praça da Feira da Gentilândia. Houve muita rotatividade de seus moradores. Dentre outras, lembramos a família do Tenente Lisboa, maestro da banda de música da Escola de Aprendizes Marinheiros, professor de Canto Orfeônico no Ginásio 7 de Setembro e outros ginásios. Era pai do conhecido radialista e cantor José Lisboa. Atualmente é nome de rua. Familiares do comerciante Galba Borges; o Sr. José de Athayde, antes residente na rua Nossa Senhora dos Remédios, o Sr. Fleury Linhares, funcionário da Prefeitura de Fortaleza e outros.



Foto 17 - Casa padrão da Vila Santo Antônio, nas ruas São José do Taupe e Santo Antônio (Arquivo do autor).

A rua Adolfo Herbster limite da Gentilândia pelo lado sul, possuía cinco quarteirões. O primeiro começando pela avenida Visconde de Caupe, tinha vinte e duas casas, do mesmo padrão daquelas da *Travessa Sobral*. Existia no meio dele um pequeno bar de propriedade do Seu Clovis, morador na Travessa Sobral. As casas localizadas no último quarteirão, começando pela rua Marechal Deodoro, talvez não pertencessem a Imobiliária José Gentil. Mas estava a ela ligado historicamente.

Na esquina dessa rua existiu a tradicional bodega do Seu Rabelo, onde se procurava o artigo que não era encontrado nas outras do bairro. Assim como a do outro Rabelo localizada no fim da linha do bonde do Benfica. Ainda nesse quarteirão moraram os irmãos René Gouveia de Miranda e Ronaldo Gouveia de Miranda, com relações de amizade no bairro, mas dele se desligaram quando partiram para seguir a carreira militar. O Ronaldo foi coronel do Exército e o René, como capitão, desligou-se do Exército e foi professor da UFC.

Foram muitos os moradores da rua Adolfo Herbster; destacamos alguns: José Gomes de Figueiredo, dono de um bar em frente a casa dele, “Porta Larga”. O Sr. Pedro Ciarline, engenheiro, casado, quando viúvo de D. Dina Mota Ciarline e pela terceira vez com D. Rosalva do Rego Monteiro. Dentre seus mais de vinte filhos registramos: Clovis, Moacir, Orlando, Rui, Mozart, Júlia, casada com o médico Quintílio de Alencar Teixeira, Carmem, Ernani, Norma, Max, Iolanda e outros; morou por último na Praça das Caixas d’Água, no começo da Avenida Visconde de Caupe. Pedro Eugênio de Souza, pai do Carlos e do Pedrinho, conhecidos craques de futebol, Luciano e uma irmã, Terezinha. Raul Araújo, advogado, casado com D. Iracema. Jurandi Machado, o “Caraná”, funcionário dos Correios e Telégrafos. O Seu Pedro de Souza da Silva, o *Pedrinho*, o mais antigo barbeiro da Gentilândia, mudou-se depois para a Travessa Sobral, casou-se com uma moça que morava na Rua Adolfo Herbster. Tradicional dirigente do time Fortaleza, foi o Sargento (Tenente Coronel na reserva) Mozart Cavalcante Gomes, casado com D. Alzira, e seus filhos Moésio, professor, Mozart, funcionário dos Correios, ambos grandes “craques da bola”, Mozira e Marcos. Outros membros família do coronel Mozart Gomes residiram em vários locais da Gentilândia. Seu irmão mais velho Manuel, pai do Noésio, morou no primeiro quarteirão da rua Rodolfo Teófilo.

Tentamos relembraer acontecimentos e nomes de pessoas e famílias que viveram na *Vila Gentil*, para que elas não desaparecessem da história do Benfica. Fizemos uma disquisição do bairro, com o material mais difícil de ser feito: lembranças daqueles que foram testemunhas daquela época. A essência das coisas muitas vezes está nos detalhes.

A quantidade de casas de toda Gentilândia era semelhante àquela que encontramos concentrada em poucos blocos de apartamentos de hoje, construídas em espaço bem menor. Entretanto, seus moradores pouco se conhecem. Os muros existiam mais para definir espaços do

que para proteger. Os usos e costumes eram morigerados. Havia *sanção social* para quem fugia à regra. A *civilidade* não era um termo obsoleto. Uma mulher não viajava em pé em um ônibus quando estivesse um homem sentado: ele oferecia o lugar. Tínhamos uma aula de *civilidade*, uma vez por semana, na Escola Padre Anchieta. As pessoas geralmente tinham consciência da importância e interdependência com as demais na comunidade. A educação familiar era rígida. Quase todos se conheciam no bairro, principalmente aqueles da vizinhança.

O comércio fechava na hora do almoço para as pessoas irem almoçar em casa. Depois que o serviço de bondes elétricos foi desativado, em 1947, os ônibus fizeram o transporte com eficiência. Às nove horas da noite as famílias costumavam se recolher em suas residências e acordavam cedo. Não havia grande dependência da eletricidade. O eletrodoméstico praticamente não existia, e não eram muitos os que podiam comprá-los. A renda familiar dos assalariados era pequena, como também o supérfluo. Consequentemente não podia haver o consumismo. Materialmente, o que não existe ou não vemos não desejamos. Portanto o pouco que existia contentava. Não era acomodação, mas sim uma realidade. Se eram felizes as pessoas que viveram naquela época somente elas poderiam dizer.

*Educação.* As crianças e os mais jovens estudavam na *Escola Padre Anchieta*, ou um pouco mais longe, no *Grupo Escolar Rodolfo Teófilo*, localizado na avenida Visconde de Caupe, em pequenas escolas municipais de primeiras letras existentes na redondeza, no *Ginásio Americano*, *Ginásio Nossa Senhora das Graças*, *Ginásio Santa Cecília*. Naquela época o ensino público e privado tinham a mesma qualidade. A tradição, os bons costumes e a civilidade eram adquiridos nos lares. As escolas e grupos escolares apresentavam-se como instrumentos importantes na complementação do que se aprendia no meio familiar. A maioria das mães era doméstica. O pai era o provedor, “chefe de família”.

*Segurança.* Apesar de a iluminação pública ser deficiente não era perigoso andar na rua tarde da noite. Mesmo assim, existia a *Guarda Civil de Fortaleza*, eficiente. Nos locais mais distantes havia a *Cavalaria Militar* fazendo ronda. Os *arrombadores* de casas residenciais e comerciais eram considerados muito perigosos, os *batedores de carteiras*, quando presos, eram notícia na página policial dos jornais. Indesejados eram os *ladrões de galinha* das casas que tinham quintal e criavam *penas*. Outro furto costumeiro era o de *latas de lixo* que eram colocadas nas

calçadas para o *carro do lixo recolher*. Essas latas que eram receptáculos para guardar querosene para venda, produto de grande consumo naquele tempo, tinham serventia para os ladrões fazer fogareiros especiais para as pessoas mais pobres. Quem não quisesse ser roubado, fazia vários furos antes de usá-las.

*Saúde*. A medicina era muito limitada. A maioria dos medicamentos conhecidos atualmente não existia. Dentre eles os antibióticos. As mezinhas tradicionais feitas com produtos naturais eram muito usadas. Alguns mais avançados conheciam os remédios homeopáticos. Não foram muitos os médicos que moraram na Vila Gentil (Dr. Pinheiro, Dr. Mário de Assis, Dr. Luiz Gualter de Alencar Araripe, Dr. Leiria de Andrade, Dr. Pamplona, Dr. Honório Correia Pinto, oftalmologista). Esse dois últimos, residiam no rua 13 de Maio. O atendimento domiciliar era costumeiro. As mulheres davam à luz assistidas por “parteiras diplomadas”, por sinal muito competentes. O parto era considerado um procedimento perigoso. A mulher, quando podia, passava uma semana na cama e um mês de *resguardo*, comendo galinha. O comércio dessas aves é um caso a parte. Aconselhava-se que ela comesse muito doce, para criar leite. A *Farmácia Arthur de Carvalho* era a única existente no bairro. Concentravam-se mais no centro da cidade. Entretanto, não demorava muito para chegarmos lá. O trânsito era livre. A *Santa Casa de Misericórdia* dedicava-se ao atendimento de pessoas carentes. A *Assistência Municipal de Fortaleza* era eficiente nos atendimentos de emergência, como o *Centro de Saúde*, localizado na rua General Facundo, esquina com a Praça José de Alencar, no atendimento médico em geral à população de Fortaleza.

Não existiam *shoppings* ou supermercados. Como em toda a cidade, as numerosas mercearias e bodegas, localizadas em esquinas, vendiam para as residências o essencial dos mantimentos necessários. O leite era comercializado *in natura* nas residências por leiteiros montados em burros e depois em um entreposto de venda de leite, localizado na rua Padre Francisco Pinto. Tradicional no bairro foi “Seu” Oscar que vendia o dele, trazido de uma vacaria localizada nos fundos onde atualmente existe o Centro de Cultura Francesa da UFC, na Avenida da Universidade. O pão era vendido por padeiros diretamente nas casas, ou nas bodegas. Quem trabalhava no centro da cidade podia trazer esse alimento para casa. Por não ser generalizado o uso de geladeiras, a *carne verde*, já pesada, em porções de meio, ou quilo era vendida por *carniceiros* ambulantes que vinham em burros portando depósitos especiais onde eram guardadas,

ou em alguns açougues do bairro. Os *figueiros*, do mesmo jeito vendiam figado e miúdos de bois. O Matadouro Modelo de Fortaleza ficava próximo da Gentilândia, logo depois da *Lagoa do Tauape*, o que facilitava esse comércio. A comida era cozinhada em fogões de lenha ou de carvão e posteriormente em fogões a querosene. Algumas bodegas vendiam lenha. A água potável era transportada em quatro barriquinhas, de madeira ou de zinco, no lombo de jumentos por aguadeiros trazida de um poço profundo localizado na rua Marechal Deodoro, pertencente ao negociante Zuca Accioly. Essa água não era tratada, sendo guardada em potes de barro, do qual era passada depois para *quartinhas* ou filtros. Comprava-se verduras diariamente aos verdureiros e não havia variedade delas. Os ovos de galinha eram também vendidos pelo *vendedor de ovos*, e não era um produto disponível facilmente. Era comum nas casas que possuíam quintais haver *galinheiros*.

Os pedintes de esmolos, que não eram numerosos, geralmente portavam três sacos de pano de tamanhos diferentes, um dentro do outro, onde colocavam as doações; farinha, arroz, feijão, banana, bolachas e pão seco. Em um pequenino, guardavam as moedas recebidas geralmente de 100 réis (um tostão), 200 réis, 400 réis (um cruzado), ainda em uso naquela época, correspondendo a 10, 20 e 40 centavos de cruzeiro.

Essa foi uma pequena memória histórica da *Vila Gentil*.



Foto 18 - Fotografia de antigos moradores da Vila Gentil. Sentados: Fátima Gondim, Elisanda, Joiceleida, José Maria, José Elislande; em pé: Jacques, José Mário, Abiano, Vicente, Luciano, Elmo, Edgard, Rany, Luis Carlos, e Pedro Alberto (Pierre). (Arquivo do autor).

## A arquidiocese de São Salvador da Bahia e seus bispos

FERNANDO CÂMARA\*

Não era ainda sede episcopal e estava subordinada à Diocese de Funchal, na Ilha da Madeira, cujo bispado fora criado em 12 de junho de 1514 pelo Papa Leão X através da Bula *PRO EXCELENTI*, atendendo ao pedido do rei de Portugal, Dom Manuel - o Venturoso.

Somente após a instalação do Governo Geral, em 7 de janeiro de 1549, com a posse de seu 1º. governador, Thomé de Souza, iniciou-se um movimento para que a então Colônia tivesse foro episcopal e onde muito se destacou a ação do jesuíta Padre Manuel da Nóbrega.

Em carta ao rei Dom João III, este abnegado missionário, além de abordar outros assuntos relacionados as suas atividades no Brasil, também diz estas palavras: “é muito necessário cá um bispo”.

Tal sugestão despertou o interesse do monarca português, o qual, em correspondência datada de 31 de julho de 1550, ao Pontífice Júlio III, solicita a criação do bispado brasileiro.

Assim, em 25 de fevereiro de 1551, através da Bula *SUPER SPECULA MILITANTIS ECCLESIAE*, o Brasil era promovido a sede episcopal, desligando-se do Sólido madeirense.

Para dirigir a nova diocese foi nomeado bispo o Padre Dr. Pedro Fernandes Sardinha, teólogo pela Universidade de Paris, onde teve como colega Francisco Xavier, depois grande missionário no Oriente e hoje santo da Igreja Católica. Outro seu companheiro de estudos foi o clérigo João Calvino, mais tarde heresiarca.

Para conhecimento dos leitores, gostaríamos de enumerar os oito bispos e os vinte e cinco arcebispos que ocuparam a mitra de São Salvador da Bahia – tal é a designação oficial dessa Arquidiocese – durante os 459 anos de sua existência, ou seja, de 1551 até o presente ano de 2010.

---

\* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

## 1º. Bispo - Dom Pedro Fernandes Sardinha (1552-1556)

Conforme já dito, Dom Pedro Fernandes Sardinha foi o primeiro Pastor a ocupar a mitra salvadorenses, a qual compreendia todo o território nacional.

Também citado por muitos historiadores com o nome de Pero Fernandes Sardinha, era natural de Setubal, Portugal, tendo nascido pelos idos de 1496. Matriculando-se em 26 de junho de 1525, na Universidade de Paris, ali residiu durante quatro anos no Colégio Santa Bárbara, onde, segundo seu próprio depoimento, foi professor de Inácio de Loiola, fundador da Companhia de Jesus e mais tarde canonizado pela Igreja. Outro seu aluno foi o Padre Simão Rodrigues, que se notabilizaria como Provincial dos jesuítas em Portugal.

Intensas foram as suas atividades eclesiásticas antes de ser elevado às honras episcopais: capelão da igreja de Sebastião, na Ilha da Madeira (nomeação de 7 de maio de 1529), capelão em Lisboa (nomeação de 10 de novembro de 1531), tendo sido posteriormente transferido para a cidade do Porto, onde permaneceu até 10 de fevereiro de 1545, quando teve a sua nomeação para Deão da Sé de Goa, na Índia. Em janeiro de 1547 assumiu a vigararia geral e o cargo de Provisor daquela diocese, tendo em vista a avançada idade de seu diocesano, Dom Frei João de Albuquerque.

Juntamente com o futuro São Francisco Xavier, assistiu os momentos finais de vida do governador da Índia, Dom João de Castro, escrevendo as suas últimas vontades.

Em 6 de novembro de 1548 renunciou ao cargo de vigário-geral de Goa e, após algum tempo em Cochim, estado de Kerala, na Índia, retornou a Portugal.

Já contava mais de cinquenta anos de idade quando ingressou na Universidade de Coimbra, onde colou grau de bacharel em Teologia.

Através da citada Bula *SUPER SPECULA MILITANTIS ECCLESIAE*, do Papa Júlio III, foi nomeado bispo da Bahia, desembarcando na antiga capital do Brasil em 22 de junho de 1552.

Sua primeira providência foi escolher a igreja da Ajuda como Catedral provisória, até iniciar, algum tempo depois, a construção da nova Sé. Enquanto não dispunha de um Paço Episcopal, ficou residindo no colégio dos jesuítas, dirigido pelo Padre Manuel da Nóbrega. Era dotado de muitas virtudes e rígido no cumprimento do dever, o que mo-

tivou um atrito com alguns membros do seu clero, os quais tiveram o apoio de Álvaro Costa, filho do 2º. governador geral, Duarte da Costa.

Atendendo convocação do rei de Portugal, certamente para defender-se das acusações daquele fidalgo, Dom Pedro Fernandes Sardinha embarcou para Lisboa na nau Nossa Senhora da Ajuda. Lamentavelmente, a embarcação, que viajava próximo da costa brasileira, encalhou em um banco de areia tendo os seus passageiros desembarcado na praia, no litoral de Alagoas, onde foram trucidados pelos temíveis índios Caetés, inclusive o próprio bispo, derrubado a golpes de um pesado tacape.

A Igreja do Brasil perdia, assim, o seu primeiro Pastor, mas ganhava um mártir, para exemplo de nossa cristandade.

## **2º. Bispo - Dom Pedro Leitão (1559-1573)**

Para sucessor de Dom Pedro Fernandes Sardinha, o Papa Paulo IV, através da Bula *GRATIAE DIVINAE PROEMIUM*, datada de 23 de março de 1558, nomeou Dom Pedro Leitão, membro do clero secular, que chegou à Bahia no dia 4 de dezembro de 1559, tomando posse em 9 do dito mês.

Amigo dos jesuítas e do próprio 3º. governador geral, Mem de Sá, seu primeiro trabalho foi a catequese dos indígenas, pensando talvez na maneira bárbara como foi sacrificado seu antecessor.

No início de 1566 conferiu a ordenação sacerdotal a José de Anchieta, que se imortalizaria como o “Apóstolo do Brasil”. Em companhia do governador geral, Mem de Sá, visitou a então Capitania do Rio de Janeiro, onde criou a Paróquia de São Sebastião e posteriormente esteve na Capitania de São Vicente.

Realizou o 1º. Sínodo brasileiro, com participação de seu clero, e veio a falecer em 1573, sendo sepultado na capela de Nossa Senhora do Amparo, primitiva igreja da Sé, sendo os seus restos mortais posteriormente trasladados para Lisboa.

## **3º. Bispo - Dom Antônio Barreiros (1576-1600)**

Dom Antônio Barreiros era cisterciense e Prior da Ordem de Aviz quando foi nomeado Bispo da Bahia, em 20 de julho de 1575 pelo Papa Gregório XIII, tendo assumido o governo da diocese no ano seguinte.

Logo no início de seu episcopado, o mesmo Pontífice, através de Breve de 1º. de julho de 1576, criou a Prelazia do Rio de Janeiro, cujo território foi desmembrado do bispado da Bahia, e nomeou seu primeiro Prelado, o Padre Bartolomeu Simões Pereira.

Foi um grande orador sacro e durante o seu longo episcopado participou por duas vezes da Junta de Governo onde prestou relevantes serviços a nossa Pátria, como a criação da capitania de Sergipe e a vinda, para a sua diocese, dos Padres Carmelitas, dos Beneditinos e dos Franciscanos. Visitou pastoralmente a capitania de Pernambuco, fundando ali um convento dos Franciscanos.

Era muito benquisto por seus diocesanos e faleceu no dia 8 de maio de 1600, sendo sepultado na capela-mor da primitiva igreja dos jesuítas junto ao seu colégio.

#### **4º. Bispo - Dom Constantino Barradas (1601-1618)**

Membro do clero secular, era professor de Teologia na Universidade de Coimbra, quando teve, em 1600, a sua nomeação pelo Papa Clemente VIII para bispo da Bahia.

Assumiu por procuração o governo da diocese em 1601 e durante o seu episcopado foi criada, em 1614, a Prelazia de Pernambuco, cuja administração coube ao Padre Antônio Teixeira Cabral. Fundou as paróquias de Sergipe, Boipeba e Cairu, aumentando, assim, para dezoito as freguesias existentes em sua diocese.

Apesar de ser um Pastor zeloso e culto, sofreu perseguições das autoridades civis que o consideravam muito condescendente com os cristãos-novos (judeus convertidos).

Sentindo-se cansado e enfermo, renunciou ao governo da diocese e faleceu no dia 1º. de novembro de 1618, tendo sepultura na capela-mor do convento de São Francisco.

#### **5º. Bispo - Dom Marcos Teixeira (1622-1624)**

Figura destacada do clero português, tinha doutorado em Direito Civil e Canônico pela Universidade de Coimbra, da qual era professor, e foi posteriormente Cônego Magistral de Évora, deputado do Santo Ofício Inquisidor, também nessa cidade.

Nomeado bispo da Bahia em 25 de outubro de 1621, pelo Papa Gregório XV, desembarcou em Salvador em 6 de dezembro de 1622, tomando posse solenemente no dia 8 daquele mesmo mês. Em 1623 fundou na capital baiana a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, aliás a única criada em seu efêmero episcopado.

Destacou-se quando da invasão holandesa, enfrentando tenazmente o inimigo, o que lhe valeu o título de “Bispo-Soldado”.

O seu falecimento prematuro, em 8 de outubro de 1624, aos 47 anos de idade, consternou o povo baiano.

O famoso orador sacro, Padre Antônio Vieira, seu contemporâneo e amigo, afirmou que “mais os castigava Deus com a morte do Prelado, que com a tomada da cidade pelos holandeses”, expressando com estas palavras o sentimento dos diocesanos.

Dom Marcos Teixeira teve sepultura na capela de Nossa Senhora da Conceição de Itapagipe de Cima, que ele mesmo havia edificado.

## **6º. Bispo - Dom Miguel Pereira (1628-1630)**

Era Prelado de Tomar, Portugal, quando foi eleito bispo da Bahia em 1627 pelo Papa Urbano VIII, tendo tomado posse por procuração no dia 19 de julho de 1628.

Preparava-se, em Lisboa, para vir assumir pessoalmente o cargo, quando faleceu inesperadamente em 16 de agosto de 1630.

## **7º. Bispo - Dom Pedro da Silva Sampaio (1634-1649)**

Membro do clero secular, era Deão da Sé de Leiria e, também, do Conselho Geral da Inquisição, quando foi nomeado bispo da Bahia, onde desembarcou no dia 19 de maio de 1634.

Sua primeira providência foi fazer uma campanha para restaurar a Catedral, que se achava em péssimo estado de conservação. Reagiu bravamente quando da segunda tentativa de invasão holandesa, visitando as trincheiras em batalha e imprimindo coragem aos seus soldados e ao povo baiano.

Estabeleceu, de comum acordo com a Câmara, uma comemoração anual em ação de graças pela vitória alcançada sobre os holandeses, fato este ocorrido em 18 de maio de 1638.

Faleceu este grande bispo na madrugada de 15 de abril de 1649, sendo sepultado na capela-mor da Sé. Mais tarde, seus restos mortais foram exumados e remetidos para Lisboa, no galeão “Santa Margarida”, mas esta embarcação naufragou na costa africana, nas proximidades dos Açores.

## **8º. Bispo - Dom Estevam dos Santos (1672)**

Depois de um longo período de Sede Vacante, o Pontífice Clemente X nomeou o agostiniano Dom Estevam dos Santos bispo da Bahia, tendo ele chegado a Salvador no dia 15 de abril de 1672.

Seu episcopado foi de apenas dois meses e um dia, pois faleceu repentinamente em 6 de julho daquele mesmo ano.

Dele sabemos apenas que assinou uma provisão permitindo a presença do Santíssimo Sacramento na capela da Santa Casa da Misericórdia, em Salvador.

Teve sepultura na antiga Catedral da Sé.

## **1º. Arcebispo - Dom Gaspar Barata de Mendonça (1677-1682)**

Em 16 de novembro de 1676 o então Pontífice Inocêncio II, através da Bula *INTER PASTORALIS OFFICII CURAS*, criou as dioceses de Pernambuco e do Rio de Janeiro, e promoveu à categoria de Arcebispo o Sólido baiano, ficando as duas novas sedes episcopais como suas sufragâneas.

Para dirigir a nova arquidiocese foi nomeado Dom Gaspar Barata de Mendonça, antigo pároco na diocese do Porto, tendo tomado posse por procuração em 3 de junho de 1677. Por falta de saúde nunca veio assumir o cargo, preferindo nomear, em 30 de novembro de 1677, uma Relação Eclesiástica, composta de três membros que administravam a Igreja baiana em seu nome.

Mesmo assim, criou várias paróquias e enviou, de Évora, as primeiras religiosas, que fundaram o Convento de Santa Clara.

Renunciou em 1682 e faleceu no dia 11 de dezembro de 1686.

## **2º. Arcebispo - Dom Frei João da Madre de Deus Araújo (1682-1686)**

Membro da Ordem Franciscana, dotado de excelsas virtudes e grande orador sacro, Dom Frei João da Madre de Deus Araújo era também pregador dos reis de Portugal, Dom João IV, Dom Afonso VI e Dom Pedro II.

Nomeado arcebispo da Bahia, teve a sua sagração episcopal no dia 13 de setembro de 1682, desembarcando em Salvador em 20 de maio do ano seguinte.

Desconhecemos as suas atividades na chefia de sua Igreja, sabendo, porém, que era dotado de espírito de bondade que conquistou os baianos, os quais choraram inconsoláveis quando de sua morte, ocorrida em 13 de junho de 1686.

## **3º. Arcebispo - Dom Frei Manuel da Ressurreição (1688-1691)**

Era doutor em Letras e Cânones pela Universidade de Coimbra, membro do Colegiado de São Pedro e Cônego Doutoral de Lamego.

Renunciou a todos estes títulos para tornar-se missionário franciscano. Nomeado arcebispo da Bahia, ali chegou em 13 de maio de 1688.

Estabeleceu o patrocínio de São Francisco Xavier sobre a cidade de Salvador, designando o dia 10 de maio de cada ano para comemoração da festa deste grande santo da Igreja católica.

Exerceu interinamente, por quase dois anos, o governo da Bahia, pacificando os seus soldados amotinados por falta do pagamento de seus soldos. Levava vida de eremita, entregue a orações e penitências, e seu palácio mais parecia um convento, tal a austeridade em que vivia.

Faleceu no dia 16 de janeiro de 1691 e foi sepultado na igreja do Seminário de Belém, administrado pelos padres jesuítas.

## **4º. Arcebispo - Dom João Franco de Oliveira (1691-1700)**

Quando sacerdote do clero secular, foi Desembargador Eclesiástico e Promotor Deputado do Santo Ofício em Coimbra.

Nomeado bispo de Angola, no continente africano, ali permaneceu por quatro anos quando foi promovido para o Arcebispado da Bahia, onde chegou no dia 5 de dezembro de 1692.

Teve destacada atividade pastoral e foi o primeiro Pastor a visitar toda a região do rio São Francisco, onde pregou, batizou e crismou cerca de quarenta mil pessoas.

Criou, dentre outras, as Paróquias de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira e a de São Gonçalo dos Campos, sendo posteriormente transferido para o bispado de Miranda, em Portugal, para onde viajou no dia 28 de agosto de 1700.

### **5º. Arcebispo - Dom Sebastião Monteiro da Vide (1702-1722)**

Era doutor em Direito Civil e Canônico pela Universidade de Coimbra, onde estudou durante oito anos. Foi pároco de São Mamede e de Santa Marina em Lisboa, sendo ainda Fiscal da Cúria Arquidiocesana.

Promovido a Vigário-Geral de Setubal e depois de Lisboa, teve a sua nomeação para arcebispo da Bahia confirmada pelo Papa Clemente XI em 8 de agosto de 1701.

Sagrado bispo em Lisboa no dia 21 de dezembro daquele mesmo ano, partiu para o Brasil, chegando a Salvador no dia 25 de maio de 1702.

Era conhecido como um dos maiores canonistas em sua época, tendo realizado em 1702 o 1º. Sínodo Diocesano do Brasil, quando foram promulgadas as “Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia”, documento este que teve grande repercussão àquele tempo, sendo adotado pelas dioceses do Brasil e de Portugal, onde vigorou por mais de dois séculos.

Visitando certo dia a famosa biblioteca particular de nosso presidente, José Augusto Bezerra, surpreendeu-me verazmente encontrar, entre os seus valiosos livros, um exemplar de tão importante obra, com mais de três séculos de existência e em ótimo estado de conservação.

Dom Sebastião foi um Pastor dinâmico e durante seu episcopado realizou longas visitas pastorais em sua vastíssima arquidiocese, fundando mais de vinte paróquias, tendo oficializado os Estatutos do Cabido da Bahia e imprimindo um novo catecismo, que foi espalhado em todo o Brasil.

Faleceu no dia 7 de setembro de 1722, sendo sepultado primeiramente na antiga Sé e posteriormente na atual catedral da Bahia.

## **6°. Arcebispo - Dom Luís Álvares de Figueiredo (1725-1735)**

Membro do clero secular, era bispo coadjutor e vigário geral de Braga, em Portugal, quando teve a sua nomeação para o arcebispado da Bahia, tomando posse no cargo em 26 de novembro de 1725.

Reconstruiu a sua catedral, obtendo para isto uma ajuda financeira do rei de Portugal, que doou, também, um órgão e um relógio. Visitou pastoralmente a sua arquidiocese, onde sempre se revelou um Pastor bondoso e comunicativo com seus fiéis.

Faleceu em Salvador no dia 28 de agosto de 1735, sendo sepultado na antiga Sé e, mais tarde, trasladado para a nova catedral.

## **7°. Arcebispo - Dom Frei José Fialho (1739)**

Membro da Ordem Cisterciense, doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, Dom Frei José Fialho era ainda professor de Filosofia no Convento de São Pedro das Águias, quando teve sua designação para bispo de Olinda, em Pernambuco, onde permaneceu de 1725 a 1738.

Promovido para arcebispo da Bahia, tomou posse no dia 5 de fevereiro de 1739, ali ficando apenas até o dia 31 de outubro do dito ano, quando teve a sua transferência para a diocese de Guarda, em Portugal, com o título de arcebispo-bispo daquele bispado.

Viajando para Portugal a fim de assumir o governo de sua nova diocese, chegou a Lisboa em 2 de fevereiro de 1740. Tomou posse por procuração no dia 16 de fevereiro de 1741, mas foi acometido de uma pneumonia, e faleceu em 18 de março desse mesmo ano.

Assim, ele foi o 5°. bispo de Pernambuco, o 7°. arcebispo da Bahia e o 51°. bispo de Guarda, Portugal.

## **8°. Arcebispo - Dom José Botelho de Matos (1741-1760)**

Sucedeu a Dom Frei José Fialho no arcebispado da Bahia, tendo chegado a Salvador no dia 3 de maio de 1741 e assumido o cargo em 14 desse mesmo mês e ano.

Durante o seu episcopado estabeleceram-se em Salvador as primeiras religiosas do Convento de Nossa Senhora das Mercês; criou

também mais de dezoito paróquias na Bahia. Enfrentou com altivez a prepotência do Marquês de Pombal quando da expulsão dos jesuítas do Brasil e, segundo ele, “preferiu antes cair na desgraça dos poderosos do momento, do que trair a causa da justiça e da verdade”.

Contando mais de 80 anos de idade, renunciou este grande Pastor à chefia da Igreja baiana, recolhendo-se para um sítio em Penha, onde viveu santamente os seus últimos anos de vida e faleceu em 22 de novembro de 1767, sendo sepultado na capela-mor de sua igreja matriz.

### **9º. Arcebispo - Dom Frei Manuel de Santa Inês (1762-1771)**

Dele sabemos que era Carmelita Descalço e foi nomeado bispo de Angola, no continente africano, no dia 15 de dezembro de 1745, tendo ali permanecido até o ano de 1762, quando teve a sua transferência para a Bahia como seu 9º. Arcebispo.

Assumiu a chefia da Igreja baiana em 29 de julho de 1762, primeiramente como Vigário Capitular e, depois, como Arcebispo, através de procuração concedida no dia 19 de dezembro de 1770 ao Padre Dr. Gonçalo de Souza Falcão.

Governou civilmente a Bahia no período de 1º. de agosto de 1762 a 25 de março de 1766, integrando Junta Governativa; durante o seu episcopado a capital do Brasil foi transferida, em 1763, para o Rio de Janeiro.

Inaugurou em 14 de novembro de 1765 a nova igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia e lançou a pedra fundamental para a construção do Seminário da Bahia, contando, para isso, com o apoio e a colaboração do famoso missionário jesuíta Padre Gabriel Magrida.

Faleceu no dia 22 de junho de 1771, sendo sepultado na capela-mor do Convento de Santa Tereza.

### **10º. Arcebispo - Dom Joaquim Borges de Figueroa (1773-1780)**

Membro do clero secular, era Doutor em Direito Civil e Canônico e teve a sua nomeação em 17 de janeiro de 1771 para bispo de Mariana, em Minas Gerais. Assumiu por procuração o governo de sua diocese, em 3 de fevereiro de 1773, mas nunca foi pessoalmente assumir o cargo.

Designado para arcebispo da Bahia por Carta Régia de 3 de abril de 1772 e confirmado pela Bula papal de 8 de março de 1773, tomou posse solenemente do cargo em 24 de dezembro de 1773.

Durante seu episcopado ocupou o governo da Bahia, interinamente, em duas oportunidades. Teve um relacionamento muito difícil com o seu clero, o qual, apoiado pelo Cabido, não amparava suas diretrizes.

Amargurado com estes lamentáveis acontecimentos, renunciou ao cargo, retirando-se para Portugal, onde veio a falecer no dia 25 de setembro de 1788, sendo sepultado na igreja de Nossa Senhora do Carmo.

### **11º. Arcebispo - Dom Frei Antônio Correia (1781-1802)**

Eremita da Ordem de Santo Agostinho, era Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra.

Nomeado arcebispo da Bahia em 16 de agosto de 1779, teve a sua sagração episcopal no dia 9 de abril de 1780, chegando a Salvador em 24 de dezembro de 1781.

Pastor dinâmico, criou durante o seu profícuo episcopado as paróquias de Monte Santo (1782), Xique-xique (1785), Nossa Senhora da Purificação de Nazaré (1785), Sant'Ana do Catu (1787), Santíssimo Coração de Jesus (1800), Santíssimo Coração de Jesus de Valença (1801) e Nossa Senhora das Dores (1802). Contando com a colaboração dos Frades Capuchinhos, promoveu missões em sua vasta arquidiocese e dirigiu civilmente os destinos da Bahia, quando da ausência de seus governantes.

Com a avançada idade de oitenta anos, faleceu no dia 12 de julho de 1802, sendo sepultado primeiramente junto ao altar do Sagrado Coração de Jesus, na antiga Sé, e posteriormente trasladado para a cripta da atual catedral.

### **12º. Arcebispo - Dom Frei José de Santa Escolástica (1805-1814)**

Membro da ordem beneditina, era detentor de diversos títulos: Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, Qualificador do Santo Ofício, Pregador da Real Capela de Bemposta, Revisor da Inquisição para censura de livros, Cronista de sua congregação e Secretário do Abade do Mosteiro de São Bento da Saúde.

Nomeado pelo Príncipe Regente Dom João VI para bispo de Pernambuco, foi posteriormente promovido para arcebispo da Bahia em 25 de outubro de 1803 e confirmado pelo Papa Pio VII em 26 de março do ano seguinte.

Sua sagração episcopal realizou-se no Mosteiro de São Bento, onde residia, no dia 17 de junho de 1804 e desembarcou em Salvador em 11 de junho de 1805. Tomou posse solenemente do cargo em 17 de junho de 1805, quando completava um ano de sua investidura episcopal.

Muito incentivou as missões em sua arquidiocese. Com a morte do Conde da Ponte, em 1809, governou a Bahia até a designação de seu sucessor.

Veio a falecer no dia 3 de janeiro de 1814, tendo sepultura diante do altar do Senhor dos Passos, no Mosteiro de São Bento, em Salvador.

### **13°. Arcebispo - Dom Francisco de São Dâmaso de Abreu Vieira (1814-1816)**

Era franciscano e foi primeiramente bispo de Malaca, na Índia, quando teve a sua promoção, em 13 de maio de 1814, para o arcebispado da Bahia. Foi o primeiro pastor a usar o título de arcebispo primaz, posteriormente adotado por todos os seus sucessores até nossos dias.

Restaurou o antigo seminário, reinaugurado em 15 de agosto de 1815, do qual foi primeiro reitor o também franciscano Frei Domingos das Dores. Promoveu solenes exéquias quando do passamento da rainha D. Maria I, com a participação do clero secular e religioso.

Faleceu prematuramente, aos 46 anos de idade, em 18 de novembro de 1816, sendo sepultado na capela-mor da antiga Sé e depois seus restos mortais foram transferidos para a nova catedral.

### **14°. Arcebispo - Dom Frei Vicente da Soledade Dias de Castro (1821-1823)**

Doutor em Teologia pela Universidade de Paris e Abade do Mosteiro de São Bento existente nessa mesma cidade, foi nomeado pelo rei Dom João VI para arcebispo da Bahia em 3 de maio de 1819, tendo a confirmação papal no dia 28 de agosto de 1820.

Sua sagração episcopal ocorreu no dia 22 de novembro desse mesmo ano e assumiu o cargo, por procuração, em 4 de agosto de 1821.

Eleito deputado pela Corte Constituinte de Portugal, foi seu presidente repetidas vezes, jamais vindo assumir pessoalmente o cargo de arcebispo da Bahia.

Faleceu repentinamente no dia 31 de março de 1823.

## **15°. Arcebispo - Dom Romualdo Antônio de Seixas (1828-1860)**

Foi o primeiro brasileiro a ocupar a mitra da Bahia, sendo natural de Cametá, no Pará, cidade que já deu três bispos para o episcopado brasileiro; os outros dois foram: seu tio, Dom Romualdo de Sousa Coelho, que foi o 8°. Bispo do Pará, e Dom Milton Correia Pereira, que conheci em Belém, como Reitor de seu Seminário, depois vigário-geral, bispo auxiliar de Belém, removido como titular da diocese de Garanhuns, Pernambuco, e promovido para arcebispo de Manaus, Amazonas, onde faleceu no exercício do cargo.

Dom Romualdo estudou nos seminários de Belém e Lisboa e contava apenas 22 anos de idade quando teve o título de Cônego do Cabido do Pará.

Deputado pelas províncias do Pará e Bahia, teve destacada atuação junto à Assembleia Constituinte na defesa dos direitos da Igreja, combatendo tenazmente o projeto do antigo regente do Império, Padre Diogo Antônio Feijó, que abolia o celibato do clero e proibia a vinda de padres estrangeiros para o Brasil.

Nomeado em 12 de outubro de 1826 por Decreto Real para o arcebispado da Bahia, teve a sua designação confirmada pelo Papa Leão XII, através da Bula de 30 de maio de 1827.

Preocupou-se com a formação de seu clero, fundando um novo seminário cuja direção entregou aos padres lazaristas. Mereceu receber do governo imperial o título de Conde e Marquês de Santa Cruz, e escreveu sete volumes documentando todas as suas atividades, quer como arcebispo, quer como parlamentar.

Espírito caritativo, atendia a todos que batiam à sua generosa porta, e faleceu pobre em 29 de dezembro de 1860, no Palácio da Penha, aos 73 anos de idade, e foi sepultado na capela do Santíssimo Sacramento da atual catedral de Salvador.

## **16°. Arcebispo - Dom Manoel Joaquim da Silveira (1861-1874)**

Era membro do clero secular do Rio de Janeiro e foi nomeado primeiramente para bispo do Maranhão, ali desembarcando no dia 9 de abril de 1852. Abnegado pastor, visitou pastoralmente, repetidas vezes, as paróquias de sua vasta diocese e reformou o velho e secular seminário construído com a colaboração do missionário jesuíta, Padre Gabriel Malagrida.

Removido para o arcebispado da Bahia, assumiu o honroso cargo em 1°. de julho de 1861, através de procuração concedida ao Deão do Cabido da Sé, Cônego Miguel Antônio Ferreira. A sua posse solene ocorreu no dia 29 de junho do ano seguinte, quando recebeu o Pálio das mãos de Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará e seu futuro sucessor na mitra da Bahia.

Teve destacada atuação na defesa dos bispos Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira e Dom Antônio de Macedo Costa, quando da Questão Religiosa, e os visitou a bordo do navio que os conduzia para a prisão no Rio de Janeiro.

Era muito estimado na Bahia, e quando faleceu, no dia 23 de junho de 1876, véspera de São João, os baianos cancelaram as suas tradicionais festas joaninas em sinal de luto pela morte de seu benquisto Pastor. Foi sepultado na capela do Santíssimo Sacramento, na catedral, ao lado de seu ilustre antecessor, Dom Romualdo Antônio de Seixas, a quem muito admirava.

## **17°. Arcebispo - Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo (1877-1879)**

Paraense e membro do clero secular, estudou no velho seminário de Belém, tendo sido ordenado sacerdote em dezembro de 1837 e destinado para servir na província do Amazonas, que era subordinada ao bispado do Pará. Retornando a Belém, foi nomeado reitor do seminário e vigário geral daquela diocese.

Designado bispo de Goiás, teve a sua sagração episcopal realizada na catedral de Nossa Senhora de Belém, no dia 1°. de janeiro de 1866, oficiada por Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, e figurando com co-sagrantes Dom Luís Antônio dos Santos, bispo do

Ceará, e Dom Manuel do Rego Medeiros, bispo de Pernambuco e cearense de Aracati.

Por coincidência, Dom Luís Antônio dos Santos e Dom Antônio de Macedo Costa, seriam os sucessores de Dom Joaquim Gonçalves quando de seu efêmero episcopado baiano, de 7 de maio de 1877 a 6 de novembro de 1879, data de seu falecimento.

Foi sepultado diante do altar de São Pedro, na Catedral de Salvador.

## **18º. Arcebispo - Dom Luís Antônio dos Santos (1881-1890)**

Membro do clero secular do Rio de Janeiro e nascido em Angra dos Reis, exerceu diversas atividades em Mariana, Minas Gerais, onde então figurava como bispo diocesano o santo Dom Antônio Ferreira Viçoso, que fora seu reitor antes de elevado ao episcopado.

Ali, foi professor de Teologia e depois reitor do seminário (1843), cônego da catedral (1846), e posteriormente doutor em Direito Canônico, em Roma (1848-1850).

Em 31 de janeiro de 1859 foi nomeado 1º. bispo do Ceará, assumindo o cargo no dia 26 de setembro de 1861, tendo governado a Igreja cearense durante dezoito anos, deixando a mais pura tradição apostólica, tendo ordenado 208 sacerdotes em seu profícuo episcopado.

Designado arcebispo da Bahia em 15 de novembro de 1879, recusou esta honraria, mas o Papa Leão XIII, através de Bula datada de 13 de maio de 1881, confirmou a indicação imperial.

Tomou posse do cargo em 20 de outubro de 1881, através de procuração concedida ao monsenhor Manoel dos Santos Pereira. Escreveu mais de dez Cartas Pastorais, reformou o Plano de Estudos no Seminário e também o calendário arquidiocesano.

Amigo do seu clero, fundou um abrigo para os padres idosos, e alertou as autoridades civis contra as pregações de Antônio Conselheiro, em Canudos.

Hemiplégico, renunciou à chefia da Igreja baiana, retirando-se para o Palácio da Penha, onde faleceu no dia 11 de março de 1891.

Quando da realização da XXII Convenção da Família Saraiva Leão, em maio de 2008, na cidade de Salvador, fiz questão de visitar, na catedral daquela cidade, a sepultura desse grande Pastor, que tanto honrou o Ceará como seu 1º. bispo diocesano.

## 19º. Arcebispo - Dom Antônio de Macedo Costa (1890-1891)

Foi a maior figura da Igreja no Brasil, no episcopado imperial, e, até hoje, o único baiano a ocupar a mitra desse estado.

Estudou nos seminários franceses de São Celestino, em Bourges, e de São Sulpício, em Paris, onde, com seu profundo saber, destacou-se dentre os demais colegas e foi mais tarde considerado pelo reitor como um dos três maiores valores passados naquela casa de formação religiosa.

No dia 19 de dezembro de 1857, o seu grande sonho tornou-se realidade com a sua ordenação sacerdotal oficiada pelo arcebispo de Paris, cardeal Nicolau Marlot. Não retornou, porém, ao Brasil, mas se dirigiu à Cidade Eterna, matriculando-se no Liceu Pontifício Santo Apolinário, conquistando ali o título de *DOCTOR IN UTROQUE JURE*.

Voltando ao Brasil, desembarcou em Salvador no dia 1º. de novembro de 1859, recebido festivamente por seus familiares e amigos, tendo à frente o arcebispo Dom Romualdo que muito o estimava e admirava.

Contava pouco mais de 29 anos de idade quando em 21 de março de 1860 teve o seu nome apresentado pelo Imperador Pedro II para bispo do Pará, prontamente confirmado pelo Papa Pio IX, em dezembro daquele mesmo ano.

A sua imensa diocese compreendia as então Províncias do Pará e Amazonas e o Norte de Goiás, praticamente metade do território nacional, onde este abnegado Pastor foi um verdadeiro missionário em sua evangelização, durante os trinta anos em que ocupou a mitra paraense.

Grande orador sacro e escritor primoroso, publicou: *Compêndio de Civilidade Cristã*, *História Bíblica*, *Catecismo da Diocese do Pará*, *Direito Contra Direito* e outros diversos trabalhos.

Intransigente e incansável defensor dos direitos da Igreja, solidarizou-se com Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, quando da Questão Religiosa, sendo processado e preso na Ilha das Cobras, juntamente com o seu colega, bispo de Pernambuco, sendo mais tarde anistiado no Gabinete do Duque de Caxias.

Com o advento da República, foi promovido, em 31 de agosto de 1890, para o arcebispado da Bahia, recebendo o Pálio das mãos de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, bispo de São Paulo e cearense de Russas.

Tomou posse na chefia da Igreja baiana em 18 de setembro seguinte, por procuração concedida a Dom Manoel dos Santos Pereira. Encontrando-se enfermo, não assumiu logo o cargo, indo repousar na cidade de Barbacena, Minas Gerais, ali falecendo no dia 21 de março de 1891, sendo o seu corpo trasladado para Salvador e sepultado na capela do Santíssimo Sacramento, de sua catedral.

## **20°. Arcebispo - Dom Jerônimo Thomé da Silva (1894-1924)**

Cearense de Sobral, onde nasceu no dia 12 de junho de 1849, estudou Filosofia e Teologia na Universidade Gregoriana, em Roma, e foi, também, aluno do Colégio Pio Latino, na Cidade Eterna.

Ordenado sacerdote em 21 de novembro de 1872, retornou ao Ceará, sendo nomeado por Dom Luís Antônio dos Santos, professor de Filosofia no Seminário da Prainha e, posteriormente, secretário do bispado cearense.

Um de seus irmãos foi o engenheiro João Thomé de Saboya e Silva, que foi presidente do Ceará no quadriênio de 1916 a 1920.

Atendendo convite de Dom Frei Vital, bispo de Pernambuco, transferiu-se para Recife, ali fundando o jornal católico *Aurora*, que prestou grandes serviços à causa da Igreja. Exerceu também destacadas funções como professor de Italiano e de Retórica no Ginásio Pernambucano, Promotor Eclesiástico do bispado (1877), Capelão do Asilo de Mendicidade (1879/1880) e Vigário Capitular quando aquela diocese tornou-se Sede Vacante.

Nomeado bispo do Pará em 26 de junho de 1890, foi sagrado em Roma, juntamente com Dom Joaquim Arcoverde Cavalcanti, futuro cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. Governou por apenas dois anos, pois em 12 de setembro de 1893 era designado arcebispo da Bahia, onde tomou posse solenemente no dia 27 de fevereiro do ano seguinte.

Interessante coincidência: Dom Jerônimo sucedeu a Dom Antônio de Macedo Costa em ambas as capitais.

Em 1899 participou em Roma do Concílio Plenário Latino-Americano e, por ser o arcebispo primaz do Brasil, coube-lhe a honra de pontificar a sessão inaugural e fazer a saudação ao Papa Leão XIII, o que fez em fluente Latim, muito elogiado, depois, pelos demais bispos presentes.

Fundou em Salvador a Obra das Vocações Sacerdotais, defendeu o direito de propriedade do Palácio Arquiepiscopal e organizou o patrimônio daquele arcebispado.

Por sua iniciativa foram criadas as dioceses baianas de Caetité (1914), Ilhéus e Barra (ambas em 1915), e a de Aracaju, em Sergipe.

Conseguiu que o governo republicano promovesse à categoria de Embaixada, a representação brasileira junto à Santa Sé.

Teria sido o primeiro cardeal brasileiro, que por direito lhe cabia, como arcebispo primaz do Brasil, quando do Consistório convocado pelo Papa Pio X, em 11 de dezembro de 1905, honraria esta que declinou em favor de seu colega Dom Joaquim Arcoverde Cavalcanti, arcebispo do Rio de Janeiro.

Depois de longo e profícuo episcopado de trinta anos, veio a falecer no dia 19 de fevereiro de 1924, tendo sepultura na Catedral de Salvador.

## **21º. Arcebispo - Dom Augusto Álvaro da Silva (1925-1968)**

Era natural de Pernambuco, tendo nascido em Recife no dia 8 de abril de 1875 e, ingressando no seminário de Olinda, ordenou-se sacerdote em 5 de março de 1899, sendo então designado vigário da paróquia de São Pedro, nessa cidade.

Foi, posteriormente, diretor espiritual do seminário (1900), vigário de São José (1906) e nomeado monsenhor, camareiro secreto do Papa X, em 1908.

Com a criação da nova diocese de Floresta, foi nomeado seu primeiro pastor em 11 de maio de 1911, sendo sagrado por Dom Luís Raimundo da Silva Brito na catedral de Olinda.

Durante os quatro anos em que permaneceu naquele bispado, fundou o seminário, o colégio e o jornal diocesanos, além de escola noturna para estudantes carentes.

Transferido para a diocese de Barra, em 25 de junho de 1916, foi promovido, nove anos depois, para o arcebispado da Bahia, tomando posse solenemente no cargo no dia 21 de maio de 1925.

Durante o seu longo episcopado, de mais de quarenta e três anos, muito realizou pela Igreja baiana, como o 1º. Congresso Eucarístico Nacional, 2º. Sínodo Diocesano, 1º. Congresso Nacional das Vocações

Sacerdotais, construção de um novo seminário, o Museu de Arte Sacra, a Universidade Católica de Salvador e a criação de várias paróquias.

Em 12 de janeiro de 1953 foi nomeado pelo Papa Pio XII membro do Sacro Colégio dos Cardeais, ficando assim a Arquidiocese de Salvador como 3ª. sede cardinalícia do Brasil.

Teve como bispo auxiliar e depois administrador apostólico Sede Plena Dom Eugênio de Araújo Sales, que o substituiu quando de seu falecimento ocorrido no dia 14 de agosto de 1968, sendo sepultado na capela do Senhor Santo Cristo na catedral de Salvador.

## **22º. Arcebispo - Dom Eugênio de Araújo Sales (1968-1971)**

Membro do clero secular, é natural de Acari, no Rio Grande do Norte, onde nasceu no dia 8 de novembro de 1920.

Estudou no seminário da Prainha, em nossa capital, mas recebeu a sua ordenação em Natal, a cuja arquidiocese pertencia, em 21 de novembro de 1943. Após onze anos de sacerdócio, foi nomeado bispo auxiliar e, posteriormente, administrador apóstólico daquela arquidiocese, função exercida com muita dedicação e operosidade.

Transferido em 6 de julho de 1964 para administrador apostólico Sede Plena da Arquidiocese de Salvador, tomou posse do cargo no dia 30 de agosto de 1964. Com o falecimento do cardeal Augusto Álvaro da Silva, assumiu o Sólido baiano em 21 de novembro de 1968, ou seja, no mesmo dia em que completava suas Bodas de Prata de sacerdócio.

No ano seguinte, juntamente com o então arcebispo de Porto Alegre, Dom Alfredo Vicente Scherer, passou a fazer parte do Sacro Colégio dos Cardeais e recebeu, no dia 30 de abril de 1969, das mãos do Papa Paulo VI, o Pálio, símbolo de sua autoridade arquiépiscopal.

Durante a sua chefia na Igreja baiana, organizou nos anos de 1969 e 1970 os Planos de Pastoral em Conjunto, em consonância com o Concílio Vaticano II, e tendo em vista as transformações do mundo hodierno.

Criou em Itaparica um curso para candidatos ao diaconato, iniciando uma experiência pioneira no Brasil, segundo afirmou o Padre José Martins em seu trabalho *Diaconato – Experiência de Base*.

Falecendo, em 1973, o cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, foi nomeado seu sucessor na arquidiocese do Rio de Janeiro, onde pontificou durante trinta anos, mui realizando em favor do povo de Deus.

Renunciou ao cargo após ter atingido a idade limite, mas continua residindo na antiga capital da República, devendo completar noventa anos de profícua existência no dia 8 de novembro deste ano de 2010.

### **23º. Arcebispo - Dom Avelar Vilela Brandão (1971-1986)**

Mineiro de Viçosa, onde nasceu em 13 de junho de 1912, Dom Avelar foi designado sucessor do cardeal Dom Eugênio Sales na Sede Primacial da Bahia.

Quando simples sacerdote, esteve em Fortaleza secretariando o então bispo de Garanhuns, Dom Mário Miranda Vilas Boas, que viera pregar a Páscoa da Mocidade. Durante sua permanência em nossa capital, tornou-se amigo do Padre Francisco Evaristo de Melo, secretário particular do então arcebispo Dom Antônio de Almeida Lustosa, tendo o dito sacerdote vaticinado: “O Padre Avelar acabará se tornando bispo, pois tem todas as credenciais para esta função”.

Não se enganaria o Padre Evaristo, porque no dia 13 de junho de 1946, a Santa Sé, sábia em suas decisões, nomeava o Padre Avelar Vilela Brandão bispo de Petrolina, em Pernambuco. Depois de quase dez anos de incessantes atividades pastorais naquela diocese pernambucana, foi promovido para o arcebispado de Teresina, no Piauí, onde tomou posse solenemente no dia 5 de maio de 1955.

Ali fundou a Faculdade Católica de Filosofia, a Rádio Pioneira de Teresina, a Ação Social da Arquidiocese, além de criar diversas paróquias e escolas de alfabetização.

Em 1971, o Papa Paulo VI o transferiu para a Sede Primacial da Bahia e, no primeiro Consistório realizado, o promoveu ao cardinalato.

No seu profícuo episcopado, criou inúmeras paróquias, visitando pessoalmente as suas comunidades, onde levava a Palavra de Deus para todos.

Exerceu várias funções extrapastorais, como a presidência do CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano, a vice-presidência da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e seu representante em quatro Sínodos Eclesiais, realizados em Roma.

Veio a falecer no dia 19 de dezembro de 1986, tendo sepultura na catedral de Salvador

## **24°. Arcebispo - Dom Lucas Moreira Neves (1987-1998)**

Natural de São João del Rei, Minas Gerais, nasceu no dia 16 de setembro de 1925, cursando o primário e o ginásio em sua própria cidade natal durante os anos de 1933 a 1938, quando ingressou no seminário menor de Mariana, ali permanecendo até 1943.

Resolvendo seguir a vida religiosa, foi admitido na Ordem dos Frades Pregadores, mais conhecida como Ordem dos Dominicanos em 6 de março de 1944, passando a chamar-se Frei Lucas, substituindo o seu nome primitivo, Luís Moreira Neves, com o qual fora batizado.

Teve a sua ordenação sacerdotal no dia 9 de julho de 1950, oficiada por Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, bispo de Uberaba, Minas Gerais, e exerceu, a seguir, o cargo de vice-mestre de noviços e assistente eclesiástico da Juventude Estudantil Católica Arquidiocesana.

Radizando-se no Convento São Tomás de Aquino, no Rio de Janeiro, foi seu vice-prior e assistente eclesiástico da Juventude Universitária Católica Arquidiocesana.

No período de 1959 a 1965, esteve como vice-assistente nacional do Movimento Familiar Cristão e, depois, responsável pelo Departamento de Formação Religiosa da Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil (1966/1967).

Nomeado em 9 junho de 1967 para bispo-auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, teve a sua sagração episcopal oficiada pelo arcebispo daquela capital, Dom Agnello Rossi, em 26 de agosto de 1967. Na capital paulista foi vigário episcopal para a Pastoral dos Meios de Comunicação Social.

Em 15 de outubro de 1979 deixa o Brasil para radicar-se em Roma, onde o aguardava a nomeação para Secretário da Congregação para os Bispos e, posteriormente, Secretário do Sacro Colégio dos Cardeais.

Retorna ao Brasil em 9 de julho de 1987 tendo em vista a sua nomeação para arcebispo primaz da Bahia, como sucessor do Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, falecido em 19 de dezembro de 1986.

No Consistório realizado em 28 de junho de 1988, Dom Lucas foi nomeado cardeal, juntamente com o cearense Dom José Freire Falcão, então arcebispo de Brasília.

Depois de dez anos na chefia da Igreja baiana, foi nomeado Prefeito da Congregação para os Bispos, na Cúria Romana, precisamente em 25 de junho de 1998, substituindo o cardeal africano, Dom Bernar-

dim Gantim, e permanecendo nesse cargo até o dia 16 de setembro de 2000, quando atingiu a idade limite estabelecida pela Santa Sé.

Não mais voltou ao Brasil, ficando residindo em Roma até o seu falecimento, ocorrido em 8 de setembro de 2002. Após Missa de Corpo Presente na Basílica de São Pedro, seu corpo veio para o Brasil, primeiramente para sua cidade natal, onde recebeu verdadeira consagração póstuma, e depois para Salvador, em cuja catedral foi sepultado no dia 16 de setembro, por coincidência data de seu aniversário.

## **25°. Arcebispo - Dom Geraldo Majella Agnelo (1999- )**

Mineiro, como seu ilustre antecessor, nasceu em Juiz de Fora no dia 19 de outubro de 1933 e teve sua ordenação sacerdotal em 29 de junho de 1957, em São Paulo, onde permaneceu por dez anos.

Em 1967 viajou para a Cidade Eterna onde se doutorou em Teologia e, três anos depois, retornou ao Brasil, sendo nomeado Coordenador da Pastoral da Arquidiocese de São Paulo.

Promovido às honras episcopais em 5 de maio de 1978, sendo sagrado bispo em 6 de agosto seguinte, nomeado para a diocese de Toledo, no Paraná. Cinco anos depois, em 1983, foi designado arcebispo de Londrina, no mesmo estado, ali fundou a Pastoral da Crisma e o Jornal da Comunidade.

Transferido para o Vaticano em 1991, assumiu o cargo de Secretário da Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos e, depois, membro da Pontifícia Comissão para a América Latina.

Nomeado arcebispo primaz da Bahia em 13 de janeiro de 1999, tomou posse solenemente do cargo em 11 de março desse mesmo ano.

Dois anos depois, ou seja, no dia 21 de fevereiro de 2001, foi eleito membro do Sacro Colégio dos Cardeais, tendo participado do Conclave realizado em 2005 que elegeu o atual Papa Bento XVI.

Foi presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no período de 2000/2007. Tendo completado, em 19 de outubro de 2008, a idade limite para permanência no cargo de arcebispo primaz da Bahia, apresentou sua renúncia mas até o momento (meados de 2010) a Santa Sé não designou o seu sucessor.

Encerramos, assim, a descrição dos trinta e três Pastores (8 bispos e 25 arcebispos) que ocuparam a Mitra da Bahia no decurso dos

quatrocentos e cinquenta e nove anos de sua existência, conforme já foi dito no início deste trabalho.

A Igreja na Bahia está hoje distribuída em três Províncias Eclesiásticas, a saber:

Província Eclesiástica de São Salvador da Bahia (1676) – Compreende a arquidiocese de São Salvador da Bahia, tendo como sufragâneos os bispados de Alagoinhas, Amargosa, Eunápolis, Ilhéus e Teixeira de Freitas.

Província Eclesiástica de Feira de Santana (2002) – Compreende a arquidiocese de Feira de Santana, tendo como sufragâneos os bispados de Barra, Barreiras, Bonfim, Irecê, Juazeiro, Paulo Afonso, Rui Barbosa e Serrinha.

Província Eclesiástica de Vitória da Conquista (2002) – Compreende a arquidiocese de Vitória da Conquista, tendo como sufragâneos os bispados de Bom Jesus da Lapa, Caetitê, Jequié e Livramento de Nossa Senhora.

## **Bibliografia**

*Biografias de Brasileiros Ilustres* – 1911 – Padre Raphael Maria Galanti S.J.

*Dom Antônio de Macedo Costa - Bispo do Pará* – Dom Antônio de Almeida Lustosa.

*Brasília Catedral do Brasil (História Eclesiástica do Brasil)* – 1970 – Pedro Calmon.

*Os Bispos de Fortaleza* – RIC 1974 – Fernando Câmara.

*O Cardinalato no Brasil* – RIC 1976 – Fernando Câmara.

*O Tricentenário da Diocese de Pernambuco* – RIC 1976 – Fernando Câmara.

*Os Pastores da Bahia* - Arquidiocese de Salvador – 21.11.1976.

*Dom Vital e a Questão Religiosa* – RIC 1978 – Fernando Câmara.

*Dom Antônio de Macedo Costa - Um Modelo para o Episcopado do Brasil* – RIC 1980 – Fernando Câmara.

*Dom Luís Antônio dos Santos - O Apóstolo do Ceará* – RIC 1981 – Fernando Câmara.

O Sesquicentenário de Dom Jerônimo Thomé da Silva – RIC 2000 –  
Fernando Câmara.

Diretório de Liturgia e da Organização da Igreja no Brasil – 2010 –  
CNBB.

# O centenário do Teatro José de Alencar 1910-2010

## Arquitetura e consagração

JOSÉ LIBERAL DE CASTRO\*

Quando dos atos comemorativos do transcurso do 1º. centenário de inauguração do Teatro José de Alencar, o autor deste trabalho tentou prestar modesta colaboração às festividades, traduzida em duas palestras que tomaram como tema a arquitetura daquela casa de espetáculos.

Uma das palestras foi realizada no próprio Teatro, em 13 de julho de 2009, integrando o ciclo de conferências programadas por ocasião do XXV Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História. A outra palestra, mais resumida, verificou-se no Auditório Barão de Studart, do Instituto do Ceará, em 20 de agosto do corrente ano de 2010. Em ambas as ocasiões, o palestrante recorreu a processos de comunicação audiovisual, apoiando-se na exibição de imagens coloridas, acompanhadas de comentários verbais pertinentes à matéria exposta.

Motivado pelo ensejo das comemorações do centenário do Teatro, constituiu desejo do autor, desde a realização da segunda palestra, inserir na *Revista do Instituto do Ceará* notícias tocantes à construção daquela casa de espetáculos. Alertado pelo velho aforismo popular de que uma boa imagem vale por mil palavras, logo previu algumas dificuldades que se evidenciariam, em decorrência do formato e da padronização gráfica da *Revista*, agravadas com a impossibilidade de se exibirem ilustrações coloridas, serviço caro, superior ao orçamento da publicação.

No intuito de manter seus propósitos, o autor decidiu selecionar e adaptar partes da matéria tratada nas palestras, optando por trechos menos prejudicados com a omissão de imagens comprobatórias ou, quando apresentadas, não se ressentissem com o emprego de figuras

---

\* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

monocrômicas. Explica-se, em tal instância, ter a escolha recaído em passagens que melhor superassem os obstáculos, entre as quais aquelas atinentes à pintura decorativa do Teatro, ora especialmente considerada em virtude do interesse que desperta, apesar dos obstáculos surgidos na apresentação impressa. Ante a hipótese, portanto, de que a “montagem” do texto acuse eventual perda de linearidade expositiva, o autor pede escusas antecipadas ao leitor benevolente.<sup>1</sup>

## Espera de meio século

Contar com um teatro oficial de qualidade era desejo manifesto pelos fortalezenses e pelos administradores da Província desde os anos centrais do Império. As instalações precárias dos pequenos teatros particulares não satisfaziam, de sorte que muitas companhias profissionais evitavam a Cidade, tanto por falta de espaços adequados para as apresentações como pelas dificuldades de desembarque e embarque do material cenográfico, em decorrência das restrições portuárias. Em 1859, 1864 e 1872 foram elaborados projetos arquitetônicos de teatros oficiais, recebidos com interesse, mas sempre obstados pela falta de meios financeiros que materializassem o sonho, quer pelas limitações dos cofres provinciais, quer pelos temores de fracasso que afastavam ocasionais promotores de empreendimentos executados sob concessão pública.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> A construção do Teatro José de Alencar foi tema já apreciado em trabalhos do autor, como em *Arquitetura Eclética no Ceará* (in *O Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel / Edusp, 1987: 208-55), *Arquitetura do Ferro no Ceará* (Revista do Instituto do Ceará, t. 106, 1992: 63-94) e *Arquitetura do Ferro no Ceará* (in *Arquitetura do Ferro. Memória e Questionamento*. Jussara da Silveira Derenji (org). Universidade Federal do Pará, 1993, 113-137). Matéria sobre a origem dos jardins laterais do Teatro e outras considerações correlatas, algumas delas pessoais, foram incluídas em *Roberto Burle Marx e os jardins do Teatro José de Alencar*, livro em vias de publicação, da autoria do arquiteto Ricardo Bezerra *et alii*. Estes textos, que se complementam, formam um corpo de informações, comentários e conceitos expendidos pelo autor em ocasiões diversas, concernentes à arquitetura do Teatro José de Alencar.

<sup>2</sup> O primeiro projeto de um teatro público foi apresentado em 1859, proposto por Adolpho Herbster (1826-1893) e Pierre Florent Berthot (1833-1898), francês. Chamava-se Teatro Santa Teresa, em homenagem à Imperatriz, e deveria ser construído na Praça do Ferreira. Em 1864, o engenheiro e empreendedor Antônio Gonçalves da Justa Araújo ofereceu o projeto de um teatro do qual não há mais informações. Em 1872, Adolpho Herbster, agora de parceria com o engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti (1839-1891), projetou um teatro, provavelmente programado para o terreno no qual seria construído o Teatro José de Alencar. Assim se supõe porque a planta da Cidade, executada por Herbster em 1888, assinala a palavra *Theatro* no ponto onde se ergueu o atual teatro.

## Os teatros e a República

Em 1895, já proclamada a República, o coronel, depois general José Freire Bezerril Fontenelle (1850-1926), à frente do governo do Estado entre 1892 e 1896, deu início às obras de um teatro executadas por concorrência pública, conforme projeto de Isaac Amaral (1859-1942) e Robert Gow Bleasby (1861-1927), obra localizada no centro da Praça Marquês do Herval, atual Praça José de Alencar.<sup>3</sup>

Pouco tempo depois, ao assumir a direção do Estado em 1896, o presidente Antônio Pinto Nogueira Accioly (1841-1921) fez sustar e demolir a construção do teatro de Bezerril Fontenelle. Problemas assinalados no parecer emitido por uma comissão técnica, designada para examinar as condições construtivas, resultaram na sugestão de demolir a obra, acimada tanto de imperfeição como de se tratar de casa muito pequena. As fundações desse teatro foram as primeiras executadas no Ceará com o concreto simples. (cf. docs. APEC).

Desejoso, entretanto, de dotar a Cidade de um teatro, Accioly, em seguida, patrocinou um concurso internacional, quando foram apresentados três projetos arquitetônicos (cf. Edital de 10 de dezembro de 1897). Ouvida a comissão julgadora, nenhuma das propostas satisfez. Segundo o veredicto, um dos projetos não oferecia acomodações sequer para a metade do público previsto, sendo conseqüentemente eliminado. Outro projeto atendia ao edital do concurso, mas não mostrava as excelências arquitetônicas esperadas. Um terceiro projeto, vindo da Itália, teria sido aceito se não ultrapassasse de muito o orçamento estipulado para a execução dos trabalhos. (cf. docs. APEC). As conclusões e recomendações do júri do concurso, contudo, não se perderam. Como se verá à frente, foram aproveitadas na concepção do Teatro José de Alencar.

Decepcionando talvez com os fracassos das tentativas, Accioly concluiu o seu mandato em 1900, sem que o tema teatro voltasse à baila. O silêncio prosseguiu entre aquele ano e 1904, durante a gestão do médico

<sup>3</sup> Raimundo Girão lembra que em 1891 cinco subscritores haviam fundado uma sociedade, a Companhia Cearina, contemplada com o privilégio de explorar um teatro por 50 anos, para o que “a Câmara Municipal lhes cedeu o terreno necessário, então destinado à construção de um mercado.” (1959: 216). De acordo com a planta da Cidade, elaborada por Herbster em 1888, deveria ser erguido um mercado no meio da praça do Patrocínio, em frente à igreja, local por certo oferecido à Companhia Cearina, o mesmo onde, posteriormente, começou a ser levantado o teatro de Amaral e Bleasby.

Pedro Augusto Borges (1851-1922), mero subalterno político de Accioly e seu sucessor submisso.

Encerrado o governo de Pedro Borges, Accioly retornou à direção do Estado, quando novamente demonstrou empenho na construção de uma casa oficial de espetáculos. Na ocasião, pouco depois de empossado, fez aprovar na Assembleia Legislativa a Lei nº 768, de 20 de agosto de 1904, que autorizava o Estado a despender até quatrocentos contos de reis com o empreendimento. Por estas ou por aquelas razões, não houve, porém, qualquer empenho na edificação do teatro, de sorte que transcorreram os quatro anos da segunda administração de Accioly sem que o assunto fosse considerado.

Vale lembrar que a Cidade praticamente não dispunha de teatros, nem oficiais nem particulares, desde o fechamento do Teatro São Luís, em 1896. Os concertos musicais e as atividades cênicas tinham de se contentar com palco e salão que o Clube Iracema mantinha para seus sócios, frequentemente abertos ao público, ou com o antigo e pequeno Teatro de Variedades. Estabelecia-se, portanto, uma situação constrangedora, visto que a vaidade dos fortalezenses se sentia afrontada pelo fato desagradável de que todas as capitais importantes do “Norte” possuíam teatros oficiais, muitas deles renomados, já antigos e com prestígio nacional.

### **Providências institucionais para construção do Teatro**

Releito Accioly em 1908 para um terceiro mandato, inesperadamente decidiu construir o teatro, que inauguraria dois anos depois. A rapidez do começo dos trabalhos faz crer que inúmeras providências haviam sido tomadas antes de enviar à Assembleia Estadual, em 1º de julho daquele ano, a Mensagem na qual descrevia com relativa precisão o teatro a cujas obras já dera início.

A decisão do governo contava com amparo da Lei nº 768, sancionada havia quatro anos, já referida. Entre as opções de que dispunha, Accioly decidiu realizar as obras do Teatro por administração direta, talvez porque não lhe interessassem outras modalidades, já tentadas sem êxito.

A fim de gerir as obras, criou uma “directoria de construção” [do Teatro], em caráter extraordinário, vinculada diretamente à Presidência do Estado, instância única à qual os encarregados dos trabalhos deveriam recorrer.

Pouco ou nada se sabe do modo de ação da “directoria de construcção”, administrada por Raimundo Borges (1871-1934), genro de Accioly, tenente do Exército e comandante da Força Pública do Estado, conjuntamente com Bernardo José de Mello (1868-1910), também tenente do Exército, autor oficial do projeto e dirigente técnico da obra, conforme se lê numa cartela aposta no vestíbulo do Teatro. A ligação dos trabalhos com a Presidência do Estado se fazia por intermédio de José Pompeu Pinto Accioly (1875-1950), filho do Comendador, seu Secretário de Justiça e Vice-Presidente do Estado. Vale registrar que os três, Borges, Mello e Pompeu, haviam sido alunos da primeira turma da Escola Militar do Ceará, em 1889, ligados, portanto, por velhos laços de amizade fraterna (CÂMARA, 1959: 104-16), embora José Pompeu se houvesse afastado da carreira militar ainda cadete, no Rio de Janeiro. (STUDART, 1913: 195).

Breves são as notícias da vida militar de Bernardo José de Mello. Na época, 1º. tenente de Artilharia, desde 1893, por carta patente assinada por Floriano Peixoto (cf. doc. AHEX), promovido ao posto de capitão, às vésperas da inauguração do Teatro. Ocasional professor de desenho no Liceu do Ceará, disciplina estudada nas aulas particulares do pintor Luís Félix de Sá (1845-1898), nada se sabe de sua formação no campo da Arquitetura ou da Engenharia. Projeto arquitetônico seu, de autoria comprovada, apenas se conhece o do Asilo de Mendicidade (atual Lar Torres de Melo), edificação que resiste ao tempo, mas pouco acrescenta à sua qualificação de projetista.

De qualquer modo, conquanto Bernardo de Mello e Raimundo Borges fossem amadores de engenharia e arquitetura, a “Directoria de Construcção” deve ter agido com lisura, pelo menos em termos de orçamento, pois o montante de despesas efetuadas com as obras do Teatro mostrou-se aceitável para os padrões de acabamento das obras e para os preços da época (MENSAGEM, 1910: 18-9). Desconhecem-se, entretanto, os valores parciais dispendidos na construção e não há como verificar se poderiam ter custado menos. De igual modo, não se dispõe de informação quanto aos critérios de escolha daqueles que participaram direta ou indiretamente de serviços específicos do empreendimento. Além do mais, ainda que alguns trabalhos gerais tenham sido adjudicados por concorrência, faltam notícias dos executantes, do quanto lhes foi pago e das tarefas solicitadas.

## **Informações oficiais sobre o projeto do Teatro**

**José de Alencar**

As reduzidas informações oficiais sobre as obras do Teatro José de Alencar, sem dúvida, procedem do sistema praticamente sigiloso, desenvolvido para execução dos trabalhos, como já referido, entregues a uma repartição especial, na realidade, extensão do gabinete do Presidente do Estado ou, melhor, do gabinete de seu filho, José Pompeu Pinto Accioly, ora como Secretário de Interior e Justiça, ora como Vice-presidente, por vezes no exercício da Presidência. O processo revela os métodos empregados pela oligarquia familiar aciolina, que governou o Ceará por duas décadas.

Os únicos documentos oficiais respeitantes às obras, realmente disponíveis, limitam-se à Lei nº 768, já mencionada, bem como às mensagens remetidas à Assembleia Estadual em 1908, 1909 e 1910. A mensagem de 1908 descreve o projeto do Teatro, com obras recém-iniciadas. A Mensagem de 1909 comenta o estado dos trabalhos em meados daquele ano, enquanto a de 1910 repete literalmente a de 1908, mas relaciona, em parcelas sucintas, o total despendido pelo Estado com as obras do Teatro, já concluídas. Deve também ser incluído o “Edital de Concorrência”, para obras de alvenaria e de carpintaria, publicado no jornal *A Republica*, de 9 de junho de 1908, e assinado por *Bernardo de Mello (Director de Construcção)*, documento sucinto, sem especificação dos serviços solicitados.

A documentação contratual e técnica pertinente à construção do Teatro deveria estar preservada no Arquivo Público Estadual. Infelizmente, nas buscas até agora efetuadas, nada foi encontrado. Não se descarta, contudo, a hipótese otimista de um dia serem localizados desenhos e papéis vários, talvez guardados sob denominação pouco clara ou apensos a pastas de outros serviços. Paira também a suposição desalentadora de que, como os trabalhos foram realizados por setor administrativo autônomo, os documentos poderiam ter permanecido com algum dos responsáveis pela obra, posteriormente extraviados ou até destruídos, quando do incêndio das propriedades da família Accioly e de amigos próximos, ocorrido em fins de 1912. Resultaram infrutíferas as consultas do autor dirigidas à Sra. Dustana Rabello de Mello, filha de Bernardo José de Mello, e ao general Juracy Montenegro Magalhães (1905-2001), genro de Raimundo Borges.

Informações suplementares sobre trabalhos do Teatro, em especial, referências a obras decorativas, aparecem em *A República*, jornal oficial do governo, particularmente nas crônicas intituladas “Entrelinhas”, escritas por Carlos Câmara. A opinião dos jornais da oposição, *Unitário* e *Jornal do Ceará*, deve ser considerada, apesar de sempre expressa com virulência, em meio a trocas de ofensas mútuas, até pessoais, com os adversários.<sup>4</sup> Deve, entretanto, ser consignado que a oposição não tinha acesso às obras do Teatro, de sorte que explorava os fatos indiretamente, alimentando intrigas e, em revide, colhendo notas de contestação da “Directoria de Construção”, raramente expressas em tom educado...<sup>5</sup>

\*\*\*

No projeto do Teatro, descrito na Mensagem de 1º. de julho de 1908, pela primeira vez aparece a expressão *teatro-jardim*, apesar de não claramente definida. As proposições arroladas na memória do projeto, contidas na Mensagem, foram rigorosamente cumpridas, menos em dois itens. Em um deles, de modo irrelevante mas, em outro, com real prejuízo para o espírito de projeto, pois eliminou praticamente o “jardim” e o *foyer*, local de convívio elegante do Teatro, conheceu dificuldades de uso.

Cabe, no entanto, advertir que a descrição do Teatro, incluída na Mensagem de 1908, não passava de uma transcrição literal de entrevista concedida por Bernardo José de Mello ao jornal *A República*, em 19 de maio daquele ano, com a qual procurava explicar verbalmente a *projecção do Teatro*, isto é, o desenho então exposto ao público na Livraria Araújo, provável perspectiva do conjunto.

<sup>4</sup> No capítulo das alcunhas, referiam-se a Accioly como o “babaquara”, o bobalhão, “do tupi, o que não sabe nada”. (NASCENTES, 1966: 81). José Accioly era o “José Queixo” e Raimundo Borges, o “Raimundão” ou “Piauhyseiro” (nascera no Piauí).

<sup>5</sup> Em *Unitário*, João Brígido tratava Raimundo Borges debochadamente: “O sogro governa, o genro faz as obras com o dinheiro do thezouro”. E fustigava Borges, militar recentemente diplomado em Direito, apodando-o de “bis doutor com trena de engenheiro e vanguardue de licenciado. (...) Até parteiro elle já se declarou um dia.” (UNITÁRIO, 6.6.1908). Antônio Vanguerve Cabral era famoso doutor em leis dos tempos de Dom João V, invocado ironicamente por Brígido como modelo de sapiência jurídica de que Borges carecia. Quanto a Bernardo de Mello, ao citá-lo como “um official do Exercito que toma ares no Ceará”, emitia referência impiedosa a problemas de saúde do militar, que o levariam ao falecimento seis meses depois de inaugurado o Teatro. (UNITÁRIO, 20.6.1908).

Ao ensejo, para devido registro, transcrevem-se apenas a notícia pertinente à exposição do desenho na livraria e o início da descrição de Bernardo de Mello, conquanto, em oportunidades devidas, sejam intercaladas outras partes da Mensagem:

*O nosso Theatro*

*Acha-se exposta na “Livraria Araujo” a projecção do “Theatro José de Alencar”, levantada pelo nosso distinto amigo e illustrado engenheiro 1.º tenente Bernardo José de Mello. Obedece ao typo dos theatros jardins, sendo composto de 4 secções. A primeira comprehende (...). (OP. CIT. 19.5.1908).*

As “secções” referidas assim se distribuíam: 1. recepção e *foyer*; 2. jardim; 3. plateia; 4. palco e anexos. Quanto à titulação graciosa concedida a Bernardo de Mello, compete lembrar que na ocasião qualquer pessoa podia apresentar-se como engenheiro ou arquiteto, pois ambas as profissões somente vieram a ser reconhecidas oficialmente quando da criação do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, conforme determinação do Decreto-Lei nº. 23.569, de 11 de dezembro de 1933.<sup>6</sup>

## Origens do projeto

As soluções arquitetônicas incorporadas à descrição do Teatro José de Alencar, feita por Bernardo de Mello ao jornal *A República*, podem assim ser resumidas:

- Plano geral do Teatro resolvido com blocos intercomunicantes, evidenciando como característica do partido a inclusão de um jardim interno (de implantação frustrada, aliás);
- Blocos devidamente identificados por suas funções, como era comum nos teatros ditos à italiana;
- Opção por uma sala de espetáculos resolvida com estrutura metálica;
- Forros de madeira e paredes de alvenaria de tijolos tratados com pintura decorativa, de padrões e figuras;
- Utilização de cenários móveis, pintados, com telões de subir e descer.

<sup>6</sup> No que toca à escolha da dupla Borges e Mello, assinale-se que Acciolly possuía na família vários engenheiros diplomados, como um cunhado - Hildebrando Pompeu (1853-1907), falecido na ocasião, um filho - Benjamim Pompeu Pinto Accioly (1874-1947), além de um genro - Francisco Sá (1868-1934), de brilhante carreira profissional e política.

A concepção da obra atendia, sem dúvida, às recomendações feitas pela Comissão Julgadora do já mencionado concurso internacional de projetos, realizado ainda no primeiro mandato de Aciolly, conforme edital datado de 10 de dezembro de 1897, lista de aconselhamento da qual somente não constava o “jardim”, acrescentado depois. Tomadas como guia arquitetônico atualizado para elaboração do novo teatro, as indicações serviam de escudo ao projetista, evitando comentários desacreditadores.

Listavam-se assim as indicações da Comissão Julgadora:

- Partido geral em “secções” (teatro à italiana).
- Estrutura metálica (material incombustível).
- Coberta de zinco (material leve).
- Grossas paredes envoltórias (defesa contra barulho externo).
- *Plafond* de madeira, em arco ou abaulado (a fim de atender à acústica e à elegância).

Teatro à italiana ou teatro italiano, como se esclarece a seguir, é uma tipologia edificatória de procedência pós-renascentista, em que o palco e o setor dos espectadores constituem unidades autônomas, às quais se juntam os espaços destinados ao intercuro social e aos serviços, setores todos que ocupam posições separadas fisicamente (formam as “4 secções” do Teatro José de Alencar, de que falam as Mensagens).

## Origens da arquitetura teatral e os teatros à italiana

A primeira recomendação da comissão julgadora definia o partido geral do Teatro, quer dizer, a organização espacial do conjunto, conforme as respectivas funções e integrada às dimensões do lote indicado. O partido “em secções” procedia de concepções nascidas na Itália do Renascimento, que ajustavam o projeto a tipologias teatrais ditas *italianas* ou *à italiana*, por causa de sua origem.

Renascimento foi nome proposto pelos franceses no século XIX para identificar um período da história da Itália de importância fundamental na cultura do Ocidente. À parte considerações outras, alheias aos objetivos deste artigo, diga-se que a vontade de apropriação de aspectos da cultura greco-romana constituiu apenas uma das várias faces do Renascimento, já que o momento histórico, com suas particularidades, resultou na formulação de conceitos e formas novas, não propriamente reproduções do passado.

A fim de se avaliar a contribuição italiana às tipologias teatrais, parece de bom alvitre rememorar, ainda que com rápidas palavras, algumas origens das atividades cênicas.

As práticas teatrais, vale lembrar, remontam à Grécia, ao culto do deus Dionisos, realizado fora das cidades, no campo, nas clareiras das florestas, ao cabo de procissões muitas vezes envolvidas com excessos. Posteriormente, as manifestações transformaram-se em espetáculos profanos, pelo que pediram a feitura de edifícios abertos, com degraus lançados em torno de um vazio em círculo, a *orchestra* (ορχήστρα), espaço utilizado pelos coros e para danças, e destinado inicialmente ao sacrifício de animais.<sup>7</sup> A *orchestra* era tangenciada por uma espécie de passadiço meio elevado, onde os artistas se apresentavam à frente de uma parede perfurada por portas, que conduziam à parte posterior, onde se paramentavam com trajes pertinentes e máscaras. A parede denominava-se *skéné* (σκενή), chamada *scaena* pelos romanos (depois, *scena*) e o passadiço de representação era complementado mais à frente por uma faixa estreita, o *proskénion* (προσκήνιον), denominada *proscenium* pelos romanos, o atual proscênio.<sup>8</sup>

No período renascentista, o desejo de encenar peças do repertório clássico levou ao estudo das considerações do arquiteto romano Marco Vitrúvio Polion, contemporâneo do imperador Augusto, expedidas em sua obra *Architectura Libri Decem*, no capítulo dedicado aos teatros (VITRUVIO, 1787, Livro V, cap. IX: 126-130). O livro de Vitrúvio, códice

<sup>7</sup> A transformação das práticas religiosas em espetáculos de representação profanos conhece suas versões. Conta-se que em Atenas, em certa ocasião, um grupo que saía da cidade em procissão religiosa, teve sua marcha interrompida pela audácia de um jovem, chamado Tespis. Postado no alto de um carro e dizendo apresentar-se aos circunstantes como se fora Dionisos, o moço começou a falar para si mesmo em público. Naquele momento, surgiam o monólogo e a figura do ator, aquele que desempenha um papel no qual representa outra pessoa. Aparecia o protagonista, o primeiro ator (literalmente, o “primeiro lutador”). Posteriormente, já alheio à liturgia primitiva, criou-se o diálogo, como resposta às falas. Nascia o teatro, uma das mais notáveis contribuições gregas à cultura ocidental.

<sup>8</sup> A palavra teatro, de uso internacional, procede do vocábulo grego *théatron* (θεατρον), por sua vez derivado do verbo *theáomai* (θεαομαι), que significa contemplar, ver. Esse verbo conta com cognatos, tais como *théa* (θεα) = contemplação; *théama* (θεαμα) = aquilo que se contempla: o espetáculo; *theatós* (θεατος) = visível; *theatés* (θεατης) aquele que contempla: o espectador; finalmente, *théatron* (θεατρον), lugar de reunião para ver, local onde se contempla.

Os romanos absorveram o teatro grego, conquanto adaptado à sua realidade cultural. Manteram a nomenclatura original, mas também utilizaram vocábulos latinos equivalentes, entre os quais o verbo *spectare*, contemplar, e os derivados *spetaculum* e *spectator*, usuais em português.

conhecido nos mosteiros medievais, foi publicado em 1485, todavia, desacompanhado dos desenhos originais, já então extraviados. Por tal motivo, embora muitos teatros antigos ainda remanescessem fisicamente com maior ou menor integridade, cada arquiteto interessado na matéria interpretou por entendimento próprio o texto do tratadista, em particular no que se referia à montagem das peças.

A Idade Média, notadamente em sua última fase, conheceu as representações teatrais, todavia, exibições de caráter popular, ao ar livre, de mistura com os passantes, montadas nos adros das igrejas, nas feiras, nos largos urbanos, pelo que dispensavam edifícios específicos. Ao contrário, na Itália renascentista, as tentativas de encenação de peças de origem erudita bem como a busca por espaços apartados do bulício das ruas, somada aos anseios de uma autossegregação cultural e social, redundaram, em fins do século XVI, na construção de edifícios teatrais inspirados nas antigas versões romanas, de forma cilíndrica, com acesso restrito.

Nas realizações artísticas do Renascimento italiano, a concentração de interesses num motivo único e o desejo de representação da realidade haviam sido atingidos na pintura com a ajuda da descoberta do traçado da *prospettiva* ou, mais restritamente, das perspectivas de ponto de fuga central. Os antigos tinham ciência dos fenômenos que incidiam na visão humana, mas desconheciam as relações geométricas que os regiam. Os princípios revolucionários da perspectiva, definidos no início do *quattrocento*, foram logo aplicados nas pinturas de decoração de interiores de palácios e edificações enobrecidas, simulando paisagens rurais e urbanas. Pouco tempo depois, viram-se adaptadas nos teatros como cenários, fixos de início, mas logo móveis, em telões, com temática variada.

Não contentes com os fingimentos bidimensionais de espaços oferecidos pelas representações pintadas, já conhecidas de gregos e romanos, arquitetos italianos interessados em cenografia resolveram criar um espaço tridimensional isolado, o *palco*, onde os artistas passaram a se apresentar, separados do público. A necessidade, durante os espetáculos, de rápida substituição dos telões pintados redundou na construção de uma espécie de enorme caixa sobreposta ao palco, a fim de guardá-los, ora suspensos, no alto, ora baixados, conforme as indicações cênicas. Por tal razão, o teto do palco tornou-se um vazio, preenchido na metade de sua altura por seguidas faixas de pano, horizontais, paralelas à boca de cena, as *bambolinas*, apreendidas visualmente pelos espectadores como uma coberta, embora falsa. As paredes laterais do palco também

foram suprimidas e substituídas, de início, por passagens franqueadas segundo um sistema antigo, já mencionado por Vitruvius, os *periacti*, espécie de altos prismas triangulares móveis. (OP. CIT. 1787: 123). Depois, os prismas foram reduzidos a simples molduras de madeira, móveis ou fixas, com os vazios preenchidos por panos estirados, peças conhecidas por *bastidores*.

Por sua vez, a simples transcrição da forma interior dos teatros romanos, tentada inicialmente, com degraus em semicírculo, também não satisfazia em termos de capacidade das salas, não obstante, na Roma antiga, o piso térreo em semicírculo, reminiscência da *orchestra* grega, já tivesse sido ocupado com cadeiras, onde se sentavam figuras conspícuas. Na Itália, em busca de ampliar as acomodações, o semicírculo foi antecedido por um retângulo, gerando uma forma geométrica nova, cujo contorno ficou preenchido com lanços laterais em planos superpostos, isto é, com vários pavimentos de baixa altura (frisas, camarotes, balcões), utilizáveis pelo público, ampliação de que resultaram as salas com plantas ditas *em ferradura*.

Já na segunda metade do século XVIII, a montagens de grandes óperas - o espetáculo total, impôs enorme dimensão aos palcos, exigindo sistemas complexos para movimentação cenográfica, com pisos retráteis em fossos, acomodações para orquestras, instalações mecânicas e de iluminação, bastante complicadas, principalmente após o emprego da eletricidade no último quartel do século XIX.

\*\*\*

Estas informações sobre formas de teatros foram incluídas para melhor entendimento de alguns trechos da Mensagem enviada por Accioly à Assembléia em 1908, ora citados. Pretendem esclarecer minimamente sobre a tipologia arquitetônica conhecida por *teatro à italiana* ou *teatro italiano*, seguida pelo projeto do Teatro, na verdade, praticamente a única conhecida do grande público.

Assim, compreende-se porque no Teatro José de Alencar, a *sala de espectáculos* é disposta em pavimentos superpostos, quer dizer, em um 1º. o pavimento terreo ocupado pelas cadeiras, um (...) 2º. o pavimento das frizas, (...) um 3º. o pavimento dos camarotes, e (...) um 4º. o pavimento das torrinhas ou *geraes*. Fica também explicada a forma da

*sala ou amphitheatro*<sup>9</sup>, em fôrma de ferradura e se entende porque a caixa do teatro, isto é, o palco, os camarins (...), os corredores, etc. teem uma altura elevadissima, podendo subir o panno de bocca e as vistas do scenario sem enrolar, como se uza nos melhores theatros.

## O projeto da estrutura metálica

O segundo dos itens relacionados na Mensagem de 1º. de julho de 1908 apontava, como fato significativo, a decisão governamental de *encomendar aos Srs. Boris Frères, de Pariz, um teatro de ferro, de accordo com a planta organizada pelo 1º. tenente Bernardo José de Mello.*

Por sua vez, nos tópicos finais da mensagem, consta esta informação pertinente à estrutura metálica:

*O material foi fabricado pela importante casa Walter Max Farlane & Cº, Sarracen Fondry Glasgow, na Inglaterra.*

Na verdade, a “casa” chamava-se Walter Macfarlane & Cº, na época, uma das maiores empresas no ramo da pré-fabricação em ferro, proprietária da Sarracen Foundry, instalada na cidade de Glasgow, grande centro industrial, localizado *na Escócia*. A mensagem governamental reproduzia os enganos cometidos por Bernardo de Mello (ou pelo repórter) na entrevista, quanto a nomes de pessoas e lugares, enganos, por sua vez, repetidos em trabalhos assinados por nomes de relevo na vida cultural cearense.

Para melhor entendimento do papel desempenhado na construção do Teatro José de Alencar pelas duas empresas mencionadas na Mensagem, a Casa Boris, como intermediária, e Walter Macfarlane & Cº, como executantes, convém oferecer informações pertinentes às firmas, acompanhadas de alguns comentários contextualizadores, lacônicos que sejam.

## Boris Frères

Na época da construção do Teatro José de Alencar, desfrutava de excepcional prestígio no Ceará a Casa Boris, oficialmente denominada Boris Frères. Estabelecida na Cidade desde 1869, a firma havia adquiri-

<sup>9</sup> A palavra *amphitheatro* aparece empregada na Mensagem de modo genérico, mas impróprio. Os anfiteatros eram criação romana, que acoplava dois teatros afrontados (do grego: *amphi* [αμφι] = à volta de dois, no meio de dois) formando uma enorme edificação, destinada à realização de disputas e lutas violentas, quase sempre mortais.

do elevada consideração mercê de severo padrão imposto às atividades comerciais, que abrangiam vários setores, entre os quais se destacavam a importação de bens de uso corrente e a exportação de produtos da terra. Com sede em Paris, a empresa era dirigida por irmãos, comerciantes franceses de origem judaica, procedentes da Alsácia e Lorena.<sup>10</sup> Em suas ações, a Casa Boris controlava boa parte dos negócios internacionais do Estado, realizados por via marítima, visto dispor de barcos, catraias, alvarengas, lanchas que efetuavam, na bacia portuária fortalezense, embarque e desembarque de cargas e pessoas, entre o costado dos navios e a ponte de embarque. Em face do vulto das operações comerciais desenvolvidas, os arquivos da Casa Boris, como se pode inferir, registravam parte substancial das transações mercantis do Ceará. Entende-se porque o governo estadual muitas vezes recorria à empresa poderosa como mediadora de vários negócios, inclusive em empréstimos bancários levantados no exterior. Seria, pois, consequente que a administração do Estado mais uma vez se socorresse dos serviços da Casa Boris, tendo-a como intermediária, quando da importação da estrutura metálica do Teatro.<sup>11</sup>

Relacionamento com dirigentes da firma franqueou ao autor deste trabalho acesso a antigos arquivos da Casa Boris, todavia, parcialmente inviabilizados nas consultas específicas, posto que os documentos se achavam depositados em enormes caixas de ferro oxidadas, cada qual dedicada a um determinado ano. Certa ocasião, em contato com o Sr. Bertrand Boris, saudoso dirigente da empresa secular, o autor teve às mãos o livro *Entrée de Factures de Paris*, peça preciosa dos arquivos da Casa. O livro arrolava as importações da firma por longo período, numa circunstanciada lista de bens consumidos pela Cidade, alguns necessários, outros de luxo. Apareciam relacionados artigos díspares, como máquinas de costura, aparelhos elétricos, produtos químicos, alimentos, tecidos, *broderies Richelieu*, pianos *équipés pour les tropiques*. Mausoléus de mármore, desmontados, e lenços femininos de linho, importados às grossas, com monogramas, em boa parte marcados com a letra *M*, destinados

<sup>10</sup> Na época, também vieram para o Ceará vários comerciantes da Alsácia e Lorena, franceses de origem judaica. Na mesma ocasião, outro grupo de igual procedência buscou a província de São Paulo, onde se instalou.

<sup>11</sup> A presença da Casa Boris na vida cearense era glosada no imaginário popular, que lhe conferia poderio absoluto, divulgado de modo jocoso, às vezes, fescenino.

a satisfazer a vaidade das incontáveis Marias da Cidade... Enfim, uma preciosidade documental, provavelmente desaparecida.<sup>12</sup>

A folhas tantas do livro, entre as *Marchandises expédiées par S/S “Gregory” partant de Liverpool arrivé à Ceará le 11 Abril 1908*, aparecia mencionado o recebimento da estrutura metálica do Teatro, sob o título *Théâtre / Cet envoi comprend 847 colis soit 207 caisses marquées Estado do Ceará. (...) 847 colis suivant détail que nous vous avons adressé par notre lettre N.º 29 bis. du 12 Mars.*<sup>13</sup>

Ao longo das três páginas do livro, referentes à fatura que acompanhava a carga, estavam devidamente relacionadas as peças componentes da estrutura do Teatro. Na parte final, aparecia o valor da mercadoria e do respectivo frete, em libras, calculado em Glasgow a 22 de janeiro de 1908, cidade de onde os componentes foram enviados a Liverpool, para embarque ao destino, com passagem pelo Havre. Conquanto Glasgow figurasse como um dos mais movimentados portos britânicos, Liverpool mantinha velhas e assíduas ligações marítimas com Fortaleza, havia um século, fato que explica a escolha do local da remessa. O documento, ou melhor, a fatura aparece datada de Paris, extraída em 10 de março de 1908, escrita em francês, embora as medidas, os pesos e os preços seguissem o sistema britânico. (Figura 1). O documento deixa bem clara a interveniência da Casa Boris na transação, aliás, assinalada na mensagem de Accioly, ainda que se desconheça qualquer dado oficial quanto ao valor pago pela intermediação.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Os arquivos da Casa Boris foram doados ao Estado do Ceará já há algum tempo. Infelizmente, por falta de espaço e por limitações do quadro funcional especializado, o Arquivo Público do Estado ainda não pôde organizar o material recebido, o que tem inviabilizado as consultas. Lamentavelmente, ao que parece, o livro *Entrée de Factures de Paris* não foi remetido ao Arquivo Público conjuntamente com os demais documentos, de modo que pode encontrar-se extraviado ou, talvez, em mãos de terceiros.

<sup>13</sup> O navio *Gregory* partiu de Liverpool para Fortaleza, onde chegou a 11 de abril. Era pilotado pelo comandante P. Tocque e comportava 1.286 toneladas de carga (A REPUBLICA, 10.4.1908).

<sup>14</sup> A mensagem remetida à Assembléia em 1908 transcreve um resumo da relação de peças e as despesas constantes do livro de *Entrée de Factures de Paris*. Para abrigar o material recebido foi providenciada, como consta da Mensagem, a construção de um barracão com 126 x 40 palmos (27,72 metros de comprimento por 8,80 metros de largura). Provavelmente teria o lado maior paralelo à praça, de sorte a se ajustar ao futuro pátio interno do Teatro, que tem largura de 15 metros. Deste modo, erguido num futuro vazio, não interferiria no plano de obras do Teatro, à parte poder permanecer de pé durante o correr dos trabalhos, já com outros usos.



filial cearense da Casa Boris, sem interferência de repartições estaduais. Ficariam assim explicados os enganos de Bernardo de Mello, repetidos na mensagem governamental.

### Walter Macfarlane & C<sup>o</sup>

Das “4 secções” do Teatro José de Alencar, arroladas na Mensagem, sobressai como a de maior valor arquitetônico “a terceira secção de ferro e aço”, aquela que o caracteriza e que lhe deu fama. Essa “secção” referencial do Teatro, isto é, a “sala ou amphitheatro” ou, mais precisamente, o “theatro de ferro”, como referido na descrição governamental, foi projetada e construída por Walter Macfarlane & C<sup>o</sup>, então uma das empresas de maior vulto na pré-fabricação de componentes metálicos, portadora de invejável prestígio internacional, obtido progressivamente ao longo de décadas.

Em torno de 1850, Walter Macfarlane (1817-1885) montou na Saracen Lane, cidade de Glasgow, sua primeira fundição, a Saracen Foundry.

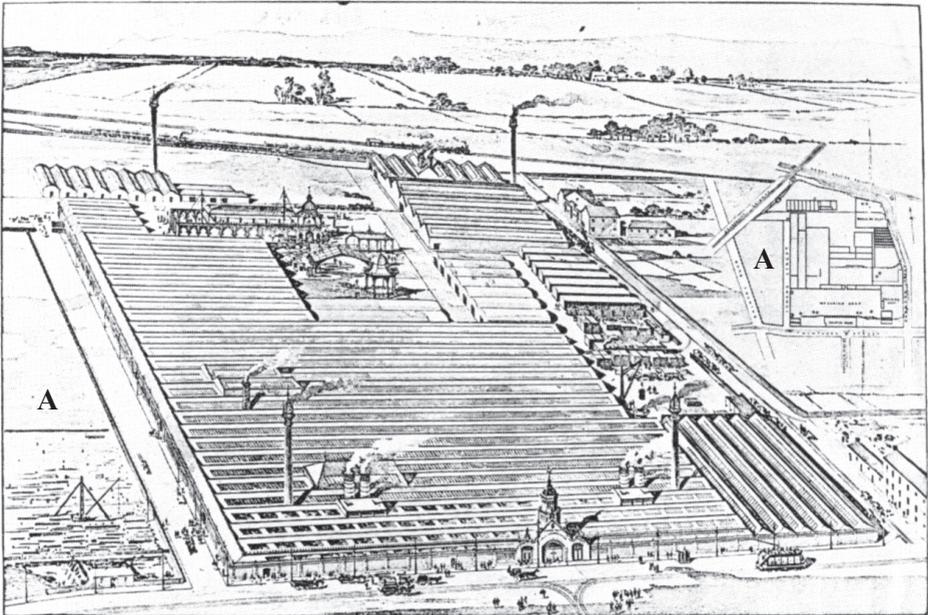


Figura 2. Vista da fundição de Walter Macfarlane em fins do século XIX. Observar, à esquerda, o amplo espaço A, destinado à montagem prévia das estruturas (HERBERT, 1978, p.177).

Mantido o nome original, transferiu-a algum tempo depois para novas instalações, no subúrbio de Possilpark, as quais, sucessivamente ampliadas, vieram a ocupar vasta área de 14 acres (56 hectares!). (Figura 2). Walter Macfarlane Junior (1853-1932), sobrinho e herdeiro do fundador, diversificando a produção no propósito de atender a um mercado em expansão, fez a empresa crescer solidamente, transformando-a numa das mais poderosas no ramo, capacitada para elaboração de grandes projetos e execução de obras complexas. A clientela da firma espalhava-se pelos mais distantes recantos do mundo, com importantes obras enviadas para o Brasil, como a Estação da Luz, em São Paulo, o conjunto do Ver-o-peso em Belém e os mercados de Manaus.<sup>15</sup>

Em Fortaleza, Walter Macfarlane & C<sup>o</sup>. haviam executado a curiosa escada de plano em cruz, que ainda se vê na antiga sede da Ceará Harbour Corporation, prédio inaugurado em 1891, depois repassado à Alfândega e hoje pertencente à Caixa Econômica Federal, na avenida Pessoa Anta, em frente ao Centro Cultural Dragão do Mar. Também tinham fornecido os gradis da parede do açude do Cedro, inaugurado em 1907. Já conhecida na praça, como se vê, por tal razão ou por outras razões, a firma seria a escolhida pela Casa Boris a fim de participar das obras do Teatro José de Alencar.<sup>16</sup>

## A pré-fabricação

Etapa significativa do processo das construções metálicas constituiu a adoção de sistemas de pré-fabricação nas fundições e aciarias, permitindo a produção de peças em série, tanto para consumo local como também remetidas para os mais distantes pontos ultramarinos,

---

<sup>15</sup> (...) *this enterprising firm produced large numbers of ornates, precision-engineering, cast iron structures, many of them (...) marked for erection and properly packed for customers as far afield as Bombay or Rio de Janeiro.* (HERBERT, 1978: 172). Em legenda sobreposta ao pórtico de entrada da usina, em Glasgow, a empresa se apresentava como *Saracen Foundry / Walter Macfarlane & C<sup>o</sup> / Architectural Sanitary & General Iron Founders / Inventors & Patentees.*

<sup>16</sup> Talvez houvesse outras vantagens na opção, pois, embora os irmãos Boris se apresentassem como franceses assumidos, na verdade, antes de tudo, eram comerciantes. À parte a superior qualificação da firma, teriam procurado Walter Macfarlane pela oferta de condições de financiamento, pagamento e intermediação da compra, não encontradas em usinas francesas, como Guillot-Pelletier, de Orléans, executores dos mercados de ferro da Cidade, inaugurados havia uma década.

conquista avançada da Revolução Industrial. As exportações, no começo, envolvidas com montagens de moradas mínimas, alargaram-se a casas de diferentes e elegantes padrões, de tal sorte que a demanda de atendimento a programas diversificados e complexos redundou na pré-fabricação de coretos, fontes ornamentais, sanitários públicos, estufas, escolas, hospitais, igrejas, galerias, prédios comerciais, mercados, armazéns, estações ferroviárias, enfim, edificações de grande porte, como podem ainda ser vistas em muitas cidades brasileiras. Na capital cearense, bastaria citar o Mercado de Ferro (francês, 1897) e a Igreja do Pequeno Grande (belga, 1898/1903).

Os caminhos da palmilhados pela pré-fabricação, por si, demandariam considerações mais aprofundadas sobre as técnicas construtivas aplicadas. Com soluções patenteadas pelos fabricantes, refletiam paralela e incansável busca de aumento das possibilidades de diversificação de emprego de uma mesma peça ou de um conjunto de peças em diferentes situações. Antes da entrega, as estruturas eram cuidadosamente montadas nas fundições, trabalho que exigia vasta área disponível. Verificada a correção, a estrutura era desfeita e suas peças remetidas encaixotadas aos clientes, devidamente numeradas e sempre acompanhadas dos desenhos de montagem e de uma maquete orientadora.

A estrutura do Teatro José de Alencar resultou desse processo de aprimoramento técnico, empregado conforme duas vertentes. Por um lado, o uso de peças pré-fabricadas, que podem ser identificadas nos catálogos de venda da empresa, conforme suas respectivas referências. Um mesmo componente poderia ser utilizado em diferentes situações, quer dizer, em escadas, pilares, consolos, gradis. (Figuras 3 a 11). Assim, peças vistas no Teatro José de Alencar também podem ser encontradas alhures em coretos, varandas, até em cercas de túmulos.<sup>17</sup> Por outro lado, Walter Macfarlane fabricava elementos especialmente destinados a determinados projetos, como era o caso do Teatro José de Alencar.

---

<sup>17</sup> A propósito da variedade de ofertas de componentes – gradis, portas, portões, janelas, divisórias, avarandados, balcões, dosseis, equipamento hidráulico-sanitário, arremates diversos, marcas heráldicas, letras, vale assinalar que um dos catálogos de Walter Macfarlane apresentava 140 tipos de colunas, aliás, adquiríveis em variadas dimensões!

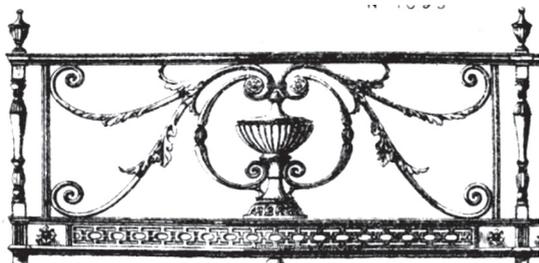


Figura 3a. **Gradil nº. 1093** (WALTER MACFARLANE & CO. Illustrated Catalogue, 1882, p. 226, v.1).

Figura 3b. Variante do **Gradil nº. 1093**, aplicada no pavimento térreo do Teatro Jose de Alencar. (Foto: F. Veloso).

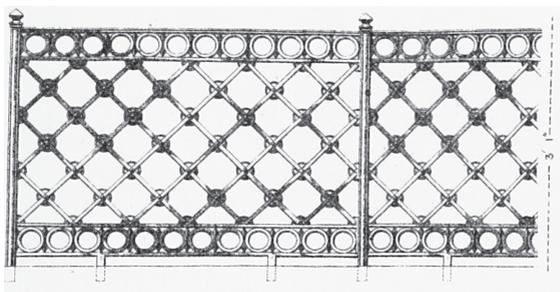
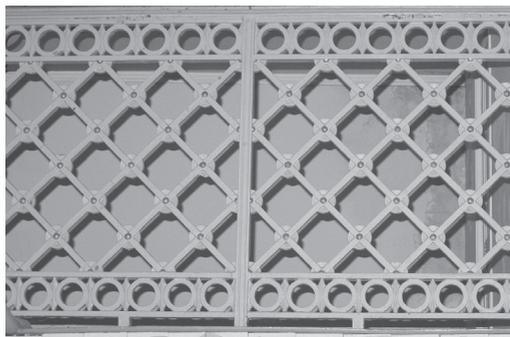


Figura 4a. **Gradil nº. 1106** (WALTER MACFARLANE & CO. Illustrated Catalogue, 1882, p. 248, v.1).

Figura 4b. **Gradil nº. 1106** aplicado no pavimento das torrinhas do Teatro José de Alencar. (Foto: F. Veloso).



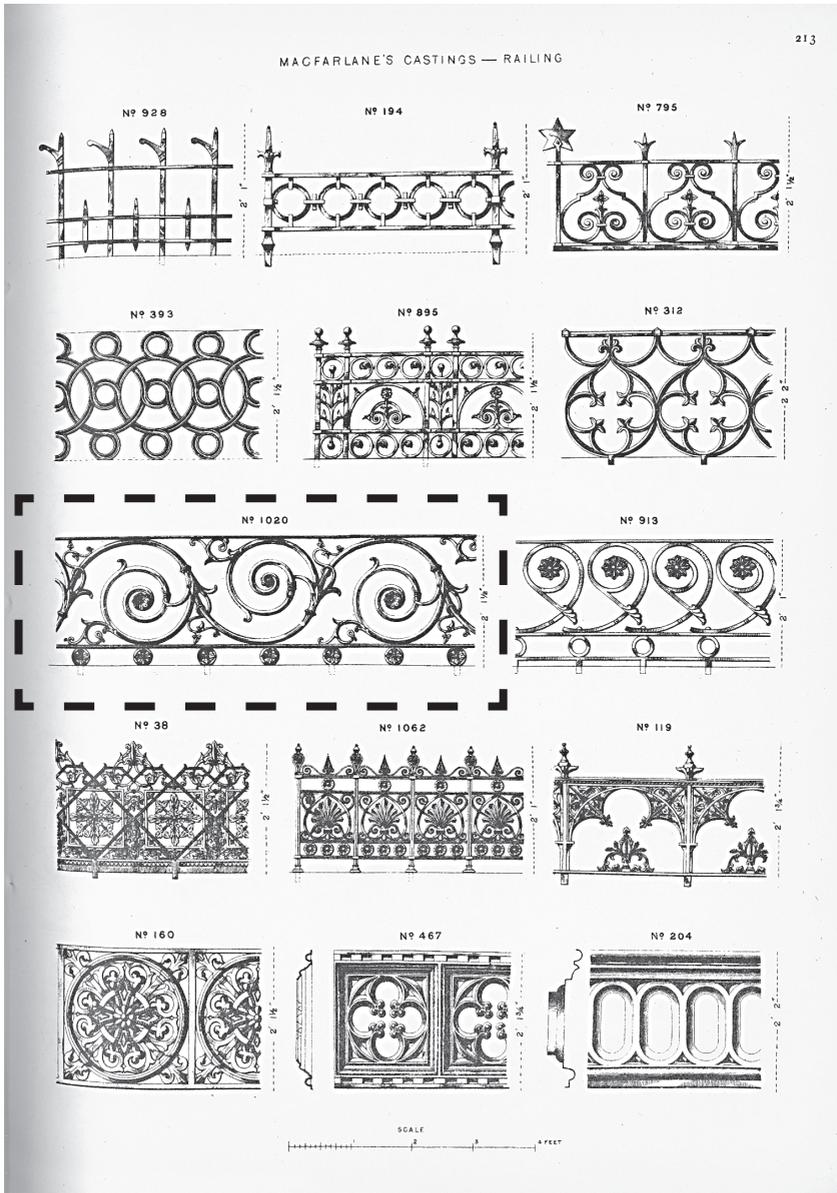


Figura 5. Página do Catálogo escolhida para demonstrar o modo de apresentação dos produtos à venda. Entre as peças expostas, observar o **gradiil nº. 1020**, com solução formal em *rinceau*. (WALTER MACFARLANE & CO. Illustrated Catalogue, 1882, p. 201, v.1).



Figura 6a. Arranque de corrimão nº. 1099 (WALTER MACFARLANE & CO. Illustrated Catalogue, 1882, p. 356, v.1).



Figura 6b. Arranque de corrimão nº. 1099, aplicado no pavimento térreo do Teatro José de Alencar. (Foto: F. Veloso).



Figura 7a. Arranque de corrimão nº. 968 (WALTER MACFARLANE & CO. Illustrated Catalogue, 1882, p. 356, v.1).



Figura 7b. Arranque de corrimão nº. 968, aplicado no pavimento térreo do Teatro José de Alencar. (Foto: F. Veloso).

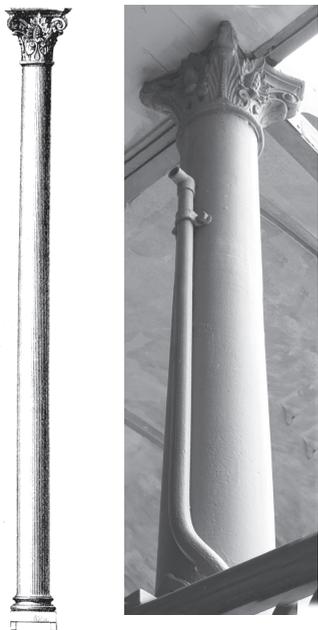


Figura 8a. **Coluna nº. 156**, com base reduzida. (WALTER MACFARLANE & CO. Illustrated Catalogue, 1882, p. 584, v.2).

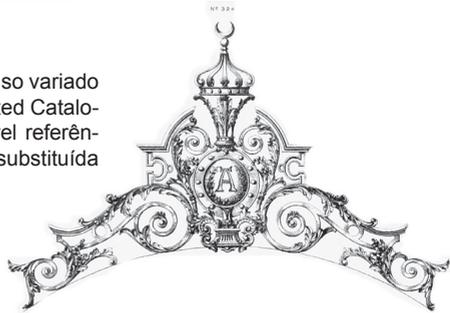
Figura 8b. **Coluna nº. 156**, aplicada no Teatro José de Alencar. Observar parte de conduto de gás de iluminação, ainda mantido após o emprego de iluminação elétrica. (Foto: F. Veloso).

Figura 9a. **Coluna nº. 156** – com base ampliada (WALTER MACFARLANE & CO. Illustrated Catalogue, 1882, p. 584, v.2). Extensão obtida com a introdução de fustes suplementares.

Figura 9b. **Coluna nº. 156**, aplicada no Teatro José de Alencar e estendida com a introdução de fustes suplementares, com o fim de abraçar parte do frontispício metálico da edificação. (Foto: F. Veloso).



Figura 10a. **Coroamento nº. 324**, para uso variado (WALTER MACFARLANE & CO. Illustrated Catalogue, 1882, p. 333). A letra “A” seria provável referência ao príncipe consorte Albert, às vezes substituída por “V”, em alusão à rainha Victoria.



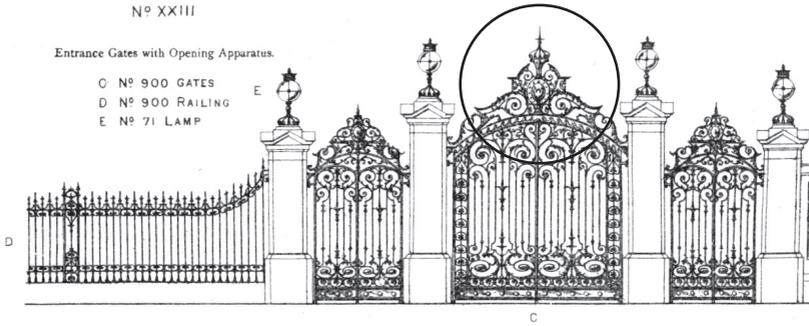
Make flat in its centre on inside, and with any engraving, cast, or better in relief.

MACFARLANE'S CASTINGS — EXAMPLES

Nº XXIII

Entrance Gates with Opening Apparatus.

- C Nº 900 GATES
- D Nº 900 RAILING
- E Nº 71 LAMP



ELEVATION

Figura 10b. **Coroamento nº. 324**: sugestão de aplicação em portões enobrecidos (WALTER MACFARLANE & CO. Illustrated Catalogue, 1882, p. 331).



Figura 10c. **Coroamento nº. 324**, aplicado no arco central do Teatro José de Alencar (Foto: F. Veloso).

372

MACFARLANE'S CASTINGS — SPIRAL STAIRS

Nº 639

Right and Left Hand Wheel.

SIZES		
RADIUS	RISER	TREAD
2 2"	7 3/4"	1' 1"
2 3 1/4"	7 3/4"	1' 1"
2 5"	7 1/2"	1' 1"
2 6 1/4"	8"	1' 1 1/2"
2 8"	8"	1' 1"
3' 0"	8 1/4"	1' 1"
3' 1 1/2"	7 1/4"	1' 1"

A Nº 661 RAILING STANDARD  
B Nº 536 BALUSTER

RAYON		MANCHE	
m.	in.	m.	in.
0.660	0.197	0.330	
0.690	0.197	0.330	
0.735	0.190	0.330	
0.770	0.203	0.343	
0.840	0.203	0.330	
0.915	0.210	0.330	
0.960	0.197	0.330	

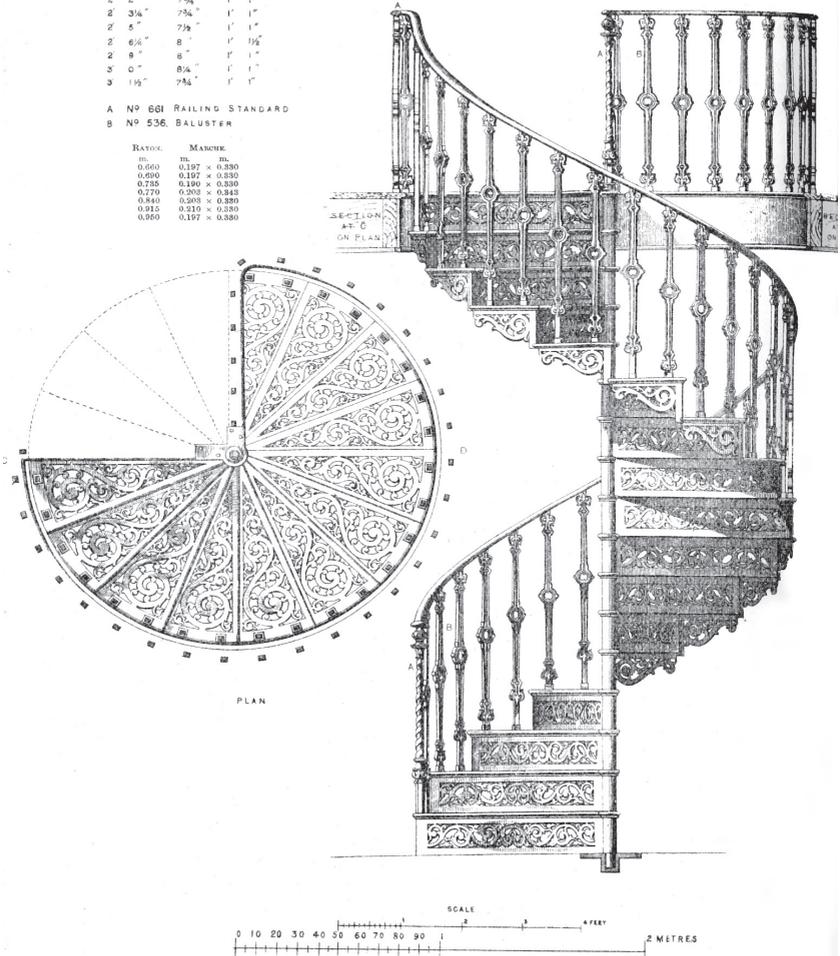


Figura 11a. Escada helicoidal nº. 639 (WALTER MACFARLANE & CO. Illustrated Catalogue, 1882, p. 372, v.I). Comparar com figuras na pág. 98.



Figura 11b. **Escada helicoidal nº. 639**, aplicada no Teatro José de Alencar (balaústres do corrimão escolhidos circunstancialmente). (Foto: F. Veloso).



Figura 11c. **Escada helicoidal nº. 639** (piso dos degraus), aplicada no Teatro José de Alencar. (Foto: F. Veloso).

Sob este aspecto, no Teatro, cumpre mencionar os arcos que lhe caracterizam de modo inconfundível o frontispício interior, com solução própria, provavelmente inspirada nos amplos arcos frontais de St. Enoch Station, em Glasgow (Figura 12), estação ferroviária hoje descaracterizada e transformada em *shopping center*...<sup>18</sup>

Na época, Glasgow aparecia como a maior cidade do Império, depois de Londres. Grande centro da indústria pesada britânica, porto movimentado e sede de velha universidade onde haviam pontificado Adam Smith e James Watt, figuras emblemáticas da história do capitalismo.

### Autoria ou coautoria do projeto

Atraído pela originalidade da estrutura metálica e movido pela curiosidade que lhe despertavam os dizeres W. MACFARLANE & Co. / GLASGOW, fundidos nas colunas de ferro, o autor deste trabalho há bom tempo interessou-se em obter informações técnicas pertinentes à construção do Teatro (Figura 13). Como desejava principalmente conhecer algo sobre os desenhos de montagem da estrutura, enviou correspondência a Walter Macfarlane & Co., firma então já dirigida por outro grupo empresarial. Pouco

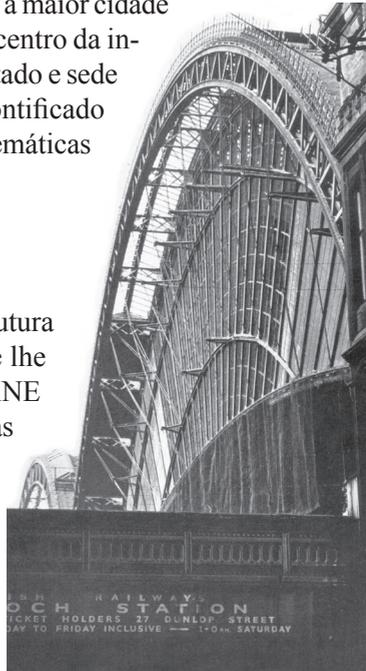


Figura 12. Glasgow. Arcos de St. Enoch Station, hoje removidos (GOMME & WALKER, 1968: Fig. 89, p.123).

<sup>18</sup> Por ocasião das palestras, foram cotejadas inúmeras peças do Teatro com aquelas apresentadas no catálogo de Walter Macfarlane, editado em 1882-1883, do qual constam variadas sugestões para diversificada gama de emprego dos elementos. Neste trabalho, repetiu-se a tentativa, nas figuras 3 a 10, referidas. Têm sido vãs as buscas de encontrar catálogos impressos posteriormente, em 7ª. e 8ª. edições, publicados, ao que parece, em 1911 e 1930, ambos, sem dúvida, enriquecidos com novas criações da firma. A estação ferroviária de Saint Enoch, em Glasgow, foi projetada em 1875 pelos arquitetos Sir John Fowler (1817-1898) e James F. Blair, e inaugurada em 1879, com vão central de 43,50 m. (GOMME & WALKER, 1968: 113, 295). Desativada pelas dificuldades de acompanhar tecnologias de transportes atualizadas e submetida a novo uso, a edificação foi completamente desfigurada há pouco tempo. Infelizmente, lá como cá, mas fadas há...



Figura 13. Marca de Walter Macfarlane & Co. nas colunas metálicas do Teatro José de Alencar. (Foto: F. Veloso).

depois, o autor recebeu resposta à consulta em carta datada de 9 de agosto de 1961, na qual a empresa declarava não dispor em seus arquivos de quaisquer informações sobre suas obras antigas, mas remetia um catálogo de propaganda, escrito em espanhol, intitulado *Macfarlane's Castings*.<sup>19</sup> No catálogo, editado talvez entre 1912 e 1914, em meio a várias realizações, apareciam os desenhos do frontispício da parte metálica do Teatro e um corte que mostrava o interior da sala de espetáculos. Despertaram, porém, especial atenção as legendas dos respectivos desenhos, com os dizeres: *Este teatro de jardín fué ideado y construido recientemente por nuestra casa.* (ver fotografia da capa do catálogo e desenhos do Teatro em CASTRO, 1992: 72-73).

Esta frase concisa e afirmativa levanta incertezas e faz formular perguntas de solução difícil, particularmente quando postas em confronto com a declaração oficial constante da cartela que adorna as paredes do vestíbulo do Teatro:

MANDADO / CONSTRUIR PELO / EX<sup>O</sup>. S<sup>OR</sup>. D<sup>R</sup>. ANTONIO /  
PINTO NOGUEIRA ACCIOLY / PROJECTADO E CONSTRUI-  
DO / PELO CAPITÃO / BERNARDO / DE / MELLO.

<sup>19</sup> Guiado por mapa recente da cidade de Glasgow, ao visitá-la em 1976, o autor deste trabalho procurou conhecer as instalações da empresa. Com grande decepção, não pode vê-las, pois haviam sido demolidas em 1967, logo em seguida ao encerramento definitivo das atividades de Walter Macfarlane & Co., em 1965, após 120 anos de produção.

Os dizeres da cartela suscitam ponderações. A primeira fundição brasileira, a Fábrica de Ferro de Ipanema, foi inaugurada em 1810, no interior de São Paulo. Outras fundições surgiram no País no transcorrer do século XIX, entre as quais, em Fortaleza, a Fundição Cearense, instalada em 1856, empresa mantida em atividade ainda não faz muito. Na época da construção do Teatro José de Alencar, havia, pois, várias fundições em atividade no País, algumas delas fornecedoras de tesouras para cobertura de vãos já amplos. As atividades usuais desses empreendimentos nacionais voltavam-se, todavia, para o preparo de material destinado à reposição ou complementação de máquinas movidas a vapor e, principalmente, à fabricação de produtos de serralheria - ferragens, gradis, apoios, peças decorativas, bem como equipamentos para instalações de água e esgotos. Não havia ainda condições de produzir grandes e complexas estruturas, todas importadas, como já foi assinalado.<sup>20</sup>

Em face da afirmação clara do catálogo de Walter Macfarlane, surge a pergunta: deve-se acreditar nos dizeres da cartela do vestibulo ou no catálogo dos fabricantes da estrutura metálica? Teria sido o Teatro totalmente projetado por Bernardo de Mello ou a parte mais valiosa, e que o caracteriza, seria obra concebida em terras distantes? Mais outra pergunta: se não havia, na época, condições de construção de uma estrutura como a do Teatro no próprio País, como conseguiria Bernardo de Mello projetá-la em Fortaleza? Ante os fatos, algumas considerações se impõem.

Segundo um cotejo de datas, Bernardo de Mello apresentou a *projecção* do Teatro na Livraria Araújo, devidamente acompanhada da descrição da obra, em 19 de maio de 1908, isto é, somente um mês depois da chegada da estrutura metálica, com os respectivos desenhos (cf. livro de *Entrée de Factures de Paris*, citado). Por que demorou em exhibir o projeto? Estaria incompleto? Faltaria a parte principal, a estru-

---

<sup>20</sup> Em 1917, o Teatro conheceu pequenas intervenções na administração João Thomé de Saboia e Silva, ocasião em que o “jardim” recebeu pavimentação de ladrilhos hidráulicos e foram fundidas as duas escadas de ligação interna do piso térreo com o pavimento das frisas. A execução dessas escadas, posta a cargo da Fundição Cearense, operou-se por moldagem da dupla de escadas externas, remetidas por Walter Macfarlane, transcrição também verificada nos gradis de demarcação dos camarotes. Rápida observação do acabamento pouco apurado das peças fundidas na Cidade comprova a limitação das possibilidades técnicas locais, embora se tratasse de mero serviço de cópia de peças relativamente pequenas.

tura importada? Por que ocorreu desencontro entre os níveis do piso superior do bloco de frente, proposto por Bernardo de Mello, e os pisos dos camarotes, na “secção” metálica, projetada na Escócia, discrepância que desviou o *foyer* de suas funções específicas e, em consequência, eliminou o jardim previsto?

Por tais razões, podem ser creditados a Bernardo de Mello a coordenação da obra, como “director da construção”, possivelmente o projeto do bloco de acesso, em alvenaria de tijolos, e o plano geral do teatro. Jamais a obra inteira. Sem dúvida, para a execução dos trabalhos confiados a Walter Macfarlane, teriam sido enviadas concisas informações relativas ao terreno disponível, a par de ideias gerais extraídas das recomendações do concurso de 1897.

Em quaisquer hipóteses, como se depreende das considerações ora apresentadas, a participação de Bernardo de Mello no projeto do Teatro deve ter-se limitado ao bloco de frente e à concepção do partido geral do teatro, em secções, resolvido à italiana, quer dizer, com palco e plateia separados.<sup>21</sup>

## Ecletismo Arquitetônico

A aparência formal do Teatro José de Alencar, particularmente nos elementos decorativos, reflete o gosto da época. Na Mensagem de 1910, aparecem empregados na descrição do Teatro termos tais como *estyllo corinthio*, *preceitos do mesmo estyllo*, *sacadas de ferro*, *estyllo Renascença*, *platibanda de frontão interrrompido*, *cabeça de mulher emmoldurada numa concha*.<sup>22</sup> Há, como se observa, uma mistura de proposições formais, aliás, também encontrada nos componentes me-

<sup>21</sup> Quanto aos desajustes formais entre as “secções”, surgem discrepâncias facilmente perceptíveis a olhos adestrados, ainda que em rápida visita ao Teatro, como o comprova o depoimento do professor arquiteto norte-americano Leopold Arnaud, que também se manifesta sobre ao valor artístico da estrutura metálica: *Of much interest to the architect is the hear pavilion, separated from the front pavilion by an open court and attached to it by open iron balconies. In the design there is a great discrepancy between the front pavilion and the theatre proper that is quite possible that the Saracen Foundry had a fairly free hand design of its ornamental iron work (...)* (ARNAUD, 1963: 21).

<sup>22</sup> Houve equívoco de Bernardo de Mello quanto ao significado da palavra estilo. No caso, deveria dizer *ordem*, em vez de *estyllo corinthio*. A ordem coríntia era uma variante da ordem jônica, em voga no período helenístico e que angariou ampla aceitação em Roma. Entre os

táticos da sala de espetáculos, importados. Realizações como o Teatro José de Alencar, com variada mescla morfológica, participam do que se convencionou denominar *ecletismo arquitetônico*.

Denominações conferidas a períodos artísticos, artistas e suas realizações quase sempre foram empregadas em dias posteriores (poucas vezes, contemporaneamente), com intuítos de desqualificação. A arquitetura europeia executada durante a segunda metade do século XIX, até a Grande Guerra de 1914-1918, recebeu a designação genérica de *arquitetura eclética*, adjetivação discriminativa, difundida pelo modernismo arquitetônico funcional racionalista dos anos centrais do século XX.

A expressão recorre ao termo *ecletismo*, empregado nos escritos do filósofo e educador francês Victor Cousin (1792-1867). Em suas considerações, Cousin alvitrou a criação de uma escola espiritualista dita “eclética”, com a qual defendia a formação de um sistema composto por estas e aquelas ideias que lhe pareciam justas, escolhidas entre as professadas por pensadores diversos. A seleção evitaria debates filosóficos estéreis, marcados por divergências irreconciliáveis. Ao designar sua proposição como *eclética*, recorreu ao verbo grego *eklégo* (ἐκλεῖω), que significa escolher; ou mais, ao adjetivo *eklektós* (ἐκλεκτός), que quer dizer, escolhido.

Origens e conceituação do ecletismo arquitetônico constituem matéria complexa, alheia às limitações deste trabalho. De modo objetivo, portanto, reduzida a palavra à sua denotação e por semelhança com a asserção de Cousin, pode-se dizer que uma obra de arquitetura denominada eclética seria aquela constituída por elementos de procedências formais diversas, embora, de modo geral, pelo prestígio estético, prevalecessem as fontes greco-romanas.

Entre as origens do ecletismo arquitetônico, é comum incluir-se a crise de identidade que affligiu a burguesia europeia no século XIX, em particular na França. Em um período de rápidas e profun-

---

gregos, ordem (*taxis* / τάξις) era palavra empregada, em arquitetura, para designar uma sequência de componentes formais identificadores superpostos (coluna, entablamento e frontão), aplicada comumente nos templos. Por seu lado, apesar de usual, não se afigura fácil esclarecer a expressão *estyló Renasçença*, empregada por Bernardo de Mello. Provavelmente, faria alusão a motivos ornamentais da chamada Renasçença Francesa, denominação contestada por alguns autores, segundo os quais o Renascimento, por sua singularidade temporal e geográfica, seria um fenômeno unicamente italiano.

das transformações sociais, econômicas e tecnológicas, anunciadas desde as décadas finais do século XVIII, ocorreu, o que se poderia denominar, uma desorientação estética. À falta de criação de formas próprias, novas, os arquitetos tentaram buscá-las no passado, próximo ou já distante.

Como argumenta Patetta, “o ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto.” (1987:13). Esse mesmo autor admite que, por tais razões, se torna difícil “classificar, rotular, escolher [algo] no seio da experiência lingüística global do Ecletismo Historicista”, pois “seria um erro (...) concluir que esse longo período da arquitetura (mais de 150 anos) tenha sido homogêneo e também tido desenvolvimento linear”. (ID.1987:12).<sup>23</sup>

\*\*\*

Obra de arquitetura eclética, o Teatro José de Alencar resulta da própria data em que foi construído. Afirma-se pela tipologia teatral eleita, à italiana, caracteriza-se pela diversidade de materiais, do ferro ao tijolo e à madeira, bem como pela variedade de elementos decorativos. Realização complexa, patenteia referências de procedência francesa, desenvolvidas consoante versões locais, além de apresentar contribuições formais britânicas, recebidas diretamente das origens e restritas à parte metálica.

Algumas soluções, vistas nos componentes metálicos, aparecem muitas vezes nomeadas como integrantes de um léxico *art nouveau* (Figura 14), identificação, contudo, pouco apropriada, como se poderia contra-argumentar. Na Escócia, no fim do século XIX, floresceu um movimento renovador no campo da pintura e da arquitetura, com destaque para a conhecida figura do arquiteto Charles Rennie Macdonald (1868-1928), autor, entre outros projetos, de obra famosa, que é a *School of Art* de Glasgow. As realizações escocesas do período nada tinham

---

<sup>23</sup> Patetta, como outros autores, recua as realizações ecléticas à segunda metade do século XVIII, quando do início das manifestações do neoclassicismo, embora, em suas considerações, separe as obras neoclássicas das obras ecléticas.



Figura 14. Desenhos com aparência *Art Nouveau*. Frontispício interno do Teatro José de Alencar. (Foto: F. Veloso).

a ver com as proposições do movimento belga, acolhido na França, onde ganhou a alcunha *Art Nouveau* por decorrência do nome da loja parisiense que os vendia. Qualquer similitude seria meramente fortuita, pois, os arquitetos de Walter Macfarlane, por seu turno, fossem quais fossem as procedências, não estavam interessados em divulgar novidades estéticas oferecidas a uma clientela ultramarina que as poderia rejeitar. A empresa reproduzia padrões já consagrados, quer na arquitetura neogótica, quer principalmente nas realizações neoclássicas que

acompanharam o desenvolvimento material da cidade de Glasgow. Esses padrões, é claro, adaptados ao ferro, acolhiam alusões decorativas procedentes da obra de Robert Adams (1728-1792) e seu círculo, nome prestigioso nos meios artísticos britânicos do século XVIII, fonte de inspiração de certas formas observadas nos guarda-corpos do Teatro, com especial evidência no emprego de ânforas estilizadas. (Figura 3a / b).

Estes comentários sobre o ecletismo arquitetônico buscam, pois, oferecer melhor entendimento das menções feitas à pintura decorativa empregada no Teatro José de Alencar, cujo direcionamento, característico da época, na verdade, prosseguia modos de tratamento estético praticados desde tempos antiquíssimos.

## Pintura decorativa no Teatro

As considerações até agora formuladas procuraram contextualizar matéria dispersa, cuja apresentação conjunta se torna indispensável à apreciação do tratamento decorativo do Teatro, um dos objetivos deste trabalho.

## **Pintura decorativa de interiores e ornamentação escultórica**

A pintura de interiores remonta à pré-história, à vida nas cavernas, aplicada com intenções propiciatórias. No Egito antigo, templos, pirâmides, mastabas e hipogeus mostravam os revestimentos parietais internos sempre pintados com representações direta ou indiretamente referenciais dos mortos. Desde os primórdios da cultura ocidental, na Grécia e em Roma, a pintura aparece como arte integrada à arquitetura, nas paredes, nos tetos das casas, dos templos, dos mausoléus, utilizada com finalidades religiosas, memoriais, simbólicas, expositivas, mas também muitas vezes com propósitos decorativos, destinados unicamente a embelezar.

No Ocidente cristão, na Idade Média, a pintura de interiores ficou restrita a motivos religiosos, mas ganhou temática variada nos períodos posteriores, do Renascimento aos anos finais do ecletismo, mostrando-se então corrente a imbricação de pintura, escultura e arquitetura numa mesma obra, algumas vezes executadas por um mesmo artista. Em consequência da intensa demanda da clientela burguesa no século XIX e nos anos iniciais do século XX, as três artes passaram a ser ensinadas conjuntamente em uma mesma instituição, nas chamadas Escolas (Academias) de Belas Artes, centros de proposição e propagação do ecletismo arquitetônico.

A arquitetura contemporânea, ao preferir o inter-relacionamento com a tecnologia, optou pela abolição do ornato. A busca de uma pureza formal, extraída de materiais industrializados, alterou o convívio multissecular, íntimo, dos arquitetos com as artes da pintura e da escultura, ainda hoje reunidas nesta ou naquela obra, conquanto de modo contido e em espaços previamente designados. A ruptura explica a separação do ensino de Arquitetura, que passou a ser ministrado em instituições autônomas, apartadas das Escolas de Belas Artes.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> O ensino oficial da Arquitetura no Brasil, já independente, teve início em 1827, quando da instalação da Academia Imperial de Belas Artes, na qual eram oferecidos cursos de arquitetura, pintura e escultura, além de cursos livres, dedicados às chamadas artes aplicadas. Em 1945, embora ambas as instituições continuassem a funcionar no mesmo prédio, foi criada a Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro), desmembrada administrativamente da Escola Nacional de Belas Artes (herdeira da Academia Imperial). Pouco tempo depois, o cisma envolveu outras Escolas de Belas Artes brasileiras, ocorrendo, logo em seguida, a fundação de escolas de arquitetura autônomas, como na Universidade Federal do Ceará, instalada em dezembro de 1964.

Consoante o gosto da época, o projeto do Teatro José de Alencar, portanto, teria de recorrer às concepções vigentes, relacionando arquitetura com pintura e escultura. A estatuária, entretanto, conheceu emprego contido, introduzida apenas no bloco de frente (a “primeira secção”) e resumida às “deusas da Sciencia e da Arte” (Figuras 15 e 16), apostas “nos pontos extremos” da platibanda da “fachada principal” do teatro, como cita a mensagem, além de escultura de animal fantástico não claramente identificado, notada na parte posterior da



Figura 15. **Ciência.** Escultura. Frontispício externo do Teatro José de Alencar. (Foto: F. Veloso).



Figura 16. **Arte.** Escultura. Frontispício externo do Teatro José de Alencar. (Foto: F. Veloso).

mesma platibanda (Figura 17).<sup>25</sup> Ainda na “fachada principal”, como trabalho de menor vulto, também se percebe, em alto-relevo, sobreposto à verga de “um janelão com sacada de granito” em que “estão gravadas as armas do Estado” (Figura 18), encimado por um casal de “amores”, crianças aladas, pequenos anjos sexuados (Psiqué e Eros?), particularidade curiosa (Figura 19).<sup>26</sup> Conforme a Mensagem, “vê-se, finalmente, a cornija superior, encimando-a uma platibanda em frontão interrompido, mostrando em relevo uma cabeça de mulher emoldurada numa concha”. (Figura 20).



Figura 17. **Animal fantástico.** Frontispício externo do Teatro José de Alencar. (Foto: F. Veloso).



Figura 18. **Armas do Estado do Ceará.** Frontispício externo do Teatro José de Alencar. (Foto: F. Veloso).

<sup>25</sup> De modo geral, peças escultóricas, como estas, eram vendidas em série, cópias de modelos antigos ou recriações neoclássicas. As duas estátuas, implantadas nos “pontos extremos” da “fachada principal”, não reproduzem originais gregos, embora se vistam à moda grega, trajando um *himation*, espécie de *manteau*. (RUPPERT, 1942: 22). Ambas podem ser identificadas pelos seus atributos simbólicos. A *Sciencia* segura um globo, que representaria a astronomia, ou a geografia, enquanto a *Arte* lê talvez poesia, no livro que tem aberto à mão. A Mensagem governamental fala genericamente em “deusas”, num sentido simbólico. Não se refere a musas, pois os atributos portados pelas esculturas do Teatro eram desconhecidos dos gregos, já que o globo, como forma da Terra, foi definitivamente aceita apenas nos séculos finais da Idade Média, bem como o livro, tal como hoje o conhecemos. O animal fantástico assemelha-se a uma leoa alada, com seios de mulher.

<sup>26</sup> As “armas do Estado” e outros relevos aplicados na grande janela do bloco de frente constituiriam encomendas especiais. Se assim não fosse, dificilmente se encaixariam em espaços propostos previamente. Anjinhos (os *putti* – do ital. *putto*, menino, cupido) eram comuns e numerosos na pintura e na escultura religiosa barroca.



Figura 19. **Crianças aladas**. Frontispício externo do Teatro José de Alencar. (Foto: F. Veloso).



Figura 20. **“Cabeça de mulher emoldurada numa concha”**. (MENSAGEM, 1908, p. 14). Frontispício externo do Teatro José de Alencar. (Foto: F. Veloso).

Ao contrário, porém, de certa moderação conferida às partes externas e aos poucos relevos decorativos, a pintura ganhou significativa expressão nos interiores do Teatro. Sobreposta às partes internas do bloco de frente e da sala de espetáculos, consoante a significação utilitária dos espaços, a decoração pictórica, tanto figurativa como ornamental, conheceu clara divisão entre o vestibulo e o *foyer*, por sua vez, diversa daquela vista na sala de espetáculos. Conquanto se trate de trabalhos de pintura cenográfica, também se devem acrescentar à relação os cenários em telões e a cortina da boca de cena, hoje desaparecidos.

Como método de exposição, os comentários do autor aparecem divididos em blocos homogêneos, quer dizer, separados em obras de pintura ornamental, executada com repetição de padrões, e em obras de pintura figurativa. Cumpre, todavia, advertir que em algumas situações ocorre justaposição das duas modalidades.

A falta de documentação pertinente inviabiliza o estabelecimento dos critérios firmados para a escolha dos pintores responsáveis pela decoração dos interiores do Teatro, felizmente, identificados pelas assinaturas respectivas, apostas nos trabalhos. Ainda assim, o autor permitiu-se incluir, no texto, mais à frente, suposições viáveis quanto ao processo de seleção dos artistas.

## **Pintura ornamental**

Os trabalhos de pintura ornamental, comuns nas edificações da época, geralmente recorriam a padrões aplicados às paredes, por repetição. Utilizavam, para tanto, os chamados *estresidos*, placas de papelão envernizado, em que vinham delineados os modelos escolhidos, cujas linhas, marcadas por perfuração das placas, permitiam a transcrição dos desenhos nas paredes e nos forros por via de pó soprado por pequenos foles.<sup>27</sup> Havia desenhos complexos, de execução trabalhosa, em contraste com outros, muito simples, utilizados nas paredes de casas modestas. Os pintores possuíam coleções de modelos, empregados nas cores de sua escolha ou conforme o desejo dos proprietários.

Este tipo de ornamentação foi adotado no vestíbulo e no *foyer* do Teatro, trabalho executado pelos pintores José de Paula Barros e Raimundo Ramos, conhecidos integrantes das rodas boêmias da Cidade. A autoria da pintura comprova-se com as assinaturas de ambos no forro do *foyer* - *Paula Barros e Ramos, 1910*.

José de Paula Barros (? – 1919) era pintor e desenhista de arquitetura. Projetou o edifício elegante e discreto da segunda sede da Fênix

---

<sup>27</sup>“ESTREZIR, v. a. do lat. *transigo, is*, ou *transjicio, is*, furar, traspasar (des. pint.), traspasar um desenho de um para outro papel ou superfície, picando-o e applicando-lhe pó de lapis ou de carvão, ou usando de papel transparente ou de um ponteiro sobre os contornos do desenho que se quer traspasar, sendo este primeiro banhado de pó de lapis pelo reverso. V. *Calcar, Elucidar*.” (RODRIGUES, 1875: 177). O uso dos estresidos também se impunha na aplicação de desenhos executados originalmente em cartões, ampliados por meio de pantógrafo para as pinturas definitivas.

Caixeiral, erguido na esquina da Rua Guilherme Rocha com 24 de Maio, hoje demolido. Raimundo Ramos (1871-1917), referido como Ramos Cotoco, por ter nascido sem parte do braço direito, era pintor, poeta e compositor de música popular, autor de *Cantares boêmios*, obra publicada em 1906. Como outros artistas da época, Barros e Ramos tiveram iniciação artística com o pintor Luís Félix de Sá (1845-1898), professor de Desenho da Escola Normal, o *Corregio del Sarto* da Padaria Espiritual, o “Plenipotenciário da Palheta e do Pincel” da roda dos “padeiros”. (AZEVEDO, 1976: 161). Entre os alunos de Sá, como já mencionado, figurava Bernardo José de Mello, cujo relacionamento mantido com Ramos e Barros, velhos amigos, explicaria a contratação da dupla para trabalhos de decoração do Teatro.<sup>28</sup>

## Pintura do vestíbulo

Na pintura do vestíbulo do Teatro, os pintores optaram por motivos com cores sépia e terra de Siena, procurando harmonizar as tonalidades. Não se pode, entretanto, confirmar quais as intenções dos artistas porque as paredes foram repintadas com motivos e até cores diferentes, conforme denunciam os testemunhos que remanescem.

A repetição dos motivos, solução comum na ocasião, formando amplos painéis que cobriam as paredes, era facilitada pelo uso de estresidos, como visto. Constituía, por certo, um retorno a processos artesanais, usados na reprodução justaposta dos padrões. Diz-se retorno, porque ao longo do século XIX se haviam desenvolvido soluções já mecânicas, aplicadas na fabricação de azulejos estampilhados e na impressão de papéis de parede. Muitos dos motivos dos padrões decorativos eleitos, às vezes eram inventados pelos artistas, mas geralmente vinham transcritos de livros, de fotografias e também adaptados de desenhos de papel de parede, material importado, conhecido na Cidade e divulgado entre os interessados em livretos de amostras. Sobre a verga da porta principal de entrada para o pátio, leem-se os nomes de Accioly, governante patroci-

<sup>28</sup> Segundo o Barão de Studart, Luís de Sá “nunca freqüentou escola ou curso de artes” (1913: 283). Teria sido, contudo, provável aluno de Johann Brindseil, alemão, professor no Liceu do Ceará, chegado ao Ceará em meados do século XIX como pintor de uma comissão científica dirigida pelo naturalista francês Louis Jacques Brunet. (STUDART, 1918: 205-6). Brindseil, por motivo de doença, desligou-se da comissão, radicando-se no Ceará por longo tempo.

nador da obra, e de Bernardo de Mello, projetista e construtor, dispostos numa cartela que imita um pergaminho ondulado, com contornos dilacerados, bem à moda da época. Como curiosidade, aponte-se, numa das paredes do vestibulo, um painel parcialmente preservado, que mostra motivos de flores de lis resolvidos em versão *art nouveau*.

No forro do vestibulo do Teatro, solução muito comum, veem-se dois círculos concêntricos que preenchem todo o campo. O círculo menor comporta uma rosácea em baixo-relevo, de cujo centro desce uma luminária elétrica, mas originalmente destinada a bicos de gás. Nos desenhos dessas rosáceas de forro, fabricadas com metal estampado, prevaleciam divisões ordenadas segundo ângulos da fácil execução, de 30°, 45°, 60°. No Teatro, as divisões têm 30° e estão preenchidas por pares de volutas geminadas, arrematadas por conchas. Nos cantos do forro, os triângulos de lado curvo mostram liras, na parte central, ladeadas por motivos fitomórficos enlaçados. Todos os elementos que marcam a composição, destacam-se por aparecerem pintados de branco.<sup>29</sup>

### A pintura do *foyer*

A pintura do *foyer* teve que buscar outras soluções, mais complexas e mais refinadas, tanto por beneficiar um salão de dimensões amplas como por se tratar de um espaço de aparato. Por tais razões, as paredes foram tratadas com repetição de um motivo básico, em cor verde, com peças em que se alternam monogramas formados pelas letras CE e TJA (Ceará e Teatro José de Alencar).

Em face do comprimento do salão, o forro foi dividido em três retângulos autônomos, um mais longo, que cobre grande parte da superfície, e dois menores, nas extremidades. O campo do retângulo maior é tratado com repetição de motivos, em cor sépia, e cujo centro mostra uma rosácea de metal estampado, pintada, e cujos componentes se apresentam em relevo, da qual desce um grande candelabro. Em ambos os lados mais longos do retângulo, no ponto onde cruza o eixo menor, vê-se uma lira tangida por dois cisnes confrontantes estilizados, envolvidos por *enroulements* fitomórficos e *rincaux*.

<sup>29</sup> A tentativa de se explicar, em trabalho como este, a aparência cromática deste e de outros compartimentos, comprova o esforço um tanto inútil de se descreverem, com palavras, as imagens coloridas mostradas nas palestras.

Na época, vale ressaltar, eram correntes as palavras francesas, muitas vezes empregadas por falta de correspondentes no vernáculo ou por mera presunção. Na arquitetura e artes afins, alguns termos referidos a novidades importadas não encontravam tradução específica, a qual, se tentada, incorreria em evidente perda de sentido. Assim, *rinceau* significaria ramículo e *enroulement*, enrolamento; *foyer*, de tradução bem mais difícil, seria originalmente o local da lareira. Tornava-se assim mais fácil usar os vocábulos no original francês, apontando os objetos ou as formas designadas.<sup>30</sup> Em boa parte, esses mencionados elementos decorativos e outros, usuais na época, recorriam à estilização de motivos ornamentais que remontavam à antiguidade, correntes na cerâmica grega.

Nos dois retângulos menores foram pintados os retratos de Alencar e Carlos Gomes, ladeados simetricamente por duas sereias estilizadas. O espaço entre os retângulos menores e o retângulo maior ficou preenchido pelas figuras de duas mulheres, cujas mãos tocam as bordas dos lados menores do retângulo maior, bordas sobre as quais estão assinaladas, em tarjas largas, as datas de 6 de junho de 1908 e 17 de junho de 1910, respectivamente alusivas ao início das obras e à inauguração do Teatro.<sup>31</sup>

<sup>30</sup> Nada custa recorrer às fontes, a fim de esclarecer: “RINCEAU – s.m. (lat. *ramusculus*, petit rameau). *Archit.* Ornement sculpté ou peint, em forme de feuillages disposées en enroulement.” (PETIT LAROUSSE, 1964: 920). “ENROULEMENT - n.m. Motif d’ornementation, très en faveur dans le style Baroque, caractérisé par des combinaisons de rinceaux, de volutes.” (ID. IB., 1964: 379). FOYER – s.m. (*bas lat.*- *focarium*, de *focus*). Lieu où l’on fait de feu. (...) // Partie du théâtre où se rassemblent les acteurs. // Salon où le public se réunit pendant les entractes. (ID., IB., 1964: 451). *Panneau* (painel), *plafond* (teto) e algumas outras palavras, ora empregadas, podem ser compreendidas pelo contexto das frases. A propósito de língua francesa, cabe observar que, na época, as pessoas minimamente letradas possuíam conhecimentos daquele idioma, de ensino obrigatório no curso secundário, adotado, portanto, no Liceu e na Escola Normal.

<sup>31</sup> Amargurado, pouco prestigiado, doente, Antônio Carlos Gomes (Campinas, 1836 – Belém, 1896) aceitou o convite para dirigir o Conservatório Paraense em 1895, havendo falecido em Belém no ano seguinte. O retrato de Carlos Gomes rendia-lhe preto, como que abrindo o Teatro José de Alencar à música, em especial, aos músicos brasileiros. Procurava associar o compositor paulista ao escritor cearense, homenageado no nome do Teatro, unindo a ópera *O Guarani* ao romance alencariano homônimo, sua fonte inspiradora. Alencar, presente à estreia da ópera no Rio de Janeiro em 1870, não gostou do libreto, que alterara os objetivos literários de sua obra, “uma embrulhada sem nome, cheia de disparates”. (MAGALHÃES JR., 1977: 269). Em Milão, para acolhida da ópera, basta lembrar que, no mínimo, os libretistas haviam transformado, em espanhol, a nacionalidade da figura de Loredano, no romance, trapaceiro italiano, “aventureiro de baixa extração”, segundo as próprias palavras de Alencar.

## Jacinto Gomes de Mattos e o *plafond* da sala de espetáculos

A pintura do *plafond*, quer dizer, do forro das grandes salas de espetáculos constituía um dos pontos de maior atração no sistema decorativo dos teatros à italiana. Tornara-se comum nos salões de palácios e nas naves de igrejas, embora a composição inicialmente ficasse quase sempre compartimentada, em virtude das soluções estruturais, que deixavam o travejamento voltado para baixo, aparente, forçando a divisão do campo em painéis. O uso de forros abobadados, sem interrupção de superfície, depois, imitados em madeira (“forro inteiro”), permitiu empregar pintura contínua, de grandes dimensões. No período barroco, os forros receberam pinturas resolvidas com perspectivas de ponto fuga zenital, em *trompe-l’oeil* (que provoca ilusão; que engana). Para tanto, procuravam pintar representações que figuravam um prosseguimento arquitetônico da parte superior das paredes, de sorte que a parte central do *plafond*, transformada em céu, parecia abrir-se para o infinito, espaço imaginário onde pairavam figuras em glória.<sup>32</sup>

Na sala de espetáculos do Teatro, o pintor Jacinto Gomes de Mattos aproveitou o perfil “abaulado” ou “em asa de cesto” (como mencionam as Mensagens) do “forro inteiro”, de tabuado, para realização de uma perspectiva de ponto de fuga zenital, a qual, é pena, não mostra claros efeitos de *trompe-l’oeil*. As representações arquitetônicas no *plafond* do Teatro ficaram praticamente restritas a uma balaustrada, espécie de guarda-corpo disposto como defesa de um suposto vazio de contorno oval pintado no forro, que permite ver o “céu”, onde flutuam sete figuras femininas dispostas em dois grupos, um em cada metade do forro. Do peitoril da balaustrada saem faixas em arcos que cruzam o “céu” em diagonal, entretanto, como não receberam tratamento em perspectiva, ocorreu eliminação do efeito de concorrência das linhas de fuga. O centro do forro, para onde convergem as faixas, ficou ocupado por uma meia esfera, usada na iluminação. O contorno do vazio pictórico

<sup>32</sup> As perspectivas de ponto de fuga zenital procedem da igreja jesuítica de Santo Inácio, no Colégio Romano, afresco pintado em Roma por Andrea Pozzo, em 1684. Posteriormente, adotadas à larga no mundo barroco, tiveram aceitação no Brasil da segunda metade do século XVIII e também nos começos dos oitocentos, com exemplares da mais alta valia, vistos em forros das naves de igrejas famosas. Os grandes teatros brasileiros da segunda metade do século XIX e início do século XX também recorreram a pinturas de forro assemelhadas.

ovalado, mantido realmente como forro (na verdade, dois meios círculos justapostos a um retângulo), recebeu tratamento de *rinceaux* e *enroulements* com execução apurada, extensivo aos cantos curvos, ajustados à forma retangular da sala, nos quais se veem líras e nomes de obras de José de Alencar. A aparência arquitetônica e o tratamento cromático dos interiores resultaram em um conjunto leve e harmonioso, bem diferente de composições pesadas, retóricas, vistas em alguns teatros.<sup>33</sup>

Durante bom tempo, o autor deste trabalho tentou inutilmente identificar as figuras pintadas no *plafond* da sala de espetáculos, à primeira vista, representações de musas. A hipótese logo se desfez porque as musas eram nove e somente havia sete figuras, além de que os atributos portados pelas figuras se constituíam de objetos desconhecidos na antiguidade (violino, luneta, livro, pautas musicais). O ocasional encontro com um filho do pintor facilitou a explicação do tema. Constrangidamente, Jacinto de Mattos viu-se obrigado a transcrever figuras femininas que constavam de um álbum do tipo *Les nus au Salon*, publicações que, com este ou aquele objetivo, reproduziam obras de cunho acadêmico, com temática específica, postas em destaque nos *Salons*, realizados anualmente em Paris, por longo período.<sup>34</sup>

Jacintho Gomes de Matos (1882-1947), que assina seu trabalho como *J.G. Mattos 1909*, era pernambucano, criado no Ceará. Havia estudado pintura no Rio de Janeiro, quando frequentou cursos livres na Escola de Belas Artes e trabalhou com artistas famosos, entre os quais Rodolfo Amoedo, que o deve ter indicado para realizar trabalhos no Teatro.<sup>35</sup>

Em discreto ponto da pintura, leem-se os dizeres: *Retocado por J.V. de Souza. / Em 1938*. Por ocasião das obras de manutenção e recuperação do Teatro, realizadas em 1938, Jacintho de Mattos, idoso e entregue a atividades de construção civil, declinando o convite para reexaminar seu

<sup>33</sup> Numa comparação entre o Teatro Amazonas e o Teatro José de Alencar, assim se expressa o arquiteto e professor norte-americano Leopold Arnaud: *As a result there is less unity of scale and design here [Manaus] than in the theatre at Fortaleza; also the taste [em Manaus] is less sure.* (ARNAUD, 1963: 22).

<sup>34</sup> Faltam informações a respeito de quem teria escolhido e imposto o tema. Por sua vez, torna-se também muito difícil encontrar, na sequência numerosa de álbuns editados na época, saber de qual deles teriam sido extraídas as figuras transcritas por Jacintho de Mattos.

<sup>35</sup> Jacintho de Mattos abandonou a pintura decorativa certamente por falta de mercado de trabalho. Tornou-se empresário de obras de construção civil, como aparece em anúncios de jornais e revistas fortalezenses de dias posteriores.

trabalho, teria apontando João Vicente de Souza, que fora seu auxiliar direto, quando da pintura do *plafond* em 1909. Na época da construção do Teatro, cabe mencionar, João Vicente pintou as imitações de mármore das ombreiras do palco, refeitas posteriormente.

## **Rodolfo Amoedo**

Na pintura de decoração do Teatro, merece referência especial a alegoria à glória de Alencar, aplicada no tímpano sobreposto à boca de cena, na sala de espetáculos. A importância, sem dúvida, deve-se à própria tela e ao seu autor, Rodolfo Amoedo, artista renomado.

Rodolfo Amoedo (Salvador, 1857 - Rio de Janeiro, 1941), filho de um casal de atores portugueses radicados no Brasil, nasceu na Bahia, mas viveu no Rio de Janeiro. Aluno da Academia Imperial de Belas Artes, obteve o prêmio de viagem à Europa em 1878, permanecendo em Paris por dez anos. De retorno, tornou-se professor da Escola Nacional de Belas Artes, vindo a ter, como alunos, nomes famosos da pintura brasileira no século XX. Artista de formação acadêmica, todavia, mostrava-se aberto para com as ideias renovadoras, como o atestam os seus trabalhos e o incentivo dado a seus alunos em favor do estudo de diferentes técnicas de pintura. (CAVALCANTI, 1973: 76-77).

Amoedo ensinou temporariamente na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, na passagem do século, quando manteve estreito relacionamento com o corpo docente da casa, entre cujos professores se destacava o engenheiro cearense João Felipe Pereira (Tauá, 1860 – Rio de Janeiro, 1950), de quem se tornou amigo e pintou um retrato, datado de 1910, hoje guardado na pinacoteca do Clube de Engenharia. João Felipe era figura prestigiosa nos meios profissionais da Capital de República, ministro de Floriano Peixoto em duas ocasiões. Quanto da construção do Teatro José de Alencar, encontrava-se em Fortaleza, mantendo contatos com o governo estadual para elaborar o projeto de instalação da rede de águas e esgotos da Cidade. Na mesma ocasião, no Rio de Janeiro, Amoedo executava a decoração do edifício do Supremo Tribunal Federal, em construção no trecho final da recém-aberta Avenida Central (Avenida Rio Branco).

Em novembro de 1907, Accioly fez festejada viagem ao Rio de Janeiro, havendo retornado em fins de janeiro de 1908, embarque e desembarque comemorados com demonstrações explícitas de “chaleirice” servil. Ao ter conhecimento de providências tomadas para a construção

do Teatro José de Alencar, João Felipe, desejoso de que o amigo viesse a realizar a decoração da casa de espetáculos, por certo, apresentou Amoedo ao Comendador. Atarefado com os trabalhos do Tribunal, o pintor teria declinado do convite, embora apresentasse alternativa, oferecendo o nome de um dos seus auxiliares para, no todo ou em parte, executar a decoração do Teatro. Paralelamente, como compensação, assumiria compromisso com algo que pudesse executar em seu atelier, no Rio de Janeiro, e enviar para o Ceará. Seria esta a versão plausível, pertinente ao contrato da pintura do tímpano da boca de cena, realizada por Amoedo, bem como à indicação de Jacinto Gomes de Mattos para executar a decoração da sala de espetáculos, melhor dito, o *plafond* e as faixas decorativas nos apoios dos guarda-corpos das frisas e dos camarotes do Teatro.

### **O *panneau* de Amoedo**

Os entendimentos mantidos por Amoedo com a *Directoria de Construcção* do Teatro, por intermédio de João Felipe, resultaram na contratação do artista para a execução do painel. Infelizmente, tal como nos demais trabalhos do Teatro, não se encontram assinatura de contrato, ordens de serviço, recibos, nem qualquer documentação comprobatória, embora a autoria da tela não possa ser contestada, pois se acha assinada pelo pintor.

Amoedo deve ter recebido indicações dos construtores sobre a dimensão e a posição reservada para o painel que honrava a memória de Alencar. Examinadas algumas hipóteses, provavelmente recusou-se a trabalhar com representações monotemáticas, como ocorrera a Rodolfo Bernardelli nos baixos-relevos apostos às quatro faces da base do monumento a José de Alencar, dedicados, cada qual, a passagens de *O Guarani*, *Iracema*, *O Sertanejo* e *O Gaúcho*, conjunto escultórico inaugurado no Rio de Janeiro em 1897, vinte anos após o falecimento do romancista.

No Teatro José de Alencar, dada a própria forma da tela, em setor de círculo, Amoedo se decidiu por uma composição alegórica em que sobressaísse a efigie do romancista, lançada em ponto cêntrico, para o qual se dirigiriam, em procissão reverencial, vindas de extremos opostos, conhecidas personagens criadas pela imaginação do escritor. Relevos em que procissões exaltavam deuses e heróis, vale lembrar, eram comuns na escultura grega, repetidos em Roma e também em tempos mais recentes, na celebração de pessoas e fatos históricos. A solução acolhida pelo pintor



Figura 21. Rodolfo Amoedo. Pintura alegórica em homenagem a Alencar. Tímpano da boca de cena do Teatro José de Alencar. Vista geral. (Foto: F. Veloso).

revela, pois, sua intenção de conferir à tela uma aparência escultórica, monumental, pintada com variações de tonalidades cinza, ressaltadas sobre um fundo dourado, disposto à feição de mosaicos. Em vista de tais propósitos, eliminou as sombras projetadas e valorizou as sombras próprias, utilizadas para moldar as figuras, conferindo-lhes relevo. Sob este aspecto, contornou partes das figuras com uma tarja escura, a fim de ressaltá-las, solução já comum nos vitrais das catedrais góticas, recursos expressivos deliberadamente adotado por pintores famosos do século XX, como Georges Rouault (1871-1958). Por outro lado, também se obrigou a reduzir o número de figuras, a fim de pintá-las com dimensões tais que pudessem ser vistas de longe, do extremo oposto do salão de espetáculos. (Figura 21).

### **As figuras da alegoria de Amoedo**

Menos de três meses antes da inauguração do Teatro, o jornal do governo tecia comentários sobre

*a bellissima tēla do distincto pintor Rodolpho Amoedo destinada ao nosso Theatro José de Alencar, a qual já se acha aqui collocada no lugar onde deve ficar definitivamente.* (A REPUBLICA, 29.3.1910).

Em seguida, transcrevia notícia divulgada no Rio de Janeiro pelo jornal *Correio da Manhã*, concernente à tela. Com efeito, a secção *Cor-*

*reio dos Theatros Nacionaes e Estrangeiros*, do jornal carioca, havia publicado no domingo, 20 de fevereiro de 1910, reportagem sobre uma entrevista concedida por Amoedo, na qual o artista descrevia seu trabalho, identificando as personagens da obra de Alencar mostradas na tela.

Para entendimento da informação, esclareça-se que a versão publicada em *A Republica* suprimia o trecho inicial da notícia do *Correio da Manhã*, certamente pela falsa atribuição da autoria do projeto do Teatro a Herculano Ramos, bem como omitia a parte de encerramento do texto, sem interesse local, visto que a tela já havia chegado a Fortaleza. A citação equivocada do nome de Herculano Ramos, então encarregado da cenografia do Teatro, talvez se explicasse, pois, como antigo aluno e arquiteto diplomado pela Academia Imperial de Belas Artes, conquanto vivendo fora do Rio de Janeiro, ainda seria lembrado por velhos amigos dos tempos estudantis.

Eis, portanto, a parte da notícia tal como foi transcrita por *A Republica*:

*Vimos no atelier do pintor Rodolpho Amoedo o painel, que vae servir como decoração no Theatro José de Alencar, recentemente construido em Fortaleza. E tal foi a impressão causada pelo magnifico trabalho do artista impecavel, que é Amoedo, que não nos furtamos ao prazer de registrar como uma intensissima e palpitante obra de arte.*

*A tela, que tem a forma sympathica de um sector de circulo, é feita em claro-escuro, simulando um baixo relevo, recortado por um fundo de mosaico de ouro, medindo oito metros sobre três e trinta.*

*No centro, vê-se uma exedra, onde o busto de José de Alencar repousa, tendo a figura da Historia a coroar-lhe a fonte pensativa.*

*Em torno, formam, decorativamente, as evocações da obra do grande mestre, agrupadas da seguinte forma: à esquerda, as três meninas do Tronco do Ipê; os namorados dos Sonhos de Ouro, o typo do Sertanejo, as figuras lendárias de Cecy, Pery, o dr. Alvaro; á direita, o moleque do Demonio Familiar, a mestiça do drama Mãe, a figura do Capitão-mor, os protagonistas das Minas de Prata, a figura sympathica do Gaúcho, a romântica Iracema, o Padre Molina e o vulto de Vaz Caminha.*

*A composição é bellissima e o desenho seguro, havendo, na harmonia dos agrupamentos, aquella doçura que se encontra nas decorações dos grandes mestres da Escola Italiana.*

*No fundo, surgem, compondo a paisagem: o coqueiro, a maniçoba, a carnauba e o algodoeiro, definindo o ambiente e a flora do Norte.*

A título de curiosidade, apresentam-se as alterações e omissões de *A Republica*, reproduzindo os trechos inicial e final da notícia, tal como os publicou o *Correio da Manhã*:

*Vimos no atelier do pintor Rodolpho Amoedo o painel que vai servir como decoração do Theatro José de Alencar construído na Fortaleza por um habilíssimo architecto, o Sr. Herculano Ramos. (...)*

*Rodolpho Amoedo que trabalha com grande amor e cuidado nesta obra prima, que é mais uma solenne confirmação dos seus fôros de Príncipe da Pintura Nacional, conta entregar, por todo este mez proximo, o seu magnífico painel, que será certamente exposto ao publico em ponto que ainda não foi determinado.*

As supressões de *A Republica* foram intencionais, sem dúvida, feitas por interferência de Carlos Câmara. Na edição de 28 de fevereiro de 1910, no jornal, ou melhor, na crônica *Entrelinhas*, narrando uma visita realizada ao Teatro, Câmara assegurava:

*Vi o painel collocado no logar a que se destinava e pude, então, testemunhar o magnífico effeito que elle produz, destacando-se, alli, num realce de tela excepcional. / Quero agora reparar uma injustiça, aliás não praticada por mim. Commetteram-n'a os meus collegas d'A Notícia e do Correio da Manhã, naturalmente mal informados. / Ambos deram o illustre sr. dr. Herculano Ramos como architecto constructor do theatro José de Alencar (...). / O José de Alencar foi planejado e construído pelo dr. Bernardo de Mello.*

## **Identificação das figuras**

Na descrição do *panneau*, é pena, o repórter do *Correio da Manhã*, silencia a razão da escolha destas e da não inclusão daquelas figuras que povoam a vasta galeria alencariana. Seriam da preferência de Amoedo? De Mário de Alencar, literato, filho do romancista? De algum amigo cearense? De quem?

Rodolpho Amoedo devia ter conhecido pessoalmente José de Alencar, pois seus pais se relacionavam com o escritor. *O Demônio Familiar*, o maior sucesso teatral de Alencar, foi levado à cena pela primeira vez

em 5 de novembro de 1857, “sob a direção do ensaiador português Luís Carlos Amoedo, que também é ator” (MENESES, 1877: 35), além de pai do pintor, acrescente-se. (CAVALCANTI, 1973 76-7).<sup>36</sup> Sobre o mais, cumpre lembrar que duas das telas mais famosas de Rodolfo Amoedo, executadas na França, ainda jovem – *Marabá* (1882) e *O último tamoio* (1883), recorriam à temática indianista.

O tratamento monocromático conferido por Amoedo à pintura procede de decisão intencional. Os vultos em relevo, como já dito, conjugados em um agenciamento formal de inspiração classicizante, figuram uma procissão de oferendas de flores ao romancista, criador daqueles que o homenageiam. Todos se voltam para Alencar, cujo busto é o centro da composição (menos Ricardo, às voltas com o cavalo de Guida).

Na busca de melhor compreensão do enunciado da notícia, seguem-se alguns comentários pertinentes ao *panneau*, que devem ser remetidos às ilustrações incluídas no texto, infelizmente prejudicadas pelas dimensões e qualidade das reproduções.

### As figuras centrais

Conforme a ordem de exposição da reportagem, os comentários do jornal assim começam:

*Uma exedra, onde o busto de José de Alencar repousa, tendo a figura da História a coroar-lhe a fonte pensativa. (Figura 22).*



Figura 22. Rodolfo Amoedo. Pintura alegórica em homenagem a Alencar. Tímpano da boca de cena do Teatro José de Alencar. Parte central. (Foto: F. Veloso).

<sup>36</sup> Na primeira fase de sua produção literária, Alencar interessou-se por teatro, convivendo intimamente com o meio profissional do Rio de Janeiro. Quase todas suas peças datam do curto período que transcorre entre 1857 e 1861: *O crédito*, *Asas de um anjo*, *O demônio familiar*, *Mãe*, *Noite de São João*, *O que é o casamento?* *O Rio de Janeiro, verso e reverso*. Excepcionalmente, a peça *A expiação* (segunda parte de *Asas de um anjo*) é de 1868 e *O Jesuíta*, de 1875. (JOSÉ DE ALENCAR, 1977: 79-82).

Na verdade, não se trata de exedra, mas de uma *herma*, em que o busto de Alencar aparece coroado por Clio, a musa da História.<sup>37</sup> No espelho de um dos degraus, lê-se a inscrição – *Amoedo*, identificadora da autoria do trabalho.

## Figuras vistas à esquerda

Consoante a descrição do repórter, encontram-se agrupadas:

*à esquerda, as três meninas do Tronco do Ipê; os namorados dos Sonhos de Ouro, o typo do Sertanejo, as figuras lendárias de Cecy, Pery, o dr. Álvaro (...).* (Figura 23).



Figura 23. Rodolfo Amoedo. Pintura alegórica em homenagem a Alencar. Tímpano da boca de cena do Teatro José de Alencar. Figuras à esquerda (Foto: F. Veloso).

<sup>37</sup> *EXÉDRA*, s.f. do gr. ex e edra, assento, (archit.) sala ou casa grande guarnecida de bancos, em que se assentavam philosophos, oradores e outros literatos nas suas conferencias. (RODRIGUES, 1875: 178). *HERMA* ou *HERMES*, s.f. do gr. erein, fallar; (esculp. e arch.) (...) os gregos deram este nome por ser o mensageiro ou interprete dos deuses; chamaram também herma ou às cabeças ou bustos de, ou de outras divindades ou homens, sobrepostos em pedestaes ou pyramides reversas (...). (ID. IB., 1875: 215).

No romance *O Tronco do ipê*, de 1871, não aparecem *as três meninas*, como menciona a reportagem! Alencar assim se expressa textualmente na abertura do capítulo II do romance: *Na manhã de 15 de novembro de 1850, saí da Casa Grande da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão um grupo de três crianças. (...) Eram duas meninas de onze a doze anos, e um menino de quinze.* (ALENCAR, 1938: 10). Uma das meninas é Alice, que virá a enamorar-se de Mário, o menino. A outra menina é Adélia, amiga de Alice. (Figuras 23c).

“*Os namorados de Sonhos d’ouro*”, em seguida citados na reportagem, sem dúvida, ilustram cena do início do romance, publicado em 1873, quando Guida, jovem estouvada e vaidosa, mas de bons sentimentos, perde o comando do seu “cavalo do cabo de boa raça”, que é dominado por Ricardo – Ricardo de Melo Nunes, “um moço de 28 anos”, previdente, refletido e reservado (ALENCAR, 1960, v.1, p. 703). Na tela de Amoedo, Ricardo, de costas, aparece



Figura 24. Rodolfo Amoedo. Pintura alegórica em homenagem a Alencar. Tímpano da boca de cena do Teatro José de Alencar. Mário, Alice e Adélia, de *O Tronco de Ipê*. Detalhe. (Foto F. Veloso).

elegantemente trajado, com uma mão na rédea do cavalo e outra no chapéu. Não se percebe claramente o rosto de Guida, mas se entrevê, no alto da montaria, seu chapéu “de castor cor de pérola”, em forma hemisférica. (ID. IB. p.710). (Figura 25). A cena do romance se passa na Floresta da Tijuca (ID. IB. p.752), nos arredores do Rio de Janeiro, onde Alencar conheceu Georgiana Augusta Cochrane, com quem se casaria. Segundo os críticos, as figuras de Ricardo e Guida seriam referências autobiográficas no romance, tais certas similitudes das personagens com o escritor e sua esposa.<sup>38</sup>

<sup>38</sup> Magalhães Júnior levanta inúmeras coincidências na trama do romance, entre as quais a “inicial do nome de Guida com a esposa de Alencar”, bem como “aquele Ricardo [de Melo Nunes], em cujo nome só entram letras retiradas de seus sobrenomes – Martiniano de Alencar – é fora de dúvida que o romancista fizera um auto-retrato.” (1977: 170). *Sonhos d’ouro*, conforme explica Alencar, é uma flor com “bela cor de ouro”, também conhecida de modo prosaico por pedregoso.

Como representações postas ainda mais à esquerda, segundo o repórter, encontram-se o “typo do *Sertanejo*”, “as figuras lendárias de *Cecy*, *Pery*, o dr. *Álvaro*” (...). O *Sertanejo*, romance datado de 1876, foi escrito depois da última visita que Alencar faria ao Ceará, em cujo enredo sobressaem Arnaldo e Dona Flor, filha do capitão-mor Gonçalo Campelo, fidalgo. Na



Figura 25. Rodolfo Amoedo. Pintura alegórica em homenagem a Alencar. Tímpano da boca de cena do Teatro José de Alencar. Guida e Ricardo, de *Sonhos d'Ouro*. Detalhe. (Foto: F. Veloso).

pintura de Amoedo, Arnaldo, o *Sertanejo*, mostra aparência fácil de se reconhecer, montado a cavalo, com chapéu de couro meio levantado, em sinal de respeito ao homenageado ou mirando o horizonte, como se buscasse alguma rez tresmalhada. (Figura 23).

Mais adiante, veem-se Peri e Ceci, a pé, lado a lado. O índio, com flecha á mão e a heroína, com longos cabelos louros soltos, vestida à romana, apoiada em Peri. No romance, no entanto, Ceci tem “os longos cabelos louros, enrolados negligentemente em ricas tranças, [que] caíam em volta do pescoço presos por uma presilha finíssima de fios de palha cor de ouro (...)” (ALENCAR, 1943: 29). (Figura 23). Na extremidade esquerda, como que entrando em cena, aparece o dr. *Álvaro*, figura assim mencionada pelo repórter, mas de identificação duvidosa. No romance *O Guarani*, ganha relevo o jovem Álvaro da Sá, moço que comandava os serviços de abastecimento e venda dos produtos da herdade, apaixonado por Isabel, prima ou talvez meia-irmã de Ceci. A pintura de Amoedo mostra, entretanto, um homem já idoso, com a mão à espada, usando roupas do século XVI e que, pela proximidade, faz supor alguma relação com as figuras de Ceci e Peri.

Houve, assim, engano do repórter ou de quem o orientou, pois todos os indícios fazem crer que se trata indiscutivelmente da figura do

pai de Ceci, “Dom Antônio de Mariz, fidalgo português de cota d’armas e um dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro”. (ALENCAR, 1943: 11). Dom Antônio, “apesar dos sessenta anos, mostrava um vigor devido talvez à vida ativa; trazia ainda o porte direto e tinha o passo firme e seguro, como se estivesse na força da idade!” (...). “De seu chapéu de feltro pardo sem pluma escapavam-se os cabelos brancos”. (ID. IB.: 36). Como se percebe, a descrição do romancista foi fielmente reproduzida na pintura de Amoedo, menos “a longa barba” de Dom Antônio, “alva como a espuma da cascata” (ID.IB.: 36), omissão intencional, talvez ditada pela composição das imagens. (Figura 23).

### Figuras vistas à direita

Na descrição do painel, a notícia do jornal assinala à direita as figuras de:

*o moleque do Demônio Familiar, a mestiça do drama Mãe, a figura do Capitão-mor, os protagonistas das Minas de Prata, a figura sympathica do Gaúcho, a romântica Iracema, o Padre Molina e o vulto de Vaz Caminha.* (Figura 26).



Figura 26. Rodolfo Amoedo. Pintura alegórica em homenagem a Alencar. Tímpano da boca de cena do Teatro José de Alencar. Figuras à direita (Foto: F. Veloso).

Observação mais acurada do *panneau* mostra, entretanto, que há duas figuras não citadas pelo repórter, além de uma terceira, apresentada imprecisamente, a ponto de não se poder identificá-la com exatidão. Omissões e indefinições em referências da reportagem, por se constituírem casos singulares, pedem comentários à parte, incluídos mais à frente.

Junto da herma, formando um grupo em que se destacam o romancista e a musa, surge o “moleque do *Demônio Familiar*”, como referido, comédia montada em 1857, o grande sucesso cênico de Alencar. (Figura 25). Conquanto seja vocábulo empregado por Alencar nos comentários à primeira montagem da peça (MENESES, 1977: 135), não se atina com que sentido o repórter usou a palavra *moleque*, quer dizer, se recorreu à significação original de menino (NASCENTES, 1966: 496) ou se envolvida com a conotação hoje usual. Oferecida publicamente à Imperatriz D. Teresa Cristina e, indiretamente ao Imperador Pedro II, a comédia tem como figura central Pedro, escravo liberto no fim da peça, “typo do moleque pernóstico e intrigante, verdadeiro symbolo de um *demonio* familiar” (MOTTA, 1921: 123), que transtorna a vida da casa onde o abrigam e o consideram. A coincidência dos nomes, do *moleque* e do Imperador, provocou interpretações variadas, sabido que Alencar, à altura, já se havia desavindo com aquela suprema autoridade do País por questões literárias.

Atrás da figura de Pedro, “o demônio familiar”, vê-se, meio escondida, a *mestiça* Joana, personagem de *Mãe*, drama levado à cena em 1860, oferecido a Ana Josefina, mãe de Alencar. (Figura 26). Na trama, Jorge, filho de Joana, sua escrava, por desconhece-la como sua própria mãe, tenta vendê-la, a fim de pagar dívidas contraídas em uma vida irregular. As teses subjacentes em *O Demônio Familiar* e *Mãe* traduzem posições confusas, concernentes ao cativo, que o então jovem Alencar, conservador, abraçaria. Quanto à matéria, quaisquer que sejam as interpretações conferidas ao pensamento de Alencar, antes de tudo, tem de ser levado em conta o fato de que o romancista não vivia da exploração do trabalho escravo. Efetivamente, provia o sustento, seu e de sua família, unicamente à custa do incansável esforço intelectual de uma mente prodigiosa, como jurista e como literato, alimentado pela força de um poderoso e inquieto espírito criador.<sup>39</sup>

<sup>39</sup> A propósito das posições contraditórias de Alencar, vale comparar uma das falas finais de *O Demônio Familiar*, de 1857, sobre o que significa ter liberdade, concedida na ocasião ao escravo Pedro (ALENCAR, 1960, v. 4, p. 135-6), e o texto do discurso otimista proferido pelo escritor na inauguração da Estrada de Ferro de Baturité, em Fortaleza, a 14 de setembro de

Junto de Joana, a *Mãe*, veem-se duas figuras masculinas próximas e aparentemente semelhantes. Se bem observadas, uma delas veste trajes do século XVIII (mais perto da herma), enquanto a outra usa roupas do século XVII. Esta última figura vai comentada um pouco à frente, enquanto a primeira, aquela vestida à moda setecentista, representaria “a figura do Capitão-mor”, mencionada pelo repórter. Sem dúvida, a alusão era feita ao capitão-mor de ordenanças Gonçalo Pires Campelo, de *O sertanejo*, pai de dona Flor, homem de vida requintada nos sertões adustos do Quixeramobim, vila em 1789. (ALENCAR, 1975: passim). (Figura 26 e 29).

Conforme palavras do repórter, em sua menção a demais “protagonistas das Minas de Prata”, restam “o Padre Molina e o vulto de Vaz Caminha”, este último, o protetor de Estácio, herói do romance. Sem dúvida, nas figuras pintadas por Amoedo, a pessoa do *licenciado Vaz Caminha* aparece em ressaltado no plano de frente, solene, com vestes talares, cingidas por larga faixa, portando um ramalhete à mão direita e o chapéu à mão esquerda,<sup>40</sup> enquanto, no canto da tela, como se entrasse sorrateiramente em cena, segurando o mapa das minas de prata, surge o *padre Molina*, o jesuíta Gusmão Molina, infatigável em suas tramoias.

Na descrição, o repórter fala na *figura sympathica do Gaúcho*, com lança à mão, montado em seu cavalo empinado. (Figura 26). Não deve ter lido o romance, pois Manuel Canho, o Gaúcho “simpático”, é uma figura introspectiva, cruel e fria, das mais violentas e menos gentis da obra de Alencar...<sup>41</sup>

---

1873, em meio a um ambiente de libertadores, seus conterrâneos (MENESES, 1977: 327-8). Ao ensejo, Alencar faz o elogio do trabalho livre, que nota amplamente adotado no Ceará, e saúda a introdução das máquinas automotivas, percebidas como novidades que provocariam, por certo, a extinção definitiva do braço escravo.

<sup>40</sup> A identificação do licenciado Vaz Caminha apóia-se na indumentária, não em sua compleição física, assim descrita por Alencar: *O futuro legista estava pois condenado a vegetar nos labores campestres, se a natureza deserdando-o da robustez e vigor proverbial na família, não o houvesse predestinado para uma vida espiritual e meditativa: nascera de sete meses e mostrara desde logo que pouco desenvolvimento teria sua organização acanhada.* (8. ed. [1965?], v 1, p. 46). Vaz Caminha, para alguns críticos, seria um retrato físico e intelectual do próprio Alencar.

<sup>41</sup> O desejo de vingar a morte do pai, assassinado pelo “enterrriano Barreda” (argentino da província de Entre-Ríos), transforma o capítulo VII do romance *O gaúcho* num espetáculo de violência desvairada, quando Manuel Canho, cumpre com indiferença o que se prometera (ALENCAR, 1951:153-159): *Com uma calma feroz, espetou o ferro da lança no corpo do assassino de seu pai, atravessando-lhe o coração como faria com uma folha seca. (...) Enquanto a vítima se debateu nas vascas da agonia, Manuel a contemplou friamente. Quando se apagou o último vislumbre de vida, se afastou sem lançar um olhar de compaixão à mulher [de Barreda] desmaiada.* (ID. IB. :159).

Finalmente, refere-se à “romântica Iracema”, pintada por Amoedo como uma figura feminina esguia, musculosa, um tanto andrógina, que carrega uma braçada de flores. A seu lado, vestido elegantemente, de botas e chapéu de penacho, aparece Martim, cuja presença foi omitida pelo repórter. (Figura 26 e 27).

### Figuras omitidas pelo repórter

Martim, como já citado, é uma das duas personagens esquecidas na descrição do jornal. A outra é uma curiosa figura feminina, que aparece entre o capitão-mor e o licenciado Vaz Caminha, da qual se vê claramente apenas a metade inferior do corpo, uma vez que a parte superior ficou encoberta pelo cavalo (ou pela égua *Morena*) de Manuel Canho, *O Gaúcho*. Essa mulher misteriosa, de pé, imóvel, tem a mão direita em abandono, porta um leque na mão esquerda e veste-se com apuro, acompanhando a moda de fins do século XIX. Observação cuidadosa permite entrever, bem mais acima, isoladamente, algo parecido como uma cabeça de mulher, talvez complemento da figura feminina incógnita! Quem seria? Por que não se mostra por inteiro? Por que Amoedo a apresentou de maneira tão insólita? Por que não foi relacionada pelo repórter? (Figura 26 e 28).

Sem respostas objetivas, levanta-se a hipótese de se tratar de *Julieta*, personagem de *Encarnação*, romance póstumo de Alencar, publicado em 1893. Não propriamente da esposa falecida de Hermano, mas de sua representação em “figura de cera”, mandada preparar pelo viúvo, para convívio cotidiano, como se viva fosse. No que tange à suposição, porém, cabe registrar que, na tela, a pessoa representada aparece de pé, enquanto Alencar, no romance, se refere a duas figuras de cera de uma



Figura 27. Rodolfo Amoedo. Pintura alegórica em homenagem a Alencar. Tímpano da boca de cena do Teatro José de Alencar. Iracema e Martim. Detalhe (Foto: F. Veloso).



Figura 28. Rodolfo Amoedo. Pintura alegórica em homenagem a Alencar. Tímpano da boca de cena do Teatro José de Alencar. Figura feminina de identificação imprecisa (*Julieta?*). Detalhe. (Foto: F. Veloso).

mesma mulher, uma, no toucador, “sentada junto à mesa de charão”, com o rosto sombreado por “madeixa de cabelos negros”, e outra, no quarto, “recostada no sofá” (OP. CIT.: 56, 58 e 114). Como dito, na tela de Amoedo, com dificuldade, percebe-se uma cabeça de mulher perdida na composição, possível complemento da parte inferior da figura interrompida. Insinuaria o pintor, com a bipartição, a presença de duas mulheres em uma só mulher, *Julieta*, morta, “a figura de cera”, e *Amália*, viva, a sua “encarnação”? Se verdadeira a hipótese ora aventada, a figura estranha incluída no *panneau* traduziria uma concepção interpretativa pessoal de artista, uma licença pictórica na transcrição da personagem do romance, recriada pela imaginação de Amoedo.

A propósito de heroínas alencarianas, vale lembrar que Amoedo não incluiu no painel nenhuma das protagonistas femininas que participam dos romances nomeados *Perfis de Mulher*, figuras urbanas, representativas da sociedade burguesa do Rio de Janeiro da segunda metade

do século XIX.<sup>42</sup> Também excluiu os conhecidos casais dos romances urbanos de ação contemporânea do escritor, posto que somente pintou as duplas de *O Guarani*, *Iracema*, *Tronco do Ipê* e *Sonhos d'Ouro*. Neste último, tido como romance urbano, as ações ocorrem não propriamente na parte edificada da cidade do Rio de Janeiro, mas longe do bulício do cotidiano, na floresta da Tijuca, em ambiente rural e idílico.<sup>43</sup>

## Uma figura mal explicitada

Na informação prestada, como visto, o repórter fez menção genérica a “os protagonistas das *Minas de Prata*”, enquanto individualiza o “Padre Molina” e o “vulto de *Vaz Caminha*”, integrantes ambos do elenco do romance. A notícia não é clara, pois, feitas a contagem e a identificação das personagens da tela, restaria da expressão “os protagonistas das *Minas de Prata*” somente uma única figura, como se comenta.

No reconhecimento das personagens do *panneau*, coincidentemente, percebe-se faltar, saber-se quem é a figura masculina vestida à moda seiscentista, citada de modo vago pelo repórter como um dos “protagonistas das Minas de Prata”, romance que começa no dia em que “rajava o anno de 1609”. (Figura 26 e 29). Relevado o traje, a falta de outras determinadas características na aparência da figura dificulta ou torna até impossível a sua identificação entre tantas personagens da obra. Somente nas páginas de abertura do romance, na descrição dos “festejos com que a Bahia desejava solenizar a chegada do novo governador-geral do Brasil, D. Diogo de Meneses e Siqueira”, estão presentes inúmeras altas autoridades civis e militares, entre as quais o alcaide-mor, o provedor

<sup>42</sup> Comportamentos, estratégias de sedução e amores de personagens femininas alencarianas, dominadoras ou dominadas, ver MORAIS, Vera Lúcia de Albuquerque, *Entre Narciso e Eros* (2005).

<sup>43</sup> Nas *Obras Completas* de Alencar, editadas por J. Aguiar (1960), *Sonhos d'Ouro* consta do volume de romances urbanos. No entendimento do autor deste trabalho, a Floresta da Tijuca constituía ambiente rural, embora eventual palco de relações sociais elegantes, verificadas em espaços arquitetônicos com referências urbanas. A propósito, deve-se lembrar que, quase um século depois de escrito *Sonhos d'Ouro*, os arredores da cidade no Rio de Janeiro ainda eram oficialmente considerados “zona rural”. O Código de Obras do [antigo] Distrito Federal, dito *Decreto n. 6.000*, de 1 de julho de 1937, instrumento legal que norteou a construção civil e a ocupação do solo do município do Rio de Janeiro durante boa parte do século XX, tinha o seu Capítulo II, Título I / Zoneamento – parágrafo 5º - dedicado à *Zona Rural ou Agrícola / ZA*.

da fazenda, o ouvidor real, o capitão-general, o sargento-mor, além de eminências e representantes menores do clero. ([1965?], v.1: 8).



Figura 29. Rodolfo Amoedo. Pintura alegórica em homenagem a Alencar. Tímpano da boca de cena do Teatro José de Alencar. Figura masculina de *As Minas de Prata* (traje do século XVII), à direita, não identificada. Detalhe (Foto: F. Veloso).

A personagem sem identificação, quer pela indumentária quer por falta de insígnias pertinentes, não seria nenhuma daquelas autoridades mencionadas. Pela idade que aparenta, muito menos revelaria um “dos dois moços, ambos na flor da idade, ambos elegantes e bem parecidos”, Estácio Dias Correia e Cristóvão Garcia de Ávila, galãs do romance (ALENCAR, 8. ed., [1965?], v.1: 12) Nem D. Diogo de Mariz, irmão de Ceci (de *O Guarani*), provedor-mor da fazenda no Rio de Janeiro, em visita à Bahia. Talvez refira um dos inúmeros participantes dos festejos, todos “vestidos com maior apuro do que punham nos trajes domingueiros” (ID., IB., p.8), enfim, algum membro do conselho municipal, juiz ou vereador, quem sabe se um escrivão dos contos ou proprietário abastado.

Não há, pelo visto, possibilidade de se identificar com segurança a figura masculina seiscentista incógnita, de representação um tanto convencional, que ficará, por exclusão, vagamente denominada “um protagonista de *As Minas de Prata*”.

\*\*\*

Como encerramento da reportagem, o jornalista assinala:

*No fundo, surgem, compondo a paisagem: o coqueiro, a maniçoba, a carnaúba e o algodoeiro, definindo o ambiente e a flora do Norte.*

No quadro, vê-se nitidamente o coqueiro, já que as demais árvores aparecem misturadas com outros elementos. A inclusão da maniçoba talvez se explique pelo fato de que, na época, a planta participava na produção da borracha, conquanto de modo restrito. O algodão figurava realmente como esteio da economia cearense, enquanto a carnaúba, já

requestada, ainda não havia atingido os elevados valores por sua participação na indústria de polimentos e fabricação de discos. A escolha dessas plantas faz supor que Amoedo contou com ajuda de cearenses na execução do painel. Pelo menos, nesta parte.<sup>44</sup>

## **Herculano Ramos e a cenografia do Teatro**

O nome de Herculano Ramos figura com um dos poucos profissionais com titulação formal citados na documentação oficial pertinente à construção do Teatro. Aparece na Mensagem enviada por Accioly à Assembleia Estadual em 1909:

*Os trabalhos scenographicos, a cargo do engenheiro e architecto Sr. Dr. Herculano Ramos, estão sendo desempenhados com a possível celeridade, achando-se já prompts quatro grandes telas, alguns reguladores, cortinas etc. (1909, p.13).*

Herculano Ramos (1856-1928), encarregado da preparação da cenografia do Teatro, portava o título de arquiteto diplomado pela Academia Imperial de Belas Artes. Nascido em Minas Gerais e dedicado à Arquitetura, radicou-se no Recife por bom tempo, quando projetou a Estação Central de Pernambuco (depois, Great Western of Brazil Railway), em 1888, edificação de valor, devidamente preservada, embora hoje utilizada com outras finalidades. Na época da construção do Teatro José de Alencar, Ramos residia em Natal, elaborando projetos arquitetônicos. Acabara de concluir o projeto do Grupo Escolar Augusto Severo, primeira edificação norte-riograndense dedicada ao ensino elementar, hoje tombada pelos serviços de preservação arquitetônica daquele Estado, ocasião quando se deslocou para Fortaleza, onde permaneceu por um ano.

De qualquer modo, tal como em outras situações referidas, não se conhece por que nem como se processou a contratação do arquiteto. A Mensagem de 1910, ao prestar contas dos custos das obras do Teatro, assinala: *scenographies 27:000\$000*. Por não se ter noção das cláusulas

---

<sup>44</sup> Leitor assíduo de Alencar nos distantes tempos de adolescência e admirador do poderoso espírito criador do romancista, do ritmo e da sonoridade incomparáveis de sua pena, os comentários do autor deste texto, arquiteto de ofício, invadem competências e espaços alheios, temeridade que o aconselha a pedir desculpas dos enganos porventura praticados, decorrentes, sem dúvida, de um cometimento afoito e ingênuo.

pertinentes à execução dos serviços, persistem dúvidas se a quantia foi paga ao arquiteto, no todo ou parte. Cabe mencionar que, a fim de realizar as tarefas contratadas, Herculano Ramos se transferiu provisoriamente com a família, esposa e três filhas, para Fortaleza, onde uma das quais, Iracema, se casou com Cláudio da Costa Ribeiro, engenheiro dos quadros da Inspectoria de Portos. (A REPUBLICA, 9.4.1910).

No rol das suposições, restaria saber se, em eventual relacionamento profissional de Cláudio Ribeiro, futuro genro, com a Casa Boris, teria sido lembrado o nome de Herculano Ramos para executar a cenografia do Teatro. Mais provável, entretanto, houvesse sido convidado por indicação de maçons cearenses, entre os quais, o próprio Bernardo de Mello. Assim se acredita porque no salão de entrada da estação ferroviária recifense foram pintados símbolos maçônicos, certamente escolhidos por Herculano Ramos, com anuência dos governantes de Pernambuco.

De retorno a Natal, Herculano Ramos foi encarregado de reformar radicalmente o Teatro Carlos Gomes, quando formulou um projeto que se assemelha ao partido do Teatro José de Alencar, conquanto de vulto menor.

No Teatro José de Alencar, Herculano pintou as *grandes telas* com *as vistas do cenário sem enrolar* bem como *o panno de bocca, como se uza nos melhores theatros*, referidos nas mensagens governamentais.<sup>45</sup> Também efetuou o urdimento do palco, calculando os elementos de sustentação dos telões cenográficos bem como as tesouras de madeira necessárias ao apoio do telhado, desenho este, cumpre afirmar, o único documento técnico do Teatro que se conhece.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> Os cenários foram executados em um sobrado junto da ou na Escola de Aprendizes Marinheiros, que então funcionava no local onde hoje se ergue a Secretaria da Fazenda, na Avenida Alberto Nepomuceno. Gustavo Barroso, “aprendiz e ajudante” nos trabalhos, descreve em suas memórias a pessoa de Herculano Ramos, bem como menciona tarefas de que participou. (BARROSO, 1939: 165-7).

<sup>46</sup> Os desenhos do cálculo da estrutura, isto é, das tesouras de madeira ficaram com a serraria empreiteira dos serviços, que os guardou. Há mais de três décadas, um dos dirigentes da empresa, hoje extinta, Sr. Luiz Gonzaga da Silva, generosamente os doou aos arquivos da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, juntamente com outros valiosos desenhos. Da folha de canson, constam os dizeres: *Projecto do vigamento da cobertura / da caixa do Theatro José d'Alencar / 2 tesouras / 1/20; Detalhe / discriminação das peças. Fortaleza 21 de março de 1909. Herculano Ramos / Architecto Eng<sup>o</sup>*. Na última intervenção física imposta ao Teatro, as tesouras foram removidas e substituídas por material novo. Lamentavelmente, a firma encarregada das obras, tanto nesta e como em diferentes situações, infringindo as normas de restauração, destruiu o material original, em vez de preservá-lo à parte como documento arquitetônico integrante da história do Teatro.

As atividades de Herculano Ramos mereceram justo reconhecimento, como o atesta uma notícia de Carlos Câmara, em visita ao atelier do artista, quando o considera *um scenografo competentissimo, conhecedor do seu officio, seguro de sua arte e que já tem reputação firmada. / Bastam as telas que elle deixa no José de Alencar para attestar toda a habilidade do seu pincel e toda a pericia da sua mão amestrada.* (A REPUBLICA, 28.2.1910).

Entre outros trabalhos, entusiasmada admiração causou ao cronista de *Entrelinhas* o pano de boca do palco, pintado por Herculano Ramos, *uma obra de mestre (...), composição intelligente e delicada, representando ao vivo uma das mais bellas passagens da Iracema (...), primorosa tela, que, no genero, é uma obra de arte.* (ID., 28.2.1910). Na notícia, Carlos Câmara, com incontida veemência, descreve às minúcias a pintura da cortina, que mostrava o encontro de Martim e Iracema com Araquém.

Sem a devida conservação, todos os cenários desapareceram gradativamente. Deles, o autor mantém ideia vaga, perdida nos desvãos das memórias juvenis. Fotografias da solenidade de instalação da Universidade Federal do Ceará, em 25 de junho de 1955, efetuada no Teatro, mostram a mesa das autoridades, no palco, tendo como pano de fundo um dos cenários (do tipo representação “arquitetônica”) pintados por Herculano Ramos.<sup>47</sup> (Figura 30).

---

<sup>47</sup> Herculano Ramos integrou-se à Cidade, participando da oligarquia socialmente (Raimundo Borges e Guilherme Rocha, este então Intendente Municipal, foram padrinhos de casamento de sua filha Iracema). (A REPUBLICA, 9.4.10). Suas atividades ficaram, todavia, limitadas ao Teatro, quando poderia ter colaborado em outras obras oficiais como arquiteto qualificado, que era. Pouco antes da chegada de Ramos, Accioly havia inaugurado o primeiro grupo escolar do Estado, sem construir edificação específica, pois a nova unidade educacional passou a funcionar em uma residência adaptada, adquirida de um dos cunhados. Paralelamente, contudo, encomendara no Rio de Janeiro projetos de edifícios para a Faculdade de Direito e para um grupo escolar, solicitados ao escritório de Rafael Rebecchi (MENSAGEM, 1908, p.16), então assoberbado com obras da recém-aberta Avenida Central. Ambos os projetos foram enviados por Rebecchi e recebidos pelo Estado, conforme acusa a Mensagem governamental de 1908. Nenhuma das duas edificações foi construída, além de que se desconhece o destino dado aos respectivos desenhos.



Figura 30. Herculano Ramos: cenário do tipo *arquitetônico*. No primeiro plano, solenidade de instalação da Universidade Federal do Ceará no Teatro José de Alencar, em 25 de junho de 1955. (MARTINS FILHO, 1991, p. 100).

## Eliminação do jardim e desvirtuamento do *foyer*

A mensagem enviada à Assembléia Estadual em 1908, transcrição da entrevista concedida por Bernardo do Mello, quando da exposição pública do projeto, assim se expressava:

*Cortando o centro do jardim suspende-se um passadiço de ferro, que liga o foyer aos camarotes. Este pavimento é destinado ao foyer, tem 18 metros por 7, com excelente disposição acustica, de modo que deva ser utilizado para concertos, conferencias e sessões literarias. (OP.CIT.1908, p.15).*

Rápida observação do Teatro faz ver que no “centro do jardim” não há passadiço de ferro ligando “o *foyer* aos camarotes”, conexão, aliás, não apresentada no desenho do frontispício metálico exibido no catálogo *Macfarlane's Castings* enviado ao autor, quer no centro quer

nas laterais do pátio. A supressão do largo passadiço procederia ou da falta de clareza da solicitação de Bernardo de Mello ou, provavelmente, de decisão tomada *sponte sua* pelos fabricantes. Certamente, os arquitetos da firma escocesa, supondo que o bloco de frente possuía escada própria, interna, procuravam evitar a partição do “jardim”, já não amplo, em dois espaços ainda menores. Some-se à deliberação, o justo desejo de permitir visão desimpedida do frontispício da sala de espetáculos, o trecho mais significativo e característico do projeto. Bernardo de Mello, ao perceber a alteração, atribuiu outras funções ao *foyer*, valorizando-lhe a *excellente disposição acustica*, benefício que, na verdade, não poderia comprovar antecipadamente.

Para ligação do pavimento superior do bloco de frente com o plano dos camarotes, foram então introduzidos dois passadiços estreitos, engastados nas paredes laterais do “jardim”, cobertos por um dossel metálico, ambos servidos por escadas helicoidais que permitem a passagem de apenas uma pessoa. Os passadiços e as escadas, sem dúvida, vieram em posterior remessa de material, pois não constam da fatura inserida no mencionado livro da Casa Boris. A fim de vencer a diferença entre o nível do piso superior do bloco de frente e o dos camarotes, de aproximadamente 1,70 m, foram escavadas, nos terraços justapostos ao *foyer*, escadas com degraus de mármore, ao ar livre, solução precária, pois, embaraça sobremodo o acesso dos frequentadores a uma das portas laterais do salão. (Figura 31).

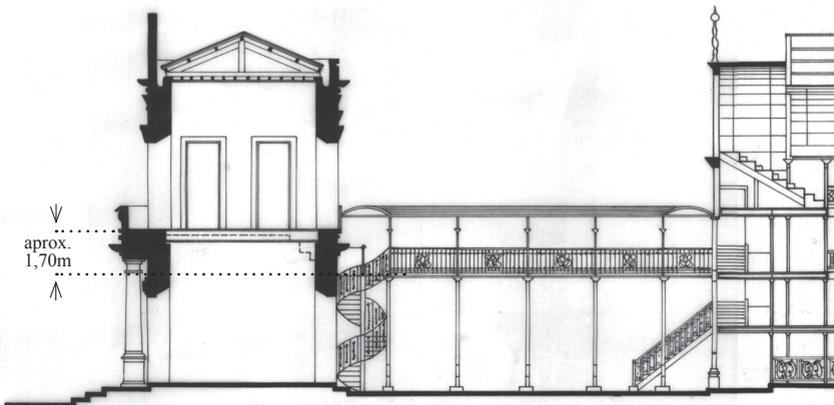


Figura 31. Parte de corte longitudinal no Teatro, que demonstra a diferença de nível entre o piso dos camarotes e do *foyer*. (EA/UFC: levantamento gráfico). Desenho de redução: Rita de Cássia Sousa de Castro).

Essas dificuldades impediram que o *foyer* exercesse a contento suas funções específicas de local de encontro e exibição, transferidas para o “jardim”, no pavimento térreo. Assim, destinado a nova ocupação, o jardim pretendido no projeto perdeu suas funções paisagísticas, transformado inesperadamente em ponto de reunião do público, para o que recebeu pavimentação de *betume* (asfalto), material depois substituído por ladrilhos hidráulicos. Essa modificação redundou, por sua vez, na eliminação do “jardim” programado, inviabilizando por completo a ideia original da construção de um teatro do *tipo dos theatros jardins*.

Os grandes teatros europeus do século XIX, vale relembrar, com suas múltiplas funções artísticas e sociais, contavam com espaços imensos, destinados aos encontros, aos desfiles, à exposição social, à exibição de vaidades femininas. A parte mais ampla e contínua desses espaços denominava-se *foyer*, como visto, palavra francesa que, na nomenclatura teatral, adquirira significado específico. No Teatro José de Alencar, conquanto o salão, com área relativamente limitada, não pudesse exercer, por dificuldades de acesso, as reais funções de *foyer*, ficou assim denominado até hoje, embora quase sempre proferida a palavra de modo diverso da pronúncia de origem.<sup>48</sup>

Anos depois, em 1973, a estrutura metálica, mal conservada, depauperou a iminência de ruir. A catástrofe foi evitada na gestão do engenheiro César Cals de Oliveira Filho, quando se realizaram obras de recuperação duradouras. Ao ensejo, aquele administrador decidiu demolir o antigo Centro de Saúde (edificação vizinha, que havia, por sua vez, sucedido ao quartel da Força Pública), transformando a área liberada nos atuais jardins do Teatro. (ver CASTRO, 1992: 81-3).

## Problemas e críticas

O Teatro José de Alencar, na condição de obra elaborada em duas diferentes instâncias temporais e espaciais, coordenada por ama-

<sup>48</sup> O *foyer* projetado para o Teatro José de Alencar dispunha de área relativamente reduzida. Nos grandes teatros oitocentistas europeus, o *foyer* propriamente dito e suas expansões nos acessos luxuosos, nas escadarias monumentais e em vários anexos de aparato, juntos, ocupavam espaços vastíssimos, muito maiores do que aqueles destinados às demais atividades! Por ordem de grandeza espacial, na organização dos grandes teatros, apareciam, em seguida, com ampla área, os recintos destinados a atividades de apoio - salões de ensaios de atores, de músicos e de dança, guarda-roupas, oficinas de cenografia, serviços de manutenção. Depois, vinham o palco, com larga e alta boca de cena, e, finalmente, a sala de espetáculos, esta com os espaços menores que os demais...

dor vantadoso, mas sem tirocínio profissional comprovado, correria o admissível risco de deparar discrepâncias no projeto arquitetônico. Consequentemente, surgiram os já mencionados problemas no acesso e uso do *foyer*, que redundaram no desaparecimento do “jardim”. A esses problemas, somavam-se dificuldades nos fluxos do palco (piso fixo e estreiteza das coxias, apertadas entre os bastidores e os camarins), falta de fosso à frente do proscênio, onde abrigar a orquestra, bem como limitação nos espaços destinados à guarda permanente ou temporária de material cênico, à parte inconveniências na localização dos conjuntos sanitários oferecidos ao público.

Um projeto de reforma do Teatro, proposto na Diretoria de Obras Públicas em 1936, conquanto procurasse corrigir algumas das inconveniências espaciais, desfigurava por completo a aparência da obra, irreconhecível, tal o mascaramento da forma original. Houve posteriores tentativas de eliminar as deficiências (como a mencionada introdução dos jardins laterais), infelizmente, nem todas coroadas de êxito.

Muitos dos desajustes foram percebidos desde os primeiros dias de funcionamento do Teatro, na ocasião, encobertos por interesse, mas já apontados pelo sucessor de Accioly, Marcos Franco Rabello, em mensagem remetida à Assembleia Estadual em 1º. de julho de 1913:

*A cúpula de nossa educação esthetica está no Theatro “José de Alencar”, monstro architectural, com defeitos insanáveis, que representa um dispendio consideravel e inútil. (OP. CIT. P.24).*

Defeitos havia no Teatro, muitos dos quais hoje superados. A qualificação totalmente injusta de *monstro architectural*, entretanto, nada tinha a ver com falta de *educação esthetica* da população. Refletia, sem dúvida, as paixões políticas tumultuadas, ainda não contidas na ocasião, felizmente acalmadas com o tempo (ver CASTRO, 1992: 83-7).

Um decênio depois, reapareciam críticas acerbas ao Teatro, em um artigo intitulado “As Artes no Ceará”, da autoria de Raymundo Ribeiro, inserido no *Almanach do Ceará para 1922*, número comemorativo da Independência do Brasil. Em julgamento extensivo à arquitetura cearense, Ribeiro assegurava categoricamente que,

*quanto á “Architectura Civil”, pode-se afirmar que ella ainda não penetrou neste Estado guiada pela mão do “Bello”, ausente*

*de todas as nossas edificações, mesmo as modernas. (...) Onde, mais que em qualquer outra edificação, se nota maiores erros architectonicos é no “Theatro Jose de Alencar” (...). (OP. CIT. 1922, p.614).*<sup>49</sup>

## Adendo curioso

Por ocasião das palestras, como caso curioso, foi mostrada fotografia antiga de uma casa localizada na esquina sudeste do cruzamento das ruas Liberato Barroso com Agapito dos Santos, hoje demolida, em cuja varanda, no andar superior, se viam quatro gradis semelhantes aos aplicados no Teatro José de Alencar! (Figura 32).



Figura 32. Casa de Raimundo Borges. Observar os gradis da varanda. (Foto: Coleção Nirez).

Como o projeto residencial não previa os gradis, estes não couberam em espaço onde foram lançados, de sorte que uma das peças ficou parcialmente entalada nas paredes da casa... (Figura 33). Maior surpresa

<sup>49</sup> Raymundo Francisco Ribeiro (1861-1927) era professor de Direito Romano na Faculdade de Direito. Seu artigo, de pouca objetividade, pecava por uma crítica de cunho pessoal, marcada pela ausência de critérios pertinentes, revelando falta de preparo sistematizado mínimo para a conceituação artística. (CASTRO, 1989: 265). Conquanto demonstrasse carência de conhecimentos específicos sobre a matéria, tal não o impedia de emitir julgamentos radicais, definitivos e indevidos. (OP.CIT. 1922, p. 609-18).

todavia ocorreu quando se evidenciou que a casa, provável projeto de Bernardo de Mello, havia pertencido a Raimundo Borges, conforme o atesta Alfredo Weyne, um dos seus comandados. (WEYNE, 1981: 77). Em certa ocasião, amparado em relações de amizade de família, o autor deste trabalho indagou de velho e fiel participante do *entourage* aciolino o estranho fato, sendo laconicamente informado de que, findas as obras, houvera sobras de material. O esclarecimento explicava mas não justificava a apropriação, pois os gradis constituíam bens públicos e, portanto, deveriam ter ficado sob guarda do Estado para eventual uso, até no próprio Teatro. Posteriormente, o mesmo informante acrescentou confusa envolvência da Maçonaria no ocorrido, o que faz supor talvez os gradis tivessem sido doados ao Asilo de Mendicidade, instituição filantrópica maçônica, mas, por se afigurarem peças de pouco préstimo, não completaram o trajeto entre o Teatro e o Asilo, interrompido na casa de Borges, a três ou quatro quadras antes de chegarem ao seu destino... *Honni soit qui mal y pense...*



Figura 33. Casa de Raimundo Borges. Varanda (já então coberta) com gradis n°. 1093, procedentes do Teatro José de Alencar. Detalhe. (Foto: Arquivo do Autor).

## Conclusão dos trabalhos e inauguração

O Teatro José de Alencar foi festivamente inaugurado em 17 de junho de 1910, em solenidade constituída de números musicais e orató-

ria. Permaneceu, porém, com portas fechadas, pois, como as atividades artísticas da cidade tinham cunho amadorístico, todos preferiam o salão do Club Iracema, palco de audiências musicais. Em 20, 25 e 28 de agosto, finalmente o Teatro conheceu atividades artísticas profissionais, quando ocorreram os concertos do violinista Nicolino Milano (Lorena / SP, 1876 - Rio de Janeiro, 1962) e do pianista português Theophilo Russell (1875-1955), com frequência muito fraca.<sup>50</sup> Na estréia, *compareceu ao teatro uma fracção, infelizmente, muito reduzida, da sociedade cearense, que, na sua maioria, (permitam-me a franqueza) praticou uma injustiça imperdoavel*, lastimava Carlos Câmara, em sua coluna *Entrelinhas* (REPUBLICA, 22.8.10). Na Cidade, por certo, não havia público para concertos pagos de música erudita.<sup>51</sup>

Todos queriam “dramas”, embora preferissem comédias, comédias musicadas, e não concertos. Assim, aguardavam com ansiedade a chegada da companhia que, “sob a direcção da actriz Lucinda [*sic*] Peres”, reunia “artistas de merecimento real, formando um conjunto sympathico e harmonioso, com um repertorio selecto de peças classicas e modernas, consagradas pela admiração universal”, com cerca de 40 delas, como anunciava Carlos Câmara entusiasmado, prometendo apresentar no dia seguinte “o elenco da companhia, afim de que os leitores possam aquilatar o seu valor”. (A REPUBLICA. 22.8.1910).

Ante tal expectativa, pode-se imaginar o sucesso obtido pela companhia, encabeçada por Lucilia Peres (1882-1962) e Leopoldo Fróes (1881-1932), que estreou em 23 de setembro de 1910, apresentando o *Dote*, “do saudoso e facundo escriptor Arthur de Azevedo”, peça com que havia sido inaugurado, em 1908, o teatro da Exposição Comemorativa

<sup>50</sup> Em 6 de setembro, anunciava-se para “depois de amanhã”, no “Theatro José de Alencar”, um “grande concerto instrumental e vocal promovido pela Liga de Defesa Marítima”, sob a direção de Henrique Jorge, quando se apresentariam artistas da Cidade, entre os quais várias pianistas. (A REPUBLICA, 6.9.1910). A realização do concerto não aparece confirmada em posteriores edições do jornal.

<sup>51</sup> Disso já estava convencido Carlos Câmara, quando afirmava: “Si o teatro é o reflexo da sociedade, estas comedias e estes vaudevilles têm a sua explicação clara e a sua aceitação precisa”. (A REPUBLICA, 19.10.1910). Menos de uma década depois, o cronista passaria a escrever e encenar burletas de cunho popular, que arrastavam público numeroso e entusiasta ao teatrinho do Grêmio Dramático Familiar no Calçamento da Messejana. Milano, por sua vez, apesar de se apresentar como executante de música erudita, compunha peças de viés popular, parceiro de Artur de Azevedo em comédias de grande êxito no Rio de Janeiro, admiradas por Câmara.

do Centenário da Abertura dos Portos, no Rio de Janeiro.<sup>52</sup> Em termos de afluência de grande público (“casa vendida” na véspera), pode-se dizer que o Teatro foi então realmente “inaugurado” naquela data, com plateia engalanada, exibindo as últimas novidades da moda na Capital Federal e em Paris, oferecidas ao mundo feminino nos anúncios das lojas.<sup>53</sup>

Em 1911, prosseguindo o período de abertura artística do Teatro, a Cidade foi visitada por outros elencos profissionais de teatro.<sup>54</sup> Depois da partida de Lucília Peres, estreou a Companhia de Francisco Santos, entretanto, sem igual repercussão, talvez porque preferencialmente apresentasse dramas ou porque o carnaval já estivesse próximo. Nem mesmo a presença de Maria Castro no elenco, jovem atriz cearense, que fazia carreira profissional no Rio de Janeiro com destaque, conseguiu atrair público numeroso ao Teatro, o que não impediu a permanência da companhia na Cidade por mais de dois meses.<sup>55</sup>

<sup>52</sup> Em referência feita pelo autor deste artigo ao Teatro José de Alencar, no texto intitulado *Arquitetura Eclética no Ceará*, incluído no livro *O ecletismo na Arquitetura Brasileira* (São Paulo: Nobel / EDUSP, 1987, p. 229) foi dito que *O Dote* havia sido encenado na inauguração do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Corrija-se o equívoco. Na inauguração daquele teatro, em 14 de julho de 1909, foram montadas as óperas nacionais *Moema*, de Delgado de Carvalho, e *Insônia*, de Francisco Braga, além da comédia curta *Bonança*, de Coelho Neto.

<sup>53</sup> Eis um dos anúncios: *PARA A ESTRÉA DO THEATRO JOSÉ DE ALENCAR. Recebeu a Loja Esperança um colossal sortimento de enfeites para cabelos de Senhoras o que ha de mais chic da elite Parisiense. / Visitem a [sic] para crer. / 22 Praça do Ferreira 22 / XAVIER PINTO & IRMÃO. (A REPUBLICA, 22.9.1910).*

<sup>54</sup> Apesar dos anelos, nem sempre o “theatro [constituía] um elemento de civilização e progresso”, como o definia Carlos Câmara (A REPUBLICA, 21.2.1910). Já na temporada da Companhia de Lucília Peres, certas apresentações de “benefício” (em favor de um artista) muitas vezes descambavam para falas de duplo sentido, ocasiões em que, para regozijo das torrinhãs, a malícia galhofeira carioca se juntava à irreverência mordaz do “Ceará Moleque”, num tumulto de aplausos e vaias à moda da terra, fatos “deprimentes dos nossos foros de civilizados”. (A REPUBLICA, 28.9.1910). Situações houve em que excessos de alguns artistas foram severamente repreendidos pela “censura” do Teatro. Os acusados defendiam-se afirmando que, ao contrário do propalado, certas peças não eram “absolutamente immoraes”. Quando muito, havia “ditos picantes que de modo algum offenderão os ouvidos castos.” (A REPUBLICA, 14.10.1910).

<sup>55</sup> “Camarotes inteiramente vazios, com sua quase totalidade abandonadas, ocupadas algumas dezenas de cadeiras da primeira ordem, e poucas da segunda – tal era o aspecto do teatro “José de Alencar” em a noite de ante hontem, a fazer contraste com a grande concurrencia ao tempo da Companhia “Lucilia Peres”, que não leva vantagem á que nos já offereceu representações como a d’O *Saltimbanco* e d’O *outro eu.* / Nesse ambiente de meia solidão, em que se notava o vácuo a produzir frieza e indiferença, enquanto lá fora, nos bailes e nas avenidas, agitava-se a nossa sociedade (...)”. (A REPUBLICA, 9.1.1911).

Em seguida, novo e retumbante sucesso logo empolgaria os fortalezenses, alcançado pela *Companhia Opera Comica Comedias Lyricas Rentini*, composta por mais de meia centena de artistas e componentes da retaguarda cênica. A empresa procedia do Pará, onde alcançara êxito insuperável. Vinha sob a direção da jovem atriz e cantora Dolores Rentini (1881-1911), espanhola de origem italiana, mas criada desde a infância em Portugal, aclamada como “O Rouxinol português”. Tinha como galã no palco e na vida real Leopoldo Fróes, também cantor, então afastado de Lucília Peres. Dolores Rentini levou a plateia ao delírio, encenando operetas, entre outras, como *Viúva Alegre*, *Sonho de Valsa* e *A Princesa dos Dollars*, obras recentíssimas, desconhecidas na Cidade.<sup>56</sup> Concluída vitoriosamente a temporada no começo de julho, a companhia seguiu para o Recife, onde, atacados os artistas por epidemia de febre amarela, faleceram inesperadamente a atriz e parte do elenco! Pode-se imaginar a consternação geral causada pela divulgação da tragédia em Fortaleza.

\*\*\*

Este trabalho intentou comentar arquitetura. Não se propôs tratar da vida artística do Teatro José de Alencar. Menciona, todavia, ainda que incidentalmente, alguns fatos cênicos ocorridos na estreitíssima faixa de um ano e meio, no período final da administração Accioly, aliás, encerrada pouco depois, antecipadamente.

## Consagração

O Teatro José de Alencar integrou-se rapidamente à vida social, cultural e política da Capital e do Estado. Além de suas funções específicas, tornou-se espaço preferido para sessões solenes, convenções políticas, conferências, festejos de formatura, *shows* de música popular. Em 1936, por falta de verbas, deixou de ser irreconhecivelmente modificado, mas, recuperado em 1938, desenvolveu intensas atividades no campo dos

<sup>56</sup> Essas operetas vienenses constituíam a última novidade. Atualizavam a Cidade com a *Belle Époque* internacional. A *Viúva Alegre*, de Franz Lehar (1870-1948), encenada pela primeira vez em 1905, obtivera grande e imediato sucesso no Rio de Janeiro, numa versão brejeira feita por Artur Azevedo. *Sonho de Valsa*, de Oskar Straus (1870-1954) e *A Princesa dos Dólares*, de Leopold Fall (1875-1925), haviam estreado havia apenas quatro anos antes em Viena!

concertos vocais e instrumentais, patrocinados pela Sociedade de Cultura Artística, quando a cidade foi visitada por celebridades internacionais. Durante algum tempo, contudo, teve suas funções originais desvirtuadas, inclusive com a realização de bailes carnavalescos de baixo padrão, cancelados após os trabalhos de recuperação física realizados em 1956, período em que Paurillo Barroso ocupou a direção artística da Casa. Em 1965, recebeu a maior frequência de público registrada em sua história, quando foi reencenada pela Comédia Cearense a opereta *A valsa proibida*, com música de Paurilo Barroso e diálogos de Silvano Serra, em sessões consecutivas durante mais de dois meses.

Com ou sem imperfeições, imbricado na vida da Cidade como referência simbólica e monumento arquitetônico que a qualifica, o Teatro José de Alencar, hoje centenário, resistiu material e culturalmente ao tempo, embora constitua, contraditoriamente, a obra maior de um governo destituído do poder à força, por uma população amante da liberdade.

O título superior de *Monumento Nacional Brasileiro*, conferido em 1964, incluiu o Teatro José de Alencar na lista das obras de alta valia do cenário arquitetônico nacional.<sup>57</sup> Na ocasião, por atendimento a pedido encaminhado pelo autor deste trabalho à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Teatro foi inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes daquela repartição, hoje, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob nº. 479, em 10 de agosto de 1964. Naquela ocasião, ao ensejo da outorga, o tombamento do Teatro José de Alencar, constituiu surpresa, e por várias razões. Tratava-se de bem cultural já do século XX, erguido havia pouco mais de cinquenta anos, obra parcialmente importada, exemplo de pré-fabricação industrial, além de concebida segundo os preceitos da arquitetura eclética, uma lista de obstáculos então aparentemente insuperáveis à concessão.

Nada, entretanto, obistou o reconhecimento. Enfim, a consagração.

\*\*\*

---

<sup>57</sup> No luxuoso livro *O Patrimônio Construído: as 100 mais belas edificações do Brasil*, editado no Rio de Janeiro em 2002, figura o Teatro José de Alencar (p. 377-9). Escusados alguns inexplicáveis equívocos no texto, ante o título e as fotografias do livro, como reagiriam o redator da mensagem governamental de 1913 e o professor Raymundo Ribeiro?

## Referências bibliográficas / Bibliografia consultada

ALENCAR, José de. *As minas de prata*. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, [1965?]. 3v.

\_\_\_\_\_. *Encarnação*. São Paulo: Melhoramentos, [1942?].

\_\_\_\_\_. *Iracema*. São Paulo: O livro de Bolso. [1943?].

\_\_\_\_\_. Mãe. In: \_\_\_\_\_ *Obras Completas*. Rio de Janeiro: J.Aguilar, 1960, v.4, p. 290-348.

\_\_\_\_\_. O Demônio Familiar. In: \_\_\_\_\_ *Obras Completas*. Rio de Janeiro: J.Aguilar, 1960, v.4, p.79-136.

\_\_\_\_\_. *O Gaúcho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

\_\_\_\_\_. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Antunes, 1943.

\_\_\_\_\_. *O Sertanejo*. São Paulo: Ática, 1975.

\_\_\_\_\_. *O tronco do ipê*. Rio de Janeiro: H.Antunes, 1938.

\_\_\_\_\_. Sonhos d'Ouro. In: \_\_\_\_\_ *Obras Completas*. Rio de Janeiro: J.Aguilar, 1960, v.1, p.691-940.

ARNAUD, Leopold. Teatro Amazonas. Teatro José de Alencar. *Architectural Review*, Londres, v.134, n.797, 1963, p. 20-27.

AZEVEDO, Sânzio. Literatura Cearense. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976.

BARROSO, Gustavo. *Consulado da China*. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa, [1939?]

BURRIS-MEYER, H. & COLE, E. C. *Theatres and Auditoriums*. New York: Reinhold, 1964.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. Um aspecto da tradição militar cearense. Estabelecimentos militares de ensino de Fortaleza. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, 73, 1959, p. 104-16

CASTRO, José Liberal de Castro. Arquitetura do Ferro no Ceará. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*. 106, 1992, p.63-94.

\_\_\_\_\_. Arquitetura do Ferro no Ceará. In: *Arquitetura do Ferro. Memória e Questionamento*. Jussara da Silveira Derenji (org). Belém, Universidade Federal do Pará, 1993, p.113-137.

\_\_\_\_\_. Arquitetura Eclética no Ceará. In: *Eclétismo na Arquitetura brasileira*. Org. Annateresa Fabris. São Paulo, Nobel / Edusp, 1987.

\_\_\_\_\_. Estado Atual das Pesquisas em Artes Plásticas no Ceará. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*. 103, 1989, p. 251-277.

CAVALCANTI, Carlos, ed. *Dicionário brasileiro de artistas plásticos*. (org.) 4 v., Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973.

Rio de Janeiro. Código de Obras e Legislação Complementar. *Decreto n. 6.000*, de 1 de julho de 1937 [do antigo Distrito Federal]. 2ª. ed. Rio de Janeiro: A. Coelho Brandão, 1954.

COSTA, Marcelo Farias. *História do teatro cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1972.

FREIXEIRO, Fábio. *Alencar: os bastidores e a posteridade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1981.

GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

\_\_\_\_\_. *Famílias de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1975, p.47-8.

GLASGOW, the first 800 years. Glasgow: District Council, 1975.4

GOMME, Andor & WALKER, David. *Architecture of Glasgow*. London: Lund Humphries, 1968.

HERBERT, Gilbert. *Pioneers of prefabrication. The British Contribution in the Nineteenth Century*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1978.

JOSÉ DE ALENCAR. *Catálogo da Exposição comemorativa do centenário de morte, 1877-1977*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1977.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e a arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

LAGO, Bia Correa do, LAGO, Pedro Correa do (coord.). *O Patrimônio Construído: as 100 mais belas edificações do Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Editora Capivara, 2002.

MAGALHÃES JR., Raimundo. *José de Alencar e sua época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

MARIZ, Vasco. *Dicionário Biográfico Musical*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Philobiblion; [Brasília]: INL, 1985.

MARTINS, Filho Antônio. *Memória Histórica*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.

- MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar*. Literato e político. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977, 2.ed.
- MORAES, Vera Lucia Albuquerque de. *Entre Narciso e Eros*. A construção do discurso amoroso de José de Alencar. Fortaleza: Editora UFC, 2005.
- MOTA, Arthur. *José de Alencar*. Sua vida e sua obra, Rio de Janeiro: Briguiet, 1921.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico Resumido*. Rio de Janeiro: INL, 1968.
- PETIT LAROUSSE. Dictionnaire Encyclopédique pour tous. Paris: Librairie Larousse, 1964.
- PEREIRA, Isidro, S.J. *Dicionário grego-português e português grego*. Braga: Livraria A.I., 1998.
- PEVSNER, Nikolaus. *História de las tipologias arquitectónicas*. Barcelona: Gili, 1979.
- PIGNARRE, Robert. *História do teatro*. Lisboa: Saber, [s.d.].
- PROENÇA, M. Cavalcanti. *José de Alencar na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RAMOS, Raimundo. *Cantares bohemios*. Fortaleza: Empresa Typographica-Lithographica, 1906.
- RIBEIRO, Raymundo Francisco. As artes no Ceará. In: *Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literario do Estado do Ceará para o anno de 1922*. Fortaleza, Typographia Gadelha, 1922, p. 609-18.
- RODRIGUES, Francisco de Assis. *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.
- RUPPERT, Jacques. *Le costume*. v. I. Paris, Flammarion, 1942.
- SERRONI, José Carlos. *Teatros*. Uma memória do espaço cênico no Brasil. São Paulo: Editora Senac, 2002.
- SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do Ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1986.
- STUDART, Guilherme, Barão de. *Diccionario bio-bibliographico cearense*. Fortaleza: Typo-lithographia a Vapor, 1910.
- \_\_\_\_\_. *Diccionario bio-bibliographico cearense*. Fortaleza: Typo-lithographia a Vapor, 1913.

\_\_\_\_\_. Estrangeiros e Ceará. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 32: 1918.

VIANA FILHO, Luís. *A vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1979.

VITRUVIO POLION, Marco. *Los Diez Libros de Arquitectura (Architectura Libri Decem)*. Tradução latim Joseph Ortiz y Sanz. Madrid: Imprenta Real, 1787.

WALTER MACFARLANE & CO. Illustrated Catalogue of *Macfarlane's castings*. Possilpark / Glasgow: [Walter Macfarlane & Co.], 1882-3, 6<sup>th</sup> ed., 2 v.

WALTER MACFARLANE & CO. CASTINGS. Possilpark / Glasgow: Walter Macfarlane y Cia., [1912/14?].

WEYNE, Alfredo Nunes de Melo. *Pedaços do meu passado*. Fortaleza: IOCE, 1981).

## **Relatórios e Mensagens Presidenciais**

Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Ceará em 1º. de julho de 1904 pelo Presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges. Fortaleza, Minerva, 1904.

Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa do Ceará em 1º. de julho de 1908 pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly. Fortaleza, Typo-Lythographia a vapor, 1908.

Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa do Ceará em 1º. de julho de 1909 pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly. Fortaleza, Typo-Lythographia a vapor, 1909.

Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa do Ceará em 1º. de julho de 1910 pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly. Fortaleza, Typo-Lythographia a vapor, 1910.

Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa do Ceará em 1º. de julho de 1913 pelo Presidente do Estado Cel. Marcos Franco Rabello. Fortaleza, Typographia Chantecler, 1913.

## **Jornais**

*A República*

*Jornal do Ceará*

*Unitário*

## **Pesquisas documentais**

Arquivo Histórico do Exército (AHEx) – Rio de Janeiro

Arquivo Iconográfico da Escola de Arquitetura da UFC

Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Biblioteca Pública do Estado do Ceará

## **SUMÁRIO**

Este trabalho trata da construção do Teatro José de Alencar, cujo 1º. centenário de inauguração se comemora neste ano de 2010. Os propósitos do autor encontraram dificuldades na obtenção de dados oficiais específicos, porque as obras foram realizadas por uma “Directoria de Construção”, posta sob a direção de grupo familiar do presidente do Estado Antônio Pinto Nogueira Accioly, mentor de um governo oligárquico que se instalou no Ceará por dois decênios. Por certo, retidos indevidamente e não remetidos ao Arquivo Público, os documentos não de ter-se extraviado ou até destruído, quando propriedades da família Accioly e de seus aliados foram incendiadas. Os desencontros não impediram que o Teatro fosse construído, preservado e consagrado como significativo monumento arquitetônico de prestígio nacional. Por limitações editoriais da Revista, o autor restringiu seus comentários a determinados aspectos da edificação, todavia, conferindo ênfase aos elementos decorativos do Teatro.

## **ABSTRACT**

*This work intends to comment on the construction of the Teatro José de Alencar (in Fortaleza, Brazil), on the occasion of its 100<sup>th</sup> anniversary, in 2010. The author recognizes considerable difficulties in obtaining official records and specific data on that matter, as long as the construction works were accomplished under the direction of a familiar oligarchic group, conducted by president Accioly, in the State of Ceará, during two decades (1892-1912). As the construction documents were not found in the State Archives, they have been, probably, lost or destructed when Aciolly's group properties were set on fire. Nevertheless, obstacles did not hold back the Teatro José de Alencar from being constructed, preserved and consecrated as an expressive Brazilian architectural monument of national prestige. Because of editorial limitations, the author restrained his observations to some aspects of the building itself, although giving special emphasis to its decorative elements.*

\*\*\*

# A historiografia do “mal radical”\*

## Cristãos & Judeus face ao holocausto

EDUARDO DIATAHY B. DE MENEZES\*\*

### 1 Preliminares

Vivi minha infância, nos anos 1940, sob o clima da Segunda Guerra Mundial. Naquela época, a despeito do temor que nos infundia a atitude dos adultos daquela Fortaleza a que se impunha o blecaute noturno, sob a suposta ameaça de bombardeios de navios alemães, o imaginário lúdico da garotada transformava os horrores da Guerra em batalhas entre os pequenos habitantes de quarteirões rivais. Naquele tempo, era comum a inexistência de muros entre quintais das velhas casas, separados por cerca viva de melão de São Caetano: aí, nos municávamos do material “bélico” que utilizávamos em nossas batalhas campais na escuridão das primeiras horas da noite. Por vezes, o guarda-noturno nos reprimia em virtude da algazarra que nossa atividade provocava.

Com a entrada do Brasil na Guerra, dois outros fatos ficaram na memória do período: o quebra-quebra promovido pelo povo contra lojas e empresas de países do Eixo e a mobilização de pracinhas que partiam para a campanha na Itália, dentre os quais parentes e amigos aí estavam envolvidos.

Passaram-se os anos de formação e, pouco a pouco, na medida em que a paixão pela História e a Filosofia foi substituindo meu primitivo projeto de titulação em engenharia, essa temática foi então ocupando um lugar de relevo em meus propósitos de estudo e pesquisa, mas sempre meio recalçada num canto da consciência por força de outras preocupações mais pragmáticas que a existência imediata impunha.

---

\* Publicado, numa primeira versão e com esse primitivo título, em *O POVO*, Fortaleza, 28/ Junho/1998.

\*\* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Em suma, só mais recentemente, eu me decidi dedicar alguma atenção mais sistemática sobre o tema que sugere o título deste ensaio. Mais precisamente quando se tornou evidente o crescimento do acervo de novos estudos e documentários, bem como certas ocorrências relevantes começaram a emergir a esse respeito, o que levou meu amigo e historiador Eduardo Hoornaert, sempre atento aos fatos do presente, ainda que ocupe boa parte de seu labor de investigação sobre as origens históricas do Cristianismo, a enviar-me um texto de caráter mais pessoal, onde, a partir do pedido de desculpa do Vaticano às vítimas do Holocausto, em especial às comunidades judaicas. Esse texto inicial era constituído claramente de uma série de reflexões e sugestões dirigida mais especificamente aos seus colegas historiadores. Pouco depois, ele deu um caráter mais articulado a esse seu posicionamento num artigo que publicou na *Folha de São Paulo*. Isso suscitou meu desejo de acrescentar algo a essa discussão, como de fato escrevi e publiquei em *O POVO* artigo em convergência com este seu texto.

Ambos vão reproduzidos a seguir, nessa ordem.

\* \* \*

(Contraponto com Eduardo Hoornaert a propósito do Holocausto)

## **Cristãos e Judeus**

### **Raízes do antijudaísmo da Igreja se confundem com a origem do cristianismo**

EDUARDO HOORNAERT\*

Especial para a *Folha de São Paulo*, 19/04/1998

A recente declaração do Vaticano a respeito da atitude de “filhos e filhas da igreja” frente aos judeus durante a Segunda Guerra suscitou vivas reações nos meios rabínicos. E com razão. O texto é largamente insuficiente, pois não aprofunda a relação histórica entre judeus e cristãos, que toca no cerne da própria definição do cristianismo como religião. Para os cristãos, o ecumenismo com os judeus é o primeiro dos ecumenismos. Sem ele, o cristianismo permanece fechado em si mesmo.

Em primeiro lugar, e falando de forma estritamente histórica, é preciso dizer que até a década de 170 d.C. o cristianismo é uma dissidência no seio do judaísmo<sup>(1)</sup>, uma das correntes de um judaísmo em processo de rabinização após os terríveis fatos do ano 70 – destruição do templo de Jerusalém – e os mais traumatizantes ainda do ano 135, quando, após sangrentos combates que custaram a vida de meio milhão de judeus, a Judéia deixou de existir como província do império. Os cristãos foram de tal modo atingidos por esses acontecimentos, que é preciso abandonar de vez o confuso termo judeo-cristianismo e substituí-lo pelo termo judaísmo cristão ou então seita cristã ou ainda dissidência cristã. A tese defendida por estudiosos cristãos

---

\* Eduardo Hoornaert é historiador e ensaísta, autor de *O Movimento de Jesus e Cristãos da Terceira Geração* (Vozes), entre outros.

até os anos 1960, segundo a qual teria havido desde os inícios um cristianismo independente, cede paulatinamente diante das investigações dos últimos tempos, que estão dando uma crescente caracterização judaica não só à vida de Jesus, mas também às origens cristãs.

A razão pela qual os Evangelhos são antijudaicos reside em grande parte na dinâmica do que se pode chamar de “afirmação presbiteral” dos anos 80 a 100 d.C, período de sua redação definitiva. Os presbíteros, na realidade, “rabinos da dissidência”, insistem nas diferenças, compram brigas com os rabinos ortodoxos, lutam por um espaço próprio. E, no meio da luta, mexem com textos, como por exemplo o relato da paixão de Jesus, responsabilizando o povo judeu pela morte de Jesus. As terríveis palavras “seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos” (Mateus 27, 25), até hoje não retiradas da liturgia da Semana Santa, dão a entender que o povo judeu teria “assassinado” Jesus, o que não corresponde à verdade, pois sabemos que Jesus foi condenado pelas autoridades romanas por meio de um tribunal romano, segundo procedimentos romanos.

Diversos trechos evangélicos relativos aos judeus, que foram interpretados de forma antijudaica, não significam desprezo da religião judaica em si, nem pressupõem o propósito de se formar uma religião independente. Assim como o termo *judeu* no evangelho de São João significa “os que não concordam com Jesus” (pois todos são judeus: Jesus, seus ouvintes e seus adversários), também o termo *gentio* em São Paulo pode ter o seguinte significado: “Os (judeus ou simpatizantes) que não praticam a circuncisão ou as restrições alimentares próprias do judaísmo ortodoxo, seja por viverem na diáspora (dispersão) ou por adotarem um estilo de vida helenístico, não mais estritamente palestino”. Efetivamente, o cristianismo aproxima-se do judaísmo helenístico ou helenizante praticado por judeus que vivem fora da Palestina, principalmente em cidades grandes como Alexandria, Antioquia ou Roma, numa ampla diáspora. Esse helenismo não é bem visto aos olhos dos rabinos ortodoxos.

O apelo do filósofo romano Celso, na década de 170, no sentido de convidar os cristãos a dar sua contribuição na construção da sociedade romana, não encontra eco nas comunidades que ainda vivem no casulo judaico. Passam-se longos 70 anos antes que o teólogo cristão Orígenes finalmente responda, por volta de 245, e com imenso sucesso, que o imperador romano – e com ele a sociedade romana – entra no plano do único Deus dos judeus e dos cristãos. Orígenes simboliza o abandono do único referencial judaico, a abertura ao mundo amplo. O cristianismo aí se espalha com tanta rapidez, que outro filósofo romano, Porfírio, apenas 20 anos mais tarde, declara que o cristianismo está presente “nos cantos mais afastados da terra habitada” e que a igreja está prestes a rivalizar com o próprio Estado.

Contudo, o sucesso do cristianismo não se deve principalmente à teologia, mas sim a fatores de ordem sociológica. Diante do dismantelo da antiga ideia de cidade pela presença de grupos sempre maiores de estrangeiros provenientes de toda parte – que migram de cidade em cidade e amedrontam os residentes, que se fecham em si –, a ideia cristã da caridade consegue criar novos laços, restabelecendo o tecido social. Eis um resultado do universalismo cristão, idéia advinda diretamente de Jesus e destoante da atitude mais particularista do judaísmo. Mas essa primeira vitória cristã acarreta uma crescente discriminação contra o povo judeu.

Praticamente todos os padres da igreja são antijudaicos, desde Orígenes e João Crisóstomo até Ambrósio e Agostinho. Na Idade Média cria-se uma síndrome antijudaica que perpassa toda a sociedade. Os judeus são considerados inimigos do Estado. E assim fica até os nossos dias. O antissemitismo atual é uma sedimentação laicizada, mesclada de outros ingredientes ideológicos, do horror maniqueu dos judeus que o cristianismo propagou por toda parte no decorrer de sua longa história<sup>(2)</sup>.

Ainda em 1937, às vésperas da Segunda Guerra, o papa Pio XI repete na sua encíclica *Mit brennender Sorge* [Com profunda ansiedade] que foi o povo judeu que pregou

Jesus na cruz. Essa encíclica foi invocada em 1945 pelo seu sucessor Pio XII como *álibi* para justificar os oito anos de pesado silêncio por parte do Vaticano sobre o que se passara em toda a Europa com os judeus.

Não se deve estranhar, no contexto de toda essa história, que o nazismo alemão tenha encontrado entre os cristãos um amplo consenso com a sua política antijudaica. Pois é sabido que muitos cidadãos alemães, cristãos na sua grande maioria, colaboraram de livre e espontânea vontade, com gozo e exaltação à humilhação e segregação dos judeus, e foram “*executores benevolentes de Hitler*”, como realça um livro recentemente editado no Brasil<sup>(3)</sup>. Mas não adianta concentrar as acusações exclusivamente no nazismo ou no povo alemão. As raízes do antijudaísmo são bem mais profundas e se confundem com as próprias raízes do cristianismo histórico. Eis a grande vergonha dos cristãos. Claro que a recente declaração do Vaticano é positiva, mas no nosso entender é apenas um começo que precisa de largo respaldo para alcançar o que todos, acredito, queremos.

Apesar de tudo isso, o cristianismo permanece uma religião semita. O aspecto positivo de toda essa história está no imaginário cristão, persistentemente judeu. Antes de ser uma instituição, um corpo doutrinal e/ou uma moral, o cristianismo é um complexo e diversificado mundo imaginário, e esse mundo permanece semita, apesar das sucessivas helenizações e ocidentalizações. Os primeiros textos cristãos estão repletos de lindas imagens multifacetadas. Jesus é um anjo descido do céu, é o segundo Adão, é uma vinha, o arcanjo Miguel enviado para defender a humanidade, a pedra rejeitada que virou pedra angular. A igreja, por sua vez, é uma esposa fiel, dedicada mãe de muitos filhos, uma uva, fruto delicioso da vinha, vinho derramado. Essa linguagem não define, não se encerra num só sentido, evoca e sugere. O destino da teologia cristã posterior resultou em um enquadramento das lindas e evocativas imagens polissêmicas do mundo semita numa linguagem especulativa, definidora, dogmática, imperativa, exclusiva e exclu-

sivista, própria dos concílios dos séculos IV e V e da posterior tradição eclesiástica.

A Segunda Guerra não é puro passado, muitos fatores que botaram fogo no mundo nos anos 40 ainda agem no subconsciente das sociedades de hoje. Um deles é o antissemitismo. Pensamos que os brasileiros podem contribuir com originalidade na superação desse antissemitismo, pois não são tão ocidentais nem tampouco tão enquadrados em igrejas. Vivem em uma fértil fronteira com o Islã e numa mais fecunda ainda com o mundo africano e o indígena. Podem colaborar criativamente com uma discussão que aparentemente não os toca diretamente.

## NOTAS

<sup>(1)</sup> Frend, W.H.C. *The Rise of Christianity*, London: Darton, Longman & Todd, 1984 (defende a tese do caráter judaico do cristianismo até os anos 170).

<sup>(2)</sup> Nikiprowetzky, V., *De l'Antijudaïsme Antique à l'Antisémitisme Contemporain*, Lille: Presses Universitaires de Lille, 1979 (o autor une pesquisa à militância).

<sup>(3)</sup> Goldhagen, D. J. *Os Carrascos Voluntários de Hitler*, Cia. das Letras, 1997.

\* \* \*

## Cristãos & Judeus<sup>4</sup>

EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES\*

*«Eu conheço tuas obras, tu não és nem frio nem quente.  
É mister que tu sejas frio ou quente!*

*Visto que tu és morno, nem quente nem frio, eu vou te vomitar de minha boca.»*

**Apocalipse, 3, 15-16.**

*«O mundo se cala. O mundo sabe o que se passa. Ele não pode ser diferente, e ele se cala, no Vaticano o Vigário de Deus... se cala...»*

[Duma brochura polonesa clandestina, Ago.1943].

*«Não tivemos a consolação de ouvir o sucessor do Galileu, Simão Pedro, condenar claramente, nitidamente e não por alusões diplomáticas, a crucifixão de inumeráveis “irmãos do Senhor”. (...) Resta que um crime dessa envergadura recaí numa medida significante sobre todas as testemunhas que não gritaram e quaisquer que tenha sido as razões de seu silêncio.»*

FRANÇOIS MAURIAC

Não pude me furtar de um mergulho em lembranças e cogitações graves quando me deparei com as matérias da imprensa acerca do documento *«Nós recordamos: uma reflexão sobre a Shoah»* (o Holocausto), divulgado pelo Vaticano como esboço de um pedido de perdão aos Judeus e tentativa de inocentar a responsabilidade da omissão de Pio XI e Pio XII, o que deixou nítido desagrado e insatisfação não só da parte das comunidades judaicas, mas também de todos que se sentem comprometidos com os ideais de liberdade, de solidariedade e de justiça.

---

<sup>4</sup> Publicado numa primeira versão em *O POVO*, Caderno Sábado: Livros e Idéias, Fortaleza, 9/Maio/1998.

Com efeito, no meu tempo de estudante em Paris (1959-1960), houve um ressurgimento de manifestações antijudaicas na França. A Universidade de Paris, então, tomou a iniciativa de promover uma série de debates e apresentação de documentários cinematográficos, seguidos de depoimentos candentes de filósofos, escritores, etc. (Gabriel Marcel, Raymond Aron, dentre outros), alguns dos quais evadidos ou libertos de campos de concentração. Muitos anos mais tarde, outra vez em Paris, quando de um Pós-doutorado em História Antropógica do Imaginário do Ocidente Medieval (1989-1990), tive ocasião de ver a versão integral (9 horas de duração) do dilacerante documentário intitulado justamente «SHOAH». Toda essa documentação e as leituras ao longo dos anos deixaram-me forte impressão no espírito.

Agora sou motivado a tomar posição, estimulado por meu amigo, o historiador Eduardo Hoornaert, que enviou pela Internet o texto de sua reação reflexiva ao referido documento da Igreja. Para mostrar que o fato possui raízes mais distantes do que as ocorrências do Holocausto, ele imprime recorte claramente histórico à sua análise e argumentação. Quero, pois, propor uma espécie de contraponto complementar a esse apelo implícito do texto de Eduardo Hoornaert.

De fato, é bom ter em mente que o cristianismo, em sua origem, é uma **seita** que surge como dissidência no seio do judaísmo. Aliás, na época, falar de “judaísmo” como espécie de bloco monolítico que tendeu a se tornar séculos depois não faz sentido, face à extrema diversidade das tendências, não só das seitas diversas, mas no interior de cada uma delas. A *Epístola aos Gálatas*, de Paulo, é nesse sentido esclarecedora: é a quarta de suas cartas, escrita provavelmente entre 55 e 57 d.C, em seguida às cartas aos *Coríntios* e aos *Romanos*. Ela constitui um dos documentos reveladores dos conflitos da “Igreja” nascente; e serve ao “Apóstolo dos **Gentios**” como principal arma nos debates em favor da liberdade de espírito contra o peso dos legalismos. Paulo, aliás, diz textualmente que repreendeu Pedro em público por não aceitar a discriminação que este realizava no trato com judeus e gentios. Estes eram assim chamados por serem considerados pagãos, isto é, não seguirem as prescrições rituais da Torá. E pagão – que vem do latim *paganu* (aldeão) – era aquele que não era batizado.

Ulteriormente, quando o cristianismo se fortalece e se afirma em sua vertente romana dominante, intensifica-se então a discriminação contra os judeus. Assim, se a expressão *judeo-cristianismo*, por um lado,

destaca a continuidade dessas duas tradições religiosas, expressando isso no traço de união, por outro lado, exprime a diferença, a distinção, o corte: a nova mensagem pretende ser a superação daquilo que foi o seu passado, embora incorporando-o. Nesse sentido, vale evocar esta palavra do Papa Gelásio I, ainda no século V: *Judas é o demônio e o servo do demônio [que] seu nome a toda uma raça [a dos judeus]*.

Isso se reforça no curso dos séculos seguintes e chega a se tornar hediondo exercício de intolerância e autoritarismo no período da Inquisição e mesmo posteriormente. Ainda hoje, a bela liturgia da Semana Santa, com sua riqueza de símbolos, imagens e rituais, com seu canto gregoriano, com a narrativa da Paixão nos sinóticos e no evangelho de João, por tudo isso acentua e de certo modo se vinga, tomando o povo Judeu em conjunto como deícida, responsável da morte de *Iéshua*. É dessa cultura cristã carregada de preconceitos que herdamos em nossa língua termos como *judeu* para designar um indivíduo mau, ou *judiar* para maltratar, fazer sofrer, etc.

O cristianismo ao longo de sua história tem convivido com a prática das mais sórdidas e perversas ações, numa estranha aliança entre mesquinha e grandeza, santidade e violência. É bom lembrar que os Grandes Inquisidores que a História conhece não são necessariamente homens cruéis. Foram muita vez escrupulosos ao extremo e tiveram vida privada de um ascetismo espartano. Frequentemente, eram bondosos com os animais ou com as crianças, como o Cardeal Berlamino (ou seja, o jesuíta São Roberto Berlamino), que dirigiu os processos contra Giordano Bruno e Galileu, recusava-se a incomodar as pulgas que se domiciliavam em suas vestes: como aquelas não podiam ter esperança na beatitude celestial, dizia ele, seria cruel recusar-lhes tais prazeres da carne, os únicos a que tinham direito de exigir... Ao contrário, os homens que escolhessem a mentira embora lhes fosse dado conhecer o bem, para estes nenhuma repressão seria suficientemente severa. Foi assim que fogueiras se ergueram por toda parte a fim de queimar os incrédulos e seus livros; enquanto isso, doces e piedosos prelados se recolhiam para sua frugal colação de peixe e legumes secos, alimentavam seus gatos e canários, e meditavam sobre os salmos penitenciais... Além disso, seus capelães escreviam-lhes a biografia acentuando suas virtudes e sacrifícios, convencidos de que – segundo uma expressão do Cardeal Newman – *valeria muito mais ver a humanidade inteira sucumbir nos sofrimentos mais atrozes do que deixá-la cometer um só pecado venial*.

Esses poucos exemplos retirados de uma pletera de outros podem parecer surpreendentes, mas o historiador Trevor-Roper, de Oxford, recorda-os a propósito de Heinrich Himmler, considerado o arquétipo do Grande Inquisidor, era «o Fiel Henrique», como o chamava carinhosamente Hitler que lhe confiou o comando das SS. De tradicional família católica, Himmler recebera esmerada educação e era tido como fina personalidade que nada tinha de diabólica. O mencionado historiador lembra que Himmler possuía imensa e excelente biblioteca sobre a ordem dos Jesuítas e durante anos a fio passara as noites a estudar essa literatura. Eis por que ele concebeu a organização das SS seguindo o modelo da dos Jesuítas. Suas bases eram as regras e os *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio de Loiola. A regra suprema era a da obediência absoluta, a execução de qualquer ordem sem discussão. O próprio Himmler era uma espécie de Padre Geral da Ordem. A hierarquia das dignidades era copiada da organização hierárquica da Igreja católica. Perto de Paderborn, na Westfalia, ele remodelou velho castelo medieval (Wevelsburg), e fez dele uma espécie de “Grande Claustro SS”, onde aquele Padre Geral da Ordem convocava uma vez por ano um Consistório secreto. Seria longo arrolar todas essas aproximações e semelhanças. Que nos baste assinalar ainda que a aristocracia e a nobreza alemãs e italianas participaram intimamente do círculo do poder de seus respectivos regimes (*nazismo e fascismo*), assim como constituíam boa parte dos altos dignitários da Igreja.

Aliás, voltando às atrocidades, é bom lembrar que isso nem sequer é privativo da longa folha de crimes e genocídios cometidos por cristãos e católicos em especial, em nome da propagação de sua fé. Isso parece fazer parte da humana condição. Somos talvez a única espécie vivente a combater e a destruir seus semelhantes, não em função da sobrevivência, mas movidos por crenças, ideologias, doutrinas, utopias etc. E quando um regime de poder inexpugnável e tirânico instala-se, é mister muita força moral e coragem para combatê-lo de dentro. Nessas circunstâncias sobretudo, parece existir estranha tendência à servidão voluntária. Hegel examinou lucidamente essa dialética do senhor e do escravo, que Sartre transpôs em seguida brilhantemente para a dialética do torturador e do torturado. Tudo isso constitui o lado sombrio da humanidade.

Mas existe, não obstante, ao longo da História, lento processo de aperfeiçoamento de nossa consciência ética. Conquanto seja difícilimo altear-se ao posto de juiz das ações praticadas por instituições e seus

líderes em determinadas condições, a nossa consciência ética rejeita não imputar responsabilidades aos crimes hediondos contra a humanidade, como os do nazismo contra Judeus, Ciganos e outras minorias. E é difícil inocentar a responsabilidade da Igreja no caso e em especial a omissão e o silêncio “obsequioso” de Pio XI e de Pio XII.

A Igreja levou três séculos e meio para reconhecer sua culpa no caso do processo contra Galileu (1633) e ao longo do tempo tem sido forçada a reconhecer sua caminhada retrógrada em relação aos divergentes e aos profetas, ou face às novas concepções (evolucionismo, psicanálise etc.). Seria fastidioso enumerar os inúmeros casos. Em relação ao nazi-fascismo e às suas atrocidades, Alceu Amoroso Lima, em seu livro *Europa de Hoje*, obra de reavaliação escrita no pós-guerra (1950), depois de longa viagem pelo velho continente, confessa corajosamente que a Igreja e os cristãos cometeram o grave equívoco de apoiar esse regime brutal, acalentando a esperança de que ele impedisse o avanço do comunismo soviético. É este um ponto central da conduta geral no período.

Assim como parece ilegítimo confundir ou identificar o nazismo e os alemães em bloco, visto que houve inúmeras manifestações de coragem e heroísmo extremos da parte de indivíduos e grupos que efetuaram combates contra o regime e, mesmo no núcleo mais íntimo do poder, houve quem conspirasse contra ele e alimentasse o projeto de um acordo de paz sem Hitler; assim também não parece correto encarar sem diferenciações a convivência de cristãos nas perseguições aos Judeus. Parece que as confissões evangélicas demonstraram mais destemor nesse combate.

Mas de todas as partes houve casos admiráveis de destemor, como o do padre polonês **Kolbe**: esse franciscano que, antes da guerra, tinha sido missionário no Japão, morreu em agosto de 1941 no “Bunker da fome” de Auschwitz. Seu caso é exemplar – um de seus camaradas de cativeiro logrou evadir-se do campo, a despeito do regulamento que previa que toda evasão seria paga por 10 outros detentos condenados a perecer de inanição. Contaram dez homens ao acaso no bloco do evadido e entre esses estava F. Gajonwniczek, que possuía mulher e filhos e se pôs a chorar. Kolbe apresentou-se então para morrer em seu lugar alegando como pretexto que já não estava mais apto ao trabalho. Após romperem os membros de vários deles, fecharam os prisioneiros despidos numa cela de concreto, completamente nua e sem janela, recusando-lhes até água...

Entretanto, a posição oficial e geral da Igreja foi de silêncio e omissão. E o Vaticano era talvez um dos estados mais bem informados sobre todas as atrocidades então cometidas. Mais até que omissão. É bom não esquecer que foi o Cardeal Eugênio Pacelli (futuro Pio XII), então Secretário de Estado à época de Pio XI, quem impulsionou o papa à conclusão rápida da assinatura da **Concordata** com a Alemanha de Hitler. Sabe-se que, mais do que o papa, o Cardeal Pacelli sonhava então com uma aliança eterna entre um Estado autoritário e uma Igreja autoritária dirigida pela burocracia do Vaticano. Hitler e os homens fortes de seu regime, Himmler, Goering e Goebels, estavam atentos, em plena guerra, a não provocarem o Vaticano, mesmo quando bispos da Igreja na Alemanha levantavam a voz para acusá-los. É o caso de **Galen** e **Berning**, bispos de Münster e Osnabruck, respectivamente. (Mesmo assim Goering lembrou-lhes o juramento de fidelidade ao Estado, que eles haviam prestado diante dele). Em compensação, conforme escreve Friedrich Heer, “a oposição do clero jamais questionou a vassalagem ao Führer e Chanceler do Reich, Autoridade temporal querida por Deus. Para sua cruzada contra o bolchevismo, punham à sua disposição coortes de fiéis, levados ao combate por capelães...”

Todavia, não gostaria de deixar sem assinalar a presença marcante desta grande figura de dignitário da Igreja, que viveu nesse período, sempre numa relação tensa com a alta burocracia do Vaticano e sem jamais ter aceito a hipocrisia de que o silêncio fora ditado pela prudência para não suscitar a reação brutal da máquina nazista; refiro-me a Angelo Giuseppe Roncalli, futuro Papa João XXIII (1958 a 1963). Com efeito, quando em 1935 o bispo Roncalli foi transferido para a Delegação Apostólica em Istambul, onde permaneceria por mais dez anos, até receber em 1944 sua primeira indicação importante como núncio apostólico em Paris, nessa época de seu trabalho na Turquia, logo após a eclosão da guerra contra a Rússia, foi abordado pelo embaixador alemão, Franz von Papen, que lhe pediu que usasse sua influência em Roma para obter franco apoio do Papa à Alemanha, ele reagiu corajosamente: «E o que eu vou dizer sobre os milhões de judeus que seus conterrâneos estão assassinando na Polônia e na Alemanha?»<sup>5</sup>

Em suma, pelos inúmeros serviços de inteligência, pela informação permanente do governo polonês no exílio, pelas denúncias de Tho-

<sup>5</sup> Cf. ARENDT, Hannah. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 60-61.

mas Mann nas emissões que fazia na BBC de Londres, etc., tanto o Vaticano quanto os governos aliados **tinham ciência** de todas essas atrocidades, mas se omitiram por doloroso período.

Só vejo um benefício de toda essa monstruosa destruição desse período, que foi ter servido para expor as entranhas de nossa humana condição e do que somos capazes de praticar para com nosso semelhante. E concluo: esses dados sumarássimos, que respiguei de um oceano de misérias dessa época, tornam duramente verdadeira esta palavra de Nietzsche: **«Que são agora estas Igrejas, senão túmulos e sepulcros de Deus?»**

## 2 Historiografia do “mal radical”

Tendo publicado, pouco mais de um mês antes, artigo sobre as relações entre *Cristãos & Judeus* (*O POVO*, caderno «Sábado», 5/5/1998), suscitado pelo indigente documento do Vaticano a respeito do Holocausto, volto ao tema por outro ângulo a fim de comentar a atualidade do debate, relançado nos *mass media*, sobretudo pela recente e consistente obra do politicólogo norte-americano, Daniel Jonah Goldhagen, na origem sua tese de doutorado em Harvard, sobre os carrascos voluntários de Hitler<sup>6</sup>. O ruído “mediático” dessa polêmica pode, todavia, velar a riqueza e a seriedade das contribuições de historiadores que, nos últimos anos, ajudaram a ampliar e refinar o conhecimento sobre esse genocídio, assim como sobre aqueles que o conceberam e os que o executaram: pouco a pouco se esclarecem as origens do massacre, as condições em que foi decidido e posto em ação, a personalidade e as motivações dos matadores. Em suma, a natureza complexa deste fenômeno maior do século XX e cuja mortífera máquina de destruição em massa interroga até o fundo as bases axiológicas e éticas de nossa civilização.

Eis a razão do termo “mal radical” incluído no título. Ele evoca a tese da filósofa Hannah Arendt (*As origens do totalitarismo*)<sup>7</sup>, segundo a qual ele surge como fruto de um sistema constituído em seus fundamentos – antissemitismo, imperialismo e totalitarismo – em que os ho-

<sup>6</sup> Cf.: GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os Carrascos Voluntários de Hitler*. O povo alemão e o Holocausto. Trad. de Luís Sérgio Roizman. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>7</sup> Cf.: ARENDT, Hannah: *Les Origines du Totalitarisme*. Le système totalitaire. Paris: Seuil, 1972. [Há tradução brasileira dessa obra: *Origens do Totalitarismo – Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998].

mens foram tornados “supérfluos”. Todavia, para esta curta apresentação, apóio-me diretamente no ensaio de Philippe Burrin sobre o tema<sup>8</sup>, que realiza excelente balanço dessa historiografia.

O antissemitismo é a pedra de toque da obra de Goldhagen, que centra seu foco sobre os matadores das bases ou cidadãos comuns da Alemanha: policiais que fuzilavam em massa judeus da Europa do Leste, guardas que assassinavam prisioneiros nos campos de “trabalho” forçado (eufemismo geralmente utilizado para velar a dura face dos campos de concentração, verdadeiras máquinas de extermínio), e as marchas de evacuação ao final da guerra. Ao contrário dos campos de extermínio, esses carrascos acham-se em face daquele que vão matar; e isso põe o leitor diante da evocação do sangue que jorra, horror cru que a maioria dos historiadores deixou a distância e, a despeito da repercussão desse livro, tais pesquisadores não o acolheram favoravelmente, atacando uma a uma suas afirmações: os assassinos agiam com conhecimento de causa e com um zelo que só podia provir de um preconceito profundo; por suas origens, pela profissão, pela mentalidade, eram alemães comuns; a grande maioria do povo alemão os apoiava pelo menos em espírito, em virtude de antigo antissemitismo virulento e arraigado na cultura alemã, o qual elevou em “projeto nacional” a eliminação dos judeus etc.

De esforço mais profícuo, entre 1990 e 1995, surgiu um volume de estudos sobre o tema do Holocausto comparável a tudo quanto se escreveu antes<sup>9</sup>. São historiadores alemães, anglo-saxões, israelitas e franceses, que enriqueceram esse canteiro de obras, em especial em decorrência da abertura dos arquivos do ex-bloco comunista com suas montanhas de documentos alemães capturados pelos soviéticos. Pode-se doravante reconstituir com mais precisão as etapas dessa tragédia humana, as relações entre os diferentes serviços de Ocupação, a tensão entre gestão e extermínio, a atitude das populações não judias e daquelas vizinhas aos campos de concentração ou de extermínio, ou a dos ocupantes amplamente atingidos pela corrupção e por crescente desinibição no uso da violência.

<sup>8</sup> Cf.: «Le Génocide de Juifs en Débats», *Le Monde Diplomatique*, Paris, junho/1997.

<sup>9</sup> Segundo Philippe Burrin, essa estimativa sobre o volume de publicações historiográficas é feita a partir de Michael RUCK. *Bibliographie zum Nationalsozialismus*, Colônia: Bund-Verlag, 1995.

O traço mais saliente dessa produção é, porém, sua abundância monográfica que supera a síntese e a interpretação<sup>10</sup>. Ao mesmo tempo multiplicam-se as obras sobre outras vítimas – prisioneiros de guerra soviéticos, ciganos, homossexuais, doentes mentais, etc. – cuja sorte semelhante torna injustificável o tratamento isolado da política antissemita que, de fato, integra uma concepção racista mais ampla<sup>11</sup>.

Assim, se o conhecimento do ‘**como**’ dos acontecimentos é cada vez mais rigoroso, o ‘**porque**’ permanece objeto de debates, dos quais dois pelo menos merecem destaque. O primeiro diz respeito à gênese do genocídio e repercute ainda em virtude das lacunas documentais: os *intencionalistas* encaram a política antissemita como algo que, sob o comando de Hitler, segue um rumo orientado desde o início por um objetivo claro – o extermínio dos judeus; já os *funcionalistas* sublinham a inconsistência dessas intenções e os meandros do percurso, as improvisações e os impasses que o pontuam, e dos quais o regime nazista – conglomerado de feudos em luta, sob a arbitragem longínqua do Führer – só se livrou, radicalizando a cada etapa a perseguição e criando seus bodes expiatórios.

Posto não tenha cessado a polarização desses pontos de vista, o vento sopra, porém, rumo aos “funcionalistas”. Sobretudo no que se refere à questão da tomada de decisão sobre o genocídio, os trabalhos recentes rejeitam uma ordem única emanando de Hitler e tendem a ressaltar a responsabilidade de todos os que o apoiavam, a começar pelas elites conservadoras, assim como destacam o papel do Ministério das Finanças e o do Trabalho, e de instituições como a Justiça, a Universidade e as Forças Armadas: o genocídio é a resultante dessa composição de forças.

O segundo debate, surgido nos anos 1990, prende-se diretamente ao ‘**porque**’ e se desloca para os pensadores e os executores do genocídio, cujos pais espirituais rivalizavam em ódio e engenhosidade para a solução final da “questão judaica”. No entendimento de historiadores alemães como Götz Aly e Susanne Heim, não foram fanáticos que a conceberam, mas especialistas (economistas, sociólogos, geógrafos, demógrafos, ar-

<sup>10</sup> Sobre esse aspecto Philippe Burrin assinala a seguinte fonte: MARRUS, Michael. «Reflections on the Historiography of the Holocaust», *Journal of Modern History*, Chicago, March 1994.

<sup>11</sup> Cf.: BURLEIGH, Michael and WIPPERMANN, Wolfgang: *The Racial State. Germany 1933-1945*. Cambridge University Press, 1991; CONTE, Edouard et ESSNER, Cornelia: *La Quête de la Race. Une anthropologie du nazisme*. Paris: Hachette, 1995. [apud Philippe Burrin].

quitetos e urbanistas etc.) que, antes de fazerem bela carreira na República Federal, preencheram escalões intermediários do aparelho de ocupação do Leste: queriam racionalizar a economia desses países e para combater a “superpopulação” preconizavam uma reestruturação socioeconômica que implicava entre outras coisas a eliminação dos judeus.

Assim, integrado a um projeto racionalizador, o extermínio dos judeus, por força das circunstâncias, se torna a solução eficaz. Deslocar judeus para uma “reserva” longínqua, isso foi anunciado várias vezes entre 1939 e 1941, e adiado face às dificuldades da guerra no Leste. Mas como bloqueassem a referida reestruturação, foram despojados de seus bens pelos nazistas e fechados em guetos onde padeciam fome, frio, tifo etc., tornando-se pouco produtivos.

Historiadores assinalam quanto o projeto nazista de remodelação racial do continente estava associado à vontade de modernização econômica, social e demográfica. Indo da eutanásia ao genocídio de “bocas inúteis”<sup>12</sup>, os nazistas intervinham como queriam, transplantando, esterilizando, exterminando tanto quanto necessário para assegurar aos dominadores seu “espaço vital” e um superior nível de vida.

Retornando ao livro de Goldhagen: mediante o estudo dos matadores individuais cuja amplitude é com frequência ignorada por seu eclipse na enorme sombra de Auschwitz, ele atrai a atenção de modo gritante sobre a face sangrenta do genocídio - pelo menos 1 milhão e 300 mil judeus foram mortos a bala! Esse autor tem pelo menos o mérito de retomar a problemática do assassino em suas motivações e responsabilidade. Todavia, um predecessor seu, Christopher Browning chega a conclusões mais convincentes e matizadas. Ao estudar a ação de um batalhão de polícia responsável pelo assassinato de dezenas de milhares de judeus poloneses, ele estima que o antissemitismo não fornece explicação satisfatória; outros fatores, notadamente a pressão do grupo e o contexto da guerra, contribuíram para metamorfosear “homens comuns” em assassinos de massa<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Fontes indicadas por Philippe Burrin: BURLEIGH, Michael. *Death and Deliverance: “Euthanasia” in Germany 1900-1945*. Cambridge University Press, 1994; e FRIEDLANDER, Henry. *The Origins of Nazi Genocide From Euthanasia to the Final Solution*. Chapel Hill: The North Carolina University Press, 1995.

<sup>13</sup> Ver BROWNING, Christopher. *Ordinary Men. Reserve Police Bataillon 101 and the Final Solution in Poland*. New York: Harper Collins, 1992.

Mas Philippe Burrin questiona com razão se o estudo dos mata-dores ofereceria um acesso privilegiado à explicação do genocídio. E ele próprio responde que tal aprobe aplaina o papel do aparelho burocrático de extermínio (magistralmente reconstituído por Raul Hilberg), e ainda rejeita para um segundo plano o extermínio por gás, com seus 3 milhões de vítimas<sup>14</sup>.

Portanto, como pode ser justificada a preeminência da face sangrenta do genocídio sobre sua face industrial?

Numa dessas faces, temos um açougue onde é liberado o secular ódio antijudaico; na outra, a eliminação industrial de “bocas inúteis” na fria lógica de um pensamento tecnocrático de reestruturação continental. Tais representações opostas do genocídio são igualmente simplificadoras: uma aponta para o atavismo; a outra, para a modernidade – não faltarão, pois, mais pesquisas. Eis por que Philippe Burrin conclui o ensaio com estas palavras: «o conhecimento não progride tão-pouco por simples acumulação ou por progresso linear. Em meio a inúmeras monografias em que se difunde uma sede de saber sem precedentes, obras como as de Götz Aly – Susanne Heim e de Daniel Jonah Goldhagen prestam um serviço inestimável: delimitam o campo da reflexão acerca da tragédia do século XX. »

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2011

---

<sup>14</sup> Cf.: HILBERG, Raul. *La Destruction des juifs d'Europe*. Paris: Fayard, 1985 (a primeira edição norte-americana é de 1961). Philippe Burrin acrescenta esta nota importante: *Aos judeus assassinados a bala ou por gás, é preciso ajuntar mais de 800 000 judeus que pereceram em virtude das condições de vida impostas nos guetos pelos nazistas.*

## Algumas outras fontes de estudo

Além de amplo acervo cinematográfico – quase sempre uma mistura de documentário e reconstituição narrativa – e literário, em especial na dramaturgia, de que a peça *O Vigário*, do escritor alemão Rolf HOCHHUTH, é sem dúvida uma das mais densas e pungentes, inclusive por sua fundamentação, a última década proporcionou a multiplicação da produção historiográfica que é impossível arrolar aqui. Dou, pois, só alguns títulos mais significativos, afora os já citados.

DESCHNER, Karl-Heinz. *Historia Criminal del Cristianismo*. Barcelona: Martínez Roca, 1990 a 1997. [Este pesquisador alemão, com formação em Direito, Teologia, Filosofia e História, apresenta impressionante documentação e análise dessa temática geral, de que possuo apenas os 8 primeiros volumes dessa obra em elaboração].

MESSADIÉ, Gerald. *História Geral do Anti-Semitismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. [Religioso, econômico ou biológico... Antigo, medieval ou moderno... Vulgar, enfurecido ou pseudocientífico... São 2.500 anos de história do antissemitismo que esse pesquisador lúcido compendia nesta obra bem elaborada e esclarecedora].

BULCÃO NETO, Manuel Soares. *A Eloquência do Ódio – Reflexões sobre o racismo e outras alofobias*. São Paulo: Livro Pronto, 2009. [Conforme assinei no Prefácio a esta obra luminosa, verdadeira reconstrução histórica dos preconceitos e etnocentrismos que têm acompanhado a humanidade em seu processo evolutivo, examinando criticamente causas ou razões, condições e consequências (escravidão, guerras, racismos e toda sorte de intolerâncias), o autor afirma ser esse um ensaio sobre o ódio à **diferença**, ao Outro, cujo reverso é a paixão narcísica do **mesmo** e da indiferenciação monolítica. Eis que um de seus melhores capítulos é o dedicado ao Holocausto].

KERSHAW, Ian. *Hitler*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. [Esta obra monumental, em todos os sentidos, constitui o fruto de vários anos de investigação, desse notável historiador inglês, em arquivos, documentação de vária ordem, entrevistas, etc., ainda mais por sua amplitude teórica e analítica, por sua rigorosa metodologia historiográfica e por sua iconografia riquíssima, constitui mais que a melhor biografia de Adolf Hitler, visto que tenta devassar os contextos de sua vida e atuação, projetando-se na interpretação do Terceiro Reich e do Holocausto. Seu autor diz ser este um estudo sobre o poder de Hitler, que assenta em duas

questões cruciais: 1) “como Hitler foi possível – como pôde um desajustado tão bizarro chegar a tomar o poder na Alemanha, país moderno, complexo, economicamente desenvolvido e culturalmente avançado?” E 2) como Hitler pôde depois exercer esse poder?” A edição original inglesa, de 2008, pela Penguin Books, era composta de 2 grandes volumes, subtintulados *Hubris* e *Nêmesis*, com 1.450 páginas de texto e 450 páginas de longas notas críticas e bibliografia; já a presente edição brasileira em suas 1077 pp., embora mantendo numa forma resumida o essencial da original, o autor nesta cortou porém 650 páginas e todo o aparato acadêmico. Para o estudioso é uma perda lamentável].

---

\* Doutor em Sociologia do Conhecimento pela Universidade de Tours (França), Pós-Doutorado em História das Idéias Religiosas pelo Collège de France e em História Antropológica pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (Paris); membro do Instituto Histórico do Ceará e da Academia Cearense de Letras, e titular da Association Internationale des Sociologues de Langue Française (AISLF), Professor Emérito da UFC e Titular de Sociologia da UECE. Membro da Academia Cearense de Letras, do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Ciências.

## Eticidade *versus* misticidade

OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS\*

Referimos neste artigo trabalhos nossos. Enfeixam eles uma dissertação antropológica, um esforço taxinômico dos valores e uma aplicação temática, desenvolvidos desde quando a vida deste autor foi obstaculizada pelo Golpe Militar de 1964. Todos os textos publicados e divulgados anteriormente não constituem tropeço às pequeninas achegas postremas que se fizeram. Nesse ínterim, porém, operamos uma virada no conceituar *eticidade* e *misticidade*, tomadas como pano de fundo e inspiradas no **Traité des Valeurs** do filósofo Louis Lavelle, grandemente dialético que é, cuja concepção da escala dos valores denominamos *escada de Lavelle*. Mostramos como objeto e sujeito *paralelos* intercambiam-se axiologicamente e convergem no grau mínimo de objetividade e máximo de subjetividade, ou seja, **no infinito**, sob uma abordagem vetorial, geométrica e aritmética, (Cf. **figura 1**).

Paragrafado *primo*, nós explanáramos o assunto em questão no nosso **O Autor e o Ator – Ensaio da Antropologia Filosófica**. É nova a focalização, equivalendo a uma introdução à investida intelectual que empreendemos em função daquele evento político deflagrado há 46 anos. Destacamos na data de edição de nosso pensamento antropológico, 1994, cruciais conceitos atinentes não só ao aspecto gnosiológico, à práxis, ao ensino e, especificamente, aos problemas valorativos. O pós-64 nos evidenciava uma necessidade assemelhada à de Marx em proceder à crítica do neo-hegelianismo, isto é, àquele seu reajuste da consciência política confessada em **A Ideologia Alemã**.

*Secundo*, o parágrafo seguinte remete a uma colaboração que publicamos no número 112 da *Revista do Instituto do Ceará*, ano 1998, p. 207, *passim*. Ampliáramos nele nosso prefácio ao livro **Ética Individual e Ética Profissional** (1988) do Professor Oscar d'Álva e Souza Filho,

---

\* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

profundando então o princípio da inversão da práxis, a questão do dever e o tema da dignidade do trabalho.

*Tertio* é o preparo da cena para as duas categorias – eticidade e misticidade – a que seríamos conduzido em face dos valores políticos, jurídicos e éticos propriamente ditos. Indicamos como, perante o *Estado*, a *conduta exteriorizada* e a *atitude mental* se relacionam e deixam que se resolva *sponte sua* a intrínseca contradição dialética delas (Cf. Oswaldo Evandro Carneiro Martins, in *Revista do Instituto do Ceará*, volume 116, 2002, p. 81, *passim*).

Feito esse retrospecto, o a que se visa é dilucidar a razão, por que a atitude mental é negada, sendo possível a “guerra de todos contra todos” (Hobbes), sobretudo a tirania, a injustiça, a exploração e a corrupção. Queremos explicar como os valores políticos são frequentemente antiéticos ou aéticos, embora já vejamos cientificamente calvo e grisalho na cabeça e no olvido neurônios sem sinapse.

A constatação desse esvaziamento dos valores éticos não é fisiopsíquica e sim decorre da radicação do poder estatal mediante decisões legislativas, atos executivos e esquematizações formais, burocráticas e judiciais, durante anos e anos de dominação capitalista. A lei vigente já não se coaduna com o cidadão. Envelheceu e voltou a ser mística como historicamente nascera. A elaboração politológica se tornou *virtual*, à moda cientificista.

Há de fato manifestas nas zonas da *realidade* e da *idealidade* uma implicitude consciente ou inconsciente na conduta exteriorizada e na atitude mental. Inadvertido ou inexperto, o indivíduo tende a conferir efeitos mágicos a seus produtos nas zonas da eticidade e da misticidade, no fundo analogando-se a agente de amuleto ou de oração forte. Conta-se a respeito que o jornalista Jäder de Carvalho se fez surpreendentemente espírita, porque num atentado teria sido salvo por uma medalha benta de Nossa Senhora, conduzida por ele qual colete à prova de bala no bolso da camisa a pedido de pessoa altamente religiosa. (É o que, certa feita, nos informou pessoalmente Mozart Soriano Aderaldo).

Gonçalves Dias no seu poema épico **Os Timbiras** testifica quão arcaico é o fenômeno referido, mencionando liricamente por quatro vezes a imagem de praxe dos *manitós*, um verbete omitido pelos lexicógrafos, mas que deve corresponder a *mores*, como o **Dicionário de Sociologia** da Editora Globo o inscreve. Diz o poeta maranhense, intimamente a apelar para valores *sagrados*: / “Cheios de medo os manitós desertam /

As tabas mudas, que hão de ser calcadas, / Já cinza fria, pelo imigo fero./ Não fujam manitós as nossas tabas”./ (Cf. Francisco da Silva Ramos, **Os Grandes Poetas Românticos do Brasil**, Edições LEP Ltda., São Paulo, 1952, p. 173).

Procedimentos, modismos, usos, hábitos, costumes e padronizações culturais são gestados e eclodidos na misticidade, mas transferem-se para a eticidade onde são operacionalizados ou explodidos. Cogita-se, na descrição supra, do advento e recrudescimento do Estado, pai dos males que afligem a milenar transição política, isto é, desde a comunidade primitiva à sociedade capitalista.

Nós fomos motivado pelo Estado. É que fôramos atropelado pelo Leviatã, cujo nome equivale ao de capital em Marx, sem deixar este evidente que o fazia. Estivemos subjugado ao guante do monstro hobbesino, “deus mortal ao qual devemos abaixo do Deus Imortal a nossa paz e defesa” (Cf. Thomas Hobbes. **Leviatã**. São Paulo. Editora Martins Claret, 2002, p. 131). Hobbes dissera desse deus: “é-lhe atribuído o uso de gigantesco poder e força que o *terror* (grifo nosso) inspirado nele o torna capaz de conformar as vontades” (*ibidem*).

Engels descreve esse esquema governamental, que é axiológico: “Dispondo da força pública e do direito de arrecadar os impostos, os funcionários como órgãos da sociedade são colocados acima dela” (Cf. Frederico Engels, **L’Origine de la Famille, de la Propriété Privée et de l’État**. Paris. Éditions Sociales. 1954, p. 157). O supracitado prógono do marxismo assinala a medula classista do Estado, cujos fautores são os membros e aliados da classe dominante e nesse papel se alienam da sociedade, projetando-se dela “fora e acima” (*ibidem*).

Ao longo da sucessão dos períodos históricos, o homem se agrilha a Deus na protohistória, ao próprio homem na história clássica, à gleba na história medieval e ao salário da história moderna em diante. Essa condição, respectivamente de rendeiro, escravo, servo e operário não é escatológica, mas o Estado deterministicamente se extinguirá. É o que se proclama marxisticamente, relacionando o fim da instituição em pauta ao das classes sociais existentes após e desde a comunidade primitiva, que não as tinha. Leia-se abaixo esse preconício em Engels.

“O Estado não existiu sempre. Houve quem se safasse das dificuldades sem nenhuma idéia dele e do seu poder. Em cada nível da evolução econômica, que estava necessariamente ligado à divisão em classes, estas tornaram necessário o Estado. Hoje, porém, chega a passos rápidos um

estágio de desenvolvimento da produção, sob a qual existem as classes, que deixam de ser necessárias e passam a ser um obstáculo. Extinguir-se-ão as classes, tão inevitavelmente como quando surgiram antanho, e com elas inelutavelmente o Estado. A sociedade se reorganizará para o sistema produtivo na base de uma associação livre e igualitária de produtores e relegará toda a máquina estatal ao lugar onde deve ficar, o mesmo das antiguidades, ao lado da rede artesanal e da acha de bronze” (Cf. Frederico Engels, *op. cit.*, p. 154).

Neutrais, respeitosas ou *aterrorizadas* ante a Leviatã, têm-se postado as pessoas no decorrer dos tempos, mas presentemente o desmistificam, demitificam e descodificam. E aí está perante os seus levitas e fiéis o deus mortal, sob diagnose ou necropsia, para todos os públicos, dos menos aos mais adstritos ao poder político.

Os valores exprimem nosso acordo – e o nosso desacordo – quando administrativamente aparelhos institucionais e implícitos nos governam individual e coletivamente. Se o algoritmo crático, que nós próprios concebêramos e implementáramos, não nos pode satisfazer mais, optamos por descumprir o estabelecido. Semelhante obsolescência moral é cíclica e esmaece na mesma proporção o conspecto classista da estatalidade, o qual suscitará antinomias nos grupos sociais e no Estado. A transmutação dos valores políticos, jurídicos e éticos levará ao limiar da emancipação do homem, embora Engels dissesse ainda que “o Estado representativo hodierno é o instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capitalismo” (*ibidem*).

Logo adiante, esse autor em quem repicamos destaca quanto se impregna nas pessoas a classe dominante e possidente. Em 1891, na obra em que nos vimos apoiando, Frederico Engels, como se fosse hoje, redisse que há fases moderadas do poder do Estado, que ele qualifica como “pseudomoderador” (*ibidem*). Destrinça essa dúvida nos termos a seguir: “É o caso da estatística eleitoral dos Estados representativos atuais. Todavia esse reconhecimento político das diferenças financeiras não é absolutamente essencial. Ao contrário, embute-se aí um índice inferior de desenvolvimento das nações, cuja expressão mais alta, a república democrática, constitui crescentemente uma necessidade determinante nas condições sociais, que é a forma a qual pode ser levada até o fim a última batalha entre o proletariado e a burguesia, quando não se reconheçam mais, oficialmente, as diferenças referidas. A riqueza exerce seu poder de modo indireto, mas amplamente mais seguro, em um extremo com

dependência da aliança do governo com a bolsa, que se efetiva tanto mais facilmente quanto mais aumentam as dívidas do Estado e as sociedades por ação concentram em suas mãos, não só o transporte, mas também a própria produção, referindo tudo ao centro bursátil” (*op. cit.*, p. 158).

A bolsa fragiliza a moral e isto se reflete nas mentes e organizações. O Estado se reestrutura constitucionalmente e os partidos deontologicamente, precatando-se cada qual da contradição entre conduta exteriorizada e atitude mental, que é um drama das consciências. Os valores políticos obrigam à observância dos códigos de ética em particular, que prescrevem corporativamente a conduta exteriorizada.

É de convir, portanto, que perante a Ciência Política e o Direito só exista um presuntivo militante político – plural, reificado e virtual – que vive uma alienação de sujeito considerado objeto, a começar pelas autoridades, que não se subsumem a esse modelo por mais abrangente que seja. É essa impossibilidade de abeberar a atitude mental à fonte de inspiração ética, que não se deve confundir com o processo conjuntural e ideológico da obsessiva depuração partidária em que a mesma deixa de ser ética e se torna mística.

A palavra de ordem de ética na política pode ser equívoca, porquanto os valores políticos têm esse caráter, como de resto os valores de toda a regionalidade moral – eticidade, efetividade e realidade – a têm. A escala axiológica, conforme a qualificamos de *escada de Lavelle*, comporta não só os valores da zona da eticidade. Há outros indubitavelmente, inclusos os da zona da misticidade (valores litúrgicos, sagrados e místicos propriamente ditos), *em simetria* com os contíguos. São simétricos regional e zonalmente. Sob enfoque generalizado, também se verifica o mesmo com os valores socioeconômicos e os ludoestéticos, e afinal com os valores inerciais e os orgânicos, todos pertinentes às zonas em conceito de regionalidade espiritual – misticidade, afetividade e idealidade – e de regionalidade moral. O de que se trata é escoimar de uma zona as intrusões de valor de outra. Mais precisamente, cumpre que o Estado seja *laico* na transmutação de valor, quer dizer, que seja ético e não místico.

Mister se faz, contudo, que não se ignore a misticidade e que se coteje a mesma com a eticidade, não obstante à inconveniência intercorrentemente arguída nesta exposição. A atitude mental resulta de ocorrência espontânea e natural, quando a inteligência aceita que o fenômeno da entificação infunde determinações intrínsecas e que poderá logicamente

estruturá-las ou reestruturá-las mercê do saber. Estabelece-se então o pacto estatal de Hobbes - ou o contrato social de Rousseau – que a tradição bíblica identifica à fé no bezerro de ouro, ícone que cabe demolir na luta entre as individualidades. Os governados e governantes *vis-à-vis* do Estado vivem seu antagonismo apelando para a solução que incumbe a esse poder público, o qual entanto os decepciona *au fur et à mesure* de um aprofundamento cognitivo que a Ciência Política não lhes proporciona de vez.

Escrevemos recentemente – e corrigimos acrescido – algo sobre a mudança política. “Os valores existem num sistema ou corpo de doutrina. O valor, por exemplo, de uma cabeça humana degolada, que o primitivo exibia fincada a uma estaca no terreiro da sua cabana, é um troféu consentâneo aos seus mores, o qual deveria propiciar um credenciamento político a quem a detivesse. Outra ilustração: o botim de guerra de um legionário romano conferia vantagens ao seu titular” (Cf. Oswaldo Evandro Carneiro Martins, *in* Revista do Instituto do Ceará, volume 112, 2008, p. 148).

Despontam na presente investigação os valores da misticidade, que fazem parte correspondentemente com os valores da eticidade. Aliás, o erro atrás imputado ao propósito de aprimorar *eticamente* a valoração ocorre na equiparação dos valores políticos com os litúrgicos, dos valores jurídicos com os sagrados, dos valores éticos com os místicos, e, extensivamente, dos valores socioeconômicos com os ludoestéticos, ou, ainda mais repercussivamente, nos limites crescente (objeto) e decrescente (sujeito) dos valores inerciais com os orgânicos. As duas categorias – eticidade e misticidade – confrontam sua heterogeneidade, esquecido que não se igualam nem se somam, por minguar-lhes uma medida comum. A eticidade é tão-só objetiva, enquanto a misticidade é tão-só subjetiva, devendo os gêneros valorativos permanecer nas suas respectivas regionalidades (a moral ou a espiritual).

Identificar as virtudes de um ser a conhecer difere de adjudicá-las, pois elas existem independentemente do sujeito conhecedor. Resta um estorvo quanto às suas possibilidades cognoscitivas, cujo conhecimento pode na atitude mental ser suscitada e *exteriorizada*, corroborada entanto a quididade dos valores. Essa operação axiológica *não é uma conversão de sujeito em objeto* e sempre permanecerá como tal, até que a identidade estrutural se concretize *motu proprio*, isto é, como autogênese, retroversão, reflexo do objeto sem ingerência do sujeito.

Atenha-se cada gênero axiológico ao gráfico – a *escala* e a *escada* – na sua regionalidade. A eticidade é regional nos valores morais (políticos, jurídicos e éticos propriamente ditos) e o é nos valores socioeconômicos e inerciais. A misticidade é regional nos valores espirituais (litúrgicos, sagrados e místicos propriamente ditos) e o é nos valores ludoestéticos e orgânicos. A regionalidade moral se estende às suas zonas como a regionalidade espiritual se estende às suas. É inadequado dar-se ao objeto tratamento de sujeito e vice-versa. Incorre-se pela primeira hipótese em idealismo objetivo (Hegel) e pela segunda hipótese em idealismo subjetivo (Hume), que são equívocos gnosiológicos.

O homem sempre se situa filosoficamente mediante o objeto e o sujeito, que estão condicionados cronotopicamente, isto é, na história e na sociedade. Sua atividade – biótica e psíquica, inteligente e humanizante, objetiva e subjetiva – desenvolve um conjunto de reflexos para captar em essência a universalidade. Trata-se da função cognoscente do sujeito, a qual se dirige para a compreensão e transformação do objeto.

Antes de concluirmos, há nesta altura uma pergunta até o final sobrestada aos nossos estudos antroposóficos – *verbi gratia* real e racional – que focaliza o Estado: em que consiste a supracitada transformação do objeto? Ora, este não é igual a plástico, não se subsume ontologicamente ao sujeito, cujo papel está apenas na evidenciação dos valores. Ressaltemos que evidenciá-los não é criá-los, nem determiná-los tampouco, porquanto existem imanentemente a *funcionalidade e regularidade* do objeto. Um valor tem possibilidade real e se configura histórica e socialmente, vincula-se e adstringe-se ao respectivo contexto, transmuta-se *in situ*, o que de Epicuro já se poderia visualizar nas construções *virtuais* tão caras à Ciência. A unidade de um ser – inerte, vivo, social ou humano – emerge e assume dialeticamente expressão definida em termos de elementos objetivamente *funcionais e regulares*.

Sejam, pois, os arbustos, árvores e ervas, que são *morfologicamente* fanerogâmicos, tautológicos, localizados. Experimentam eles o impacto da luz, do vento, das causas naturais. Pela teoria epicúria – *declinação dos átomos* – conquistariam as espécies vegetais, geneticamente, forma consentânea com sua sobrevivência ou contradição dialética. Por exemplo, a palmeira imperial cresce ortogonalmente – na direção do centro da Terra – e o seu broto terminal é uma haste longa, fina, retilínea, rígida, filotáxica, substituída por outra igual, com que ela assim mantém o sentido contrário à força da gravidade. Outras plantas

o fazem relativamente a outros fenômenos. Há caules reptantes, órgãos heliocêntricos, copas com ramificação verticilar e horizontal a dar vazão à ação das rajadas do ar atmosférico através de espaços desprovidos de folhagem e resistência.

Milhares de exemplos no universo e no homem demonstram como surge uma natureza *interna, declinada e simétrica* do objeto para com o sujeito, relação cuja propositura e sanção pertencem ao último, o que entanto pode ser *sugerido* pelo primeiro.

Caracteriza-se então uma *restituição* à regionalidade espiritual. Enquanto esta não sancionar a sugestão aludida, verifica-se conflito na Ética. O Estado *equivocado, explodido e irrestituível* tem origem exclusivamente subjetiva.

Fora dessa conceituação não prosperam contravalores e pseudovalores que grupos veleidosos e paranóides de pessoas impuseram ou impingiram aos homens. Os valores promovem uma quebra de algemas, monitorada na transição dos regimes, na evolução social e na libertação humana, mas têm uma porção postiça, artificial e cerebrina, como folhas de parra sobre as partes pudendas das estátuas nuas. A mentira se converte desse modo em regra e às vezes fica cínica a tapar o Sol com peneira.

Eis que finalmente o Estado já perece e por último morrerá. Exausto, sonsumado e vencido, cessa o processo sucessório das classes dominantes que tem sido o sustentáculo daquele deus mortal: o Leviatã.

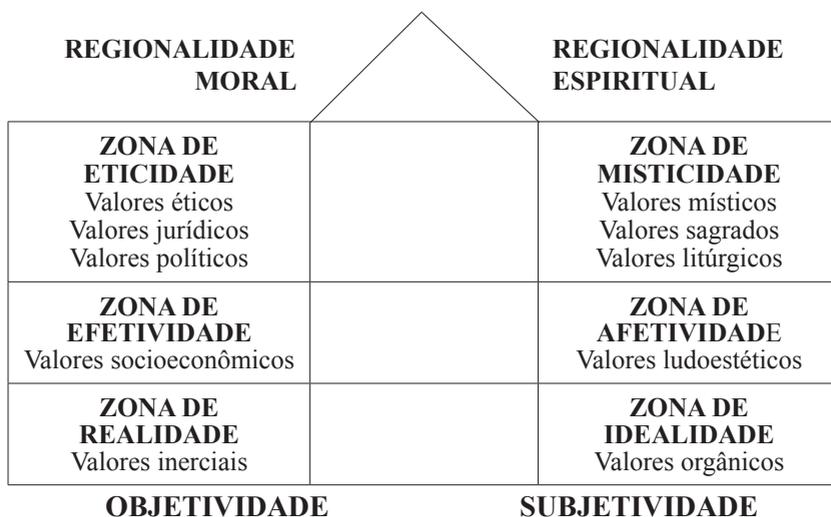


Figura 1 - ESCADA DE LAVELLE

## Colonização: um passado presente

FRANCISCO ÉSIO DE SOUZA\*

Quando criança, em minha aldeia de nascimento, pelos idos de 1942, seja no comércio de meu pai, seja na escola, gostava de ouvir expressões do cotidiano dos idosos, como: “abril chuvas mil”, caso se tratassem de assuntos relativos ao comportamento do inverno, ou então: “aí são outros quinhentos”, ao questionar determinado assunto. Na escola, por conta da história do Brasil, em seus primeiros anos de descoberto, imbricar-se toda na história de Portugal impressionava-me os feitos dos portugueses: o descobrimento do Brasil; a divisão em capitânias hereditárias, além de fatos relacionados à vida de Dom Sebastião, o Desejado, entre outros.

Os meninos de minha geração gostavam de se sentar nos bancos de madeira aboletados sob frondosa copa de uma viçosa mungubeira, para relatarem e ouvirem histórias tidas como de trancoso. Eram de Camões, de Bocage, os relatos que encantavam e falavam de sereias responsáveis por atrair marujos e causar o naufrágio de embarcações no Mar Egeu. Contudo, os meninos, naturalmente, ignoravam que estavam falando sobre a *Illiada* de Homero. A ambos os escritores atribuíam anedotas engraçadas e, às vezes, picantes, quando não chulas, que a todos faziam sorrir.

Sobre Camões, diziam que quando o poeta estava às portas da morte e os presentes se desesperaram por não encontrarem uma vela que botassem em suas mãos, improvisaram a chama colocando sobre as mãos do autor de *Os Lusíadas* um punhado de areia coberto por brasas em labaredas. O gênio, ainda lúcido, exclamou: “Camões morrendo, Camões aprendendo”.

Atentem que essas historietas foram ouvidas na década de 40 do século XX, em um minúsculo povoado do Ceará, cuja escola se limitava

---

\* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

ao curso primário. Lugar onde, praticamente, não se lia nada, a não ser a literatura de cordel e, muito raramente, um jornal mensal provindo da cidade polo da região. Por essas e por outras, Portugal estava sempre presente em minhas memórias. O que me conduzia ao propósito de um dia conhecê-lo.

Mesmo reconhecendo as dificuldades que meus pais teriam em me propiciar a sonhada viagem, à época, nunca me desesperancei em realizá-la. Depois de adulto, vi que não era tão difícil quanto imaginara.

Em outono de 1999, eu e minha esposa Heloísa, na companhia de mais quatro amigos do Ceará, fizemos nossa primeira viagem à Europa, começando por Portugal. O grupo formado apenas por cearenses partiu antecipadamente de Fortaleza (CE), rumo a Lisboa.

Ao desembargar em Lisboa, senti-me como se estivesse no Brasil, mormente no Nordeste do país. Apesar de Portugal contar já com sete anos (1992-1999) como integrante da União Europeia, o aeroporto era pequeno e simples, com a arquitetura parecida com os aeroportos das cidades do Nordeste do Brasil, visto que os das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, são muito maiores.

No aeroporto mesmo e por toda Lisboa (quem sabe todo o Portugal), viam-se múltiplas fotos de Saramago, expostas nas paredes e postes, com dizeres escritos: “Obrigado, Saramago”. Então, percebi que a alma lusitana havia entrado em estado de graça, pois o escritor acabava de ser galhardeado com o Prêmio Nobel de Literatura de 1998. Enfatize-se que era a vez primeira que a língua portuguesa era distinguida com tamanha honraria. A obra de Saramago desmitificava o feito do herói colonizador e teve a preocupação em criar uma versão da História com base na intervenção das camadas populares ou de personagens desse segmento social, principalmente no romance *História do Cerco de Lisboa*.

No hotel, pessoas de biótipos assemelhados aos nordestinos - cabelos pretos, estatura mediana, quando não baixos – nos atendiam gentilmente com seu sotaque fechado. Contudo, enquanto aguardamos o *office boy* pegar as malas e conduzir aos nossos apartamentos, desviamos o olhar para um aparelho de televisão, ali então ligado, e nos surpreendemos com o que vimos: a exibição da telenovela brasileira *O Clone*. A expressão de Heloísa, num misto de espanto e alegria, chamou a atenção de uma senhora turista americana que, imediatamente, indagou-a: *Do you speak English?*

Acomodados, e sem querer perder tempo, saímos, a pé, pelos arredores próximos ao hotel, já quase ao anoitecer, mas ainda com luz suficiente para visualizarmos que os plátanos despiam-se, vagarosamente, a tornar as calçadas, sob sua copa, matizadas de uma amarela xantofila. Com tempo escasso em Portugal, de apenas cinco dias, por conta da necessidade de nos incorporarmos à excursão em Madrid, viajamos para aqueles lugares clássicos a que toda agência de turismo leva seus clientes.

Portugal, país imprensado ao Norte e ao Leste pela Espanha e ao Sul e Oeste pelo Oceano Atlântico, tem um território pequeno com solos relativamente pobres, mas racionalmente explorados. A uva cultivada na região é utilizada na produção de vinhos, entre eles o Vinho do Porto, produto de elevado valor agregado. Tal atividade econômica, no dizer do português, é altamente rentável e causa orgulho aos conterrâneos de Fernando Pessoa.

Sem desejar cansar o leitor pelos trajetos feitos, destaca-se, apenas, pelas observações expeditas, numa valorização do entendimento de Lock,<sup>1</sup> a força das marcas da colonização portuguesa no Brasil. No intervalo de 177 anos, desde a Independência política do país (1822) até a data da primeira viagem (1999), além, naturalmente, da língua, via-se o sobrenome de famílias, de lugares, o artesanato, o folclore, e mais surpreendente, o lado psicossocial do homem português comparado com o homem do Nordeste do Brasil. Acredito, pois, ser o Nordeste a região do Brasil que mais guardou reminiscências da Colonização Ibérica.

As cidades portuguesas, com nomes transplantados para cidades nordestinas, e as mulheres rendeiras de Nazaré, manuseando seus bilros, não parecia que estávamos em Portugal, e sim no Nordeste do Brasil. Para aumentar esta sensação, disse-nos o guia português: “Quando vós forem para Europa, cuidado com as bolsas.” Indagamos, mentalmente, como dizem o mineiros: Uai?! E nós não estamos na Europa, não?”.

Após ter visitado Portugal, seguimos para Madrid, onde nos incorporamos à excursão, formada por um grupo de mais quarenta pessoas – brasileiros, argentinos, e poucos peruanos e mexicanos - e rumamos para França, Inglaterra, Bélgica, Áustria, Alemanha, Holanda, Suíça, Itália e Mônaco. Depois de percorrer oito mil quilômetros por terra, iniciamos a volta por Barcelona, via Catalunha, para finalmente chegarmos a Madrid e depois embarcar para o Brasil. Como se vê, Portugal não fazia parte do roteiro da excursão para todos do grupo por

não interessar aos brasileiros, originários dos estados do sul ou do sudeste do Brasil.

No outono de 2009, em grupo de apenas quatro pessoas, voltamos a Portugal, desembarcando em Lisboa. Ao chegar ao hotel, fomos gentilmente atendidos na portaria por uma jovem portuguesa. E como chuvejava, indaguei-a: qual é o mês que mais chove aqui? Sem pestanejar disse-me: “Como dizemos nós aqui, abril chuvas mil”. E a outra pergunta: “Aí são outros quinhentos”. Então me desapontei, por saber que essas expressões tão faladas no Nordeste e em outras partes do Brasil, como Minas Gerais, não eram nossas, mas do colonizador.

O fato de o Brasil ter começado seu povoamento pelo homem civilizado com o português, fez com que o país tivesse a cara da civilização portuguesa. Língua, religião, miscigenação, adaptabilidade, combatividade, afrouxamento das regras institucionais, faz do Brasil, sobretudo, sua porção nordestina, um país ibérico na América. Mesmo sofrendo ataques de outras etnias europeias – como espanhóis, holandeses, franceses – o português teve a intrepidez de as todas rechaçarem, a modo de entregarem o Brasil, aos brasileiros, com sua unidade territorial intacta.

Isso constitui fato extraordinário, por conta de ser a costa marítima do Brasil uma das maiores do mundo, e Portugal, tão pequeno territorialmente, ter sido capaz de protegê-la em uma época em que a pirataria dominava o mundo.

Nesta segunda vez, dispondo de mais tempo, partimos de carro para a região Norte de Portugal, viajando por terra em modernas estradas de rodagem, pagando aqui e acolá o pedágio. Depois de passar em diversas localidades, fizemos nossa base na cidade de Braga, hospedados em um antigo convento, agora transformado em hotel, já no entardecer.

À noitinha, já alojados, fomos convidados, gentilmente, por um casal empresário de Braga, com negócios no Brasil, para um jantar em sua residência. Como convidado, havia também empresário, português então sócio do primeiro, que nos acompanhou para o jantar.

Enquanto saboreávamos alguns petiscos da rica cozinha portuguesa e bebíamos um bom vinho, naturalmente, também português, os assuntos fixaram-se na escassez dos recursos naturais de Portugal e a ampla potencialidade do Brasil. O pessimismo parecia invadir sua alma, por Portugal não ter acompanhado o nível tecnológico de outros países da U.E. ou até mesmo de sua vizinha, a Espanha. Ponderei: “Mas o Japão

também não é bem dotado de recursos naturais, ainda assim tem o segundo maior PIB do mundo”. Ele calou-se.

Portugal é um país por excelência religioso e que sempre cultivou o conhecimento humanístico, não priorizando, portanto, a formação de cientistas, fato que também existe no Nordeste, onde predominam, sem nenhum demérito aos que cultivam esta valorosa vertente do conhecimento humano, poetas, cômicos, romancistas, religiosos...

Nesse contexto, destaco o defendido por Salles:<sup>2</sup> “Enquanto artistas tenderiam ao pessimismo, cientistas seriam otimistas . Aos artistas, interessaria refletir sobre a precariedade da condição humana e sobre o drama dos indivíduos no mundo. O interesse dos cientistas, por sua vez, seria decifrar os segredos do mundo natural e, se possível fazer as coisas funcionarem”. Aragão<sup>3</sup>, reforçando o enunciado de Sales, afirma: “ Formar cientistas e engenheiros é fundamental para que exista inovação tecnológica para empresas”, de modo que estas possam competir no mercado globalizado. Se isso é válido para o Brasil como um todo, imagine-se para o Nordeste com suas idiossincrasias ambiental, econômica e social. Haja vista que poucos não foram os escritores, poetas e artistas que, felizmente, se sensibilizaram com a situação nordestina – José do Patrocínio, Euclides da Cunha, Rachel de Queiroz , Graciliano Ramos, Josué de Castro, entre outros, que por certo suas obras impactaram junto à população e influenciaram na tomada de decisão dos políticos. Contudo, apesar de alguns avanços como da dessalinização da água, da energia eólica, das chuvas artificiais, do melhoramento das plantas e animais, ainda assim temos muito que esperar de cientistas, sobretudo no campo da genética, da física e da química.

O Brasil era visto pelos empresários como um país de recursos naturais pujantes, notadamente, na parte energética com o domínio do etanol, a partir da cana-de-açúcar, da energia hidráulica e eólica e, sobretudo, do petróleo. Vale salientar que, nesse item, não fazia muito tempo que Brasil havia descoberto grandes reservas de petróleo em suas plataformas marítimas, dando origem ao Pré-Sal. Igualmente não fazia muito tempo que o presidente brasileiro - Luiz Inácio Lula da Silva – havia visitado Portugal e fizera importantes declarações sobre o assunto na mídia portuguesa, como o expresso por um popular que lembrava que o presidente Lula havia prometido que parte do petróleo, oriundo do Pré-Sal, seria exportado para Portugal. E dizia isso com tanta convicção e esperança que sua fisionomia se enchia de fulgor.

Observei não uma angústia, mas uma intensa preocupação de nossos recepcionistas com a forte dependência econômica de Portugal em relação à Espanha, transmitindo um sentimento equívoco ao existente entre o mexicano e o norte-americano.

Desviando os assuntos da parte econômica para a histórica, na qual o português, com justa razão, tem orgulho de seus feitos, questionei: “Qual é a maior data comemorada por Portugal?”. “A vitória da Guerra da Restauração (1640-1668)”, respondeu o empresário. Vitória essa que culminou com o Tratado de Lisboa (1668), em que Portugal se libertava de Espanha sob o escudo da nova dinastia, a de Bragança.

Portugal, apesar de ser um país com pouco espaço territorial e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* ser um dos mais baixos da Europa Ocidental, situa-se entre os de maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Consequentemente, está entre os 20 países cuja população possui melhor qualidade de vida. Para se perceber essa qualidade de vida não é necessário muito esforço, basta focar no cotidiano de Lisboa. O maior centro urbano (população) e capital do país, para admirar a tranquilidade dos transeuntes, principalmente dos idosos, já que o país detém uma das menores taxas de natalidade da Europa. A ponto de induzir o fechamento de muitas escolas por falta de um número suficiente de alunos que justifique a manutenção da unidade de ensino. Realmente, quando de nossa passagem por Malhada, para almoço, encontramos dificuldades para retomarmos à autoestrada, o que permitiu que conhecêssemos mais as entranhas da cidade, sem, contudo visualizarmos, em algum momento, uma criança.

Esgotado o diálogo com os empresários e lançando a percepção sobre o homem do povo, dirigi-me especificamente aos motoristas de táxi. Estes muito solícitos, comunicativos, atenciosos e bem trajados, mostravam um bom conhecimento da história de Portugal à ponto de deixar o passageiro à vontade, sobretudo o brasileiro que não viesse concorrer no seu mercado de trabalho. Contudo, talvez nem toda essa presteza deva ser creditada, exclusivamente, à educação, mas, também, ao fator econômico visto que o turismo assume papel importante, e deveria ser ainda mais, na geração de emprego no país. Vi brasileiros, seja do Norte seja do Sul, trabalhando em atividades modestas na esperança de amealhar soberbos euros para voltar ao Brasil e se estabelecer com algum negócio.

Os motoristas, versáteis, uma vez provocados, abordavam os mais variados assuntos com naturalidade como se estivessem conversando

com um dos seus patrícios. Em uma dessas conversas, indaguei: “Portugal melhorou muito depois de ter aderido à União Européia?”. Sempre com ar de reticência, respondeu: “Melhorou sim. Principalmente na parte de infraestrutura: autoestradas, aeroportos, rede elétrica”... Pausou, mas não encerrou: “Como Portugal é um país pobre, todo dinheiro que chegar, chega bem”.

Neste momento, silencieei e voltei meu pensamento para o Brasil, especialmente para o Nordeste, quando semelhantemente fica a depender do governo central. Realmente, estudos apontam que a entrada de Portugal, em 1986, na U.E., como quase tudo na vida, traz vantagens e desvantagens. Entre as primeiras, destacam-se os grandes subsídios europeus; os direitos humanos começaram a ser mais respeitados; maior facilidade em viajar, trabalhar, estudar e fortalecer a democracia e o desenvolvimento. Já para as desvantagens, entendem alguns portugueses que Portugal, como todos os outros membros, perdeu alguns graus de liberdade de sua soberania. Acontecimento, contudo, amenizado, pois quando Portugal ingressou à U.E. já se encontrava, senão em crise, mas em dificuldades econômicas.

Apesar da pequenez de seu território, Portugal, ainda assim registra uma dicotomia econômica entre as regiões sul e norte e os centros urbanos e área rural do país, tal como no Brasil, com sul desenvolvido e o norte e nordeste ainda periféricos. O despovoamento da área rural portuguesa, como a nordestina brasileira, induz a problemas econômicos, sociais, ambientais e de ordenamento do território, com reflexo direto na qualidade de vida das cidades portuguesas e brasileiras, sobretudo nordestinas.

Em Portugal, o problema da migração da área rural-urbano tornou-se tão grave, como já dito, que levou as autoridades portuguesas a desativarem mais de novecentas escolas com o intuito de reduzir o déficit público, porquanto essas escolas funcionam com o reduzido número de alunos. Assim, segundo autoridades portuguesas da área educacional, escolas com menos de 22 alunos serão fechadas para satisfazer os ditames da União Europeia (U.E.) quando estabelecem que o déficit público português situado, no ano de 2009, em torno de 9.7%, restrinja-se para 3% do PIB, em 2010.<sup>4</sup> Talvez nesse ponto e em outros congêneres, é que os portugueses entendem que Portugal, ao participar da U.E., cede parte da autonomia de suas tomadas de decisão. *Mutadis mutandis*, observa-se que a U.E. exerce um papel nos desígnios de seus membros,

como o Fundo Monetário Internacional (FMI) exerce para o resto do mundo. Ao juntarmos as duas preocupações, tanto do homem da elite econômica (empresário) quanto do motorista (homem do povo), dá para começar a entender a razão dos cidadãos portugueses, depois dos húngaros, serem os mais inconformados da U.E. com seu estado de vida. Debite-se este inconformismo, sobretudo, à falta de emprego, a inflação e precariedade da saúde vistas em relação a outros países membros da U.E.

Nessa espécie de baixa autoestima, acomete-se também o sertanejo nordestino levado pelas asperezas da base física com secas prolongadas sem que, até o início do século XXI, com todo o progresso tecnológico obtido no Planeta Terra, tenha se obtido um padrão de vida digno, mormente para seus habitantes do meio rural.

A exceção da língua, que é a matriz de onde deriva toda força da colonização, as manifestações culturais, por meio do folclore, do artesanato, das lendas e dos mitos, o saber empírico é outro grupo que guarda e exerce muita influência na população brasileira, sobretudo nordestina, pela sua capacidade de penetração em todas as camadas sociais.

No folclore, Lucena Filho<sup>5</sup> estabelece um “paralelo entre as festas juninas do nordeste de hoje com as festas dos santos populares de Lisboa (Portugal), que passa pelo mesmo processo de modernização”. No dizer do mesmo autor, é nas folias juninas do nordeste do Brasil, que perpassando o aspecto religioso, veem-se as danças típicas assumindo a mais expressiva manifestação da cultura popular nordestina. Quanto ao artesanato, principalmente o do barro, que, no Brasil, sofreu influência do índio, do colonizador e do negro, Vainsencher,<sup>6</sup> abordando o assunto, diz que com a vinda de “artistas e artesãos portugueses (para o Brasil), durante o século XVI, a produção artesanal deixa de ser, apenas manifestação artística e adquire um *status* profissionalizante”, sobretudo como meio de sobrevivência de pessoas criativas e talentosas de grupos sociais menos favorecidos economicamente. No Nordeste do Brasil, do presente, prosperam pujantes centros produtores de cerâmica, a exemplo dos municípios de Tracunhaém (PE), Cascavel, Juazeiro do Norte e Sobral (CE), São Mamede (PB), Pedro II, Simplício Mendes, Parnaíba, no Piauí, Nilópolis (SE), dentre outros.

Contudo, não é somente o barro que assume importância como matéria-prima para manifestação da arte. A depender da região, outros produtos

são utilizados, como: rochas, madeira, diversos tipos de cipós, pericarpo e endocarpo do coco, palha, couro e uma variada gama de produtos.

Em nossos dias, esse aspecto profissionalizante assume maior dimensão pelo aumento da população e estreiteza da oferta de emprego. No fim da segunda metade do século XX, o governo central, entenda-se Sude-ne, criou a estatal – Artene (Artesanato do Nordeste S/A), cuja finalidade era promover a valorização do artesanato do Nordeste do Brasil, principalmente pela conquista de novos mercados, fosse nacional ou internacional. Em Guimarães (Portugal), segundo Azeredo<sup>7</sup> a existência de uma “anti-guíssima escola de olaria, que vem de tempos imemoriais”, permanece a desafiar o tempo e os pesquisadores brasileiros em procurar saber se há uma ligação entre ela e artesanato de barro no Nordeste do Brasil.

Voltando ao uso da língua, vê-se sua força quando promove o nivelamento de todas as etnias, que formam o amálgama populacional do estado nacional, na adoção do português. Porquanto, sejam indígenas, germânicos, italianos, judeus, árabes, africanos e japoneses, para falar das etnias mais representativas da população brasileira, mesmo a contragosto dos mais idosos, todos, pouco a pouco, foram absorvidos pela língua portuguesa.

A literatura de cordel, os trovadores - vestígios da Idade Média, em Portugal, representam as manifestações culturais dos escritores populares. Já a literatura erudita foi mais modificada pela preocupação de escritores como José de Alencar, em fazer uma literatura mais parecida com a cara do Brasil do que a de Portugal. Presentemente, a literatura erudita tornou-e mais autônoma, distanciando-se, pois da literatura moderna portuguesa.

Já a arquitetura moderna afastou-se totalmente do que foi outrora no Nordeste. Contudo, o mundo rural ainda guarda fortes traços do que era logo no início da colonização. Assim, o Nordeste, diferentemente de outras regiões do Brasil, sofreu pouca influência da cultura de outras etnias, a exceção de Pernambuco e do Maranhão, pela cultura holandesa e francesa, respectivamente. Ainda assim, hoje, aquele que percorrer o interior do Nordeste percebe claramente a persistência da arquitetura ibérica nos rincões nordestinos.

Focando, novamente Portugal, vê-se que o passar do tempo, contrariamente o ocorrido no passado, fez com que a Nação agora fosse influenciada pelo Brasil. Neste ano de 2010, Portugal completa cem anos de regime republicano. Reis – <sup>8</sup> lembra que seu país “foi a terceira repú-

blica da Europa, depois da Suíça e da França”. E que para que isso acontecesse, o exemplo brasileiro ajudou a decidir a realização da revolução republicana.

Refletindo sobre a problemática da colonização do Terceiro Mundo, seja nos aspectos sociais, econômicos, políticos ou ambientais, em qualquer parte do Planeta Terra, vê-se ainda as pegadas bem nítidas dos rastros do colonizador. Couto<sup>9</sup> diz que a África teve “o passado mal embalado e chega-nos deformado, carregado de mitos e preconceitos. O presente vestido de roupa emprestada. E o futuro foi encomendado por interesses que nos são alheios”. Já Mignolo<sup>10 e 11</sup> entende o subdesenvolvimento e os protestos da América Latina como reflexos provindos dos escombros da colonização europeia que fazia acreditar que a “Europa poderia criar tantos problemas quanto as soluções para o resto do mundo. O mesmo autor, ao continuar na temática, questiona que é preciso fazer a “descolonização do saber na América Latina “porquanto os movimentos de Independência dessa região já alcançaram dois séculos e ainda assim, até que ponto historicamente é correto falar em independência?”.

## Notas:

<sup>1</sup> LOCK, JOHN. Pensador inglês do século XVII (1632-1704), defensor de que o conhecimento humano provém da experiência.

<sup>2</sup> SALLES, JOÃO MOREIRA – Em Simpósio da Academia Brasileira de Ciências – *Um Documentarista se Dirige a Cientistas (arte, ciência e desenvolvimento)* – *Folha de São Paulo*, 06 de junho de 2010.

<sup>3</sup> ARAGÃO, CARLOS. Presidente do CNPq ( Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) – *Brasil forma mais doutores em humanas* – *Folha de São Paulo*, 04 de julho de 2010.

<sup>4</sup> *Portugal fechará 900 escolas para reduzir déficit público* – *Jornal o Estado de São Paulo*, 01 de janeiro de 2010.

<sup>5</sup> LUCENA FILHO, SEVERINO ALVES – *De Portugal ao Nordeste* – *Jornal O Povo*, 23 de maio de 2010.

<sup>6</sup> VAINSENER, SEMIRA ADIER – Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – *Artesanato do Nordeste do Brasil*

<sup>7</sup> AZEREDO, ANTÔNIO CARLOS DE, - *Livro Guimarães, página 96* – Editora Caminhos Romanos- cidade de Braga (Portugal) julho de 2008.

<sup>8</sup> - REIS, ANTÔNIO – Historiador português no artigo – *Portugal marca os cem anos da República e lembra influência brasileira*. *Jornal O Estado de São Paulo*, 05 de outubro de 2010

<sup>9</sup> COUTO, ANTÔNIO EMÍLIO – jornalista e biólogo - *Nem parece a África* – *Valor Econômico EU*, 16 de novembro de 2003 – Ano IV n. 167.

<sup>10, 11</sup> MIGNOLO, WALTER – professor de Antropologia Cultural na Universidade de Duke -EUA – *Pesquisador argentino defende “descolonização do saber- na América Latina”* – *Folha Online*, 09 de abril de 2010.

# Análise de fontes documentais: as escolas pré-pombalinas em Portugal e no Brasil

FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER\*

Em história da educação, estamos a entender por documento todo aquele material que sirva de alguma forma ou de outra, para dar notícia do passado educativo. Baseado nisso é que começamos as nossas buscas em Arquivos e bibliotecas numa tentativa de localização da escassa documentação que ainda nos restou concernente à história da instrução pública em Portugal e no Brasil nas épocas que antecedem o século XVIII. Inicialmente constatamos ser a gama de fontes muito limitada, restringindo-se à documentação escrita, não muito abundante, e à rara iconografia disponível. A não localização de riquíssimos espólios referentes ao século XVII, como os das Chancelarias de Felipe II e D. Pedro II, nos frustrou um pouco e dificultou parte do nosso trabalho. A simples descoberta, por exemplo, da *Memória para a história literária dos “Domínios de Portugal expostas em sete cartas, nas quais se refere o princípio, progresso, e fim da doutrina jesuítica das Humanidades...”*, depositada em um dos códices da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, nos deu a ideia do manancial de informações que poderíamos ter recolhido se tivéssemos tido acesso a esses e a outros documentos, percicos ca’a sempre, ou algures, em qualquer Arquivo, misturados com outros núcecs z esrera cê que um dia chegue a hora da catalogação.

A falta de uma documentação mais completa e ideal nos forçou a lançar mão de fontes dispersas depositadas, principalmente nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (realçando-se os núcleos das Chancelarias de D. João V. do Ministério do Reino e Manuscritos da Livraria), e Arquivo Geral da Universidade de Coimbra e aos *“Reservados”* da Biblioteca Nacional de Lisboa. Na ânsia de obter algo razoavelmente positivo, tivemos nos Arquivos, acima mencionados, que proceder a uma inves-

---

\* Professor, Doutor em Filosofia em Educação (USP). Sócio honorário do Instituto do Ceará. Membro da Academia de Ciências Sociais do Ceará.

tigação sistemática e, por vezes prospectiva, de alguns dos seus núcleos. Diante um universo de documentos muitas vezes incompleto, fomos também forçados a recorrer a fontes documentais impressas disponíveis em bibliotecas, notadamente a Nacional de Lisboa e sua congênere na cidade do Rio de Janeiro.

É um grosseiro equívoco se atribuir ao Marquês de Pombal a criação do ensino primário oficial em Portugal pelo simples fato de ter sido ele o responsável pela publicação do alvará de 6 de novembro de 1772 que possibilitou a organização e implantação de uma rede de escolas públicas de ler, escrever e contar tanto em Portugal como no Alémmar. Há estudos mostrando que, muito antes de Pombal ascender ao poder, mestres já ensinavam leitura e escrita tanto em Portugal e alhures (FERNANDES, 1994; GRÁCIO, 1983 e NÓVOA, 1987); uns mantidos pelas câmaras, outros pela Igreja ou por congregações religiosas e uns poucos, pelos próprios pais. NÓVOA, em sua *“Breve évocation des maltres d’écrole au Portugal du XVIe. au XVIIIe. siècle”* (In: **Les temps des professeurs**. 2 Vols., Lisboa, INIC, 1987), encontrou notícias acerca da presença de mestres de leitura e escrita em Évora, desde o século XV. Ele cita o caso do professor de nome Esteves Anes que, por volta de 1439, já ensinava leitura e escrita a jovens “numa das ruas de Évora”. Esses mesmos registros dão conta de uma solicitação da parte dos representantes eborenses nas Cortes de Lisboa, por volta do ano de 1456, requerendo autorização régia “para poderem pagar 3\$500 réis anuais a um bacharel” que passaria a ensinar gramática e leitura aos jovens da cidade de Évora (p. 99). O número significativo desses mestres, provavelmente, teria levado a Inquisição, em fins de Quinhentos, conforme relata FERNANDES (1988), “a emitir várias advertências acerca da má doutrina semeada por hereges em escolas de meninos”. Segundo um assento de 6 de Outubro de 1592, a vereação de Lisboa já tratara de determinar a realização de um levantamento para saber dos mestres que ensinavam, de que qualidades eram de sua vida e costumes, pois, houvera sido informada de que, em alguns lugares do Reino e suas Províncias, “começaram os hereges a semear a sua má doutrina em escolas de meninos”. Essa mesma preocupação é compartilhada pelo escritor João de Barros que, por volta em 1539, quando escreveu em uma de suas obras: “Uma coisa menos olhada que há nestes reinos é consentir em todas as nobres vilas e cidades, qualquer idiota e não aprovado em costumes e bom viver, pôr escola de ensinar meninos”. O incremento do

comércio e das atividades da máquina burocrática do Estado determinou uma grande procura por mais instrução elementar e, malgrado certas resistências, o número de escolas não teria cessado de aumentar. Um manuscrito com data provável de 1620, ainda no século XVII, dá conta de um levantamento estatístico, que sinalizava para a existência de “*sessenta mestres que ensinavam a ler e escrever a jovens dentro da Vila de Lisboa*”.

Escolas desse tipo, isto é, de instrução elementar, instituíram-se naturalmente em diferentes partes do Reino com a dupla faceta de ministrar o catecismo e os primeiros conhecimentos de leitura, escrita e de contas. Não se intentava com elas, porém, mais que simples aprendizagem prática, sem recursos sistemáticos às regras gramaticais. Por isso, e neste sentido, essas aulas de instrução elementar começaram antes de mesmo de qualquer aula de gramática. Antes de falarem “*como homens doutos*”, sentencia Luís António Verney no seu *Verdadeiro método de estudar*, publicado em Nápoles em 1746, ao exigir, para isso, o estudo da gramática, ou melhor, arte *de escrever e falar*”, os homens se comunicam por meio da linguagem que aprendem com as mulheres, “*os primeiros mestres das línguas vivas*”, ou “*com gente de pouca literatura*”. Entre os dois estádios coloca-se o da restrita aprendizagem de ler e reproduzir pela escrita o que se leu, do mais elementar e quase mecânico, pelo veículo da instrução religiosa; pois, o homem vivia em sociedade constituída por membros criados por Deus e deles dependentes, no espiritual e temporal, traduzida aquela dependência na ação da Igreja, esta na do rei. E, assim, a instrução, nomeadamente a aprendizagem de ler e escrever inseria-se na educação religiosa, desde os mais tenros anos, junto com o ensino do catecismo. Evidentemente que, desde o início dos seiscentos, muito antes do aparecimento das ideias verneianas, as escolas já ministravam esses rudimentos de leitura e escrita, espalhadas em diferentes localidades do Reino e Ultramar.

Pesquisando os fundos da Chancelaria de D. Pedro II, ainda nos seiscentos, encontramos indicações da existência de escolas e de mestres de ler, escrever e contar, no decorrer do século XVII, nas localidades portuguesas de Avis, Barcelos, Campo Maior, Eivas, Extremoz, Loulé, Lourinhã, Monte-o-Novo, Serpa, Setúbal Viana e Vila Real (A.N.T.T. *Chancelaria de D. Pedro II, Livros: 27, 28, 37, 45, 54, 58, 60, 61 e 62*).

Durante o período em que os reinos da Espanha e de Portugal se juntaram (1580-1640), vigiram as Ordenações Filipinas. Nelas prescre-

via-se ser função dos corregedores das comarcas, “*vigiar os tabeliães de sua jurisdição e “achando que algum por seu mau ler e escrever, ou outra inabilidade, não é suficiente para servir o tal Ofício, o suspenda dele”*. Um século depois, no reinado de D. João V, que vai de 1706 a 1750, os moradores da freguesia da *Ribaldeira* no Concelho de Torres Vedras no Distrito da Estremadura (o mesmo em que está incluída Lisboa), através; e uma exposição datada de 21.12.1732, reclamavam da falta de escolas e suplicavam ao monarca que, pelo menos, os juizes ordinários, os almotacés e os procuradores soubessem ler e escrever (A.N.T.T. *Chancelaria de D. João V, Livro n.85, fl.43*).

Grosso modo, as Leis Fundamentais do Reino, com seus imensos capítulos, pouco ou quase nada acrescentavam acerca da instrução elementar. No caso dos órfãos, por exemplo, as Ordenações apenas previam a sua entrega, a partir dos 17 anos, “*para soldados*”, isto é, recrutas para o serviço militar. Os filhos dos lavradores deveriam ser entregues, de preferência a alguém ligado a esse ramo de atividade, para que deles se servissem “*para lavrar (...) em guardar gado, e bestas e outros serviços, quando lhes cumprir, contanto que principalmente se ocupem na lavoura*”. Se fossem filhos de oficiais mecânicos estabeleciam igualmente as ordenações que seriam postos” a *aprender os ofícios de seus pays*. ou outros, para que *mais pertencentes sejam, ou mais proveitosos segundo sua disposição, e inclinação (...)*” Se, porém, alguns órfãos fossem filhos de tais pessoas “*que não devam ser dados por soldados, o juiz ordenará o que lhes necessário for para seu mantimento, vestido, e calçado, e todo o mais em cada hum ano. (...) E mandará ensinar a ler, e escrever aqueles, que forem para isso, até idade de doze annos. E daí em diante lhes ordenará sua vida, e ensino, segundo a qualidade de suas pessoas, e fazenda*” (FERNANDES, 1995, p.55).

A nova versão das *Constituições*, apresentada às Cortes de Lisboa, por ocasião da Restauração, nos capítulos “Do estado da nobreza” não se incluía uma única referência ao ensino, enquanto naqueles que diziam respeito ao “estado dos povos”, apenas fazia-se referência ao estabelecimento de uma escola pública para cosmógrafos “*para que os homens do mar fossem ensinados nas artes de marear*” e da escolha de “*mestres artilheiros*” para ensiná-los e adestrá-los nas atividades marítimas e as artes da guerra. Aprender a ler e escrever, naquela época, parecia então ser um privilégio reservado, apenas, a um grupo restrito da população.

Não obstante a ocorrência dessa e de outras lacunas na legislação do Reino, o fato é que já existiam escolas e mestres de primeiras letras, ensinando em distantes lugares do Reino como o é o caso de Silvestre Lourenço, que foi elevado à dignidade de mestre-escola da Sé da cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos pelo bispo D. Pêro Fernandes Sardinha e confirmado por D. João III, com direito ao recebimento de uma cômputa, de acordo com carta enviada a António Cardoso, Provedor da Fazenda daquela Cidade, em 24 de fevereiro de 1550. Com relação à Bahia seiscentista, encontramos referências à existência de seis escolas de ler e escrever “que *nesta cidade há e sua Capitania, a 150\$000 cada uma*”, ou melhor, de mestres com “*partido*” das câmaras, isto é, percebendo uma retribuição anual fixa pelos seus serviços das câmaras legislativas das localidades em que essas escolas estavam instaladas. Segundo NÓVOA (1987), a Igreja Católica, por força dos decretos tridentinos, começou a organizar sistematicamente o ensino da leitura e da escrita entre o final do século XVI e início do XVII, para poder submeter os mestres particulares ao rigoroso controle das autoridades eclesiásticas, exercer o controle direto e efetivo do processo de catequese e difusão da doutrina cristã, com a ajuda das congregações religiosas, notadamente dos jesuítas e a dos padres da Congregação do Oratório.

Para o trabalho missionário e educativo nas possessões do português da América, a Igreja contou também com a colaboração dos frades Capuchos, dos Carmelitas e dos Mercedários. Os capuchos de Santo António, por exemplo, desde 1596, já haviam franqueado ao público aulas de primeiras letras na Vila de Olinda, sede do governo da Capitania de Pernambuco, de acordo com informações que colhemos nos livros manuscritos do Tombo Geral das Províncias Franciscanas no Brasil. Os estudos do Convento de Santo António do Rio de Janeiro, de acordo com os *Estatutos Municipais* aprovados nos Capítulos Provinciais de 1710 e 1717, passaram a ser oferecidos desde as primeiras décadas do século XVII. Todos esses documentos nos dão conta de que tanto os professores-frades de Pernambuco quanto os das aulas no Convento Santo António da Cidade do Rio de Janeiro “*não recebiam estipêndio algum*”. Há outra informação assaz interessante, segundo a qual com a instalação de aulas de Filosofia naquele convento, o candidato que desejasse nele ingressar deveria se preparar, antecipadamente, em língua latina ou gramática como se dizia e, a partir do ano de 1723, era exigida dos candidatos aos estudos de Filosofia a apresentação de uma “*certidão dos*

*professores régios*". A referência ao estudo antecipado das *Letras Humanas e a exigência da apresentação de uma "certidão dos professores régios"*, de algum modo sanciona a prática desse ensino e se constitui um forte indício da presença de professores de latim na Colônia, em época muito anterior ao período pombalino.

Essa preocupação da Igreja, via congregações religiosas, com as questões do ensino elementar era fruto de uma resolução tridentina e, segundo FRAGOSO (1972), vinha sendo posta em prática desde a elaboração dos documentos de criação das primeiras dioceses no Brasil que traziam sempre consigo uma instituição escolar de natureza oficial. Os bispados incluíam entre suas dignidades ao *mestre-escola e mestre de capela*. A da Bahia, criada em 1551, foi a primeira que incluiu esses mestres no regimento da Sé Catedral. Em plena época pombalina, por exemplo, quando da constituição do bispado de São Paulo, em 1754, o poder régio ainda atendeu a um desses pedidos feito seu bispo, Dom Frei Antônio de Galvão, e autorizou a abertura de uma escola pública junto à Sé, nomeando "*um mestre de latim para ensinar meninos do Coro, capelães da mesma Sé, com o ordenado de cinquenta mil réis, pagos pela Real Fazenda*". Essa escola, assim como as dos mestres leigos pagos, garante FRAGOSO, "*gozaram de continuidade e permanência na Capitania de São Paulo*".

A abertura de uma escola, como se vê, necessitava de autorização régia que fundamentava a sua decisão em pareceres dos corregedores, do procurador da Coroa ou dos oficiais da Câmara. E, quando se tratavam de aulas públicas, eram exatamente estes últimos que procediam ao pagamento do "*partido*" do mestre. Contudo, nem eles nem as "justiças Reais" tinham "mandados ou inspeção" sobre as outras aulas existentes, as quais eram funções, quase sempre, sob a responsabilidade da Igreja.

Para se ter uma ideia da demanda por escolas, durante o período de 1706 a 1750 que corresponde ao reinado de D. João V, ainda continuavam chegando representações das Câmaras de diferentes partes do Reino a reclamar a abertura de uma escola. As razões alegadas, iam desde a falta de escola próxima que pudesse ser frequentada com facilidade pelos meninos da terra, o que, por si só, já se justificava a indicação de uma pessoa que pudesse dar educação a seus filhos até ao fato de que, em muitas localidades, terem os jovens que se deslocar até a Corte se que desejassem aprender alguma coisa. Havia, ainda, o argumento de que a falta de escolas fazia com que se perdessem "bons engenhos", pois

os povoados onde havia mestres ficavam distantes, e não podiam ensinar a seus filhos sem grandes despesas para as quais não podiam concorrer os pobres, que tinham a mesma, ou melhor, aptidão.

A catalogação regular e sistemática da rede de escolas de primeiras letras no nosso país até o início do governo pombalino tem sido muito dificultada em face, principalmente, do estado da documentação depositada nos arquivos portugueses, sem se esquecer do detalhe de uma grande parte dela, ainda, se encontrar bastante dispersa ou, às vezes, catalogada de forma inadequada. Por sua vez, os inquéritos realizados no decorrer do século XVIII são quase sempre omissos quando se referem à questão da instrução e estabelecimentos a promovê-la no Reino e Além-mar. Com o objetivo de escrever a “história eclesiástica de Portugal e suas conquistas”, a Academia Real da História iniciou, em 1721, um processo de coleta de informações em arquivos e cartórios do Reino. As respostas oferecidas nesse inquérito, por cerca de 315 localidades do bispado de Coimbra, estão consolidadas e analisadas na obra de António Gomes Rocha Madahil “*As informações paroquiais da cidade de Coimbra recolhidas em 1721* (Coimbra: Coimbra Ed., 1937)”. Os questionários são muito restritos e não incluem uma só pergunta que diga respeito a escolas e ao ensino.

Lamentavelmente, nas frequentes visitas que fizemos a arquivos em Portugal não tivemos acesso às informações colhidas nesses levantamentos, por motivos vários que fugiram à nossa vontade. Sendo assim, nos contentamos com a consulta a fontes, a maioria delas secundárias, e à análise de fontes primárias remanescentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e seção de *Reservados* da Biblioteca Nacional de Lisboa e Arquivo da Torre do Tombo, onde localizamos devidamente catalogada, a documentação das Chancelarias de D. João V e D. José I, os livros do Registro Real das Mercês do reinado de D. José I e de sua filha e sucessora, D. Maria I.

## 1 A igreja e o ensino de primeiras letras

A irradiação da Reforma e a situação de crescente indisciplina religiosa *ameaçando, cada vez mais*, a unidade do Cristianismo, profundamente mutilado pela revolução luterana, obrigou a Igreja Católica a assumir uma atitude enérgica em face desses acontecimentos, no sentido de restaurar a disciplina espiritual. Coube ao Papa Paulo III, que gover-

nou a Igreja de 1534 a 1549, tomar as medidas necessárias à reorganização da cúria romana e promover a reforma de que a Igreja estava a necessitar para poder combater, com sucesso e determinação, o liberalismo protestante e o paganismo renascentista. Para alcançar tal mister, o mandatário-mor da Igreja convocou bispos e cardeais para os trabalhos do Concílio de Trento, assim chamado por se haver reunido na cidade de Trento (Itália), em 1545. Esse Concílio, convocado pelo Papa Paulo III, desempenhou um papel de relevante importância, tendo funcionado, com alguns intervalos, durante quase dezoito anos, restabeleceu a disciplina eclesiástica e, com vista ao recrutamento sacerdotal, recomendou que em todas as Igrejas Catedrais metropolitanas e outras superiores a estas, segundo as suas rendas e extensão de território, ficassem obrigadas a sustentar, educar virtuosamente, e instruir na disciplina eclesiástica a certo número de meninos que estivessem com a idade de doze anos e que fossem nascidos de legítimo matrimônio.

Coube a Pio V (1549-1564) publicar, em 3 de junho de 1564, a bula *Benedictus Deus* confirmando todas as matérias aprovadas nas sessões do Concílio para o conhecimento de fiéis e governantes, ordenando inclusive que os prelados cumprissem e fizessem cumprir os mesmos decretos e estatutos. Ao mesmo tempo, encarregaram os bispos de fundarem sociedades e confrarias destinadas a promover a instrução religiosa de meninos, jovens e adultos e também que eles deveriam consultar, imediatamente, os cônegos do cabido da sua catedral na escolha de um mestre para ensinar gramática, de graça, aos crianças “e demais estudantes pobres a fim de que todos pudessem, com o favor de Deus, passar ao estudo da Escritura Sagrada”. Por essa mesma época, o Papa dirigiu também correspondência a D. Sebastião, rei de Portugal, rogando-lhe, entre outras coisas, que assistisse os prelados do seu Reino com o seu favor e ajuda tanto quanto se fizesse necessário para a guarda e execução dos ditos decretos.

O Concílio de Trento, numa das suas sessões finais, ocorrida no ano de 1563, havia decidido pela realização de reuniões obrigatórias de sínodos provinciais de três em três anos. Em Portugal, essa decisão foi cumprida integralmente, tendo lugar o primeiro sínodo em Lisboa, no ano de 1566; seguindo-se outros sínodos diocesanos, durante os quais foram publicadas, pela primeira vez, ou reformuladas as respectivas *Constituições diocesanas*, de acordo com as diretrizes do Concílio. Esses documentos incluíam, quase sempre, normas concernentes ao ensino

da doutrina cristã e aos comportamentos dos mestres e ler e escrever, atribuindo-lhes a obrigação pelo ensino da doutrina e rudimentos de leitura e escrita. Todos, sem exceção, ficavam sujeitos a essas novas determinações, tanto quanto os que possuíssem escolas públicas quanto os que ensinassem de casa em casa. Quanto ao conteúdo do estudo da doutrina cristã, ficava estabelecido que se ensinassem os mistérios da fé católica de acordo com a capacidade de cada aluno, proibiam-se as *“orações supersticiosas, e outras algumas, que não sejam aprovadas pela Igreja Católica, ainda as que parecessem boas”*. Essas *Constituições* previam, inclusive, a aplicação de castigos, sempre que necessário, por ser *“de grande proveito, principalmente nos de pouca idade”*. Ao ensino da doutrina estava associado o de ler e escrever.

Durante o século XVII, como já o dissemos, dependia da autoridade eclesiástica a autorização para a abertura de uma simples escola, como também obtenção de uma licença para quem quisesse exercer o magistério. As *Constituições de 1640* do Arcebispado de Lisboa prescreviam, num dos seus capítulos, que se alguém pretendesse ensinar no território da sua jurisdição, não deveria fazê-lo sem a devida *“profissão da fé”* e submissão ao *“exame, informação e licença”* do chefe do cabido do arcebispado. Determinava-se também que, para a obtenção de uma licença, que os candidatos a mestres fossem, primeiramente examinados do seu grau de suficiência e que se tomassem informações da sua religião, vida, e costumes. O não acatamento dessas normas acarretava o pagamento de uma *“multa de cinco cruzados para as despesas de Justiça e para a Bula da Santa Cruzada”*.

O nível de detalhamento dessas normas deixa antever os cuidados e a importância que se emprestava à atividade docente. A rigidez dessas normas estava muito bem fundamentada nas *Constituições do bispado do Algarve*, de 1763: *“Por ser muito importante ao bem comum da República Cristã, e a cada um dos particulares dela, que os bons costumes, e Doutrina Cristã se plantem em os corações dos fiéis e os moços em seus primeiros anos sejam ensinados, e instruídos no que pertence ao conhecimento da Fé Católica, e vão juntamente aprendendo com os princípios de ler, escrever, e gramática e bons costumes, e coisas que pertençam à salvação de suas almas”*.

A inspeção era garantida mediante a realização de visitas periódicas dos prelados às suas dioceses por força de uma deliberação sinodal que determinara a sua obrigatoriedade. As *Constituições algarvias*

regulamentavam-nas, nelas incluindo a inspeção dos mestres de ler e escrever e conferindo plenos poderes aos visitadores para proibir o ensino àqueles que não possuíssem licença. As do Arcebispado de Lisboa estabeleciam apenas que os visitadores se informassem se os mestres e professores cumpriam a sua obrigação de ensinarem a doutrina cristã, “para que não o fazendo sejam admoestados e castigados, e lhes revogamos as licenças que de nós tiverem, sem as quais não o poderão fazer”.

No Além-mar, o documento que balizou a ação de clérigos seculares e regulares foi o da *Constituição Primeiro do Arcebispado da Bahia de 1707, redigidas sob o impulso do arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, propostas e aceitas no sínodo de 12 de junho do mesmo ano*, aliás, o único celebrado em todo o período de dominação portuguesa no Brasil. As *Constituições Primeiras*, promovidas e proclamadas por D. Sebastião Monteiro da Vide, não podendo fugir à rigidez da Inquisição portuguesa que não permitia nenhuma inovação, seguiu, em muitas partes, o mesmo modelo da sua congénere de Lisboa, não apresentando nenhuma novidade referente à questão da orientação do ensino, fora do âmbito estritamente eclesiástico.

Em Portugal e seus domínios, a burocracia do aparelho ideológico encarregado de garantir o controle e cumprimento das normas conciliares era constituída pelo clero secular e pelos religiosos de diversas ordens, destacando-se, dentre estas, pelo seu número, organização e relevância, a Companhia de Jesus. A ela coube grande parte do trabalho de catequese dos índios e o fornecimentos dos primeiros mestres das escolas de primeiras letras, instaladas nas terras mais importantes dos domínios portugueses da América, enquanto os seculares dedicaram-se, quase que exclusivamente, aos serviços religiosos nas Casas Grandes, como capelães e, nos centros urbanos, como párocos. Fora das atividades estritamente missionárias, a Companhia de Jesus mantinha nas vilas e cabeças de comarcas o ensino das primeiras letras e estudos preparatórios para os cursos de Filosofia e Teologia. Para muitos, as escolas e os colégios dos Jesuítas se destinavam a cumprir uma tripla função: de um lado, formar padres para a atividade missionária; de outro, formar quadros para o aparelho repressivo (oficiais da justiça, da fazenda e da administração); de outro, ainda, ilustrar as classes dominantes no local, fossem os filhos dos proprietários de terra e de minas fossem os filhos dos mercadores metropolitanos, residentes no Brasil. De certa forma, o ensino nessas escolas e colégios era público porque as atividades da

Companhia de Jesus eram subsidiadas pelo estado português. Isso gerou uma longa e penosa disputa entre o estado e os dirigentes da Companhia que alegavam ser a subvenção do estado português destinada apenas à conversão dos indígenas e que os seus cursos, principalmente, os de humanidades e Filosofia, eram atividades adicionais, particulares.

Serafim Leite defende os inacianos, argumentando que, por possuir o maior contingente de missionários, à Companhia de Jesus assistia o legítimo direito à redízima, ou seja, ao recebimento de uma parcela sobre os dez por cento de impostos taxados em cima da atividade produtiva da Colônia que ia para o rei de Portugal, como dízimo religioso e civil. Diante de tal situação, raciocina Wrege (1993), uma estudiosa da obra serafiniana, fica muito fácil de chegar à conclusão de que os padres jesuítas recebiam o subsídio de forma tríplice, quando não recolhiam impostos pelo cultivo das terras de sua propriedade, nem no momento em que faziam as suas transações comerciais e, ainda, faziam jús à redízima, isto é, uma décima parte do dízimo real arrecadado na Colônia, “destinada às atividades missionárias”.

Essa intrincada relação de negócios entre o civil e o religioso pode ser explicada em razão da Igreja Católica estar atrelada ao governo português, em termos económicos e políticos desde a formação da Ordem de Cristo, instituição que fora formada por representantes da Igreja e do monarca português e era administrada por pessoa de estrita confiança do rei com a função de organizar o trabalho e a produção económica das colônias de Portugal. Embora contando com todo esse apoio logístico, nem sempre as atividades missionárias e culturais dos padres da Companhia de Jesus no Brasil se deram de forma regular e ininterrupta. As atividades desenvolvidas, por exemplo, em Alinda e na Vila de Santo António do Recife, em Pernambuco, estiveram suspensas por várias vezes, no período de 1635 a 1654, que coincide com a época do conflito entre portugueses e holandeses tendo que ser reconfirma-das, posteriormente, “em virtude da perda temporária do seu caráter de permanência” (WREGE, 1993).

A ausência de ações missionárias e educativas na região das Minas Gerais, nas décadas iniciais do século XVIII, fez com que D. João V pela Carta régia de 22 de março de 1721, atendendo a uma representação dos mineradores da região, ordenar que seu governador, D. Lourenço de Almeida, mandasse estabelecer escolas naquela naquelas terras o que, por si só, já atesta a ausência de escolas bandas do Brasil. O monarca,

inclusive, alegou ter sido informado por moradores da região das minas da existência de um grande número de rapazes que estavam a se criar “sem doutrina alguma, que como são filhos ilegítimos se descuidam os pais deles, nem as mães são capazes de lhe darem doutrina”. O governador deu execução imediata ao mandado real, ordenando que “os oficiais das Minas contratassem para cada vila um mestre que ensine a ler, escrever e contar, que ensine Latim, e os pais que mandem seus filhos a essas escolas” (CARVALHO, Eu de. “*Estudo histórico-estatístico, resumindo, das primeiras aulas e escolas instituídas em Minas Gerais: 1721-1860*”, *RAPM*, BH, XXIV: 1933). Em data muito próxima teriam os Jesuítas estado naquela região, mas “somente por motivos de ordem estritamente catequética”, conforme se apressa em informar o próprio Serafim Leite. Não obstante, há fortes indícios de que eles possuíram também uma residência na Vila do Ribeirão do Carmo junto a qual instalaram “aulas de instrução elementar e de bons costumes” para os filhos de mineiros. Essa aula que foi transferida, em 1747, para a Vila de Mariana, deu origem ao Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, inaugurado em 1750, após pedidos do bispo local ao rei para que concedesse autorização e recursos para a abertura daquela importante instituição de ensino. E, assim, pode-se concluir que os filhos de mineiros da região dispuseram, em Mariana, não só de educação rudimentar, mas de um autêntico colégio, não tendo necessidade, portanto, de se deslocarem para outros centros mais adiantados da Colônia.

Cronologicamente, compete à Ordem franciscana a primazia e mérito pelo desenvolvimento de atividades missionárias e de ensino nas longínquas terras pertencentes ao estado do Maranhão e Grão-Pará. Na verdade, os Capuchos de Santo António já haviam se estabelecido no Pará, por volta de 1626, onde abriram “suas casas e *passam a exercer o magistério*” Foram seguidos pelos Carmelitas e pelos Mercedários, em 1640. Os padres da Companhia de Jesus somente se instalaram no Pará, por volta de 1653. Todos eles se dedicavam mais à tarefa de formação dos índios, embora tenham mantido abertas escolas de gramática e de primeiras letras até que um ofício-circular do Ministro Provincial, Frei António de Santa Isabel, de 1760, manda suspendê-las, por força do alvará de 28 de junho de 1759 que proibiu aquele tipo de estudos de gramática na Bahia e Capitania de Pernambuco, obrigando-os a deixarem a Colônia. Essas escolas de gramática ou aulas distinguem-se das dos Seminários de gramática para coristas, pois eram endereçadas aos me-

ninos e adultos das localidades e se constituíam como casas em que se ensinava a ler, escrever e contar. Os capuchos de Santo António também estiveram em Pernambuco, onde se instalaram ainda no final do século XVI, na Vila de Olinda. As primeiras aulas públicas de gramática datam de 1718 e eram mantidas pelos franciscanos que cederam dependências de seus conventos, “fora da portaria”, para que fosse ministrado o ensino aos seculares, “sem estipêndio algum, e só a benefício do povo”. A exceção era o convento de Igarauçu que “recebe vinte mil réis todos os anos para a enfermaria dos religiosos do Convento de Santo António, que tinha a dita vila, com a obrigação de terem um mestre de latim, que ensine gramática aos filhos dos moradores da dita vila, e sua jurisdição”.

Na Província da Imaculada Conceição, cuja sede ficava na cidade do Rio de Janeiro, os frades também instalaram estudos de gramática a partir de uma ordem dada pelo Padre Geral. Em Macacu, na baixada fluminense, em 1718, erigiu-se um seminário para o aprendizado do ensino elementar e de gramática, ou melhor, de latinidade. Abriram-se também escolas públicas em Cabo Frio e Taubaté, desde 1720. A escola de Itu foi aberta entre 1730 e 1733, e a da Vila de Nossa Senhora da Vitória, no Espírito Santo. Em 1776, os frades franciscanos abriram solenemente aulas públicas no Convento de Santo António da cidade do Rio de Janeiro, autorizados pelo alvará régio de 11 de junho, que aprovou o plano de estatutos proposto pelos franciscanos para as aulas daquele convento. Eram, na realidade, estudos organizados à maneira da Universidade de Coimbra, com estudos de humanidades (estudos menores) o que ocasionou certo esvaziamento das aulas régias, motivando, assim, uma “representação queixosa” dos professores régios da cidade à Metrópole. Era uma espécie de *Ateneu* com oito cadeiras para o estudo de retórica, grego e hebraico e cinco para os de filosofia, história eclesiástica, teologia dogmática, teologia moral e Exegética.

Com relação à existência de aulas de primeiras letras na área de jurisdição do Patriarcado de Lisboa, de acordo com o acervo documental de algumas das suas freguesias, o que nos foi possível constatar é que seus visitantes recomendavam aos párocos que ensinassem a ler e escrever “por ser coisa tanto mais estimável para o serviço de Deus e da República”, alegando que o ensino elementar fora sempre uma tradição naquelas freguesias, nas quais se achavam tantas pessoas, ainda, sabendo ler e escrever porque o cuidado dos padres antecessores se empregara em ensiná-los. Muitos desses mestres eram pagos suplementarmente

pelas populações para manterem escola aberta ao público, como era o caso do pároco da Igreja do Espírito Santo de Almada que, em 1710, obteve provisão régia com vista ao pagamento de 15\$000 réis anuais para que tivesse obrigação de tratar da ornamentação da igreja e ensinar os meninos da Vila de seu termo.

## Referências Bibliográficas

A.N.T.T. *Chancelaria de D. Pedro II: Livros 27 e 28.*

A.N,T.T. *Chancelaria de D. João V: Maços do Ministério do Reino.*

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Direito civil eclesiástico antigo e moderno*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1873. v. 4

ANDRADE. A.A. Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil.* São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1978.

\_\_\_\_\_. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771).* Coimbra, por ordem da Universidade, 1981. v. 2 (Documentação).

\_\_\_\_\_. *A pedagogia dos Oratorianos e a didática da instrução de base*. Lisboa: 1981. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras de Lisboa.

BARRETO, D. Francisco. *Constituições synodales do bispado do Algarve novamente feitas e ordenadas...* Évora: Impressão da Universidade, 1674.

BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa.* Lisboa: Typografia da Academia Real de Ciências, 1892. v.1

CAETANO, Marcello. Recepção e execução dos decretos do Concílio de Trento em Portugal. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v.19, 1965.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública.* São Paulo: Saraiva/EDUSP, 1978.

DOMINGUES, F. Contente; BARRETO, Luís Felipe (Org.). *A abertura do mundo: estudos de história dos descobrimentos europeus.* Lisboa: Ed. Presença, 1986. v.1

\_\_\_\_\_. *O pensamento pedagógico em Portugal.* Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1992.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política, economia e monarquia ilustrada.* São Paulo: Ática, 1982.

FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*: Sociedade Portuguesa e Ensino de Primeiras Letras (do pombalismo a 1820). Lisboa: Porto Ed., 1994.

FRAGOSO, Myriam Xavier. *O ensino régio na Capitania de São Paulo (1759-1801)*. São Paulo, 1972. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da USP.

GRÁCIO, Rui. Ensino primário e analfabetismo. In SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de história de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. v. 2, p.48.

INSTRUÇÃO de principiantes, e novo methodo de se aprenderem as primeiras letras: para uso das Escolas da Congregação do Oratório na Casa de N. Senhora das Necessidades. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1780.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: s.n., 1938-1953. 10v.

NÓVOA, António. *Lês temps des professeurs*: analyse sócio-histórique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe- XXe. siècle). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

WREGGE, Rachel Silveira. *A educação escolar jesuítica no Brasil-Colônia*: uma leitura da obra de Serafim Leite “História da Companhia de Jesus no Brasil”. Campinas, S.P., 1993. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação.

**Resumo:** *Nossa proposta é demonstrar, através da análise de fontes documentais, a possibilidade de outra abordagem dos antecedentes da reforma pombalina no âmbito educacional do Reino e domínios portugueses da América (Brasil). Especificamente, com relação ao período que vai do final dos seiscentos aos meados do século XVIII, a leitura da documentação, depositada nos fundos dos Arquivos Nacional da Torre do Tombo e Geral da Universidade de Coimbra, em Portugal, nos forneceu elementos para que pudéssemos pensar melhor numa reconstrução mais objetiva da realidade educacional brasileira, na segunda metade do século XVIII.*

**Palavras-chave:** *Educação, Escola, Ensino, História da Educação, Pombalismo, Instrução Pública.*



# Plácido de Carvalho e Luiz Severiano Ribeiro: “uma dupla de cinema”

CARLOS NEGREIROS VIANA\*

## 1 Introdução

Plácido de Carvalho e Luiz Severiano Ribeiro exercem sobre os fortalezenses, logicamente sobre uma minoria que deles já ouviu falar, o fascínio que somente as personagens lendárias são capazes de despertar.

Contraditoriamente, no entanto, as histórias desses dois homens de negócio, que foram responsáveis por “um verdadeiro salto civilizatório” dado pela capital dos cearenses, nas quatro primeiras décadas do século XX, ainda permanecem demasiadamente desconhecidas.

Ao elaborarmos este artigo, que ora apresentamos, tivemos, como intenção, trazer uma modesta contribuição para o preenchimento de tão injustificável lacuna.

Como Plácido de Carvalho e Luiz Severiano Ribeiro foram parceiros de negócios, decidimos fazer uma reconstituição de suas vidas empresariais simultaneamente. No caso de Ribeiro, a ênfase da reconstituição é dada ao período em que desenvolveu suas atividades como empresário em Fortaleza. O resultado do nosso esforço é o que se segue.

## 2 Plácido Barbosa de Carvalho

Plácido Barbosa de Carvalho, nascido, a 17/01/1873, em Canindé, era filho de Bernardino Plácido de Carvalho e de Alexandrina Barbosa Cordeiro de Carvalho<sup>1</sup>.

Do português Bernardino Plácido de Carvalho se soube, através do depoimento oral de Hélio Pinto Vieira, que era 1º. secretário da “Be-

---

\* Mestre em Economia pela UnB e Professor Assistente do Curso de Ciências Econômicas da UFC/ Campus de Sobral.

neficiência Portuguesa Dous de Fevereiro” em 1872. Dele também se tem notícia que era sócio, em 1880, da firma “Plácido de Carvalho & Cia.”, proprietária da fábrica de cigarros “São Sebastião”, localizada na Rua da Palma (atual Rua Major Facundo), bem como de que era proprietário da loja de tecidos “Rocambolé”, situada na Rua Formosa (atual Rua Barão do Rio Branco)<sup>2</sup>.



Arquivo Nirez



Arquivo Rosita Jereissati

### Plácido de Carvalho

Já de Alexandrina Barbosa Cordeiro de Carvalho se sabe que era descendente de tradicional clã de Canindé (BARROS LEAL, 2005).

Plácido de Carvalho, que iniciara a vida profissional como caixeiro da firma “Barroso, Pinto & Cia.”<sup>3</sup> constitui, em 13/02/1899, a firma individual “Plácido de Carvalho”, que será proprietária de uma loja de modas, situada na Rua Floriano Peixoto, no então n°. 47 (*O Povo*, de 05/06/1935; Declaração, de 13/02/1899, arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará).

Segundo propaganda, publicada no *Almanaque do Ceará* de 1905, a “Casa Plácido”, que se situa na Rua Major Facundo (no então n°. 94), com entrada também pela Rua Formosa (na época, no n°. 91), era, em 1904, um “Importante estabelecimento de fazendas, modas, novidades e artigos de alta fantasia”, bem como era especializada “em enxovais

completos para batizados e casamentos”, sendo tudo, que nela era vendido, importado diretamente. Ali também é anunciado que os artigos para homens, senhoras e crianças, comercializados na “Casa Plácido”, eram recebidos diretamente do “Chic Parisiense e Fluminense”.

Na mesma propaganda, a “Casa Plácido” torna público que também vende artigos de uso doméstico: “da mais rica a mais modesta mobília, lavatórios, camas para casais, para solteiros e para crianças, tapetes para salas e entradas, esteiras, capachos, espelhos, jarros, cortinados para camas e portas, e cuspideiras”, assim como “bicicletas e *tricycles* para crianças e mais artigos concernentes ao gênero”.



Arquivo Jesuino Vianna

### Casa Plácido

Segundo Nobre (2001), em 05/10/1914, é inaugurada a “Fábrica Nacional de Mosaicos e Telhas”<sup>24</sup> pela firma Carvalho & Silva, pertencente a Plácido de Carvalho e Luiz Gonzaga Flávio da Silva. Esse estabelecimento industrial, situado na Rua Vinte e Quatro de Maio, perma-

neceria como propriedade dessa firma até 1922, quando passa a pertencer exclusivamente a Plácido de Carvalho, como se pode verificar no *Almanaque do Ceará* daquele ano<sup>5</sup>.

Luiz Gonzaga Flávio da Silva, o outro proprietário do supracitado empreendimento, tornar-se-ia sócio do pai, o construtor Rodolpho Ferreira da Silva, numa nova fábrica de mosaicos a partir de 1926 (*Almanaque do Ceará* de 1926)<sup>6</sup>.

Em 1915, Plácido de Carvalho dá início a construção de imponente prédio, de quatro andares, na Praça do Ferreira (lado da Rua Major Facundo) (LEITE, 1995).

Quando da construção desse prédio, ele é procurado por Luiz Severiano Ribeiro, que lhe propõe o arrendamento da sua parte térrea, onde pretendia instalar um cinema. Em 02/09/1917, era inaugurado o “Cine Theatro Majestic-Palace”, pertencente a firma “Ribeiro & Cia.”, nascida de uma sociedade de Luiz Severiano Ribeiro com Alfredo Salgado<sup>7</sup>, em 1913 (Ibidem).

Em 1920, a “Ribeiro & Cia.” arrendaria também os três andares superiores do supracitado prédio e instalaria um hotel denominado de “Majestic-Palace”. Esse hotel, que permaneceria em atividade até 1926, pertenceria a “Ribeiro & Cia.” até 1921, e, após a extinção dessa firma, nesse ano, continuaria a pertencer a firma individual “Luiz Severiano Ribeiro” até seu fechamento (*Almanaque do Ceará* de 1920 a 1928).

É oportuno lembrar que a “Ribeiro & Cia.” também instalou salões de bilhar, nesse referido prédio, a partir de 1917, como já fizera, em 1916, no “Cine Riche” (*Almanaque do Ceará* de 1916 a 1919).

A parceria de Plácido de Carvalho com Luiz Severiano Ribeiro, que teve início com o arrendamento do prédio do “Majestic” pelo segundo empresário, iria se repetir por duas vezes mais: quando ele constrói o prédio do “Cine Moderno”, também localizado na Praça do Ferreira, e o aluga para Ribeiro, que inaugura o seu cinema, ali instalado, em 07/09/1921, e, quando adquire, por volta de 1933, o prédio do “Cine Luz”, localizado na Praça da Estação e pertencente a “Empresa Cine Luz Ltda.”, e o arrenda para Luiz Severiano, que o reinaugura em 27/06/1933<sup>8</sup>. (LEITE, 1995).

Durante a primeira Guerra Mundial, Plácido de Carvalho se casa, em Paris, com Maria Pierina Rossi, nascida em Milão (Itália), em 11/01/1889. Dessa união, não nasceriam descendentes<sup>9</sup> (LOPES, SID).

Com a chegada de Pierina, ao Ceará, em 1917, o casal passou a residir na Rua Princesa Isabel. Somente em 1920, com a conclusão da construção do “Palacete Plácido de Carvalho”, mudar-se-ia ele para o Outeiro (segundo depoimento oral de Rosita Rossi Jereissati).



**Palacete Plácido de Carvalho**



**Pierina de Carvalho**

Conforme declaração, de 15/06/1921, arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará, a firma “Plácido de Carvalho” declara que atua no “gênero de comércio de fazendas e armarinho”, que se situa na Rua Major Facundo, nº 160, e que o “capital empregado no negócio” é de 200 contos de réis.

Não conseguimos identificar em que ano a “Casa Plácido” sai de atividade. No entanto, a última vez em que ela é arrolada, entre os estabelecimentos comerciais que atuam, em Fortaleza, no “ramo de modas e confecções”, no *Almanaque do Ceará*, data de 1925.

Com base na Lei nº 2266, de 03/09/1925, que concedia, pelo prazo de 15 anos, isenção de décimas e todos os impostos estaduais, a quem construísse vilas operárias com 100 casas ou mais, o Presidente do Estado, José Moreira da Rocha, elabora a Lei nº 2352, de 14/11/1925, que concede, a Plácido de Carvalho, isenção, por 15 anos, de impostos estaduais, menos os de consumo, para um fábrica de fiação e tecelagem que ele vier a construir em Fortaleza (*Conjunto de Leis do Estado do Ceará*).

Essa isenção seria relativa à fábrica e seus produtos, ao prédio, no caso de ser próprio e para esse fim especialmente construído, ao escritório e armazéns de depósito dos produtos da fábrica, às casas de moradia de gerentes, mestres e contramestres, bem como à vila operária destinada à residência dos operários da fábrica.

Ela começaria a vigorar desde o dia da inauguração da fábrica e em relação à vila operária seriam observados os dispositivos da Lei nº 2266, de 03/09/1925.

Se, no prazo de dois anos, contados a partir de 14/11/1925, a fábrica não tivesse sido instalada, ficaria sem nenhum efeito a Lei nº 2352, bem como se a fábrica se limitasse a produzir tecidos crus, ordinários, semelhantes aos já produzidos por indústrias do Estado do Ceará.

O Governo Estadual se comprometia a solicitar à Câmara Municipal de Fortaleza, em benefício do concessionário, os mesmos favores que a Lei nº 2352 lhe concedia.

Em troca desses favores, o concessionário deveria se comprometer a fornecer ao hospital da Santa Casa de Misericórdia e a outros estabelecimentos de caridade, localizados no Estado do Ceará, o algodão hidrófilo de que necessitassem, com o abatimento de 25% sobre os preços de venda em grosso desse produto pela fábrica.

Essa fábrica, que, além de produzir algodão hidrófilo, deveria produzir tecidos alvejados, tintos e fantasia (morins, bramantes, brins-

brancos, cáquis e listrados –, chitas, cassas, zéfiros, bulgarianas e outros, bem como tecidos de malha e semelhantes), não se concretizou.

Possivelmente para beneficiar Plácido de Carvalho, o Presidente Moreira da Rocha, elaborou a Lei nº 2354, também de 14/11/1925, pela qual é concedida isenção, por 20 anos, de impostos estaduais, sobre a construção e exploração de um grande hotel em Fortaleza.

Tal hotel deveria conter, pelo menos, 40 aposentos higiênicos e confortáveis, devendo o edifício obedecer a uma arquitetura moderna.

Essa isenção começaria a vigorar desde o dia de inauguração do hotel, cuja construção deveria ter início dentro do prazo de 24 meses, a contar da data de publicação da referida lei.

A possibilidade aventada, anteriormente, de que a Lei nº 2354 foi elaborada para dar privilégios a Plácido de Carvalho, baseia-se no fato de que, no ano de 1927, ele daria início à construção do “Excelsior Hotel”. Porém, não encontramos, em nenhuma das fontes pesquisadas, qualquer evidência de que ele tenha usufruído os benefícios concedidos por ela, a partir da inauguração daquele hotel.

Em 1927, Plácido de Carvalho manda demolir o “Sobrado do Comendador Machado” e, no seu local, dá início a construção do “Excelsior Hotel”, que será inaugurado em 31/12/1931 (GIRÃO, 1979).

Coincidentemente, no ano que tem início a construção do “Excelsior Hotel”, Fortaleza passaria a dispor, a partir de 17/07, de um moderno hotel, o “Palace Hotel”, situado no Passeio Público e pertencente a Éfren Gondim. O “Palace Hotel” se situava no prédio onde funcionou o “Hotel de France”, que passou por uma reforma após ter sido adquirido, por 80 contos de réis, por José Gentil Alves de Carvalho, dos herdeiros de Dário Teles de Menezes (conforme nota nº 21, do conjunto de notas, de autoria de Raimundo Girão, anexado a Bezerra (1992)).

Segundo propaganda, no *Album de Fortaleza* de 1931, o “Excelsior Hotel” era “servido por elevadores Otis”, tinha “apartamentos, para famílias e cavalheiros, com dormitórios, sala de visita, banheiro e telefone”, todos dotados de “água corrente e mobiliário de 1ª classe”. Disponha também de “especial cozinha à brasileira e estrangeira, **restaurant à La carte, american bar**, vasto terraço para **dancing**, banquete, recepções etc., a 50m de altura, salão de barbearia e manicure e central telefônica ligada a todos os aposentos”.

Plácido Barbosa de Carvalho faleceria a 04/06/1935, no “Excelsior Hotel”, após padecer, por seis meses de grave enfermidade (*O Povo*, de 05/06/1935).

Em edição de 08/06/1935, o jornal *O Povo* traz notícias sobre o testamento deixado por Plácido. Segundo a matéria ali publicada, ele teria deixado para Natale Rossi, seu cunhado, 50 contos de réis; para José Lucas da Silva (construtor), 10 contos; para José Borges dos Santos, três contos; e, para Francisco Lopes (gerente da fábrica de mosaicos), 15 contos.

Para sua irmã, Maria das Mercedes Fernandes Vieira, foi deixada uma pensão vitalícia de 600\$000 e partes do prédio da Rua Barão do Rio Branco, nº 810, onde ela já possuía partes.

Para seus sobrinhos-netos, filhos de sua sobrinha e afilhada Denise Vieira Paiva, filha de Maria das Mercedes e Afonso Fernandes Vieira, e casada com o Tenente Gonçalo Paiva, coube os prédios da “Farmácia Oswaldo Cruz”, do “Cine Moderno”, bem como o prédio situado, atualmente, no cruzamento das ruas Alberto Nepomuceno com Rufino de Alencar<sup>10</sup> (que deveriam permanecer inalienáveis e impenhoráveis) e mais 60 contos de réis, destinados à construção de um prédio na cidade do Rio de Janeiro.

Para Zaira Andersen, filha de Pierina e sua enteada, deixou Plácido de Carvalho o “Palacete Iracema” (também conhecido como “Sobrado do Pastor”), localizado na Praça do Ferreira, e um prédio situado na Praia de Iracema (ambos os imóveis gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade).

Para Maria Pierina Rossi de Carvalho<sup>11</sup>, sua esposa, além de joias e dinheiro, tocou todos os outros bens móveis e imóveis de sua propriedade, como os prédios do “Cine Majestic” e do “Excelsior Hotel”. No caso dos bens imóveis, todos deveriam atender as condições de não alienação e não penhorabilidade.

Deixou Plácido, ainda, para a Santa Casa de Misericórdia, 100 contos de réis; para o Asilo de Alienados, 100 contos; para o Colégio da Imaculada Conceição, 100 contos; para o Instituto de Proteção à Infância, 50 contos, e, para a Escola Pio X, 50 contos. O legado deixado para estas instituições estava sob a forma de títulos da dívida pública da União, valendo, cada um, 1:000\$000, (todos gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade).

### 3 Luiz Severiano Ribeiro



Arquivo Ary Bezerra Leite



Arquivo Ary Bezerra Leite

#### Luiz Severiano Ribeiro

Luiz Severiano Ribeiro, nascido a 03/06/1885, em Baturité, era filho de Luiz Severiano Ribeiro e de Maria Felícia Caracas Ribeiro.

De Luiz Severiano Ribeiro, seu pai, sabe-se que nasceu, em 03/02/1846, em Cascavel e que era filho do Major João Severiano Ribeiro, que foi deputado provincial por seis legislaturas, e de Eufrásia Severiano. Era médico formado, pela “Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”, em 1872, e faleceu, em Fortaleza, em 02/07/1916 (LINHARES, 2001).

De Maria Felícia, sua mãe, sabe-se, por seu turno, que era filha do Capitão José Pacifico da Costa Caracas, tido como o maior cafeicultor do Maciço de Baturité, a sua época, e de Ana Felícia de Lima Caracas (Ibidem).

Aos 18 anos, Luiz Severiano Ribeiro, o filho, segue para o Rio de Janeiro, onde começa a cursar Medicina, porém com a morte de sua mãe, em 09/07/1904, abandona os estudos e retorna à Baturité (VAZ, 2008).

De posse da herança que recebera da mãe constitui, em 1907, a firma “Menescal & Ribeiro Ltda.”, em sociedade com seu cunhado, Antônio da Justa Menescal, tornando-se coproprietário da já existente “Livraria Menescal” (Ibidem).

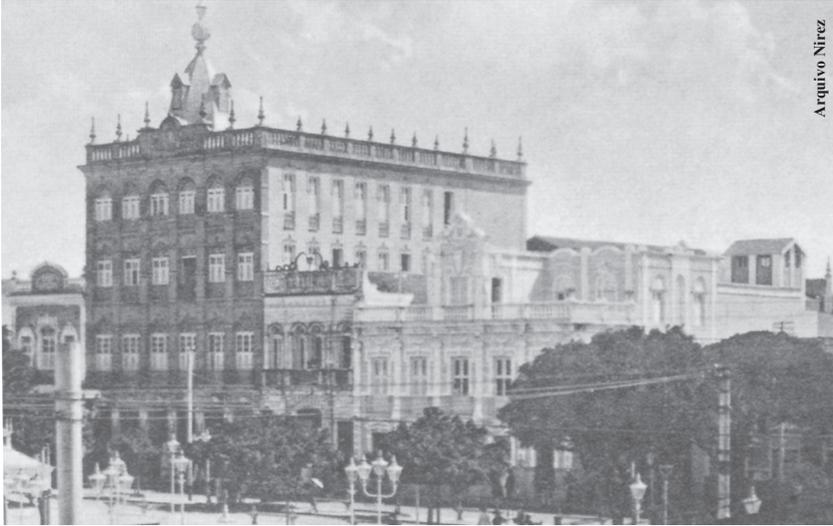


### **Livraria Menescal**

Em 08/01/1910, casa-se ele com Alba Moraes, filha de Paulo Augusto de Moraes, proprietário da loja “Torre Eiffel”<sup>12</sup>. Desse consórcio, nasceriam Luiz Severiano Ribeiro Junior, Germana, Iolanda, Laís e Vera (Ibidem).

No início de 1911, Ribeiro decide romper com a sociedade estabelecida com Antônio da Justa Menescal e montar um negócio exclusivamente seu. Para isso, ele contava com a herança, que estava prestes a receber, dos seus avós paternos, o Major João Severiano Ribeiro (falecido em 16/11/1899) e Eufrásia Severiano (falecida em 08/04/1906), cujo inventário estava em fase de conclusão (Ibidem).

Em 1912, adquire e reforma o palacete pertencente a firma “Machado Coelho & Cia., localizado na Rua Major Facundo (na Praça do Ferreira) e inaugura ali, em junho desse ano, a “Casa Ribeiro”. Nesse prédio, em seus altos, também fixará residência com sua família<sup>13</sup> (Ibidem).



### Palacete Luiz Severiano Ribeiro

Segundo a referida obra de Vaz, o sucesso desse empreendimento comercial foi tão grande que estimulou Ribeiro a abrir, em 1913, uma filial no Recife, que, em pouco tempo, seria mais próspera que a matriz de Fortaleza.

O ano de 1913 marca, ainda, o início da sua atuação no ramo de hotelaria. Nesse ano, ele constituiu, junto com Alfredo Salgado, a firma “Ribeiro & Cia.”, que aluga o “Sobrado do Comendador Machado”<sup>14</sup> e ali instala o “Hotel Central”<sup>15</sup> (ADERALDO, 1989).

No dia 21/09/1913, a “Ribeiro & Cia.” instala, também, no térreo do prédio do “Hotel Central”, o “Café Riche” (Ibidem).

Em 1914, quando a Companhia Antártica Paulista oferece a Luiz Severiano Ribeiro a representação de seus produtos em Fortaleza, ele decide explorar também um novo ramo de atividade, o da fabricação de gelo, ao instalar uma fábrica desse produto na Rua Santa Isabel (atual Rua Princesa Isabel) e um depósito, na Rua do Rosário<sup>16</sup> (VAZ, 2009; *Almanaque do Ceará* de 1916).

A produção dessa fábrica era utilizada para suprir as necessidades do “Hotel Central” e do “Café Riche”, bem como as de outros estabelecimentos, desses gêneros, situados em Fortaleza<sup>17</sup>.



**Hotel Central e Café Riche**

Segundo o *Almanaque do Ceará* de 1914, naquele ano, a “Livraria e Papelaria Ribeiro”, situada na Rua Major Facundo (nº 90), vende bolsas para colegiais, lápis, canetas, giz, ardósias, cadernos, tintas, papéis diversos, livros de ensino primário, secundário e superior, livros e artigos religiosos e novidades literárias. Já a “Casa Ribeiro”, localizada na supracitada rua, no então nº 75, comercializa louças, vidros, móveis, artigos de uso doméstico (espelhos, tapetes etc.), imagens e artigos religiosos, gramofones e discos.



**Livraria e Papelaria Ribeiro**

Em 23/12/1915, Luiz Severiano Ribeiro dá início as suas atividades como exibidor de cinema, já que, nessa data, a firma “Ribeiro & Cia.” inaugura o “Cinema Riche”, que passa a funcionar no prédio onde esteve instalado, até 1914, o “Art-Nouveau”, cinema de propriedade de Victor di Maio (no atual cruzamento das ruas Guilherme Rocha com Major Facundo) (LEITE, 1995).

Em janeiro de 1916, a “Ribeiro & Cia.” lidera um acordo realizado pelos exibidores de cinema de Fortaleza, que ficou conhecido como “União Cinematographica” (ou “2º trust exibidor”), que duraria até 01/01/1917. Em decorrência desse acordo, o “Cinema Riche” ficou fechado até 04/03/1916, quando voltou a exibir filmes<sup>18</sup> (Ibidem).

Ainda em 1916, o “Cine-Theatro Polytheama”, que fora inaugurado, em 1911, na Praça do Ferreira, pela “Empresa Rola & Irmão”, pertencente a José e Joaquim de Oliveira Rola, passa para a propriedade da firma “Ribeiro & Cia.”. Em 24/06/1918, esse cinema fecharia suas portas (Ibidem).

Em 1917, Luiz Severiano Ribeiro dá início a sua parceria com Plácido de Carvalho, ao arrendar dele o “Cine-Theatro Majestic-Palace”, através da firma “Ribeiro & Cia.”. Essa parceria ainda se repetiria, em relação a salas de exibição de cinema, mais duas vezes: quando dos arrendamentos dos prédios do “Cine Moderno” e do “Cine Luz”, pertencentes a Carvalho.



Fonte: Album de Fortaleza (1931)

**Luiz Severiano Ribeiro e os cines Moderno e Majestic**

É oportuno lembrar que a “Ribeiro & Cia.” também arrendou, de Plácido de Carvalho, os demais andares do prédio onde funcionava o “Cine Majestic” e ali instalou, em 1920, o hotel “Majestic-Palace” (*Almanaque do Ceará* de 1920).

Em propaganda no *Almanaque do Ceará* de 1920, a “Livraria e Papelaria Ribeiro” anuncia que é a “única recebedora dos aparelhos de gymnastica do Professor Eneas Campello”, que também é uma “Agencia Geral das Revistas Nacionais: Malho, Tico-Tico, Para Todos, Leitura Para Todos, Fon-Fon, Careta, Selecta, Revista da Semana, Vida Sportiva, Eu Sei Tudo, Revista do Brasil, Ilustração Portuguesa, Chacaras e Quintaes, Brasil Agricola, etc.”, bem como que possui “Grande sortimento de bolsas para collegiaes, lapis, giz, ardozias, cadernos para escrita e desenho, tintas, papeis diversos, livros de ensino primario, secundario e superior, livros e artigos religiosos, etc.”

No início de 1921, é desfeita a sociedade de Luiz Severiano Ribeiro com Alfredo Salgado. Em decorrência disso, ele constitui, em 01/04 daquele ano, uma firma individual que levava o seu nome e que será proprietária de uma livraria e de uma empresa de exibição de cinema. Essa firma tinha sua sede na Praça do Ferreira, nos números de 196 a 200, e um capital de 150 contos de réis (Cadastro das Casas Commerciaes do Estado do Ceará – Junta Comercial do Estado do Ceará, 1926).

Ainda em 1921, no dia 07/09, ele inaugura o “Cine Moderno”, na Praça do Ferreira, e fecha, definitivamente, no dia 11/11, o “Cinema Riche” (LEITE, 1995).

Em 1922, Luiz Severiano Ribeiro constituiu, no Recife, em sociedade com José Inácio Guedes Filho, a firma “L.S. Ribeiro & Cia”, que teria como objetivo exclusivo à locação de filmes estrangeiros. Essa firma existiria até 1926 (VAZ, 2008).

No ano de 1922, ainda, Ribeiro reinauguraria, após uma reforma no prédio, o “Cine Polytheama”, no dia 21/03, e transferiria, para a firma “Jucá & Ramon”, as posses do “Hotel Central” e do “Café Riche” (LEITE, 1995; *Almanaque do Ceará* de 1922).

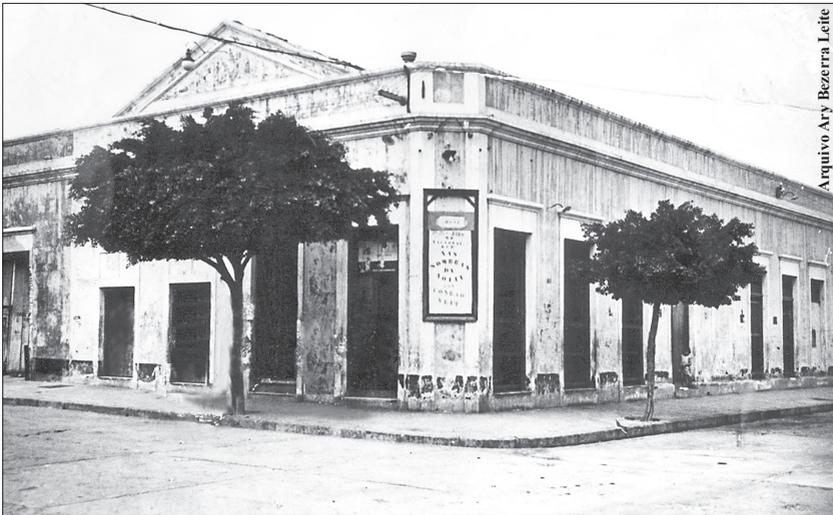
O ano de 1925 será muito marcante, para Luiz Severiano Ribeiro, tanto no que diz respeito a sua vida pessoal quanto em relação a sua vida empresarial. Nesse ano, ele se transfere, definitivamente, com a família, para o Rio de Janeiro, e também inaugura os seus dois primeiros cinemas fora de Fortaleza. Tratam-se dos cines Royal e Helvética,

que, em sociedade com Joaquim de Matos Vieira, inaugurou no Recife (VAZ, 2008).

Em 1926, com a constituição da “Associação dos Exibidores Reunidos”, Ribeiro se torna o único representante da Metro no Brasil. A partir desse ano, segundo Nobre (1989), “uma vez assegurado o mercado de Fortaleza, não foi difícil para ele, valendo-se da experiência acumulada, estender-se às outras capitais do Norte e Nordeste”, quando passou “a exercer o controle absoluto do mercado de exibição cinematográfica desde Recife (PE) até Rio Branco (AL)”.

A partir do *Almanaque do Ceará* de 1926, a “Livraria Ribeiro” passa a constar como pertencente a firma “Moraes & Cia.”, bem como, a partir do *Almanaque do Ceará* de 1928 (para o ano de 1927), passa a não mais ser arrolado, entre os hotéis de Fortaleza, o “Majestic-Palace”.

Em 27/06/1933, Luiz Severiano Ribeiro reinaugura o “Cine Luz”, localizado na Praça Castro Carreira (mais conhecida como Praça da Estação). Esse cinema, que fora inaugurado em 23/03/1931, pela “Empresa Cine Luz Ltda”, de propriedade de Bernardino Proença Filho e José Bezerra Rocha, não permaneceu muito tempo em atividade. Com seu fechamento, Plácido de Carvalho adquiriu seu prédio e o arrendou para Ribeiro<sup>18</sup>. O “Cine Luz” foi desativado, definitivamente, em 1952 (LEITE, 1995).



**Cine Luz**

De 1933 a 1935, ele amplia, de 12 para 30, o número de cinemas, de sua propriedade, no Rio de Janeiro (Ibidem).

Em 1938, tem início a construção do “Cine São Luiz”, de Fortaleza, no local onde se localizaram, na Praça do Ferreira, a antiga casa de Ribeiro e o “Cine Polytheama”, que apresentou a última sessão de cinema em 20/11/1938. Essa construção se estenderia por 20 anos, sendo o “São Luiz”, por fim, inaugurado em 26/03/1958 (Ibidem).

Em 07/09/1940, Luiz Severiano Ribeiro inaugura, em Fortaleza, o “Cine Diogo”, tornando, os tradicionais cinemas “Majestic” e “Moderno”, salas de exibição de segunda classe (Ibidem).

Em maio de 1948, ele já tinha 47 salas de exibição no Rio de Janeiro, número que se expandiria, para mais de 60, em 1952, o que o tornava o líder do mercado exibidor carioca (Ibidem).

É oportuno lembrar que Ribeiro, por duas vezes, teve o seu então controle monopolístico do mercado de exibição fortalezense ameaçado. A primeira delas, na década de 1940, quando a firma “Clóvis Janja & Cia.” instalou o “Cine Cristo Rei” (na atual Praça da Bandeira) e o “Cine Rex” (na Rua Gal Sampaio). A segunda, nos anos de 1950, quando a “Empresa Cinematográfica do Ceará” (Cinemar), pertencente a Amadeu Barros Leal, instalou os cines “Jangada” (na Rua Floriano Peixoto), “Atapu” (no atual cruzamento da Rua Visconde do Rio Branco com Av. Pontes Vieira), “Araçanga” (na Rua Barão do Rio Branco)<sup>19</sup> e “Samburá” (na Rua Major Facundo).

Nos dois casos, a concorrência não foi apenas derrotada, como Luiz Severiano se tornou proprietário de três de suas salas de exibição: os cines “Rex”, “Jangada” e “Samburá” (que passaria a se chamar “Cine Fortaleza”) (Ibidem).

Em 1956, a Empresa Luiz Severiano Ribeiro possuía, em Fortaleza, os seguintes cinemas: “Diogo”, “Moderno”, “Majestic”, “Rex”, “Joaquim Távora”, “América”, “Centro”, “Nazaré”, “Ventura” e “Mensagem” (*Anuário do Ceará* de 1956).

Em 1968, curiosamente, nos maiores cinemas que Ribeiro possuía, em Fortaleza, antes de inaugurar o “Cine Diogo” e o “Cine São Luiz”, ocorrem grandes incêndios. No “Cine Majestic”, que já fora atingido por um incêndio em 04/04/1955, o sinistro ocorreu em 01/01/1968, e, no “Cine Moderno, em 21/05/1968. Com isso, essas duas salas de exibição paralisaram, definitivamente, suas atividades (LEITE, 1995).

Em 1971, Luiz Severiano Ribeiro transfere a direção do seu grupo cinematográfico para Luiz Severiano Ribeiro Junior (VAZ, 2008).

Luiz Severiano Ribeiro, o “Rei do Cinema”, falece, no Rio de Janeiro, em 01/12/1974 (Ibidem).

#### NOTAS:

1) Essas informações nos foram cedidas, em depoimento oral, por Hélio Pinto Vieira, profundo conhecedor da história de Canindé e autor do livro *Cronologia Canindeense*, publicado em 1997.

2) A primeira dessas notícias pode ser constatada em anúncio publicado, em 01/01/1881, em *O Cearense* e, a segunda, no artigo “Curiosos Aspectos do Comércio de Fortaleza, de 1860 a 1880”, de autoria de Antônio Theodorico da Costa, publicado, em 29/06/1934, em *O Nordeste*, no qual ele descreve os estabelecimentos comerciais que existiram de, 1860 a 1880, em Fortaleza.

3) Não conseguimos identificar os proprietários dessa firma, mas certamente eram comerciantes nascidos ou com raízes familiares em Canindé, já que apresentam sobrenomes ali tradicionais.

4) No rol das fábricas de mosaicos constantes nos *Almanaques do Ceará*, de cada ano, a referida fábrica, pertencente a firma “Carvalho & Silva”, nunca apareceu com essa denominação.

5) Quando a fábrica de mosaicos, pertencente a “Carvalho & Silva”, é instalada, Fortaleza já dispunha da “Plástica Cearense”, fábrica de mosaicos, que entrou em atividade em 1900, de propriedade de Júlio Pinto do Carmo, que importara uma prensa da Alemanha (LEITE, 1995).

É oportuno lembrar que Júlio Pinto do Carmo também foi um dos pioneiros na exibição de cinema em Fortaleza (Ibidem).

Posteriormente, a “Plástica Cearense” viria a pertencer a Meton de Alencar, cunhado de Júlio Pinto do Carmo, até sua morte, em 1932 (*Almanaque do Ceará* de 1932).

A partir de 1926, Fortaleza passou a dispor de três fábricas de mosaicos: a de Meton de Alencar, na Rua Pedro Pereira; a de Plácido de Carvalho, na Rua Barão do Rio Branco; e a da “Rodolpho Ferreira da Silva & Filho”, na Rua Gal. Sampaio (*Almanaque do Ceará* de 1926).

Sobral, a segunda cidade mais importante do estado, passou a contar com duas fábricas de mosaicos na década de 1920: a primeira, inaugurada em 1926, pertencia a Oriano Mendes, e, a segunda, denominada de “Estrella”, foi instalada por Falb Rangel, em 1928, e transferida, em 1929, para a propriedade de Paulo Ximenes Aragão (*Correio da Semana*, de 03/04/1926; de 11/10/1928; e de 07/09/1929).

6) Luiz Gonzaga Flávio da Silva já era sócio da firma “R. F. da Silva & Filho”, continuação da “Serraria Rodolpho”, fundada, em 1882, por seu pai.

Com a extinção da firma “Carvalho & Silva”, em 1922, Luiz Gonzaga constituiria a “Em-

presa Silico-Calcárea Ltda., que inauguraria, em 01/01/1925, uma fábrica de tijolos silico-calcáreos na Rua da Alfândega (atual Rua Dragão do Mar), segundo Nobre, 2001.

Em 1926, ele, em sociedade com o pai, inaugura uma fábrica de mosaicos, em parte das instalações, onde já funcionam a serraria e construtora da “R.F. da Silva e Filho, na R. Gal Sampaio (*Almanaque do Ceará* de 1926).

É oportuno lembrar que, na época da construção do “Palacete Plácido de Carvalho”, pela R.F. da Silva & Filho, Luiz Gonzaga era sócio de Plácido na firma “Carvalho & Silva”.

7) Alfredo da Rocha Salgado (1855-1947), em 1892, associado a George Holderness, constituiu a firma “Holderness & Salgado”, a qual passava a pertencer a antiga “Casa Inglesa”, de onde foram auxiliares. Em 1895, Salgado era secretário do Banco do Ceará S.A. e diretor da Cia. Prado Cearense. A partir de sua atividade como exportador de algodão, decidiu montar uma fábrica de extração de óleo de caroço de algodão, situada na antiga Praça José de Alencar. As sucessivas firmas que possuiu, atuaram sempre no comércio de importação e exportação e como casas bancárias (“Salgado, Rogers & Cia.” (1910); e “Salgado, Filho & Cia.” (1923)) ou apenas no comércio de importação e exportação (“Casa Salgado S.A.” (1936)) (VIANA, 1994).

8) Segundo Nobre (2001, p. 199), “[...] o fato muito significativo da construção, em Fortaleza, de prédios modernos, como os dos cinemas Politeama (*sic*), Moderno e Majestic, na Praça do Ferreira, pelo capitalista Plácido de Carvalho [...]”. Se confirmada, essa citação desse autor, a referida parceria se expande para o número de quatro.

9) Antes de casar com Plácido, no entanto, Pierina já tinha tido uma filha de nome Zaira. Zaira, que passou a residir no Ceará, a partir de 1924, quando veio da Europa, casar-se-ia aqui com o dinamarquês Frederick Andersen, com quem teve quatro filhos: Ralph, Helga, Dagmar e Ingrid (LOPES, SID).

Após o casamento, Zaira e Frederick foram residir no “Sítio Arvoredo”, em Guaramiranga, e, em seguida, na “Granja Castelo”, à margem da Lagoa de Messejana. Posteriormente, mudar-se-iam para S. Paulo, onde passariam a morar, em imensa propriedade, às margens da Represa Billings (*Ibidem*).

É oportuno lembrar que Frederick Andersen era, em meados da década de 1930, representante, em Fortaleza, do “Sindicato Condor Ltda.”, uma das empresas pioneiras a atuar, no Brasil, no setor de transporte aéreo (OLIVEIRA e LAVOR, 2008).

Pierina, por sua vez, depois de enviuar de Plácido, em 1935, ainda se casaria, em 1938, com Emílio Hinko (1901-2002), arquiteto húngaro residente, em Fortaleza, desde 1929, com quem também não teria mais filhos (LOPES, SID; OLIVEIRA e LAVOR, 2008).

10) Plácido reformou, em 1927, o prédio da “Farmácia Oswaldo Cruz”. Já esse prédio situado na Praça da Sé, ao contrário do que muitos pensam, não foi construído por ele. Provavelmente esse imóvel foi construído pelo Comendador Joaquim Ignacio da Costa Miranda, para ser sua residência.

O Comendador Joaquim Ignacio da Costa Miranda, é oportuno lembrar, era, 1833, Inspetor da Tesouraria de Fazenda da Província do Ceará, bem como era sogro de Francisco de Paula Pessoa Filho, médico e político, filho do Senador Paula Pessoa (BEZERRA, 1992; STUDART, 1913).

Também é oportuno lembrar que o Cel. Afonso Fernandes Vieira, cunhado de Plácido de Carvalho, era filho do Dr. Manoel Fernandes Vieira e neto de Francisco Fernandes Vieira (o Visconde do Icô), bem como que, com a morte de seu pai, tornou-se, junto com mais três irmãos, proprietário do prédio, situado no cruzamento da Rua Senador Pompeu com a Rua Senador Alencar, que foi vendido, por eles, ao governo imperial, para ali instalar a Tesouraria de Fazenda. Hoje funciona, no referido prédio, o Arquivo Público (BEZERRA, 1992; STUDART, 1913).

11) Pierina viria a falecer, em Fortaleza, a 16/12/1957, vitimada, pelas consequências, de forte diabetes (LOPES, SID).

12) Segundo o *Cadastro das Casas Commerciaes do Estado do Ceará*, v. I, 1926, a firma “Paulo Moraes & Filhos”, proprietária da loja “Torre Eiffel”, situada na Rua Major Facundo, tinha como objetivo o comércio de modas, tecidos e miudezas, e um capital social, em 02/01/1924, de 100 contos de réis, assim dividido: Paulo Augusto de Moraes (80 contos); Jader Augusto de Moraes (15 contos); e Célio Augusto de Moraes (cinco contos).

13) Segundo Aderaldo (1989), Ribeiro teria residido, nesse sobrado, por poucos meses.

14) Esse prédio pertenceu primitivamente ao Comendador José Antônio Machado e foi construído, em 1825, por Conrado Jacob de Niemeyer (Ibidem).

15) Segundo Vaz (2008), o início da atuação de Ribeiro no ramo da hotelaria teria se dado quando ele arrendou o “Hotel de France” em 1913. No entanto, tomando como base os *Almanaques do Ceará*, essa afirmação desse autor se mostra sem fundamento.

16) De acordo com Vaz (2008, p. 40). “Nesse mesmo ano (1914), ele abriria outras seis pequenas fábricas de gelo em vários pontos da cidade”. Mais uma vez, no entanto, tomando como referência os *Almanaques do Ceará*, essa afirmação do referido autor não tem fundamentação, já que a única fábrica de gelo que Ribeiro possuiu em Fortaleza foi a localizada, na então, Rua Santa Isabel (atual Rua Princesa Isabel).

17) O Major Júlio Pinto do Carmo e os irmãos Rola, que também foram exibidores de cinema, tal qual seria Ribeiro em breve, também foram proprietários de fábricas de gelo. Aliás, este é um traço, apresentado em comum, entre os exibidores cinematográficos que atuaram nas três primeiras décadas do século XX (LEITE, 1995).

Em Sobral, na década de 1920, Oriano Mendes, que era proprietário do “Eden Cine”, também era proprietário de fábrica de gelo, que funcionava nas instalações do referido cinema, bem como os irmãos Macedo, proprietários do “Cine Glória”, também ali produziam gelo (*Correio da Semana*, de 10/08/1929; e de 05/12/1929).

18) Esse acordo, que ficou conhecido como “2º trust exibidor”, estabelecia que deveriam permanecer em atividade somente os cinemas “Polytheama” e “Rio Branco”, devendo serem fechados o “Riche”, o “American Kinema” e o “Cassino Cearense”. No dia 17/01/1916, o recém-inaugurado cinema “Riche” oferecia sua última sessão (VAZ, 2008).

Pelo referido acordo, Luiz Severiano Ribeiro se propunha a arrendar os demais cinemas, que não o seu, por um prazo de, no mínimo, cinco anos, pagando uma renda fixa aos seus proprietários, que se comprometiam, por seu turno, a não mais abrir outros cinemas em Fortaleza ou nas suas imediações (LEITE, 1995).

19) No local onde funcionaram o “Cine Luz” e a antiga “Fábrica Proença”, Emílio Hinko, viúvo de Pierina, instalaria o “Shopping Acaiaca” em 1994.

20) O “Araçanga” teve depois o seu nome mudado para “Cine Art”.

## Referências Bibliográficas

ADERALDO, M. S. A Praça. Fortaleza: Tipogresso (1989).

Album de Fortaleza de 1931.

*Almanaque do Ceará* (de 1896 a 1936).

*Anuário do Ceará* de 1956.

*Arquivos da Junta Comercial do Estado do Ceará.*

BARROS, Leal, V. “A Família Barbosa Cordeiro”. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: tomo CXIX, ano CXIX, v. 119 (2005).

BEZERRA, A. B. de. Descrição da Cidade de Fortaleza. Fortaleza: UFC (1992).

*Cadastro das Casas Commerciaes do Estado do Ceará* (1926).

Conjunto de Leis do Estado do Ceará.

*Correio da Semana* (de 1926 a 1930).

COSTA, A. T. da. “Curiosos Aspectos do Comércio de Fortaleza, de 1860 a 1880”. In: *O Nordeste*, 29/06/1934.

GIRÃO, R. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil (1979).

LEITE, A.B. Fortaleza e a Era do Cinema. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, (1995).

LOPES, M. *As Divinas Damas*. Fortaleza: SIE e SID.

LINHARES, M.C. *Guaramiranga e os Caracas: Notas Genealógicas*. Fortaleza: ABC Editora (2001).

NOBRE, F. da S. *O Ceará e o Cinema*. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas (1989).

NOBRE, G.da S. *O Processo Histórico de Industrialização do Ceará*. Fortaleza: FIEC (2001).

“*O Cearense*”, de 01/01/1881.

OLIVEIRA, A. e LAVOR, I. *A História da Aviação no Ceará*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda. (2008).

*O Povo*, de 05/06/1935 e 08/06/1935.

STUDART, G. *Dicionário Bibliográfico Cearense*. Fortaleza: Typo-Lithografia a Vapor (1913).

VAZ, T. *O Rei do Cinema* – A extraordinária história de Luiz Severiano Ribeiro, o homem que multiplicava e dividia. Rio de Janeiro: Record (2008).

VIANA, C.N. “A Indústria de Óleo de Carço de Algodão no Ceará: O Surto de Investimentos de 1919 a 1925”. In: *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v.25, n.3, p.385 – 437, jul/set, 1994.



# A Escola Militar do Ceará

## Práticas pedagógicas e cotidiano estudantil (1889-1898)

JANOTE PIRES MARQUES\*

*A Escola Militar trouxe para o Ceará senão todo o elemento da nossa vida literária, ao menos um prurido de atividade mental: revistas, agremiações literárias, opúsculos, etc. A convivência de alguns rapazes de talento foi certamente um bom estímulo para a mocidade cearense, tradicionalmente propensa a fundar jornais, fazer poesias e cultivar as letras, enfim.*

*(Rodrigues de Carvalho apud BARREIRA, 1948, p. 261)*

### Considerações iniciais

A Escola Militar do Ceará (EMC) iniciou suas atividades letivas no dia 1º de maio de 1889. Com sede em Fortaleza, esse estabelecimento de ensino militar tinha como objetivo principal formar oficiais do Exército. Seus alunos, também chamados de “cadetes”, tinham origem social variada e vinham de diversas províncias / estados do Brasil (MARQUES e KLEIN FILHO, 2007).

Inicialmente, a EMC funcionou na ala oeste do edifício hoje ocupado pela 10ª Região Militar, fazendo fronteira com o Passeio Público. Em 1892, a Escola foi transferida para o chamado “Casarão do Outeiro” (atual Colégio Militar de Fortaleza) retornando, três anos depois, para a antiga sede (RIEDEL, 1989).

A criação de uma Escola Militar na capital da província gerou as melhores expectativas na sociedade fortalezense. De certa forma, era

---

\* Professor do Colégio Militar de Fortaleza (CMF). Pesquisador da História da Educação Militar. Mestre em História pela UFC.

mais uma marca do “progresso” de Fortaleza, num tempo em que a cidade encontrava “modernidade” em novidades como bondes de tração animal, iluminação (a gás carbono) de alguns logradouros, jornais, clubes de lazer, entidades intelectuais, colégios (para rapazes e para moças), fábricas de tecidos, caixas postais, estradas de ferro, telégrafo, telefone, Passeio Público, entre outros sinais do “fluxo modernizador”.<sup>1</sup>

Esse “progresso” na Fortaleza de fins do século XIX por vezes foi liderado por uma corrente política e ideológica afinada com os positivistas militares, o que ganhou relevo com a proclamação da República, em 1889. Segundo Almir Leal de Oliveira (2001, p. 238), essa aproximação ficou evidenciada, por exemplo, com o culto cívico à memória do general Tibúrcio Ferreira de Souza, que representava o “soldado-cidadão, responsável por uma missão científico-civilizatória”.

Importa destacar o final do século XIX como tempo de muitas transformações políticas e sociais no Ceará e no Brasil, o que certamente afetou alunos e professores da Escola Militar. Esses *sujeitos* participaram intensamente dos acontecimentos do período. Os alunos, por exemplo, criaram jornais, revistas literárias, participaram de revoltas, envolveram-se em polêmicas na cidade e, segundo José Aurélio Saraiva Câmara (1959) tiveram atuação decisiva na derrubada do antiflorianista e presidente (do estado) Clarindo de Queiroz.

Em 1898, a EMC foi extinta. Ainda não se conhecem direito as causas. Entretanto, existem indícios apontando como um dos principais motivos as constantes transgressões cometidas pelos alunos, dentro e fora da Escola Militar do Ceará que, segundo João Brígido (*apud* Menezes, 1977, p. 67), era “instituição nociva à paz pública” e desapareceu “em meio a maldições”.

Diante dessas considerações iniciais, é possível pensar na Escola Militar como importante tema de estudo, seja no campo das sociabilidades dos alunos, seja no campo das práticas pedagógicas que, no caso da EMC, refletiam um Exército em busca de um modelo para a formação de seus quadros. Este artigo, portanto, tem como objetivo expor resultados

---

<sup>1</sup> Sobre a cidade de Fortaleza na segunda metade do século XIX, ver textos de Sebastião Rogério Ponte (*A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle*) e de Celeste Cordeiro (*O Ceará na segunda metade do século XIX*). In: SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**, 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

de pesquisa em andamento sobre a Escola Militar do Ceará, suas práticas pedagógicas e o cotidiano estudantil dentro e fora do espaço da EMC.

## **Escolas Militares do Exército no final do século XIX – práticas pedagógicas**

Segundo autores que estudaram a Escola Militar do Rio de Janeiro (CARVALHO, 1985; CASTRO, 1995; MACCANN, 2009) e a Escola Militar de Porto Alegre (MEDEIROS, 1992), havia nesses estabelecimentos de ensino, em fins do século XIX, uma grande discordância quanto ao tipo de saber a ser construído: científico (baseado nas sete ciências comitistas) ou militar (baseado na profissionalização para a guerra).

Ao longo da segunda metade do século XIX, ocorreram muitas reformas educacionais no Exército, tentando equalizar o ensino científico (teórico) e o militar (prático) nos currículos das Escolas Militares. Essas propostas e suas práticas pedagógicas eram transpassadas pelas relações conflituosas entre “bacharéis” (oficiais formados pelas Escolas Militares) e “tarimbeiros” (oficiais cuja formação era baseada na experiência militar), influenciadas, por sua vez, por um contexto histórico marcado por conflitos externos, como a Guerra do Paraguai, e internos, como a Questão Militar. De acordo com Jehovah Motta (1998, p. 175), essa dosagem entre o saber científico e o saber militar foi “a grande questão sempre levantada e nunca resolvida pela Academia militar em mais de cem anos de vida”.

Analisando o regulamento que reorganizou as escolas militares do Exército, no início da República, incluindo-se nesse rol a Escola Militar do Ceará, nota-se o predomínio do saber “científico”. A ideia de soldado como um cidadão armado e com um “dever social” é marcante, ficando esse regulamento conhecido como “Regulamento Benjamin Constant” devido à influência do Ministro da Guerra na composição desse estatuto, no qual se defendia a visão do soldado como “cooperador do progresso”. Os artigos desse novo regulamento foram precedidos por uma série de considerações que ressaltavam a importância de uma “súculenta” educação científica:

(...) Considerando que, para perfeita, compreensão deste elevado destino no seio da sociedade, como o mais sólido apoio do bem, da moralidade e da felicidade da Pátria, o militar precisa de uma

succulenta e bem dirigida educação científica, que, preparando-o para com proveito tirar toda a vantagem e utilidade dos estudos especiais de sua profissão, o habilite, pela formação do coração, pelo legítimo desenvolvimento dos sentimentos affectivos, pela racional expansão de sua intelligencia, a bem conhecer os seus deveres, não só militares como, principalmente, sociaes. (...). (*Decreto n° 330*, 12 abr. 1890, p. 550).

Ora, no caso da Escola Militar do Ceará, um dos reflexos dessa proposta de educação mais teórica do que prática foi a participação dos alunos, nas atividades políticas, como a deposição de Clarindo de Queiroz, em 1892, e também nas atividades literárias cearenses ao longo da década de 1890, fecunda para a história do Ceará. A Academia Cearense de Letras, a Padaria Espiritual e o Centro Literário, entre outros, datam daquele período. Alunos da EMC fundaram várias publicações, como os jornais *Silva Jardim* e *Athleta*; e as revistas *Primeiro de Maio*; *Evolução* e *Pequena Revista*.

Esses cadetes formavam, no dizer de Raimundo Girão (*apud* CORDEIRO, 2004, p. 158), um “viçoso batalhão de intelectuais fardados”. Analisando algumas dessas publicações organizadas pelos alunos, raramente encontramos temas bélicos. Na revista *Primeiro de Maio*<sup>2</sup>, os conteúdos predominantes eram a literatura, a poesia, a filosofia e, também, textos (“Crônica do mês”) que tratavam do cotidiano dos alunos na Escola e na cidade. Aparecem, ainda, comentários sobre as diversas apresentações teatrais dos alunos (fundaram um grupo de teatro denominado “Grêmio Dramático Militar”).

No jornal *Athleta* (Fortaleza, 31 out. 1891), há textos em defesa da ciência, apontando a convicção cientificista presente no pensamento estudantil da época, e textos de apoio à forma de governo republicana, então recentemente adotada no país. Outra publicação de alunos foi a *Revista Evolução*<sup>3</sup>, com críticas literárias e textos filosóficos. Todas essas publicações, enfim, apontam-nos uma atuação intelectual importante dos alunos da Escola Militar do Ceará. Esses jornais e revistas eram

---

<sup>2</sup> Os temas citados referentes a essa publicação decorrem da análise de três números da revista *Primeiro de Maio*, publicados em Fortaleza, em 1891, pertencentes ao Acervo da Biblioteca Nacional (BN).

<sup>3</sup> Era uma revista mensal, publicada em Fortaleza, pela Typographia Universal. O exemplar analisado foi o n°. 2, de 1893, pertencente ao Acervo da BN.

remetidos para o “interior” (cidades do Ceará), “exterior” (outros estados do Brasil) e demais escolas militares do Brasil, como a Escola Militar de Porto Alegre, foco de “desenvolvimento da vida intelectual do Rio Grande” (MEDEIROS, 1992, p. 72-73). Ao que parece, essas permutas contribuíam para a circularidade dessas ideias pelo país e motivavam debates de temas como republicanismo, positivismo e modernidade entre jovens estudantes, fossem eles militares ou civis.

Segundo Jacques Lê Goff (1992, p. 169), “a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado”. Nesse sentido, o posicionamento dos alunos da Escola Militar os coloca afastados de um passado recente (Brasil monárquico, escravista, agrário) e voltados para um futuro no qual predominariam os ideais republicanos de progresso, incluindo-se aí uma formação científica em detrimento de uma formação militar (profissional) nas escolas militares. Importante destacar que isso afetava as relações de poder dentro do Exército a ponto de haver “denúncias” de oficiais “tarimbeiros” de serem preteridos nas promoções em favorecimento dos “científicos” por que estes tinham o curso superior (MOTTA, 1992; CASTRO, 1995).

De certa forma, portanto, os oficiais constituíam um grupo heterogêneo e seus “projetos”<sup>4</sup> para negociar sua realidade e para construir uma identidade social eram por vezes distintos. Essas discordâncias e descontentamentos se refletiam nas escolas de formação, como a Escola Militar do Ceará, na qual eram constantes os enfrentamentos entre os alunos (futuros oficiais “científicos”) e a parte *troupier* da oficialidade. Não obstante autores como Oswaldo Riedel (1989) terem apontado haver também instrução militar na EMC, quer-nos parecer que predominou nessa Escola um ensino marcadamente de cunho cientificista.

## **Cotidiano estudantil na Escola Militar do Ceará – aspecto disciplinar**

Levando em conta a grande quantidade de registros de ações consideradas, pela direção da Escola, como atos de transgressão dos

---

<sup>4</sup> A noção de “projeto” aparece aqui de acordo com o pensado por Gilberto Velho (*Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992).

alunos, a questão disciplinar se coloca como um dos principais pontos de tensão no cotidiano dos discentes da Escola Militar do Ceará. Essas “transgressões” ocorriam quase que diariamente, como foi o caso envolvendo dois militares do efetivo da Escola: um capitão e um aluno que acabou punido com vinte dias de prisão.

Decio Ontario de Paiva (aluno nº 130).(…) Conforme publicou a ordem do dia Escolar (...) foi preso por 20 dias, pela maneira desatençiosa por que se portou para com um Capitão Oficial de Ordens deste Comando, em um *bond*, não tendo-o cumprimentado, declarando não o ter visto, ficando sentado e fumando, não procurando ao menos desculpar-se dessa falta de dever militar e educação.<sup>5</sup>

De acordo com as normas (regulamentos) militares, o aluno deveria ter se levantado e cumprimentado o capitão. Mas, a questão ia além disso. Era a palavra do capitão contra a do aluno Decio. Pelos costumes militares da época, creditava-se a “verdade” ao militar hierarquicamente superior, no caso, o capitão. Situações como essa nos levam a pensar quais as “táticas” que os alunos criavam coditianamente para sobreviver num mundo marcado por relações sociais bastante hierarquizadas. Ressalte-se que a ideia de “tática” é considerada nesse texto a partir do pensamento de Michel de Certeau (1994). Assim, os alunos, embora ocupando postos de menor hierarquia e estando no papel dos “mais fracos”, nem sempre aceitavam o que era estabelecido nas fronteiras de um determinado lugar (Escola Militar e seus regulamentos) e criavam alternativas para se moverem no sistema estabelecido pelos “mais fortes”, ou seja, aqueles que ocupavam um lugar hierarquicamente superior.

Ao mesmo tempo, assim como na vida política e cultural, a participação desses jovens estudantes na vida social fortalezense foi permeada de tensões e conflitos. Em parte, isso se relacionava com a proposta pedagógica do “soldado-cidadão”, que estimulava um posicionamento intelectualizado, politizado e questionador. Raimundo de Menezes (1977, p. 67-69), na reveladora crônica “Diabruras dos cadetes”, conta-nos que dentro do panorama provinciano de Fortaleza, a Escola Militar proporcionou um crescimento material e intelectual. Mas, escreve

---

<sup>5</sup> Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Escola Militar do Ceará (EMC), *Escalas de Alterações de Alunos*, maio, 1897. [As próximas citações com esse tipo de fonte serão referenciadas no texto da seguinte forma: (AHEx, EMC, *Escalas de Alterações*, mês, ano).]

também que os alunos eram “moços estudantes”, vindos de várias regiões do país, morando em “repúblicas” pela cidade, e que à noite “praticavam as estripulias mais incríveis e absurdas”.

Certamente, a diretoria esperava que os alunos da Escola Militar do Ceará primassem pela ordem, hierarquia e disciplina. Mas, verificando a documentação produzida pela EMC percebe-se que esses preceitos ficavam bem mais na teoria dos regulamentos do que no cotidiano estudantil. Veja-se, por exemplo, o ocorrido com o aluno José Afonso Ramos Garcia, excluído do efetivo da Escola por atos considerados de “indisciplina”.

(...) A 6 (de junho) ficou preso para uma averiguação. Excluído a 11 por incluso no artigo 145 do Regulamento dessa Escola, por ter embriagado-se na noite do 5 do corrente, por ter desacatado um oficial do Exército, perturbado o sossego público, como também, por se achando preso, ter agredido um seu companheiro que o acompanhava. (AHEX, EMC, *Escalas de Alterações*, jun. 1896).

Outro caso que aponta essas “diabruras dos cadetes” foi o do aluno nº 186, Godofredo da Silva Miranda, acusado de, juntamente com outros companheiros, andar provocando “desordens nas ruas e quebrando as mangas de diversos lampeões da Rua do Seminário (da Prainha)” (AHEX, EMC, *Escalas de Alterações*, maio, 1897). Houve ainda cadetes que quebraram a hierarquia reportando-se diretamente ao alto comando, como o fez o aluno nº 23, Elias Marinho de Albuquerque Uchôa, que acabou “(...) desligado (...) por ter se dirigido com um telegramma com termos inconvenientes ao Exmº Ministro da Guerra declarando ser solidário com os seus colegas da Escola do Rio”. (AHEX, EMC, *Escalas de Alterações*, jun. 1897).

É instigante não apenas o grande número e variedade de transgressões dos alunos da Escola Militar do Ceará, mas, também, o aspecto de que essas transgressões por vezes tinham origem em atos de solidariedade entre os discentes. Para além da análise dos regulamentos a serem cumpridos, é importante pensar sobre os possíveis significados e contextos da “indisciplina” para os alunos e para a direção da Escola Militar, que buscava o controle sobre os alunos, tentando-lhes moldar o pensamento, autoimagem e comportamento. Segundo Erving Goffman (2008), que elencou quartéis e escolas militares entre as instituições totais, ocorreriam nesses locais as “profanações do eu”, num movimento in-

tencional de afastar os novatos (no caso os cadetes) de seu mundo doméstico e controlar-lhes esferas importantes da vida, como o sono, o lazer e o trabalho.

Nas escolas militares, buscava-se criar uma nova identidade social nos cadetes dando-lhes, por exemplo, nome de guerra e número pelos quais passavam a ser reconhecidos, ou mesmo por meio de vários elementos institucionais, como os uniformes, os hinos e os gestos regulamentares. Por outro lado, elementos nãoinstitucionais, como os trotes, as transgressões coletivas e as associações literárias e culturais dos alunos por vezes serviam como instrumentos para contestar essa identidade e mesmo para representarem uma reação intencional de desafiar a diretoria da escola, aproximando-se do que Erving Goffman (2008, p. 61) denomina “tática da intransigência”.

No caso da Escola Militar do Ceará, ao que parece, dois aspectos teriam dificultado o controle institucional sobre os alunos. O primeiro, já tratado aqui, foi a instabilidade do projeto político-pedagógico da educação militar da época, que ora tendia para o ensino profissional, ora para o ensino dito científico, com predominância clara deste último. O segundo aspecto foi que a EMC funcionou, desde o início, sob o regime de externato.

Embora uma parte dos cadetes da EMC pertencesse à “novíssima geração da classe média” cearense, cujo maior desejo de suas famílias era lhes “garantir futuro” (TINHORÃO, 2006, p. 46), a maior parte dos alunos vinha mesmo era de outros estados do país. Ao chegarem a terras desconhecidas, era natural que empreendessem novas relações sociais. Inicialmente, o grupo de referência desses novos alunos passava a ser os outros cadetes da Escola com os quais interagiam intensamente. Entretanto, os alunos não residiam no interior da Escola, mas, em casas (alugadas) ou em “repúblicas” na cidade. Isso dificultava o “disciplinamento” dos alunos pela diretoria e impedia que o conjunto de instalações da EMC fosse plenamente um “operador de adestramento”, no dizer de Michel Foucault (2009, p. 166).

O externato possibilitava aos discentes quebrar o isolamento da caserna e ampliar seu campo de sociabilidades por meio dos contatos com os munícipes o que, muitas vezes, gerava situações um tanto polêmicas. Veja-se o caso do aluno Oscar Maia Wold, que acabou excluído do efetivo da Escola Militar por “falta gravíssima de moralidade”, segundo o artigo 145 do Regulamento de 1890.

A 4 (de maio) ficou preso por 8 dias por ter insultado e offendido a um seu companheiro. Baixou a Enfermaria a 4, sahindo a 10, como incurso no artigo 145 do Regulamento por se embriagar constantemente e insultar os transeuntes em frente de sua casa onde praticava actos de immoralidade como o de andar em debuxe com mulheres prostitutas, e isto com as janellas abertas, consentindo que ellas tomem banho no Pajeú com seus uniformes. (AHEx, EMC, *Escala de Alterações*, jun. 1896).

O registro acima aponta que alugar uma casa gerava espaço para as relações sociais que o aluno poderia escolher ter, o que contribuía para o “descontrole” institucional. Há que se pensar como isso era visto pelo comando (diretoria) da Escola e pela sociedade fortalezense. Na visão do aluno Oscar, permitir que “mulheres prostitutas” tomassem banho no rio Pajeú com o uniforme da Escola Militar, talvez não representasse mais que uma brincadeira. Para o comando da Escola (e, provavelmente, para os municípios em geral) era “ato de imoralidade”.

É preciso, portanto, considerar esses múltiplos olhares, as tensões entre os discentes e a sociedade fortalezense da época e mesmo a existência de territórios e o exercício de uma territorialidade<sup>6</sup> por parte dos alunos da EMC, que viviam em casas e “repúblicas” na cidade. Assim, uma questão ainda a ser pensada é a relação entre a Escola Militar do Ceará e a paisagem da cidade, buscando avaliar o impacto da EMC na constituição socioespacial de Fortaleza e quais os territórios ocupados pelos alunos na cidade, nas duas últimas décadas do século XIX.

## Considerações finais

Diante do exposto, é possível perceber que a Escola Militar do Ceará foi de grande importância para a vida cultural e social da cidade de Fortaleza nas últimas décadas do século XIX. A presença dos alunos

---

<sup>6</sup> Neste texto, a noção de “território” aparece como segmento do espaço que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social; e a ideia de “territorialidade”, como a forma (ação) de controle do território. Cf. ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e religião*. Uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996; SILVA, Elizete Américo e SOUZA, Maria Salete de. *Espaços públicos e territorialidades no centro de Fortaleza*; e SILVA, José Borzacchiello da. *Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral*. In: SILVA, José Borzacchiello da, etc... **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

ou “cadetes” da EMC, como também eram conhecidos, foi marcante a ponto de isso ficar registrado na “cultura popular”, como nos cantos dos congos, que se apresentavam em ruas, praças e terrenos baldios da cidade<sup>7</sup>.

Secretário: Senhor Cadete  
Da gola encarnada.  
Coro: Não namore a moça  
Que ela é casada.  
Secretário: Senhor Cadete  
Da gola azul.  
Coro: Não namore a moça  
Que ela é do sul.  
Secretário: Senhor Cadete  
Da gola amarela.  
Coro: Não namore a moça  
Que ela é donzela.  
Secretário: Senhor Cadete  
Da gola bem branca.  
Coro: Não namore a moça  
Que ela é de França.  
Secretário: Senhor Cadete  
Da gola bem preta.  
Coro: Não namore a moça  
Que ela é sujeita.  
(BARROSO, 1949, p. 186-188)

Nesses versos de congo, denunciavam-se os “perigos” dos flertes entre as senhoritas da cidade e os cadetes da Escola Militar do Ceará, em cujos uniformes de passeio predominavam o vermelho e o azul. Mas,

---

<sup>7</sup> Sobre os congos e outras práticas festivas negras em Fortaleza, ver MARQUES, Janote Pires. *Festas de negros em Fortaleza*. Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009; sobre os desenhos e as cores dos uniformes da Escola Militar, ver: RODRIGUES, J. Wash. *Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Rio de Janeiro/Paris: A & F Ferroud, 1922.

além disso, esses versos também nos dizem que se reconhecia uma identidade de “cadete” (ou de aluno da Escola Militar) na cidade. E esse era um tipo social que circulava entre as mais variadas atividades culturais na cidade, recebia uma “educação científica” e buscava sobreviver num cotidiano escolar marcado por rígidos códigos disciplinares. Nesse processo, estabeleceu relações sociais conflituosas na Escola e na cidade, e dificultou as tentativas institucionais de controle, o que, provavelmente, foi causa importante para a extinção da Escola Militar do Ceará, em abril de 1898.

## Fontes

Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Escola Militar do Ceará (EMC), *Escalas de Alterações de Alumnos*, 1889 a 1897.

*Decreto nº 10.203, de 09 de março de 1889* (Regulamento para as Escolas do Exército). In: **Coletação das Leis do Imperio do Brasil do ano de 1889**. Vol. I. p. 259-309. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Acervo do AHEx.

*Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890* (Regulamento que reorganiza o ensino nas Escolas do Exército). In: **Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. 4º Fascículo, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 550-599. Acervo do AHEx.

Jornal *Athleta*, Fortaleza. 31 out. 1891, Anno I, n. 9, quinzenal. Acervo da Biblioteca Nacional (BN).

Revista *Evolução*, Fortaleza: Typographia Universal, Anno I, n. 2, 1893, mensal. Acervo da Biblioteca Nacional (BN).

Revista *Primeiro de Maio*, Fortaleza, Typografia Universal, Anno I, n. 1, jun. 1891, mensal. Acervo da Biblioteca Nacional (BN).

Revista *Primeiro de Maio*, Fortaleza, Typografia Universal, Anno I, n. 2, jul. 1891, mensal. Acervo da Biblioteca Nacional (BN).

Revista *Primeiro de Maio*, Fortaleza, Typografia Universal, Anno I, n. 3, ago. 1891, mensal. Acervo da Biblioteca Nacional (BN).

## Bibliografia

BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. Tomo 1. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1948. (Coleção Instituto do Ceará)

BARROSO, Gustavo. *Ao som da viola*. ed. correta e aumentada. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Um aspecto da tradição militar cearense*. Os estabelecimentos militares de ensino de Fortaleza. RIC, Fortaleza, t. LXXIII (1959): 104-167.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, 2. vol. 3. ed. São Paulo: Difel, 1985

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Coleção Debates; 91).

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

McCNANN, Frank. *Soldados da Pátria*. História do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Cia das Letras; Rio de Janeiro: Bibliex, 2009.

MARQUES, Janote Pires; KLEIN FILHO, Luciano. *O Casarão do Outeiro*. Memórias e ilustrações. Fortaleza: ABC Editora, 2007.

MARQUES, Janote Pires. *Festas de negros em Fortaleza*. Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

MEDEIROS, Laudelino T. *Escola Militar de Porto Alegre*. Significado cultural. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

MENEZES, Antônio Bezerra de. *Descrição da Cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 1992.

MENEZES, Raimundo. *Coisas que o tempo levou*. Crônicas históricas da Fortaleza antiga. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1977.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1818-1944)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. (Coleção General Benício v. 338)

OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará*. Memória, representação e pensamento social (1887-1914). Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2001.

RIEDEL, Oswaldo de Oliveira. *Contribuição do Exército para o ensino no Ceará*. RIC, Fortaleza, t. CIII (1989), p. 236-250.

RODRIGUES, J. Wash. *Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Rio de Janeiro/Paris: A & F Ferroud, 1922.

ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e religião*. Uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

SILVA, José Borzacchiello da, etc...*Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SOUZA, Euzébio de. *História militar do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1950. (Coleção Instituto do Ceará. História do Ceará. Monografia; n.15).

SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova história do Ceará*, 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

TINHORÃO, José Ramos. *A província e o naturalismo*. Ed. Fac-similar. Fortaleza: NUDOC, UFC, Museu do Ceará, APEC, SECULT, 2006.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.



# A origem judaica de famílias cearenses

CÂNDIDO PINHEIRO KOREN DE LIMA \*

O *Velho Testamento* já avisara, e em duas ocasiões, sobre a origem única do homem, qualquer que seja a raça. Fizera-o inicialmente dizendo de Adão como pai único da humanidade. Como esta havia sucumbido inteiramente no dilúvio, uma segunda origem, um renascer, teria tido como novo tronco único a Noé. Coisa mais clara, mensagem perfeita é dada com ele. Segundo o *Velho Testamento*, teve três filhos: Jaffet, o branco, Shem, o moreno e Rram (Ham)<sup>1</sup>, o negro. E novamente a elucidação da origem única da humanidade.

Recentemente o Projeto Genoma confirmou o que dizia milenarmente a Bíblia. Todos indivíduos descendem de um tronco único, e mais, este tronco é africano subsaariano.

Bem, esqueça-se isto, faça-se de conta que nada disto sabe-se. Imagine-se agora a Península Ibérica. Recorde-se sua posição geográfica. De seu ponto extremo ao sul, em dias de limpo céu, avista-se do outro lado do estreito, e a olho nu, o continente africano. E vice-versa. É de crer-se que por milênios, sempre houve um intercâmbio das populações destas duas regiões, praticamente limítrofes, onde apenas Gibraltar separa-os. Modernamente, a arqueologia entende que o homem peninsular possui três grupos populacionais primitivos a formá-lo: os ceutas mais predominantes ao norte, os fenícios-semitas mais mediterrâneos, e os iberos, originários desta migração a partir da África do Norte e mais intensos ao sul. Ao homem ibérico primevo chamou-se de ceutíberos. Não adianta sendo ibérico, ou originado deles querer fugir da origem em sangue negro.

---

\* Médico. Genealogista.

<sup>1</sup> Aqui grafe-se Rram, deste modo, pois é a pronúncia correta do nome e não Cam, em transliteração errônea do hebraico, com toda conotação pejorativa que desta passa advir. Até o grande Aurélio Buarque de Holanda caiu nesta armadilha. A primeira letra deste nome em hebraico tem o som de “RR” e não de “K” ou “CA” como aceita o dicionarista. Em seu fabuloso trabalho, em camita lê-se: “indivíduo dos camitas, população da África do Norte, supostamente descendente de Cã, filho de Noé”.

Some-se a isto o fator desencadeado pela invasão de 711. Nesta data uma tropa de berberes recém-conversos ao Islã, chefiada pelo General negro Tariq (Gibraltar é em sua homenagem) composta de 12.000 cavaleiros, derrotou o Rei Rodrigo com mais de 100.000 homens e tomou para si a Espanha. Os muçulmanos a dominariam, embora que nunca totalmente, e em área progressivamente menor, por quase 800 anos. Há que se entender facilmente que, neste período, o contingente muçulmano de ocupação mais intenso sempre foi composto de negros da África do Norte. Na segunda metade da dominação ibérica, com os almóadas e almorávidas, eles foram também o real poder peninsular. Ocuparam por 800 anos e miscigenaram-se no povo em geral e na elite goda remanescente.

Um exemplo desta última afirmação é a descendência do Rei Ramiro II de Leon (6º Rei de Leon em 930. Falecido em 950), fruto da união com uma moça rramita<sup>2</sup>, negra da África do Norte. A moça era trineta de Aboali, chefe tribal berbere, companheiro de Tariq na conquista de 711. Ramiro II, roubou-a, converteu-a, e após mandar o filho matar a mãe, sua mulher legítima, aparentemente casou com ela. Chamou-a, conversa, de Artiga ou Ortiga. A descendência do sangue negro pré-saariano da moça Aboali, por esta via difundiu-se por toda elite documentada ibérica, casas reais da Espanha, Portugal, Brasil e de quase toda Europa.

Assim, presume-se que sendo originário da Espanha ou Portugal, há que se ter o sangue negro da África do Norte, dos rramitas (não é camita!) que sempre mantiveram fluxo migratório pelo estreito, originando o componente ibérico dos peninsulares, acentuado pela dominação de quase 800 anos. Há que se compreender isto. Difícil no entanto, é aceitar a origem de segmentos da nossa elite nordestina, que ibérica aqui uniu-se ao sangue nativo do índio, a partir de troncos negros de escravos subsaarianos. O que pesa aqui, na tal aceitação, muito mais que a origem em negros é a origem em tal condição social. É difícil de aceitar e de achar. Os negros subsaarianos escravos, apenas excepcionalmente, ligaram-se a elite dominante e documentada. São raríssimos os troncos e descendências destes. Mas existem.

Um destes troncos é excepcional, com descendência vasta importante por todo nosso nordeste, a partir de Pernambuco e Paraíba. Creio

---

<sup>2</sup> Velho Livro de Linhagens do Conde D. Pedro – Ver em *Portugaliae Monumenta Histórica*, edição da Academia de Ciências de Lisboa, chefiada por Alexandre Herculano, Lisboa 1856.

que seja a mais importante e bem documentada origem a partir de negros subsaarianos escravos.

Fala-se de Maria Gomes Bezerra. Diz Borges da Fonseca<sup>3</sup> que a origem dela dá-se a partir de um cavaleiro dos Bezerra, da casa e morgado de Paredes e Geraz em Viana. O moço esteve na África, a serviço ou a degredo e de lá trouxe uma moça escrava, de quem teve um filho bastardo e presume-se, mulato, nominado de Antônio Gomes Bezerra. Este é o pai de nossa Maria Gomes Bezerra. Ela casou ainda em Viana com Pedro Alves da Silveira, natural de Serpa. O casal passou a Pernambuco ao redor do ano de 1560, onde foram eles senhores primeiros do engenho Massiapé. Tiveram filhos em Portugal e Pernambuco. Em 1601 Maria Gomes Bezerra, que viveu a maior parte de sua vida abandonada pelo marido, fato pelo qual os filhos odiavam o pai, já era viúva. É neste ano que temos notícias mais interessantes sobre ela. Era amiga dos judaizantes Branca Dias e Diogo Fernandes. Uma filha dela casara com o neto do casal de criptojudéus. Por estes anos estavam presos na inquisição de Lisboa, filhas, netas do casal supracitado, além de uma filha bastarda de Diogo Fernandes. Uma filha do casal de judaizantes, Beatriz Fernandes, e uma neta Beatriz de Souza, solicitam o testemunho da velha senhora no intuito de defendê-las e livrá-las das acusações, que levaram-nas às prisões do Santo Ofício. Beatriz de Souza (Proc. Santo Ofício de Lisboa nº 4273) no processo em que é contéuda, recebe o testemunho favorável dela. Nele Maria Gomes Bezerra apresenta-se e qualifica-se. Aqui tem-se certeza do que afirmara o linhagista Borges da Fonseca sobre sua origem e etnia. Ela depõe em Olinda em agosto de 1601 e diz que tem 67 anos (n. 1534), viúva, padeira, mulata, moradora em Olinda na Rua Lopo Poiares, e que não sabia assinar o nome.

A descendência da mulata Maria Gomes Bezerra, das mais ilustres, passa a ter significado econômico e político já a partir dos filhos que foram alavancados excepcionalmente pela guerra que se teve para dominação dos nativos da Paraíba. Um filho dela, Duarte Gomes da Silveira, já nascido em Pernambuco, foi um dos conquistadores da tal Capitania Real, juntamente com o sogro, o enigmático João Tavares, o primeiro Capitão-mor Governador, de fato, da Paraíba. Com a derrota e pacificação dos nativos ele recebeu extensas glebas de terras agricultáveis,

<sup>3</sup> FONSECA, José Vitoriano Borges da – *Nobiliarquia Pernambucana – Silveiras Bezerras*.

onde edificou dois grandes engenhos, o Nossa Senhora da Ajuda, o velho e o Santo Antônio, o novo. Possuiu ainda muitas fazendas de criar. A tudo vinculou em 6 de dezembro de 1633, no morgado riquíssimo do Salvador do Mundo da Paraíba, para o qual teve autorização real. Era então a maior fortuna da região. Recebeu dos Reis Felipes de Espanha e Portugal o título de Marquês de Capobaba, que não confirmou-se em decorrência da derrocada dos espanhóis e aclamação de João IV. Chamara para o morgado como administrador, o filho único legítimo João Gomes da Silveira Bezerra, que faleceu solteiro em 1634, como Capitão das tropas locais no enfrentamento aos holandeses na fortaleza de Cabedelo. As tristezas não pararam por aí. Um irmão de Duarte Gomes da Silveira, mais velho que ele, pois nascido ainda em Viana, Pedro Alves Bezerra, dois anos após, em 1635, lutava no posto de Capitão de infantaria. Derrotado pelos batavos foi por eles degolado em Porto Calvo.

A invasão holandesa foi fatal para o rico senhor. Além da perda do filho legítimo único e do irmão querido, ambos mortos pelos batavos, teve seus bens muito diminuídos. Faleceu em 1644 em prisão domiciliar decretada pelos invasores. O riquíssimo morgado teve como segundo administrador, uma filha bastarda, que casou com Antônio Barbalho Bezerra, bisneto de Branca Dias e Diogo Fernandes, e permaneceu nesta descendência.

O filho mais velho da mulata Maria Gomes Bezerra, Domingos da Silveira, nascido ainda em Viana, retornou a Portugal. Formou-se em Coimbra. Em Pernambuco foi Procurador da Fazenda Real e notário do Santo Ofício. Vivia muito idoso em 1636, com 85 anos. Casara em Viana com Margarida Gomes da Silva. Sua descendência mulata, confunde-se com frequência com os Camelos, com a descendência de Branca Dias, com os Regos Barretos ou Barros e com a do oitavo filho de Jerônimo de Albuquerque e de Arcoverde.

A mulata Maria Gomes Bezerra, por via deste filho Domingos da Silveira, é o nono avô do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do movimento revolucionário de 1964 que depôs o Presidente João Goulart, sucedendo-o como tal (CP- Silveiras Bezerras 132-311-111-1).

Uma filha da mulata Maria Gomes Bezerra e Pedro Alves da Silveira, Ana da Silveira, foi a segunda mulher de Antônio Barbalho (II) neto de Branca Dias e Diogo Fernandes.

Uma filha destes últimos, Ana da Silveira e Antônio Barbalho (II) e neta da mulata Vitória Gomes que vivia em 1665, casou com Gabriel ou Matias da Costa Vasconcelos Marrecos, natural da Ilha de São Miguel e Capitão de ordenanças em Mamanguape.

Uma bisneta da mulata, Isabel Fernandes, filha de Vitória Gomes, casou com João Soares de Avelar, natural de Lisboa, filho de Manuel Soares de Avelar e Maria do Santo Antônio de Oliveira.

Um trineto da mulata, João Soares de Vasconcelos, filho de Isabel Vasconcelos foi Tenente-coronel da cavalaria. Casou com Faustina Pereira da Cunha, filha de Manoel Pereira Bulcão, natural do Fayal.

Um quarto neto da mulata, Cosme Soares Bulcão, filho de João Soares de Vasconcelos, nasceu em Pernambuco em 1740. Casou com Francisca Medeiros de Albuquerque, descendente do patriarca Jerônimo de Albuquerque, do qual Pernambuco nestes 2010 comemora seus 500 anos de nascimento. O casal migrou para o Vale do Acaraú-CE, onde fixou-se.

Um quinto neto da mulata, Antônio Soares Bulcão, filho de Cosme Soares Bulcão, nasceu em Amontada-CE em 1761. Faleceu assassinado, por um criado, em seu sítio Jacú em Uruburetama-CE em 1793, aos 32 anos de idade e 6 anos de casado. Foi o primeiro marido de Teodora Inácia Teles de Menezes, filha do Capitão-mor do Aracatiaçu Gabriel Cristóvão Teles de Menezes, e de sua segunda mulher Rosa de Santa Maria Lins.

Este quinto neto da mulata, Antônio Soares Bulcão, deixou grande e importante descendência que se esproua por todo Ceará, principalmente na Zona Norte do estado. É a origem dos Soares do Vale do Acaraú-CE e principalmente do Soares Bulcão. Entre os primeiros cita-se o Padre Sadock de Araújo, autor da *Cronologia Sobralense*, o genealogista Francisco Augusto, autor de *Soares de Araújo do Vale do Acaraú*, e este escrevinhador. Entre os segundos, o historiador Soares Bulcão e a atriz Florinda Bolkan.



# *EFEMÉRIDES*



## Datas e fatos para a história do Ceará

MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ)\*

---

### Janeiro /1992

---

11 - Morre, em Fortaleza, a pianista cearense Maria ***Carmen Carvalheda***, sendo seu corpo velado na capela da Funerária Ternura, na Rua Padre Valdevino nº 2255 e sepultado no dia seguinte no Cemitério Parque da Paz.

15 - Nasce o primeiro ***bebê de proveta*** do Nordeste, em Fortaleza, a Maria Cecília, parto feito com intervenção cesariana na Maternidade Escola Assis Chateaubriand, pesando 2,940kg e com 47cm de comprimento. É a primeira filha do casal Raimundo Sérgio Gondim Passos e Maria Ângela de Moraes.

17 - Morre, aos 74 anos de idade, o professor ***José Rebouças Macambira***, cearense de Palmácia nascido a 17/11/1917, era membro da ***Academia Cearense de Letras - ACL*** e da ***Academia Cearense de Língua Portuguesa***.

18 - Falece, aos 81 anos de idade, o médico ***José Gomes da Frota***, cearense de Sobral que dirigiu por algum tempo a Assistência Municipal. Nasceu em Sobral a 15/11/1910.

22 - Morre, aos 90 anos de idade, o general de Divisão Manuel ***Cordeiro Neto***, vítima de isquemia cerebral, na Casa de Saúde São Raimundo, sendo seu corpo velado na Funerária Ternura na Rua Padre Valdevino nº 2255 e sepultado no dia seguinte no Cemitério de São João Batista. Advogado em 1927, foi telegrafista, Chefe de Polícia, Secretário de Segurança e Prefeito. Chegou ao generalato em 1959. Era cearense de Russas nascido em 30/12/1902.

---

\* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

22 - Iniciam-se, pela Construtora Andes S. A., as obras de construção do **viaduto que elevará a Avenida 13 de Maio** sobre a Avenida Aguanambi, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF.

22 - Morre em Fortaleza o médico **Tarciso Soriano Aderaldo**.

26 - Morre em Brasília, aos 72 anos de idade, o ex-governador e ex-deputado Flávio Portela Marcílio (**Flávio Marcílio**), piauiense de Picos nascido a 12/08/1917.

28 - Abre-se o **I Salão de Humor de Fortaleza** (Nacional) na Associação Atlética Banco do Brasil - AABB.

31 - Morre em Fortaleza o ex-vereador por três legislaturas, ex-deputado estadual, **José Martins Timbó**. Exerceu a presidência da Câmara Municipal de Fortaleza, substituindo eventualmente o prefeito. Nascera em Hidrolândia a 04/09/1919.

31 - Assume o comando do **23º Batalhão de Caçadores - 23BC**, o coronel **Antônio Carlos Pontes Barreto**, em substituição ao coronel **Francisco Flávio Nogueira Carneiro**.

## Fevereiro

03 - Irrompe, pela manhã, na esplanada do Mucuripe, grande **incêndio** no terminal de combustíveis, no setor da Norte Gás Butano, do Grupo Edson Queiroz, destruindo entre outras coisas oito caminhões que ali estavam sendo carregados. O Corpo de Bombeiros esteve presente e debelou o incêndio após duas horas.

07 - Morre, em Fortaleza, o empresário **Antônio Teixeira Leite**, sócio da **Livraria e Papelaria Educativa**.

13 - Morre, às 14h35min, aos 68 anos de idade, vítima de falência múltipla dos órgãos, a ex-primeira dama do Estado Luíza Moraes Correia Távora (**Luíza Távora**), viúva de Virgílio de Moraes Fernandes Távora (Virgílio Távora). Tem seu nome no Centro Artesanal na Aldeota.

14 - Morre, na Gastroclínica, em Fortaleza, o brigadeiro-do-ar **José Sampaio Macedo**, primeiro comandante da Base Aérea de Fortaleza e precursor do Correio Aéreo Militar - CAM, depois Correio Aéreo Nacional - CAN. Nascera na cidade do Crato em 17/10/1907, onde é sepultado.

16 - Repercuta em Fortaleza a morte do ex-presidente Jânio da Silva Quadros (**Jânio Quadros**), aos 75 anos de idade, em São Paulo.

28 - Desativado o *Hotel Savannah* horas, do Grupo Jereissati, no Edifício Jereissati, na esquina da Rua Major Facundo nº 411 com Rua Pará nº 20, na Praça do Ferreira.

### Março

01 a 03 - O *carnaval* cai nesses dias.

04 - Forte *tempestade* açoita, pela manhã, Fortaleza, com ventos de até 100 km horários, principalmente no Mucuripe, arrancando telhados e derrubando placas, árvores e muros.

05 - Morre à noite, no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, aos 37 anos de idade, vítima de AIDS (SIDA), o jornalista cearense *Rogaciano Leite Filho*, que assinava a coluna “Em Off” no jornal O Povo. Seu corpo chega em Fortaleza no dia seguinte sendo sepultado no Cemitério Parque da Paz.

12 - Morre, em São Paulo, *Mirian Duarte Matos (Clívis Matos)*, filha do jornalista Clóvis de Alencar Matos, que foi Rainha da Imprensa no ano de 1955. Nascera em Fortaleza, a 22/04/1934. A seu pedido, o corpo é cremado.

17 - Morre em Fortaleza, Cauby de Assis Bezerra (*Cauby Bezerra*), proprietário da Tipografia Minerva e ex-presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado do Ceará. É sepultado no dia seguinte no Cemitério São João Batista.

18 - Iniciam-se os trabalhos de alargamento da *Rua Domingos Olímpio*, em sua primeira etapa, entre a Rua Assunção e a Avenida Aguanambi.

24 - Na madrugada, no km. 204 da BR-116, no trevo que liga as cidades de Tabuleiro e Limoeiro, perde a vida o compositor e cantor *José Edinir* Maia, aos 26 anos de idade, quando a moto que conduzia bate de frente com um caminhão. Seu corpo chega ao IML sem identificação só sendo reconhecido no dia seguinte.

24 - Instala-se, em Fortaleza, o *Conselho Estadual de Energia*.

### Abril

08 - Toma posse na Cadeira nº. 39 da *Academia Cearense de Letras - ACL*, Carlos Mauro Cabral Benevides (*Mauro Benevides*), sendo saudado por José Murilo de Carvalho Martins (Murilo Martins).

13 - Realiza-se o **XLIII Salão de Abril**, homenageando o pintor Raimundo **Garcia** de Araújo, promoção da Fundação de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Fortaleza, no MAUC.

25 - Inaugura-se, na administração de Juraci Vieira Magalhães (Juraci Magalhães), a **Praça Antônio Ferreira de Magalhães**, na esquina da Rua Parnaíba com Rua Professor Carlos Lobo, em frente ao IPREDE, na Cidade dos Funcionários.

## Maio

01 - Sexta-feira, encerra definitivamente suas atividades, o **Lord Hotel**, que havia sido inaugurado em 1956 passando das mãos de Pedro Philomeno Ferreira Gomes (Pedro Filomeno) para de um suíço em 1959. Localizava-se na esquina da Rua 24 de Maio nº 642 com Rua Liberato Barroso, olhando para a Praça José de Alencar.

05 - Reinaugurado, após reforma que trouxe de volta antigas características, o **Passeio Público**. Foram colocadas grades e colunas, o coreto, bancos, antigo quiosque etc. Na festa inaugural, as bandas de música da 10ª Região Militar e da Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF, além dos cantores Evaldo Gouveia de Oliveira, Maria Aíla Gomes da Silva (Ayla Maria) e Raimundo Arrais.

08 - Morre em Paris, França, o soprano natural **Paulo Abel** do Nascimento, cearense de Fortaleza.

12 - Às 18h assume o cargo de Reitor da **Universidade Estadual do Ceará - UECE**, o professor Paulo de Melo Jorge Filho (**Paulo Petrola**), em solenidade no Palácio do Cambéba.

14 - Toma posse na presidência da **Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão - Acert**, o radialista e jornalista José **Edilmar Norões** Coelho.

15 - O governador Ciro Ferreira Gomes (Ciro Gomes) assina o decreto de desapropriação de um terreno de 10 hectares, na Avenida Alberto Craveiro (atual Juscelino Kubitschek) para implantação de um **Hospital Sarah Kubitschek**. A previsão era para inauguração em 1995.

25 - Iniciam-se os trabalhos para a construção do viaduto da **Avenida Engenheiro Santana Júnior** sobre a **Avenida Santos Dumont**.

28 - Morre, em Fortaleza, o jornalista **Ribamar Barbosa**.

29 - Assume o comando da **Polícia Militar do Ceará - PMC**,

o coronel PM **Francisco Hamilton R. Barroso**, que substitui seu colega coronel PM **José Danilo Tomás**

## Junho

01 - Irrompe **incêndio** na **Loja Camelo**, de **Luís Camelo**, na Rua Senador Pompeu nº 1111, no Centro de Fortaleza, logo controlado pelo Corpo de Bombeiros.

06 - Falece em Fortaleza, aos 88 anos incompletos, o magistrado **Raimundo Justo Ribeiro**, ex-deputado estadual nascido em Ipu, CE, em 17/07/1904.

14 - Inauguradas na Praia de Iracema as primeiras placas de rua com a indicação do **Código de Endereçamento Postal - CEP**, que nessa data passa a ter oito dígitos, na **Rua Guanacés** e na **Rua Pacajus**, com a presença do prefeito Juraci Vieira Magalhães (Juraci Magalhães) que na ocasião sanciona a lei que obriga o uso do CEP nas placas de rua, atendendo a projeto do vereador Eliomar Braga, já aprovado pela Câmara Municipal.

16 - Criada, pelo Ato nº 9.909, publicado pelo Diário Oficial do Município - DOM nº 10.176, a **Escola de 1º Grau Cônego Francisco Pereira da Silva**, na Rua Luís Xavier s/nº, Paupina, Messejana.

29 - Dia do pescador, inaugura-se, em terreno vizinho à Igreja de São Pedro, na Avenida Beira-Mar, no Mucuripe, o **Monumento do Pescador**, trabalho do escultor **Kazane**, iniciativa da Secretaria de Cultura e Desportos - Secult, na administração do governador Ciro Ferreira Gomes (Ciro Gomes) e do secretário de cultura Augusto Pontes.

## Julho

01 - Posse do novo presidente da **Academia de Ciências Sociais do Ceará - ACSC**, professor **Francisco José Loiola Rodrigues**, em substituição ao professor João Alfredo de Sousa Montenegro (**João Alfredo Montenegro**).

02 - Inaugurado o **Centro Integrado de Educação e Saúde Professor José Valdivino de Carvalho**, funcionando na Rua Guará, na Serrinha, criado pelo Ato nº 7.174 de 16/06/1992, publicado no Diário Oficial do Município nº 9.909 de 16/06/1992.

06 - Publicado no Diário Oficial do Município - Diom nº 9901 a Lei nº 7148 do dia 24/06/1992 que denomina de **Avenida Júlio Ventura** trecho final da **Avenida Heráclito Graça**.

10 - Abre-se, em Fortaleza, uma filial da firma paraibana **Lojas Maia**, na Rua Barão do Rio Branco nº 1224, dirigida pelo sócio proprietário **Dalci Furtado Lima**.

11 - Inaugurado, na Praça Amigos da Marinha, no Mucuripe, o monumento **Submarino Ceará**, dentro das comemorações dos 135 anos da Capitania dos Portos do Ceará.

12 - Domingo, realiza-se a **XXV Regata de Jangadas Dragão do Mar**, com disputa de 135 embarcações, sendo vencedor o jangadeiro Eliseu Lima Nascimento (**Neguinho**) em sua jangada “Marli”, que fora o vencedor do ano anterior.

12 - Morre, em Fortaleza, aos 88 anos incompletos, o ex-deputado estadual, jornalista Mariano Rodrigues Martins (**Mariano Martins**). Nascera a 24/07/1904 em Quixeramobim. Foi um dos fundadores do jornal *Diário da Tarde*.

13 - Muda o comando da **Companhia Brasileira de Transportes Urbanos - CBTU**, quando sai o engenheiro **Raimundo Wagner Vieira Ramos** e assume **Francisco César Pierre Lima Barreto**.

13 - Inaugura-se o **Centro Integrado de Educação e Saúde Professor Monteiro de Moraes**, na Rua Evilásio Miranda, s/nº, na Sapiranga.

16 - Inauguram-se o **Centro Integrado de Educação e Saúde Professor Anísio Teixeira**, na Rua Guarani nº 355, Parque Itamarati e o **Centro Integrado de Educação e Saúde Professora Vicentina Campos Mariano Lopes “Tia Vica”**, na Rua B, nº 145, no Conjunto Jardim Primavera, Parque Dois Irmãos, no Itaperi.

26 - Inaugura-se, às 9 horas, as novas instalações da **Casa de Saúde e Maternidade São Raimundo**, na esquina da Avenida Barão de Studart com Rua Pereira Filgueira, dirigida pelos médicos A. Otoni Soares e Murilo Hortêncio de Medeiros.

## Agosto

05 - Missa e traslado das cinzas do soprano natural cearense **Paulo Abel** do Nascimento, em cerimônia no Cemitério Parque da Paz.

09 - Inaugura-se, às 10 horas, no final da Avenida Beira-Mar, no largo em frente às bancas de venda de peixes e mariscos, o **Monumento**

**ao Jangadeiro**, de 5m de altura, representando três velas de jangadas, vazadas, confeccionadas em aço especial anticorrosivo, projetada pelo artista plástico **Sérvulo Esmeraldo**. O monumento fora criado pela Lei nº 6.942, de 12/07/1991, de autoria do vereador Eliomar Braga. Estiveram presentes à solenidade além do prefeito Juraci Vieira Magalhães (Juraci Magalhães), a primeira dama do Município, Zenaide Magalhães, o comandante Carlos Barbosa Faillace, da Capitania dos Portos, o presidente da Colônia dos Pescadores, José Maia e o artista autor do trabalho, Sérvulo Esmeraldo.

12 - Fundado o **Centro Integrado de Educação e Saúde Professor Francisco Edmilson Pinheiro**, na Avenida Horas, s/nº, na 4ª Etapa do Conjunto Ceará, Granja Lisboa.

13 - Morre, às 5 horas, vítima de câncer na próstata, aos 75 anos incompletos, o escritor e advogado Itamar de Santiago Espíndola (**Itamar Espíndola**), em sua residência no bairro de Fátima. Era membro do **Instituto do Ceará** (Histórico, Geográfico e Antropológico), da **Academia Cearense de Letras - ACL** e da **Academia Cearense de Língua Portuguesa - ACLP**. É sepultado às 19 horas no Cemitério Parque da Paz. Era cearense de Pacatuba nascido a 14/09/1917.

14 - Inauguração do **Centro Integrado de Educação e Saúde Professor Luís Recamonde Capelo**, na Rua Maria Quintela s/nº, no Bom Sucesso.

17 - Morre em Fortaleza, no Hospital das Clínicas, vítima de câncer, aos 74 anos de idade, o veterano da Segunda Guerra Mundial, reformado do Exército **Valdemiro Alves da Silva**, cearense de Fortaleza, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista.

22 - Interditada a **Avenida Monsenhor Tabosa**, para obras de melhoramentos visando transformá-la num centro de atração turística. Foram prometidos melhoramentos no fluxo do tráfego e melhor estacionamento, mas o que se viu foi o estrangulamento da via que tornou-se quase intransitável pelos veículos.

26 - Reaberto ao tráfego o trecho da **Rua Domingos Olímpio** entre a Rua Barão de Aratânia e a Avenida Aguanambi.

27 - Morre, às 4h50min, aos 70 anos de idade, o poeta, jornalista e novelista **Durval Aires** de Menezes, na Santa Casa de Misericórdia. Era membro da **Academia Cearense de Letras - ACL**. Cearense de Juazeiro do Norte, nascera no dia 13/02/1922.

29 - Morre, em Fortaleza, o médico **Heitor Catunda** Gondim, nascido em Fortaleza no dia 05/03/1920.

31 - A **10ª Região Militar** está com novo comandante, o gen. **Victor José Schlobach Fortuna**, que assume substituindo o general **Sérgio Régis Nunes Franco**.

### Setembro

04 - Inaugurado, pelo prefeito Juraci Vieira Magalhães (Juraci Magalhães), um monumento dedicado à **Bárbara de Alencar**, na Praça da Medianeira, na Avenida Heráclito Graça, próximo ao Estádio Coberto Paulo Sarasate, trabalho de Zenon da Cunha Mendes Barreto (**Zenon Barreto**) que não é exatamente uma escultura de Bárbara, pois não existe imagem da mesma, mas um monumento à sua figura. Após várias tentativas e feitas várias estátuas recusadas pela Prefeitura, Zenon revoltado fez a escultura que lá está que não faz jus ao nome que o artista tem.

05 - Inaugura-se o **Centro Integrado de Educação e Saúde Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati**, funcionando em prédio da Rua Reino Unido, nº 115, no Conjunto Tancredo Neves, Jardim das Oliveiras, doado à municipalidade por Carlos Jereissati.

25 - Morre, vítima de um tumor no cérebro, aos 72 anos de idade, o veterano da 2ª Guerra Mundial, **Joaquim Clícério Pinheiro de Andrade**, reformado do Exército.

25 - À noite, recebem o Troféu **Sereia de Ouro**, do Sistema Verdes Mares de Comunicação, o médico **Fernando Pompeu**, o prefeito Juraci Vieira Magalhães (**Juraci Magalhães**), o banqueiro José **Afonso Sancho** e o professor **Paulo Bonavides**. É o 22º ano do Troféu Sereia de Ouro, criado por Edson Queiroz, para homenagear os cearenses que se destacaram de alguma forma.

26 - Inaugurado, no bairro Dias Macedo, na Rua 3, nº 88, no Residencial Napoleão Viana, o **Centro Integrado de Educação e Saúde Professor João Hipólito de Azevedo e Sá**.

### Outubro

03 - Realizam-se **eleições** em Fortaleza para escolha do prefeito, sendo candidatos **Acrísio Sena**, do PFS; Antônio Elbano Cambraia (**Antônio Cambraia**), do PMDB; **Fernando Branquinho**, do PT; Lúcio Gonçalves de Alcântara (**Lúcio Alcântara**), da coligação PDT, PSB, PdoB, PV e PMN; **Luciano Monteiro**, do PSC; Francisco de Assis Machado Neto (**Assis Neto**), do PSDB e **Eliano Gino de Oliveira**, do PRN.

15 - Morte da empresária **Ethel Angert**, assassinada a tiros pelo ex-marido, o empresário **Flávio Carneiro**. O crime acontece por volta das 19 horas, dentro de uma filial da loja **Tok Discos**, que pertencia ao casal, localizada na Rua Guilherme Rocha nº180, no térreo do Edifício Jalcyr Metrópole, esquina com a Rua Barão do Rio Branco.

23 - Assume, às 17h30min, a presidência do **Banco do Nordeste do Brasil - BNB**, o economista João Alves de Melo (**João Melo**), no Centro Administrativo do Passaré.

27 - Lançamento, no Palácio do Cambeba, do Programa de Infraestrutura-**Sanefor**, com abertura do processo de licitação internacional. Depois seria o programa de saneamento **Sanear**.

## Novembro

01 - Irrompe **incêndio**, à noite, na **Casa do Desenho**, livraria e papelaria localizada no Centro Comercial da Aldeota, na Avenida Santos Dumont nº 3669, logo debelado pelo Corpo de Bombeiros.

10 - Assume o novo pároco do **Santuário de Nossa Senhora Aparecida**, no Montese, padre **Carlos Alberto Monteiro de Andrade**.

22 - Chega ao Aeroporto Pinto Martins o herdeiro do trono brasileiro, príncipe **Dom Luís de Orleans e Bragança**, sendo recepcionado pelos monarquistas da terra.

27 - Inaugura-se o **Centro Integrado de Educação e Saúde Aída Santos e Silva (Aída Balaio)**, na Avenida Trajano de Medeiros nº 813, no Vicente Pinzon.

27 - Entregue o título de **Doutor Honoris Causa** da Universidade Federal do Ceará - UFC ao senador Carlos Mauro Cabral Benevides (**Mauro Benevides**).

28 - Morre, às 22 horas, aos 74 anos de idade, no Prontocárdio, o veterano da 2ª Guerra Mundial, **Raimundo Simões Pinto**, natural de Itapipoca, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista.

## Dezembro

03 - **Incêndio** irrompe no **Bar e Loja Tem Tudo**, na Rua General Bezerril, na Praça General Tiburcio.

05 - Morre, em Fortaleza, aos 84 anos de idade, o comerciante, industrial, educador, ex-deputado e ex-governador Franklin Gondim

Chaves (**Franklin Chaves**), cearense de Fortaleza, nascido no Sítio Bom Futuro, nas Damas, em 10/02/1908, que foi presidente da Assembleia Legislativa em 1966-1967. Filho de Dulcinéa Gondim.

07 - Inaugurada a **Escola do Ensino Fundamental Professora Aldaci Barbosa**, tendo como diretor o professor **Antônio Walber Muniz**.

08 - Dá-se a primeira moagem do **Moinho Dias Branco**, no Mucuripe, de propriedade da firma **M. Dias Branco S. A.**, que teve suas obras iniciadas em junho de 1991.

08 - Morre, em Fortaleza, CE., aos 70 anos de idade, o médico **Mozart Ibiapina Siqueira**. Nascera em Fortaleza em 22/08/1922.

09 - Inaugura-se, na Rua Vicente de Castro nº 6074, no Mucuripe, a **Escola de 1º Grau Professor Álvaro da Costa**.

09 - Resolução de um impasse. O **Campeonato Cearense de Futebol** de 1992 foi complicado, sendo a primeira vez que uma competição tem quatro vencedores. Em virtude de um processo impetrado pelo **Tiradentes** no Primeiro Turno e o certame ter prosseguido sem o devido julgamento, no final foi dado ganho de causa ao reclamante dando-lhe o primeiro turno e tudo se complicou, pois os jogos realizados seriam outros se houvesse saído o julgamento a tempo. Resultado: a Federação Cearense de Futebol resolveu dar o Campeonato aos quatro times finalistas. Assim os Campeões do ano de 1992 foram: **Ceará Sporting Clube**, **Fortaleza Esporte Clube**, **Icasa** e **Tiradentes**. Como no ano anterior o Campeão tinha sido o Fortaleza, dos quatro era o único Bicampeão. José Amaro Sobrinho, o popular **Bodinho** interrogava: “- Quem são os quatro vices?”

09 - Às 17h57min inicia-se um **eclipse total da lua**, mas só passa a ser visível em Fortaleza às 19 horas, atingindo a totalidade às 20h08min, sendo estudado pelo observatório do Instituto Christus, dirigido por **Denis Weaver** e no da UECe dirigido pelo astrônomo **Cláudio Pamplona**.

10 - Toma posse na Cadeira nº 29, da **Academia Cearense de Letras - ACL**, o poeta José **Costa Matos**, sendo saudado por Mozart Soriano Aderaldo.

16 - O antigo Conselho de Assistência Técnica aos Municípios - CATM, transformado em Conselho de Contas dos Municípios, em 1970, por Emenda nº. 9 à Constituição Estadual, passa a denominar-se **Tribunal de Contas dos Municípios - TCM**.

18 - Entregue ao povo de Fortaleza a nova **Avenida Monsenhor Tabosa**, após completa reforma que a deixou mais estreita e com esta-

cionamentos que dificultam a passagem pela mesma. O intuito é melhor servir aos turistas enquanto a população local é preterida.

20 - Morre em Fortaleza a vereadora **Maria Zélia Correia**, aos 48 anos de idade, sendo seu corpo velado na Igreja de São José, na Avenida dos Expedicionários e sepultado no dia seguinte, no Cemitério Parque da Paz.

21 - Começam a funcionar, em caráter experimental os primeiros **telefones públicos a cartão**, sendo colocados aparelhos no North Shopping, no Terminal Rodoviário Engenheiro João Tomé e Center Um.

28 - Inaugurado pelo prefeito Juraci Vieira Magalhães (Juraci Magalhães), o **viaduto da Avenida Santana Júnior**, sobre a Avenida Santos Dumont, obra do engenheiro **Marcelo Torres de Melo**.

29 - O País é abalado e tem forte repercussão em Fortaleza, a renúncia do presidente **Fernando Color de Melo**, para não ser cassado, assumindo o vice-presidente Itamar Augusto Cautiero Franco (**Itamar Franco**).

A estimativa da **população** de Fortaleza, fornecida pelo IBGE, é de 1.796.116 **habitantes**.

---

### Janeiro /1993

---

01 - Toma posse como prefeito de Fortaleza, Antônio Elbano Cambraia (**Antônio Cambraia**), tendo como vice Antônio **Marcelo Teixeira** de Sousa.

06 - Morre, em Fortaleza, o comerciante Epitácio Vicente do Nascimento (**Epitácio Nascimento**), que fundou a loja ainda existente **O Epitácio**, de molduras, vidros, espelhos, gravuras, tintas e pincéis, nascida na Rua Liberato Barroso nº 89 (hoje 105), mudando-se para a Rua Major Facundo nº. 643, tendo hoje filial na Avenida Dom Manuel.

09 - Morre, com 72 anos incompletos, o desportista Francisco **Armando Aguiar**, ex-deputado estadual, cearense de Massapê nascido em 16/01/1921, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista.

20 - Morre, em Fortaleza, em sua residência, enquanto dormia após o almoço, aos 56 anos de idade, vítima de problemas cardíacos, o técnico e ex-jogador de futebol Moésio Araújo Gomes (**Moésio Gomes**), sendo seu corpo velado na Funerária Ternura e sepultado no dia seguinte no Cemitério de São João Batista. Era licenciado em História pela Faculdade de Filosofia. Foi professor de Educação Física, jogador

de futebol iniciando no Gentilândia Futebol Clube indo em 1951 para o Fortaleza Esporte Clube. Jogou também no Remo, do Pará e no Náutico de Pernambuco. Moésio era nascido em Fortaleza no dia 07/12/1934.

25 - Assume o cargo de *Capitão dos Portos do Ceará*, o capitão de fragata *Pelágio Pereira Brandão*, substituindo *Carlos Barbosa Faillace*, do mesmo posto.

25 - Irrompe, às 18h30min, violento *incêndio* que devora em poucos minutos o *Armazém Paraná*, na Rua General Sampaio, na Praça José de Alencar, atingindo várias lojas na Rua Guilherme Rocha, entre elas *Sapataria Sônia*, *Minna Discos*, *Micheline Baby* e o magazine *Calçados Populares*. O fogo é debelado após quatro horas de intenso trabalho do Corpo de Bombeiros.

30 - Morre em Fortaleza o empresário *José Pessoa de Araújo*, sendo sepultado no dia seguinte no Cemitério Parque da Paz. Nascera em Taquara, Maranguape, a 24/05/1919. Foi um dos fundadores da Rádio Uirapuru.

## Fevereiro

01 - Toma posse, às 10h20min, na presidência da *Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará, OAB/Ce*, o advogado José *Feliciano de Carvalho*.

01 - Lançado, na Reitoria da Universidade Federal do Ceará - UFC, o livro *Fortaleza Belle Époque*, do historiador *Sebastião Rogério Ponte "Tião"*.

02 - Inaugurado o *Observatório Astronômico do Colégio 7 de Setembro*, na Rua Henriqueta Galeno, na Água Fria, pelo professor *Dermeval Carneiro Neto*.

13 - Morre, aos 76 anos de idade, o médico militar *Raimundo Bezerra Ferreira*, cearense de Fortaleza nascido no dia 16/04/1916.

15 - A *Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará - Aprece* transforma-se, por decisão dos prefeitos, em *Associação dos Municípios do Estado do Ceará - Amece*, durante a realização do *Seminário Sobre Perspectivas Para Uma Nova Administração Municipal*, no auditório da Secretaria da Fazenda - Sefaz.

17 - Às 3h45min, morre, aos 73 anos de idade, o jornalista Edmundo Gurgel Maia (*Edmundo Maia*) em consequência de problemas pulmonares. Edmundo nascera em Jaguaruana, no dia 31/07/1929. Veio

para Fortaleza ingressando na Rádio Iracema, Rádio Dragão do Mar e Rádio Uirapuru, passando para o jornal *Correio do Ceará*, *Gazeta de Notícias* e foi correspondente do jornal carioca *Última Hora*. Foi perseguido e preso no governo ditatorial de 1964.

19 - Morre, aos 73 anos de idade, o veterano da Força Expedicionária Brasileira - FEB, que combateu na 2ª Guerra Mundial, **Francisco Ribeiro da Silva**, cearense de Senador Pompeu, sendo sepultado no Cemitério Parque da Paz.

21 a 23 - As festas **carnavalescas** ocorrem normalmente.

24 - Vítima de câncer no fígado, morre, na quarta-feira de cinzas, às 21h15min, aos 69 anos de idade, o monsenhor Francisco Pinheiro Landim (**Padre Landim**), um dos fundadores da Rádio Assunção Cearense. Exerceu a direção do jornal *O Nordeste*. É sepultado no dia seguinte, no Cemitério de São João Batista. Era cearense de Fortaleza nascido em 28/06/1923.

### Março

10 - Morre em Fortaleza, o comerciante **Raimundo Montenegro Matos**, presidente da firma **M. M. Imóveis - Montenegro Matos Imóveis**.

20 - Morre em Fortaleza o odontólogo **Múcio Moreira de Azevedo**.

23 - Instalação da **Faculdade de Veterinária** em prédio na Rua Princesa Isabel nº 1236, esquina com Rua Meton de Alencar.

25 - Morre em Fortaleza, às 15 horas, o engenheiro agrônomo e biólogo **Osmar Fontenele**, sendo seu corpo velado na Funerária Ternura, na Rua Padre Valdevino nº. 2255, esquina com a Rua Tibúrcio Cavalcante. Osmar militou no mundo musical de Fortaleza tocando flauta em grupo na Associação dos Merceeiros.

25 - Instala-se em Fortaleza uma **Agência Consular do Governo dos Estados Unidos da América do Norte**, pelo embaixador **Richard Melton**, nas dependências do Instituto Brasil-Estados Unidos - IBEU.

30 - Morre, em Fortaleza, aos 79 anos de idade, o médico e ex-deputado estadual, professor Quintílio de Alencar Teixeira (**Quintílio Teixeira**), cearense de Icó nascido em 17/06/1913.

### Abril

08 - O artista plástico cearense Clidenor Capibaribe Moura (**Barrica**) morre, 22h30min, aos 85 anos de idade, vítima de problemas

vesiculares. É sepultado no dia seguinte, Sexta-feira da Paixão, às 16 horas, no Cemitério de São João Batista. Era cearense de Juazeiro do Norte nascido 10/03/1908, chegado em Fortaleza em 1925. Morou no Rio de Janeiro por 30 anos.

13 - Morre, aos 79 anos de idade, o fotógrafo **José Leitão**, que por muitos anos gerenciou a Aba Film da Rua Barão do Rio Branco nº. 1000.

15 - Fundada a **Associação dos Empresários do Grande Montese - Assegram**, presidida por **José Augusto Silveira**.

21 - Os **eleitores** vão às urnas para decidir a forma de governo que será adotada no País, em Plebiscito. As opções são a **Monarquia** ou a **República**. Vence a segunda que já estava em curso há mais de cem anos.

24 - Morre, no Rio de Janeiro, o poeta e escritor Edgar Ramos de Alencar (**Edigar de Alencar**), autor de *A Modinha Cearense*, cearense nascido na Praia de Meireles, Fortaleza a 06/11/1901.

30 - Deixa a **Secretaria de Segurança Pública** o delegado **Francisco Carlos Araújo Crisóstomo**, assumindo em seu lugar o delegado de Polícia Civil **Francisco Quintino Farias**.

Neste mês sai o primeiro número do jornal **Sintufce-Informativo**, do **Sindicato dos Trabalhadores na UFC**, tendo como jornalista responsável **Marília Rabelo**.

## Maio

21 - Morre, vítima de gastrectomia total devido a um linfoma linfoblástico no estômago, a empresária Sandra Getty Gentil (**Sandra Gentil**), aos 50 anos de idade.

22 - Morre o industrial **Francisco Markan Ferreira Gomes**, diretor presidente da Cearita. Por muitos anos teve em Fortaleza uma fábrica de cigarros.

24 - Têm início as atividades do **Centro Integrado de Educação e Saúde Francisco de Melo Jaborandi**, na Avenida Contorno Norte, nº. 198, Conjunto São Cristóvão I, Messejana.

28 - Toma posse na Cadeira nº. 27 da **Academia Cearense de Letras - ACL** o escritor César Oliveira de Barros Leal (**César Barros Leal**), sendo saudado por Noemi Elisa Aderaldo.

30 - Morre em Fortaleza o conhecido leiloeiro **Edgar da Cunha Rola**.

## Junho

01 - Morre em Fortaleza o comerciante **José Isac Pontes Filho**.

15 - O **Arquivo Público** é reinaugurado, no prédio da antiga Delegacia Fiscal, na esquina da Rua Senador Pompeu nº 648 e Rua Senador Alencar, prédio construído para servir de residência a seu proprietário, deputado Miguel **Fernandes Vieira** e que depois foi adquirido pelo Governo Imperial em 1883 para a *Tesouraria da Fazenda* e serviu por muitos anos de sede da *Delegacia Fiscal*. Lá funcionou também a Justiça Federal, o Tribunal de Contas, a Justiça do Trabalho (interinamente) e a Caixa Econômica. O prédio foi reformado e adaptado para o *Arquivo Público* em 1993. Hoje tem o nome de *Solar Fernandes Vieira*. O Arquivo Público estava até então em prédio na Rua Pinto Madeira nº. 166, esquina com Rua 25 de março, onde ainda mantém um setor.

18 - Morre, em Fortaleza, o comerciante **Rubens Lima Barros**, ex-proprietário da loja *A Cruzeiro*.

20 - O Diário Oficial do Município publica o Decreto nº 9.144, que cria o **Centro Integrado de Educação e Saúde Maria Viviane Benevides Gouveia**, na Rua Creusa Roque nº. 247, na Vila Manuel Sátiro.

20 - Falecimento do gráfico **Daniel Galdino da Silva**, que trabalhou muitos anos nas oficinas do jornal *O Povo*.

26 - Morre em Fortaleza o general Eduardo Humberto Garcia Ellery (**Humberto Ellery**), ex Vice-governador.

## Julho

01 - São criados pelo Decreto Municipal nº. 9135 o **Centro Integrado de Educação e Saúde Professor José Rebouças Macambira**, na Rua Cidade de Cariús nº. 200, no Jardim Guanabara, o **Centro Integrado de Educação e Saúde Professor Clodoaldo Pinto**, na Rua Banward Bezerra nº 100, no Padre Anchieta e o **Centro Integrado de Educação e Saúde Professor José Sobreira de Amorim**, na Rua Desembargador Luís Paulino nº. 190, no Jóquei Clube.

03 - Morre o poeta e odontólogo José **Martins D'Alvarez**, cearense de Barbalha nascido a 14/09/1903. Era membro da **Academia Cearense de Letras - ACL**.

03 - Às 11 horas o prefeito Antônio Elbano Cambraia (**Antônio Cambraia**), inaugura o Terminal de Integração de Transportes Paran-

gaba-Lagoa (**Terminal Lagoa**), no cruzamento da Avenida Augusto dos Anjos com Avenida Gomes Brasil, na Parangaba.

06 - A **Tyresoles do Ceará** inaugura o parque industrial de recauchutagem e centro de caminhões Goodyear no km 18,5 da BR-116, no Eusébio e mais duas lojas, uma na Avenida Pessoa Anta nº. 14 e outra na Ceasa de Maracanaú.

07 - O prefeito Antônio Elbano Cambraia (**Antônio Cambraia**), anuncia que o **Frigorífico Industrial de Fortaleza S. A. - Frifort** encontra-se à venda.

12 - O Grupo **J. Melo Importação e Exportação** abre, na esquina da Avenida Engenheiro Santana Júnior com Rua Andrade Furtado, o 23º. **Mercadinho São Luís**.

16 - Morre, com 95 anos de idade, Luís Julião Cavalcante, o popular **Bráulio**, do Mucuripe, que participou das filmagens da película de Orson Welles, “É tudo verdade” em 1942. Foi um dos que trabalharam para a construção do Cemitério de São Vicente de Paulo, do Mucuripe e na hora de ser ali sepultado seu corpo é “barrado” pelo zelador que alega superlotação. A pressão popular tendo à frente a líder Verinha faz com que a situação se inverta e ali mesmo **Bráulio** é sepultado depois de seu corpo ser encomendado pelo padre José Nilson.

17 - Toma posse, no **Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)**, o historiador, padre **Francisco Sadoc Araújo**.

20 - Morre, em Fortaleza, o general de brigada **José Tito do Canto**. Nascera em Petrópolis, RJ, em 31/12/1911. Em Fortaleza exerceu os cargos de Secretário de Segurança e foi presidente da Companhia de Habitação do Ceará - Cohab.

26 - Morre, em Fortaleza, com 66 anos incompletos, o advogado e pastor da Assembleia de Deus, **Luís Bezerra da Costa**, que foi deputado estadual em duas legislaturas. Nascera em Quixeramobim, no dia 31/07/1927.

27 - Assume o comando da **Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará - EAM**, o capitão de fragata **Nelson Elias Chaibem**, substituindo **César Augusto Lambert Azevedo**, do mesmo posto.

27 - Morre, aos 65 anos de idade, o médico **Edmar Fujita**, especialista em hemeroterapia. Era cearense de Fortaleza nascido no dia 14/11/1927, filho de emigrantes japoneses.

29 - A extinta Comissão de Abastecimento e Preços - Coap passa a funcionar como **Superintendência Nacional do Abastecimento - Sunab**.

## Agosto

02 - Entra em vigor a nova moeda brasileira, o ***Cruzeiro Real***, substituindo o Cruzeiro e extingue três zeros da velha moeda.

02 - Morre, em Fortaleza, o comerciante Edgar Alves Damasceno (***Edgar Damasceno***), sócio proprietário de Damasceno Têxtil, Lojas Damasceno, Confecções Finas S. A. - Cofisa, J. D. Center e Hotel Praia Verde, ex-presidente do Banco do Estado do Ceará - BEC, sendo seu corpo velado e sepultado no dia seguinte às 10 horas no Cemitério Parque da Paz.

05 - No município de Cariús, o prefeito que havia sido eleito com diferença de apenas um voto e estava exercendo o mandato, Marcos Silva Montenegro, é destituído do cargo assumindo seu opositor Luís Gonçalves de Oliveira, conhecido por ***Luís de Soter***, que pedira recontagem dos votos e também com a diferença de um voto é eleito sendo o novo prefeito.

07 - Inaugurado o ***Terminal Rodoviário Parangaba 1***, que atenderá a 219 linhas de ônibus urbanos transportando cerca de 200 mil passageiros.

07 - Às 21 horas o prefeito Antônio Elbano Cambraia (***Antônio Cambraia***) inaugura o ***viaduto da Avenida Perimetral Oeste sobre a Avenida Mister Hull***, com 266m de extensão.

08 - Desaba o teto do ***salão paroquial de culto da Renovação Carismática*** na Avenida Marechal Castelo Branco (Avenida Leste-Oeste) esquina com Rua Francisco Calaça, na Colônia, matando duas pessoas, a doméstica Ângela Melo Soares e o operário Jorge Luís de Albuquerque.

22 - Inaugurada em Fortaleza, em prédio na esquina noroeste da Rua São Paulo com Rua Barão do Rio Branco, a loja ***Arca D'Aliança***.

22 - O ***Palacete Brasil***, na esquina da Rua General Bezerril com a Travessa Morada Nova, na Praça General Tibúrcio, tem seus forros e pisos demolidos pelo tempo, já que eram de madeira e apodreceram.

24 - É iniciada a demolição do conhecido ***Restaurante Cirandinha***, para dar lugar a obra de urbanização da Praia de Iracema. Em seu lugar foi instalado o ***Bebelú*** que também foi demolido posteriormente. Hoje é um local ocupado por espetáculos promovidos pela Prefeitura, causando enormes transtornos com a poluição sonora que incomoda toda a vizinhança.

28 - O **Campeonato Cearense de Futebol** de 1992, da Federação Cearense de Futebol, termina com a partida realizada no Estádio Plácido Aderaldo Castelo, “Castelão”, onde o **Ceará Sporting Clube** vence o **Fortaleza Esporte Clube** por 2x0, sagrando-se Bicampeão.

31 - Funda-se o **Centro Integrado de Educação e Saúde Professor Francisco Maurício de Matos Dourado**, funcionando em prédio na Avenida Desembargador Floriano Benevides nº 391, no Edson Queiroz.

Morre, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, o carnavalesco, jornalista e historiador **Daniel Carneiro Job**, que ia àquela cidade todos os anos para assistir os festejos carnavalescos. É sepultado em Fortaleza, no Cemitério São João Batista, no dia 01/09/1993. Nasceu em Iguatu, CE, em 01/02/1915.

## Setembro

03 - Inaugurado o **Parque Parreão**, espaço de 3,5 hectares, por trás da Estação Rodoviária João Tomé, na antiga Gameleira, ladeando riacho que desemboca no canal.

07 - Inaugurada a duplicação da **Avenida Frei Cirilo**, em Messejana, em frente ao Hospital do Coração (antigo Sanatório de Messejana), pelo prefeito Antônio Cambraia.

11 - Deixa a direção da **Companhia Brasileira de Transportes Urbanos, CBTU**, o engenheiro **Francisco César Pierre Lima Barreto**.

13 - Assume a direção da **Companhia Brasileira de Transportes Urbanos, CBTU**, o engenheiro **José do Carmo Gondim**.

17 - Pelo Decreto nº. 9.202 é criada a **Escola de 1º Grau Maria Gondim dos Santos**, na Travessa Tavares Coutinho nº. 620, no Papicu.

22 - Publicada no Diário Oficial do Município nº. 10.202, a Lei nº. 7.174, criando o **Centro Integrado de Educação e Saúde Vereadora Maria Zélia Correia de Sousa**, funcionando na Rua Antônio Pereira nº. 1.495, no Pantanal e o Ato nº. 9.202 criando a **Escola de 1º Grau Professor Antônio Girão Barroso**, na Rua 37, s/nº, Sítio São João, Messejana.

24 - À noite o Sistema Verdes Mares de Comunicação faz entrega do troféu **Sereia de Ouro** aos agraciados do ano, médico **José Anastácio Magalhães**, empresário **Fernando Nogueira Gurgel**, sacerdote **José Linhares Ponte** e o almirante **Henrique Sabóia**, em festa no Ideal Clube. O Troféu Sereia de Ouro foi criado por Edson Queiroz, sendo neste ano sua 23ª entrega.

30 - Com inauguração marcada para o dia sete de outubro, começa a funcionar, autorizado pelo prefeito Antônio Elbano Cambraia (**Antônio Cambraia**), o novo *Instituto José Frota - IJF*, antiga Assistência Municipal de Fortaleza.

## Outubro

01 - Após o desmatamento da área, cerca de 50 operários trabalham no canteiro de obras da construção do *Hospital Sarah Kubitschek*.

04 - Inaugura-se a *Estação Ferroviária Vila das Flores*, em Pacatuba.

07 - Inaugurado o edifício do novo *Instituto José Frota*, na Rua Antônio Pompeu esquina com Rua Barão do Rio Branco, vizinho ao antigo prédio. Embora funcionando desde o dia 30 do mês anterior, o novo IJF é inaugurado com a presença do ministro da Saúde, Henrique Santillo.

21 - Morre, em Fortaleza, o advogado Antônio *Barros dos Santos*, ex-delegado de polícia, ex-deputado, participou de sete legislaturas. Constituinte de 1947. Nascera em Castro, atual Itapiúna, município de Baturité, no dia 13/06/1909.

## Novembro

19 - Morre, aos 79 anos de idade, o advogado, ex-vereador, ex-vice-prefeito e municipalista *Américo Barreira*, cearense de Baturité nascido a 11/02/1914.

25 - Falecimento, em Fortaleza, do farmacêutico e compositor, professor *José Artur de Carvalho*, cearense de Camocim nascido em 16/01/1921. Fez parte da primeira formação do conjunto Vocalistas Tropicais.

30 - Implantada a *Telefonia Móvel - Celular* em Fortaleza, em solenidade que teve a presença do governador Ciro Ferreira Gomes (Ciro Gomes), do Ministro das Comunicações Hugo Napoleão, o prefeito de Fortaleza, Antônio Elbano Cambraia (Antônio Cambraia), e o presidente da Teleceará, Tarcísio Farias.

## Dezembro

04 - Deixa a direção geral do *Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS*, após três anos e meio no cargo, o engenheiro

Luiz Gonzaga Nogueira Marques (**Luiz Marques**), sendo substituído interinamente pelo engenheiro **Hildeberto Santos Araújo**.

04 - Morre, em Sobral, e ex-primeira dama do Estado, Olga Monte Barroso (**Olga Barroso**), vítima de infarto. Seu corpo é velado na Funerária Ternura, na Rua Padre Valdevino, nº. 2255, em Fortaleza, onde realiza-se a missa de corpo presente e em seguida é sepultada no Cemitério de São João Batista.

06 - Morre o vereador **Alfredo William Nogueira de Sá**, líder do PL na Câmara Municipal de Fortaleza, vítima de leucemia aguda. É sepultado no Cemitério Parque da Paz.

08 - Inaugurado em Fortaleza, no chamado planalto da Aldeota (Papicu), o **Supermercado Bom Preço**, com a presença do diretor-presidente do grupo **João Carlos Paes Mendonça**.

16 - Cassados os mandatos de seis vereadores do município de **Orós**, em virtude da proporcionalidade em relação à população do município.

18 - Fechada a chamada **Rodoviária dos Pobres**, na Avenida Mister Hull, no Antônio Bezerra, surgida a partir de bancas que vendiam passagem para a linha norte às pessoas que não tinham condições de se deslocar até o Terminal Rodoviário no Parreão.

29 - É anunciado que chove em todos os municípios cearenses, com uma média de 50mm, mas não é configurado ainda o chamado **inverno**.

30 - Fundada, em Fortaleza, pela Lei nº. 7.488, a **Fundação da Criança da Cidade - Funci**, órgão municipal responsável pelas políticas que beneficiam as crianças em Fortaleza. Funcionará no Parque da Liberdade.

Durante o mês é demolida a tradicional casa construída por **Alfredo Salgado**, na Rua Guilherme Rocha, **Itapuca Vila**, de arquitetura inglesa para a África, em ferro, madeira e alvenaria.

1993 - Estimativa **populacional** de Fortaleza para o ano foi de 1.846.655 **habitantes**.

***PALESTRAS***



## Palestra sobre o Instituto do Ceará e seus projetos (IHGB - 24/12/2010)

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA \*

Prezado professor Arno Wehling, Presidente desta Casa, demais membros da mesa, prezados acadêmicos, professores e convidados:

Acreditamos que os membros desta Instituição gostariam de saber sobre atividades e projetos em nossas áreas de interesse comum, noutras partes do Brasil, e, particularmente, nos Institutos Históricos estaduais.

Dentro do espaço de tempo que nos foi designado, gostaríamos de trazer algumas informações sobre o que ocorre atualmente no Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico, o qual é para o nosso estado, o que este venerando IHGB tem sido para o Brasil.

O Instituto do Ceará foi fundado em 4 de março de 1887, sendo hoje a mais antiga Instituição Cultural da nossa terra, em atividade. Sob sua inspiração direta e indireta nasceram importantes entidades culturais em nossa região, tais como a Academia Cearense de Letras, a mais antiga do nosso país, fundada em 15 de agosto de 1894. Esta Academia teve como seu primeiro Presidente Thomaz Pompeu de Souza Brasil, do Instituto do Ceará. Cite-se também o Barão de Studart, da mesma entidade, como um dos idealizadores e sócios-fundadores da Academia em apreço.

Na época da criação do Instituto, Fortaleza tinha pouco mais de 17.000 habitantes. A entidade, mais antiga que a República e também anterior a criação do estado do Ceará, pois ao tempo da sua fundação, ainda era ali uma província, prestou relevantes serviços ao longo do tempo.

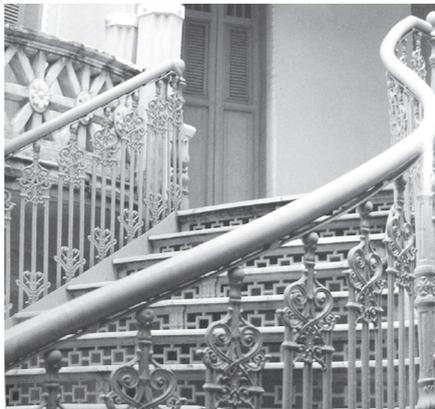
A sede do Instituto do Ceará, sita à Rua Barão do Rio Branco, 1594, no centro da cidade de Fortaleza, é um dos belos prédios da cidade, cuja tipologia arquitetônica é um exemplar das antigas edificações forta-

---

\* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

lezenses conhecida como “casas do porão alto”, em voga desde a década de encerramento do séc. XIX.

Construído para morada do empresário cearense Jeremias Vasconcelos Arruda, foi, posteriormente, sede de outras entidades, entre elas do Ginásio Municipal. Em 1967, foi adquirido pelo Instituto do Ceará, através de permuta com a Universidade Federal, e figura hoje entre os prédios tombados pela Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Ceará, conforme se poderá observar em informações contidas no livro *Arquivos do Barão de Studart*.

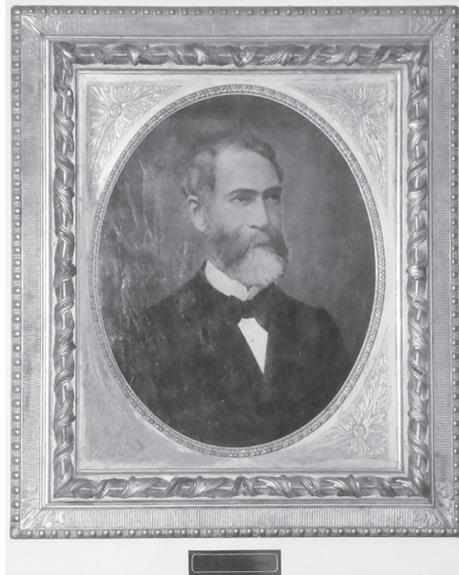




O Instituto do Ceará teve doze sócios-fundadores, conforme se segue:

- 01- Paulino Nogueira Borges da Fonseca.
- 02 - Guilherme Studart ( Barão de Studart)
- 03 - Joakin de Oliveira Catunda
- 04 - João Augusto da Frota (Pe.)
- 05 - João Batista Perdigão de Oliveira
- 06 - Antonio Augusto de Vasconcelos
- 07 - Antonio Bezerra de Menezes
- 08 - Julio Cesar da Fonseca Filho
- 09 - Juvenal Galeno da Costa e Silva
- 10 - José Sombra
- 11 - Virgílio Brígido
- 12 - Virgílio Augusto de Moraes

O seu primeiro presidente foi Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1841-1908), cujo mandato foi de 04.03.1887 a 15.06.1908.

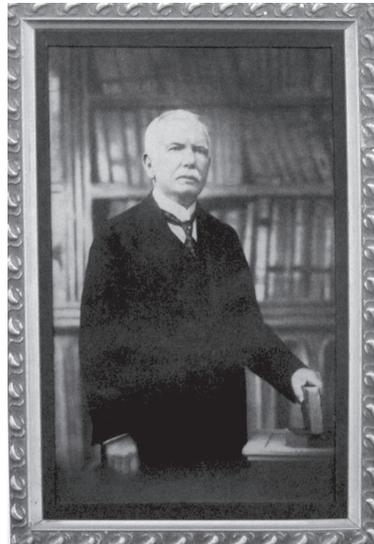


Paulino Nogueira

O seu segundo presidente foi Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1908 a 1929). Por sua dedicação desde a fundação, entretanto, foi o Barão de Studart, terceiro presidente (1929 a 1938) quem veio a tornar-se o símbolo maior da entidade, sendo o Instituto atualmente conhecido também como a Casa do Barão.



Thomaz Pompeu de Souza Brasil



Barão de Studart

O Instituto do Ceará possui três auditórios, sendo o mais tradicional, de tamanho médio (Auditório Barão de Studart), com mobiliário antigo, que deve remontar da época da Província (1). Um outro maior, nominado Auditório Thomaz Pompeu, para solenidades magnas (2), e um mais compacto, para palestras de menor porte (3).

(1)



(2)



(2)

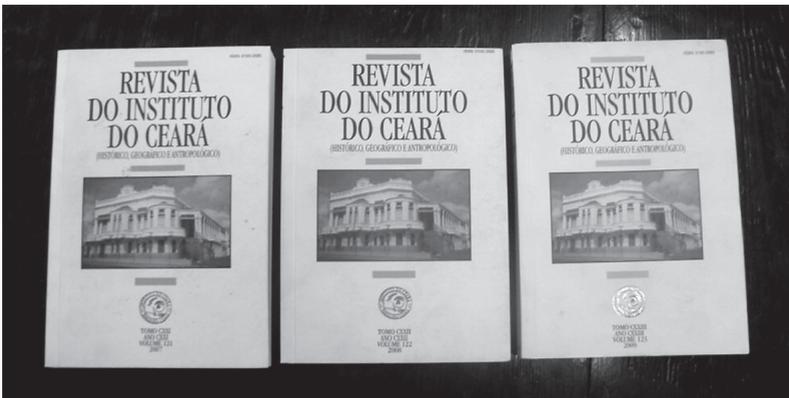


(3)



Uma das mais importantes contribuições da Instituição, ao longo deste mais de um século, tem sido a *Revista do Insituto do Ceará*, a qual foi publicada ininterruptamente, durante os últimos 123 anos. Considerada, hoje, o mais importante veículo de história documentada da nossa terra e um dos mais antigos do gênero, entre os dos Institutos

Históricos brasileiros. Observe-se que tais revistas foram totalmente digitalizadas, num importante projeto de preservação da história e da própria revista em si, principalmente pela dificuldades de se manusear os volumes mais antigos:



Faz-se necessário destacar que hoje temos um laboratório de restauração, onde podemos dar manutenção ao nosso acervo, bem como prestar serviços terceirizados. Este laboratório tem minimizado nossos custos, bem como presta serviços terceirizados, com uma pequena renda para a entidade.



É importante mencionar o rico acervo de quadros e pinturas históricos:



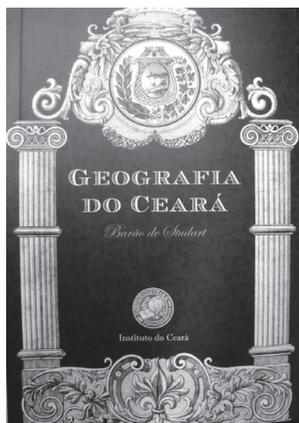
Destaque-se o Memorial Barão de Studart, o qual é uma espécie de museu moderno, com visita aberta aos professores, pesquisadores e estudantes. Através de convênios com a Prefeitura de Fortaleza, tem auxiliado na formação de professores e estudantes da rede de ensino municipal. Nesse sentido criamos adequado material de ensino auxiliar, no sentido também de aproximar as novas gerações da nossa Instituição.



Uma vista da hemeroteca, que abriga jornais dos séculos XIX e XX, sendo uma das melhores do nordeste, e que está também digitalizada. Com o apoio do BNB, fizemos toda a modernização e um catálogo de referência.



O Instituto do Ceará, também com o apoio do BNB, tem reeditado obras históricas e publicado outras inéditas, referentes a nossa região:



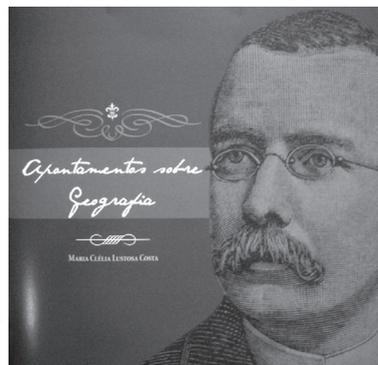
É oportuno falar da biblioteca atual do Instituto do Ceará, com mais de 35.000 volumes, a qual tem-se enriquecido nos últimos anos por doações de outras bibliotecas. Está constituída de muitos livros raros e aparelhada em termos de computadores e outros equipamentos eletrônicos. Ressalte-se a utilização, no site do Instituto, do software BIBLIVRE, que permite a integração com outras bibliotecas nacionais, e acesso as referências bibliográficas por todos os pesquisadores:

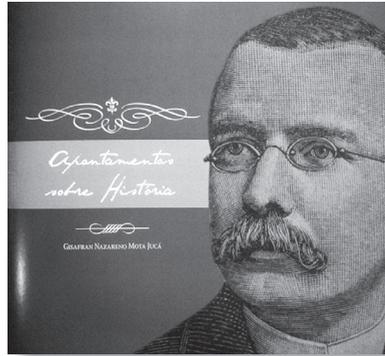
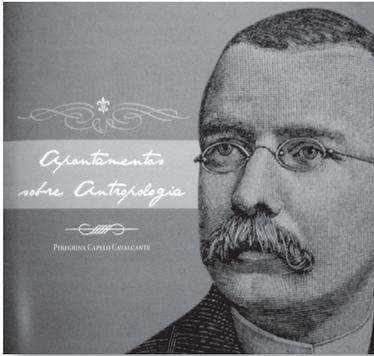


Destaque-se, na biblioteca, o espaço especial para os pesquisadores que nos visitam:



Neste ano de 2010, entre outros importantes livros de sócios, publicamos o interessante livro *Arquivos do Barão de Studart*, o qual documenta, de forma ricamente ilustrada, a História, a Geografia e a Antropologia do Ceará. Na realidade, ele complementa o processo de higienização, restauração e digitalização de todo o acervo do Barão de Studart, financiado pelo governo federal, através da Lei Rouanet, com o apoio do Grupo Ivens Dias Branco.

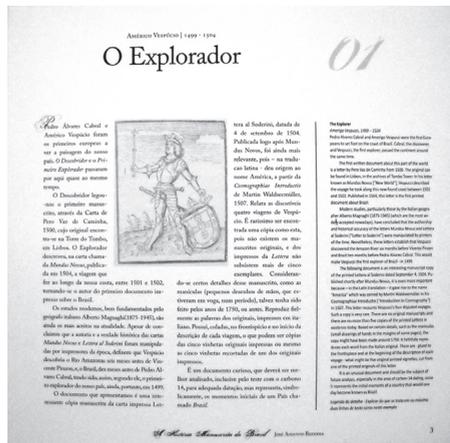




A causa da minha vinda ao IHGB decorreu da minha conversa com o Presidente Arno Wehling sobre o livro *Uma História do Brasil em Manuscritos*, que estamos produzindo, com o apoio do BNB e do Instituto do Ceará. Após ouvir minhas informações, perguntou se não gostaria de apresentar o plano de trabalho, informando sobre a obra em apreço e ouvindo sugestões. Aceitei o convite e aqui estamos, para dizer dos nossos objetivos sobre a publicação desta obra. Informamos abaixo alguns dos textos e documentos sobre o tema:



Manuscrito sobre brasões



O Explorador Américo Vespúcio





# Brasil: questão social e Nordeste\*

LUIS DE GONZAGA FONSECA MOTA\*\*

Segundo Cícero: *Summum jus – Summa injuria* (o supremo direito é a suprema injustiça). Acredito, pois, é chegada a hora de se colocar na agenda de debates a transformação do Estado Democrático de Direito em Estado Democrático de Justiça.

## Introdução

A democracia moderna baseia-se em um sistema de instituições construídas na expectativa de garantir a representatividade e legalidade das decisões políticas. Entretanto, infelizmente, constatamos que este equilíbrio institucional tem sido seriamente desvirtuado. Um olhar acurado sobre o relacionamento dos poderes constitucionais torna este desequilíbrio de fácil constatação e a confirmação de que as instituições democráticas não estão cumprindo o seu papel de canalizar as demandas da cidadania.

Existe um fenômeno mundial de agigantamento do poder Executivo que reduziu o Legislativo a um papel secundário e homologador das decisões provindas daquele Poder.

A perda de autonomia política do Parlamento, em todo o mundo, deu oportunidade ao incremento da corrupção nos sistemas políticos de forma generalizada. Denúncias de favorecimento são constantes em jornais dos mais variados continentes. Partidos tornaram-se máquinas de arrecadação de fundos, usados nem sempre de forma transparente.

Nesse contexto de baixa representatividade e legitimidade, não causa surpresa o desejável crescimento institucional do Judiciário. Um

---

\* Palestra realizada no dia 6 de dezembro de 2010, no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

\*\* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

judiciário forte, capaz de garantir a legalidade e legitimidade constitucional é algo necessário à boa saúde do sistema político. Por outro lado, um judiciário intimidado em seu papel de defensor da ordem legal abre a chancela para a arbitrariedade de quem esteja ditando a agenda política. Com o judiciário fraco, qualquer controle legal e constitucional se torna pouco crível.

Precisamos recuperar, no mundo, a superioridade moral de nossos regimes democráticos. Para tanto, é desejável que o Poder Legislativo resgate sua capacidade deliberativa e representativa, e que o Poder Judiciário garanta a ordem legal e constitucional.

É preciso também que as democracias realmente atendam às demandas da cidadania, seja em termos econômicos, sociais e políticos. A transparência e estabilidade do quadro legal também precisa ser revigorada, algo impossível com os Executivos munidos de tamanhos poderes regimentais e de decreto. Não esqueçamos os fundamentos básicos propostos por Montesquieu, “São poderes independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.” Demais, existem três situações indesejáveis para o sistema democrático: apoio incondicional, oposição sistemática e radical, bem como oposição consentida.

Não podemos olvidar, no entanto, que **a pior democracia é preferível a qualquer ditadura** dentro da perspectiva de liberdade e justiça, como também de uma visão estratégica.

Segundo Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998, “A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica”.

Esta observação do economista indiano, leva-nos a refletir sobre a importância dos três eixos que servem de apoio à sustentação de uma sociedade livre e democrática. De nada adianta um país ser forte do ponto de vista econômico e sua população viver em condições precárias e sem liberdade política.

Dentro desta linha de raciocínio, seria fundamental alcançar a co-operação entre governo, sociedade civil bem como setores empresariais e trabalhistas. O desenvolvimento integrado e sustentável somente ocorrerá na medida em que haja uma participação responsável dos diversos segmentos da sociedade e uma forte consciência política. Questões tão complexas exigem, igualmente, tratamento complexo.

Particularmente, no caso brasileiro, é urgente a necessidade de programas e ações estruturantes que, voltados para a área social, promovam e consolidem os direitos fundamentais.

Por sua vez, sem crescimento econômico, não há de que se falar em geração de renda ou de empregos, e nem de melhorias que repercutam significativamente na vida do cidadão, seja quanto à educação, saúde ou quaisquer outros temas que lhe afetam diretamente. Em termos de globalização econômica, com seus efeitos positivos e negativos, a busca da estabilidade macroeconômica é vital para que a retomada do desenvolvimento seja eficaz.

Dentre os principais objetivos brasileiros, citam-se:

- Inserção do Brasil no contexto mundial;
- Aumento persistente do nível de emprego;
- Melhoria dos indicadores de distribuição de renda;
- Diminuição dos índices de pobreza;
- Redução das desigualdades regionais.

É claro que por trás destes grandes objetivos interdependentes está a Questão Social, prioridade absoluta do país.

Ao Brasil será impossível destacar-se em meio às economias avançadas, se mantidas a miséria e a exclusão social. O desenvolvimento, dentro de uma visão sistêmica, precisa abranger todas as regiões e setores visando o bem-estar da coletividade e o equilíbrio ambiental.

Nada do que foi dito pode ter resultados concretos, sem o envolvimento de toda a sociedade brasileira. Deseja-se que o engajamento se dê de forma crítica e atuante, garantindo a transformação de nossa realidade. Assim, estaremos participando de transformações esperadas, respeitando o regime democrático e a liberdade que lhe é intrínseca.

## **Desigualdades brasileiras**

A despeito das raízes do passado, as causas das desigualdades no Brasil encontram-se principalmente, nas limitações do processo de crescimento, nas tentativas fracassadas de ajuste econômico e nas conseqüências pouco vantajosas do processo de reestruturação econômica imposto pela globalização.

Ao longo dos anos oitenta, o crescimento econômico brasileiro foi prejudicado em razão da crise gerada pela dívida externa, pelo progres-

sivo déficit público e a conseqüente crise do Estado e da administração pública, além da inflação decorrente e das tentativas malsucedidas de estabilização econômica. Os resultados não poderiam ser outros que não o agravamento dos problemas sociais, pois cresceu o contingente de pobres e indigentes, acentuaram-se as desigualdades, tornando-se vulneráveis alguns segmentos da sociedade, especialmente, os dependentes da ação direta do Estado.

Os efeitos também se fizeram sentir no nível de desemprego em todo o País face à redução no ritmo de crescimento. Por sua vez, o processo de urbanização foi um dos mais velozes. Enquanto, em 1950, a zona rural detinha 70% da população, atualmente, cerca de 80% dos brasileiros vivem nas cidades. Formaram-se então os chamados 'cinturões de miséria' na periferia das cidades, aumentando o contingente de pobres e miseráveis, acentuando a má distribuição de renda e abalando o crescimento econômico do País.

Na verdade, a perversa concentração de renda brasileira resulta no aumento do número de pessoas vivendo em situação precária, sem acesso às mínimas condições de saúde, educação e serviços básicos. Lamentavelmente, o Brasil apresenta uma péssima distribuição de renda: cerca de 1% dos mais ricos concentra 13% da renda nacional e, por outro lado, 50% dos mais pobres ficam também com 13%.

Ademais, as desigualdades regionais persistem, vez que são preocupantes os indicadores socioeconômicos, comparando-se as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste com o Sul e Sudeste. O Nordeste, por exemplo, ao longo do tempo, continua com um terço da população brasileira e participando com apenas 13% a 14% do PIB (Produto Interno Bruto). Faz-se necessária a realização de investimentos compatíveis com o peso demográfico, bem como de natureza estrutural e não apenas circunstancial.

A exclusão econômica e social é mais do que uma característica inaceitável da sociedade brasileira. Trata-se de um problema que poderá ameaçar a própria estabilidade da nossa juvenil democracia. Afinal, como podemos legitimar uma democracia cujos frutos não podem ser compartilhados pela maioria de seus cidadãos?

O País derrota a inflação, há perspectivas de crescimento, mas a renda per capita continua muito baixa. Enquanto o emprego formal permanece em patamares deploráveis, aumenta a informalidade. Temos uma carga tributária altíssima, mas o que é arrecadado não retorna em

favor do cidadão comum no que diz respeito aos serviços públicos que lhe são prestados. A concentração de renda perdura como um dos mais marcantes traços da sociedade brasileira atual. As taxas de juros elevadas inviabilizam os investimentos produtivos.

A situação é similarmente precária no que tange ao acesso à saúde e à educação, como também aos índices de violência. Ainda morrem crianças vítimas de inanição no Brasil. Os hospitais públicos carecem de equipamentos e os aposentados e pensionistas do INSS sofrem os vexames de enfrentar filas desde a madrugada para receber os minguados benefícios a que têm direito. A violência, que antes predominava nos grandes centros, vem alcançando cidades de médio e pequeno porte, bem como a zona rural.

Assim, cremos que a crise brasileira encampa vários setores da atividade humana, atingindo agudamente a saúde, a educação, a segurança e quase todas as camadas sociais, principalmente as menos favorecidas.

Entretanto, é na ética e na moral que se encontra, a nosso ver, a gênese, a força-motriz que gera toda a crise em que estamos envolvidos ao longo de décadas, pois interesses pessoais ou de grupos prevalecem sobre o bem comum.

A questão socioeconômica em que o País mergulha é de tal magnitude que soluções imediatistas são inúteis. Não se devem conceber apenas soluções táticas, mas também estratégicas. O Brasil precisa de propostas estruturais, não apenas circunstanciais, ou seja, de rumo definido. Não podemos, ao mesmo tempo, compatibilizar as expectativas do setor produtivo nacional com aquelas do sistema financeiro especulativo. No momento, a sociedade exige diretrizes e ações para ampliar o nível de emprego, combater a miséria, melhorar a distribuição de renda, retomar o crescimento econômico e exterminar a corrupção.

São objetivos difíceis, no entanto precisam ser perseguidos. O brasileiro não suporta mais as forças especulativas e as improvisações, desejando, o quanto antes, a realização de investimentos infra-estruturais, produtivos e nas áreas sociais que permitam a melhoria da qualidade de vida.

Ressalte-se que a situação é ainda mais preocupante pois há algum tempo, **abandonou-se o “planejamento de governo” – abordando aspectos estratégicos de ordem política, econômica e social – e passou-se a adotar com ênfase o “planejamento de marketing”**, nem sempre verdadeiro e construtivo.

Enquanto persistirem essas desigualdades significativas, o Brasil não deixará de ser um país socialmente injusto.

**Enfim, não ao maniqueísmo de direita e de esquerda como também aos acordos fisiológicos, mas sim a defesa da democracia apoiada na liberdade, na justiça social e na igualdade de oportunidades.**

## **A questão social**

Concordamos com a ideia de que a educação deve ser proporcionada a todos por constituir um direito e uma condição para o pleno desenvolvimento da pessoa humana. Além de constituir um direito, a educação também é um dos principais fatores, com certeza o mais importante, do desenvolvimento dos países.

É fundamental que as nações entendam, em primeiro lugar que a educação constitui não um gasto, mas um investimento. Em segundo lugar, este é um investimento de longo prazo que deve expressar o compromisso de gerações e ser elevado a um projeto do Estado Democrático, para além das divergências partidárias de forças políticas que momentaneamente ocupam os papéis de governo e oposição, ou seja, a educação não deve ser um programa de Governo, mas de Estado.

Ademais, deve-se buscar a articulação dos diversos atores sociais, somando esforços de governos, setores empresariais e trabalhistas e da sociedade civil em geral. Há uma evidente correlação entre os níveis educacionais, cognitivos e comportamentais, das populações e o desenvolvimento dos países.

Com o desenvolvimento de novas tecnologias e métodos produtivos são requeridas novas aptidões. Não basta acompanhar as transformações, há que se ter a capacidade de antecipá-las. Daí a necessidade da educação ao longo de toda a vida. Este é um processo irreversível.

Desta forma, o desenvolvimento passa a ser orientado a uma finalidade: o bem-estar humano. E, neste contexto, a educação já não é um meio de atingi-lo, mas um elemento dele constitutivo. Este entendimento levou à adoção da educação como o fator mais importante na construção do conhecido IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que tem orientado as políticas públicas em vários países e constituído significativo indicador de avaliação de seus acertos ou insuficiências.

No Brasil, por exemplo, há um grande consenso em prol da educação quando se analisam os discursos das mais diversas lideranças

políticas. Ao mesmo tempo a sociedade requer que os desafios colocados para a educação sejam enfrentados com mais disposição, com melhor qualidade e com mais recursos financeiros.

**Resta, pois, o passo mais difícil - transformar a retórica em ações concretas e priorizar os investimentos na educação, nas múltiplas dimensões do acesso, equidade e qualidade.**

Este será o caminho do desenvolvimento equilibrado, com distribuição de renda e participação de todos na riqueza das nações – o verdadeiro desenvolvimento humano.

Por sua vez, os países emergentes, principalmente, vêm apresentando ao longo do tempo, baixos índices educacionais.

No Brasil, por exemplo, os níveis fundamental, médio e superior, apesar de algumas melhorias pontuais, ainda permanecem num estágio pouco satisfatório. Entra governo e sai governo, percebe-se que a educação brasileira continua baseada numa prioridade retórica e não em ações objetivas visando à realização de investimentos, nas múltiplas dimensões do acesso, equidade e qualidade. Para se ter uma ideia do grave problema no Brasil, em 2005, o Governo Federal pagou cerca de R\$ 140 bilhões de juros e aplicou apenas R\$ 28,5 bilhões no setor educacional, ou seja, aproximadamente 20%. Todos sabem que uma estrutura de ensino eficaz é fundamental para melhorar as condições de vida do povo, nos aspectos do emprego, da saúde, da violência, dentre outros. Segundo o professor Albert Fishlow, conhecedor profundo da problemática dos países emergentes, “investir na educação é a forma mais eficiente para se conseguir uma melhor e mais justa distribuição de renda”.

A pessoa com maior nível de escolaridade é mais livre, e tem melhor possibilidade de acesso ao mercado de trabalho em constante evolução, característica desta era de globalização. Com o aperfeiçoamento da mão-de-obra há mais atração de investimentos, qualificação de empregos e dinamização do consumo. De fato, a educação melhora a qualidade de vida do cidadão, o que permite torná-lo um consumidor mais consciente e exigente. No Brasil já ouvimos falar em ‘choque de capitalismo’, ‘choque de crescimento’, ‘choque de esperança’, ‘choque de socialismo’, dentre outros, no entanto, acreditamos ser o mais importante o “choque de educação”. Através do caminho da educação encontramos o verdadeiro desenvolvimento humano, abrangendo a solidariedade, a liberdade e a igualdade de oportunidades.

## **Convém destacar, a educação deveria ser um programa de Estado e não de governo.**

### **A região Nordeste**

Já ouvimos e lemos algumas vezes que a cultura brasileira, numa análise mais recente e no seu sentido amplo, está consolidada em cinco ensaios antológicos, quais sejam: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre; *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado e *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Junior. Estas obras mostram, a partir da estrutura cultural e organizacional do País, os elementos sociais, econômicos e políticos formadores do processo histórico brasileiro. São livros indispensáveis para qualquer estudioso sobre temas nacionais. Em cursos de política, direito, economia, história, letras, sociologia etc., os mencionados textos não podem ficar fora das leituras obrigatórias, principalmente, quando se tratar do ensino universitário. Ficamos às vezes imaginando quanto tempo é perdido, sem generalizar, na leitura de verdadeiros “enlatados” estrangeiros desvinculados e incompatíveis com a realidade brasileira, portanto, prejudiciais ao nosso povo. Em outras palavras, precisamos valorizar o que é genuinamente nosso, com vistas ao desenvolvimento de ideias e pensamentos relevantes para a nossa formação cultural, não desprezando, todavia, as manifestações importadas que se apresentam significativas.

Dentro da análise da cultura brasileira, destaca-se a participação de temas relacionados com o Nordeste. É o sentimento da “nordestinidade”, até mesmo entre aqueles que não nasceram na Região. Nessa linha de raciocínio ressaltamos, dentre outros, três intelectuais, sendo um romancista (nordestino-alagoano), um pintor (paulista) e um músico – poeta-romancista (carioca). Graciliano Ramos, Cândido Portinari e Chico Buarque mostram em seus trabalhos grande sensibilidade para a questão social, condenando qualquer tipo de preconceito e injustiça.

Em *Vidas Secas*, consideramos a sua obra-prima, Graciliano Ramos relata a fuga desesperada de uma família nordestina e destaca a fidelidade recíproca entre os migrantes e a cachorrinha Baleia. Por sua vez, Cândido Portinari, ao pintar “Retirantes Nordestinos”, expressa, de um lado, o sofrimento nos rostos daquelas pessoas e, de outro, evidencia a força e determinação em busca de melhores dias. Já Chico Buarque,

na música “Pedro Pedreiro”, um retirante, sem dúvida, esperando, esperando, esperando, lamentavelmente, a morte. A morte causada pela injustiça mas ocorrida com dignidade, ou seja, no trabalho.

Fidelidade, força e dignidade são sentimentos inerentes aos nordestinos, vítimas, ao longo do tempo, de políticas públicas inadequadas e de promessas não cumpridas. Não podemos nos perder e tampouco nos iludir com manifestações retóricas. So haverá Brasil desenvolvido, com Nordeste desenvolvido. Possuímos, vale repetir, os sentimentos da fidelidade, da força e da dignidade e não mais podemos admitir as injustas desigualdades regionais, bem como os perversos movimentos migratórios. Lugar de nordestino é no Nordeste, trabalhando para o desenvolvimento da Região e não sendo muitas e muitas vezes explorado em outras áreas do país e ate mesmo no exterior.

Ademais, segundo Adonias Filho, não houve no Nordeste brasileiro o romance modernista, mas sim o ciclo pré-modernista e o pós-modernista. O primeiro, de Franklin Távora e Domingos Olympio, colocava em plano secundário os elementos sociais e na fase principal da cena, de forma invulgar, a chamada ação episódica. O segundo, com destaque, entre outros, para a querida e incomparável Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida, onde os elementos sociais superam a ação episódica, traduzindo com rigor o documentário. Mas, a fechar-se o segundo ciclo.

Graciliano Ramos abre a terceira fase: acrescenta ao documentário, sem anular a irradiação social, as indagações psicológicas”.

Por trás das obras dos autores mencionados, existem componentes políticos, econômicos e religiosos compatíveis com os momentos em que foram escritas. A literatura nordestina, com certeza, é a que apresenta com maior realismo as características de um povo que, como já foi dito, mata e reza para não morrer. A visão do intelectual, além de ser abrangente, é caracterizada por conter, na maioria das vezes, sentimentos sociais, diferentemente, daquilo que pensam muitos tecnocratas.

A produção literária do Nordeste precisa ser levada em consideração pelos formuladores de políticas econômicas globais. Talvez, seja mais importante a leitura de *O Quinze*, *A Bagaceira*, *Vidas Secas* e tantos outros livros do que de compêndios estrangeiros de economia política, mesmo de alguns mestre famosos como Friedman, Hansen, Ackley, Leftwich etc. O Nordeste tem suas peculiaridades e também suas vantagens comparativas, que devem ser transformadas em vantagens competitivas.

Da maneira como não tivemos no romance a fase modernista, segundo Adonias Filho, podemos, mediante prioridades concretas para a educação e a tecnologia, entrarmos mais rapidamente na fase pós-informática. Precisamos dar um salto de informação e de conhecimento. Nós, economistas em particular, necessitamos aprender com os verdadeiros literatos, para que possamos ler e escrever o romance do Nordeste desenvolvido.

Não basta a educação formal, torna-se relevante a educação comportamental. E esta só se adquire através do saudável “vício” da leitura diversificada. Somente assim a cultura nordestina poderá ser considerada na análise da problemática regional. Enfim, **a não conexão entre a teoria socioeconômica e a realidade cultural** é o motivo principal do impasse do futuro, não só para o Nordeste, mas para as regiões e países subdesenvolvidos do mundo.

### **Considerações finais**

Diante do que foi apresentado, sugerimos, em caráter preliminar, a concepção de duas instituições fundamentais com vistas à melhoria das condições sociais e ao desenvolvimento do Nordeste do Brasil.

A primeira proposta refere-se à concepção da Agência Brasileira de Integração Social (ABIS), abrangendo os seguintes pontos principais:

- será uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, capaz de viabilizar a parceria público – privada nesse tema;
- atuará mediante a articulação, integração e mobilização de iniciativas no campo social, se possível, dentro do princípio de operação em rede;
- contará com a participação de órgãos ou instituições do setor público, da iniciativa privada e do terceiro setor, os quais participarão do Conselho Mantenedor;
- deverá articular-se com Ministérios, Secretarias, Órgãos do Governo, agências de desenvolvimento regionais, estaduais e municipais, entidades empresariais e ONGs, com vistas a não se sobrepor às atividades executadas com eficiência por outros organismos, bem como evitar duplicidade;
- deverá pautar seu esforço operacional pela iniciativa, agilidade, independência e transparência, adotando uma estratégia pró-ativa na consecução de seus objetivos;

- não terá por atribuição a formulação de políticas de qualquer natureza, mas fundamentalmente articular e integrar ações sociais;
- desenvolverá esforços para que Projetos e Programas de investimentos sejam realizados na medida do possível, levando-se em consideração um **Relatório de Impacto Social (RIS)**;
- deverá realizar suas ações de modo sustentável, equilibrando receitas e despesas, com recursos públicos, privados e receita própria;
- deverá adotar uma organização tal que não venha a se tornar refém da cultura burocrática, de influências político-partidárias e de interesses de grupos;
- deverá possuir quadro de pessoal próprio reduzido e qualificado, bem como realizar suas atividades apoiando-se sempre que possível, em terceirizações e parcerias. A direção deverá ficar a cargo de pessoas dos setores público e privado de indiscutível capacidade e notória contribuição pública;
- aproveitará e potencializará os ativos sociais já existentes na esfera governamental e, quando possível, no setor privado;
- poderá estimular o **Retorno Voluntário e Orientado às Origens (RVO)**.

Com isso, espera-se promover a articulação e integrar programas do Governo e da iniciativa privada, visando objetivamente o desenvolvimento e, claro, a melhoria da qualidade de vida da população.

A segunda proposta diz respeito à criação do Centro de Estudos Avançados do Nordeste (CEAN). Seria uma associação civil, sem fins lucrativos. Apoiada na parceria público – privada.

O CEAN teria por finalidades o debate de ideias e a formulação de políticas e estratégias voltadas para o desenvolvimento e a modernização do Nordeste do Brasil, em suas dimensões econômico-social, político-institucional e cultural.

Para consecução de suas finalidades, o CEAN visaria o desenvolvimento de ações básicas, tais como:

- realizar estudos e pesquisas de natureza econômico-financeira, sociológica, ambiental, político-institucional e cultural, bem como de caráter interdisciplinar;
- colaborar com entidades públicas e privadas na elaboração ou acompanhamento de pesquisas e estudos consentâneos com suas finalidades;
- organizar Fóruns de Debates Regionais ou Nacionais, bem como con-

ferências, seminários, cursos, simpósios e oficinas de trabalho, visando à apresentação e discussão de estudos e pesquisas, como também de outras análises e propostas julgadas relevantes;

- divulgar amplamente, inclusive pelos meios de comunicação e através de publicações, os resultados de suas atividades.

Com isso, seria mais uma tentativa de encarar a problemática do Nordeste, levando-se em consideração as perspectivas do Brasil, num ambiente de globalização.

Por fim, valeria ressaltar, são duas propostas embrionárias que precisam ser debatidas e aperfeiçoadas.

*HOMENAGEM  
PÓSTUMA*



## **Homenagens Póstumas** (para cinco sócios efetivos)

© Instituto do Ceará perdeu neste ano de 2010, cinco sócios efetivos. Foi o maior número ocorrido em sua história, nesse espaço de tempo. Como é de tradição em nosso sodalício, devemos realizar Homenagem Póstuma aos nossos falecidos. No presente caso, a Diretoria achou por bem, publicar uma homenagem especial a eles em nosso Boletim números 41/42 de dezembro de 2010, e para maior destaque transcrevemos aquele registro na *Revista do Instituto*, acrescido da participação de cada um em nosso periódico, mais que centenário. Foram confrades que muito valorizaram nossa associação cultural e que ficarão imortalizados em suas páginas, juntamente com os nomes de algumas obras por eles publicadas. A sequência de apresentação é por ordem cronológica de ingresso no Instituto do Ceará.

**VINICIUS ANTONIUS HOLANDA  
DE BARROS LEAL**

**\* 16-10-1922**

**+ 13-04-2010**



Nasceu em Baturité, CE, filho de João Paulino de Barros Leal Neto e de Maria Dolores Holanda de Barros Leal. Entre suas atividades profissionais podemos mencionar: Médico Legista do Gabinete Médico Legal da Secretaria de Segurança Pública do Estado (1949); Diretor do Posto de Saúde de Pacatuba; Pediatra Puericultor do Ambulatório de Pescadores (SUDEPE), 1954; Diretor Médico do Asilo de Menores Juvenal de Carvalho (1959/ 66) e Diretor da Policlínica D. Libânia de Holanda (1961).

Entre suas atividades no magistério, destacou-se como professor do Curso Intensivo de Puericultura do Ministério da Saúde; coordenador do Grupo de Programação de Medicina da LBA (1967); professor contratado pela Faculdade de Medicina da UFC (1964).

Foi membro de inúmeras associações médicas, destacando-se: Associação Brasileira de Medicina, Centro Médico Cearense, Sociedade Cearense de Pediatria, Associação Brasileira de Escolas Médicas.

Fora do campo da Medicina, foi sócio de várias agremiações culturais e literárias, como: Associação Cearense de Imprensa, Instituto Genealógico Brasileiro (S. Paulo), Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e Academia Cearense de Letras.

### **Destaques Bibliográficos**

- BARROS LEAL, Vinicius Holanda de. *A colonização portuguesa no Ceará*. Fortaleza: UFC, 1993, 173p.
- *História de Baturité: época colonial*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981, 295p.
- *O Bumba-meu-boi: uma nova abordagem*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982, 82 p.
- *História da medicina no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1979, 232 p.

Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal na Revista do Instituto do Ceará

**Conquista e povoamento do maciço de Baturité.** Tomo LXXXVI, n.86, p.194-197, 1972.

**Discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará.** Tomo LXXXVIII, n.88, p.132-138, 1974.

**Os cristãos- novos na formação da família cearense.** Tomo LXXXIX, n.89, p.157-167, 1975.

**Os Bezerra de Meneses – as origens.** Tomo XC, n.90, p.7-18, 1976.

**O clima e a salubridade no Ceará.** Tomo XCII, n.92, p.75-81, 1978.

**Dr. José Frota.** Tomo XCIV, n.94, p. 174-178, 1980.

**O pensamento abolicionista.** Tomo XCVI, n.96, p. 117-126, 1982.

**Ibiapina- Um profeta em sua terra.** Tomo XCVII, n.97, p. 187-195, 1983.

**Trópico- saúde e desenvolvimento.** Tomo XCVIII, n.98, p.93-97, 1984.

**Dom Lustosa e a política cearense.** Tomo CI, n.101, p.131-145, 1987.

**O Padre João Ribeiro e o Ceará.** Tomo CII, n.103, p.175-183, 1988.

**Humberto de Campos e o Ceará.** Tomo CIII, n.103, p.61-71, 1989.

**Saudando José Borges de Sales.** Tomo CIII, n.103, p.290-295, 1989.

**Colonização e povoamento do Ceará.** Tomo CIV, n.104., p.62-73, 1990.

**Os jesuítas no Ceará.** Tomo CV, n.105, p.11-20, 1991.

**Centenário do Professor Doutor João Otávio Lobo.** Tomo CVI, n.106 p.219-230, 1992.

**Saudando José Murilo de Carvalho Martins.** Tomo CXI, n.111, p.276-296, 1997.

**Nos quinhentos anos das Misericórdias.** Tomo CXII, n.112, p.165-180, 1998.

**Dr. Matos Peixoto, um mestre do saber clássico.** TomoCXIV, n.114, p.23-30, 2000.

**Raimundo Girão, o historiador.** Tomo CXIV, n.114, p.237-445, 2000.

**Franklin Távora. A dimensão nacional de um regionalista.** Tomo CXVII, n.117, p.17-40, 2003.

**A família Barbosa Cordeiro.** Tomo CXIX, n.119, p.17-27, 2005.

## JOSÉ CAMINHA ALENCAR ARARIPE

\* 01.05.1921

+ 12.06.2010



Nasceu em Jardim, CE, filho de Otaviano Cícero de Alencar Araripe e Joana Caminha Gondim Araripe. Formou-se em Ciências Contábeis e Atuariais. Na política, foi eleito, com expressiva votação, vereador à Câmara Municipal de Fortaleza (1.737 dias de mandato), líder da União Democrática Nacional na Câmara de Fortaleza, presidente da mesma Câmara e prefeito municipal interino de Fortaleza, de 20 de maio a 2 de julho de 1952.

No Jornalismo, percorreu todos os caminhos com brilhantismo, desde a reportagem para o jornal *O Estado* e editorialista do jornal *O Povo*. Foi um nome de grande atuação, tendo ingressado no Jornalismo em 1943. Ganhou o Prêmio Esso Norte/Nordeste de Jornalismo em 1958, com uma série de dez reportagens sobre a seca do Nordeste. “Andei pelo interior afora, descrevi o flagelo e mostrei o milagre do açude na região calcinada. Desde então tornei-me um adepto da irrigação”, descreveu o próprio J. C. Alencar Araripe em entrevista publicada no dia 18 de setembro de 1977.

Entre as inúmeras distinções recebidas, vale citar: em 1958, Prêmio Esso de Reportagem; em 1959, Prêmio Herbert Moses (Ministério da Agricultura); em 1965, Prêmio Literário da Cidade de Fortaleza.

### Destaques Bibliográficos

- ARARIPE, José Caminha Alencar. *A Faculdade de Medicina e a sua ação renovadora*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1948, 161p.
- *Do Amazonas ao rio da minha aldeia*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1986, 142 p.
- *Gente da gente*. Fortaleza: BNB, 1979, 112 p.
- A glória de um pioneiro: a vida de Delmiro Gouveia. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967, 137 p.
- *Nordeste, pão e água*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1959, 86 p.

José Caminha Alencar Araripe na Revista do Instituto do Ceará.

**A comunicação pelos caminhos de ferro.** Tomo LXXXVII, n.87, p. 267-277, 1973.

**Primeiro desastre de avião no Ceará.** Tomo LXXXVIII, n.88, p.98-102, 1974.

**Discurso de agradecimento, em seu nome e de Itamar Santiago Espíndola, ao tomarem posse como sócios efetivos do Instituto do Ceará, em 26.07.1977,** Tomo XCI, n.91, p. 282-291, 1977.

**As novas dimensões da história.** Tomo XCII, n.92, p.203-215, 1978.

**Pioneirismo do Ceará na imprensa.** Tomo XCVII, n.97, p.112-115, 1983.

**A pena de ouro da abolição.** Tomo Especial n.7, p.237-241, 1984.

**Na festa do Barão, a medalha para o Gen. Tácito Theophilo.** Tomo XCIX, n.99, p.201-205, 1985.

**Revolução francesa, uma análise crítica.** Tomo CIII, n.103, p.197-207, 1989.

**Homem público exemplar.** Tomo CIV, n.104, p.83-85, 1990.

**Projeção histórica de um governo.** Tomo CV, n.105, p.325-329, 1991.

**Jardim, evocações históricas e suaves lembranças.** Tomo CV, n.105, p.125-135, 1991.

**O Ceará na presidência do Senado.** Tomo CVI, n.106, p.191-197, 1992.

**Castanhão.** Tomo CVI, n.106, p.103-114, 1992.

**IBEU cinquentão: a missão de ontem, o desafio de hoje.** Tomo CVII, n.107, p.191-200, 1993.

**Saudação ao Cônego Sadoc, o educador que desbravava também a História.** Tomo CVII, n.107, p.233-245, 1993.

**Lembranças de um homem bom.** Tomo CVIII, n. 108, p.173-179, 1994.

**No país das utopias.** Tomo CVIII, n108, p.159-160, 1994.

**Vitória Aliada 50 anos: faltam jardineiros para cuidar do homem.** Tomo CIX, n.109, p.109-119, 1995.

**UFC 40 anos.** Tomo CIX, n.109, p.297-307, 1995.

**Castanhão na saga do herói.** Tomo CX, n.110, p.199-204, 1996.

**Fortaleza e as cidades que nela coexistem.** Tomo CXI, n.111, p.221-227, 1997.

**Despedida na saída.** Tomo CXI, p.333-336, 1997.

**O poeta que sonhou com um jornal centenário.** Tomo CXII, n.112, p.267-280, 1998.

**Lembranças de um homem sisudo.** Tomo CXII, n.112, p.323-325, 1998.

**O jornal na educação.** Tomo CXIII, n.113, p.335-339, 1999.

**Livro que fazia falta.** Tomo CXIV, n.114, p.463-464, 2000.

**A mensagem renovadora de Raimundo Girão.** Tomo CXIV, n.114, p.457-460, 2000.

**Tristão, mártir e benemérito.** Tomo CXIX, n.119, p.61-65, 2005.

**José de Alencar e o desafio da escravidão.** Tomo CXX, n.120, 2006.

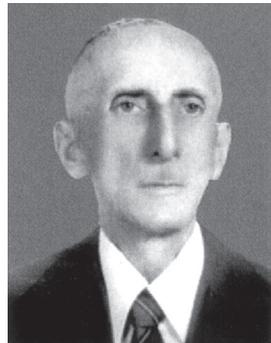
**Glória e tragédia de Delmiro Gouveia – 90 anos da morte do pioneiro de Paulo Afonso.** Tomo CXXI, n.121, p.27-40, 2007.

**Centenário de Paulo Sarasate. Política como instrumento de evolução e bem-estar social.** Tomo CXXII, n.122, p.89-98, 2008.

**ABELARDO FERNANDO  
MONTENEGRO**

**\* 30.05.1912**

**+ 26.04.2010**



Nasceu em Crateús, CE, realizou seus primeiros estudos no Instituto São Luís, de Fortaleza, e nas Escolas Reunidas de Aquiraz, CE. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará.

Exerceu a Advocacia nas cidades de Maria Pereira (Mombaça), em 1937; União (Jaguaruana), em 1937/38; Russas, em 1944; Fortaleza e Quixadá, em 1946/47 todas no Ceará; Araranguá, SC, 1939 e 1940.

Jornalista, destacou-se em vários periódicos na imprensa brasileira, como o Correio do Ceará de Fortaleza e o *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. Colaborou na elaboração do *Dictionary of Political Science*, editado pelo professor Joseph Dunner, da Yeshiva University, publicado em Nova Iorque em 1964. Colaborou em *Joaquim de Carvalho no Brasil*, publicado em Coimbra, Portugal, 1958. Deu sua colaboração

ao estudo *La Mujer en la Sociedad Actual*, publicado pelo Instituto de Ciências Sociais de Barcelona, Espanha, em 1976.

Foi membro de inúmeras associações culturais, destacando-se: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará, Associação Cearense de Imprensa, Associação de Professores do Ensino Superior do Ceará.

### **Destaques Bibliográficos**

- MONTENEGRO, Abelardo. *História do fanatismo religioso no Ceará*. Fortaleza: UFC, 1960.
- *Os partidos políticos do Ceará*. Fortaleza: 1980.
- Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973, 330 p.
- *Interpretação do Ceará*. Fortaleza: UFC, 2001.
- *Psicologia do povo cearense*. Fortaleza: UFC, 2000, 264 p.
- *Rui Barbosa e a revolução industrial no Brasil*. Fortaleza: Tipografia Royal, 1951.
- *Soriano de Albuquerque, um pioneiro da Sociologia no Brasil*. Fortaleza: Batista Fontenele, 1952, 155 p.

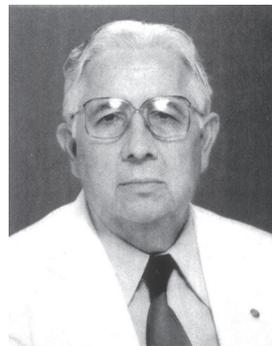
Abelardo Fernando Montenegro na Revista do Instituto do Ceará.

**Discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará.**  
Tomo XCV, n.95, p.108-118, 1981.

### **JOSÉ CLÁUDIO DE OLIVEIRA**

\* 24.05.1926

+ 03.06.2010



Nasceu em Pacajus, CE, filho de Luiz Cláudio de Oliveira e Maria Lopes de Oliveira. Bacharel e licenciado em Geografia e História da Faculdade Católica de Filosofia, em 1951 e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFC. Foi presidente do Instituto de Cultura Espírita do Ceará. Rotary Clube de Fortaleza e primeiro presidente da Fundação do Bem-Estar do Menor do Ceará (1969-

1971), foi membro da Maçonaria do Ceará, e da Academia Cearense de Letras. Na política foi vereador de Fortaleza em 1947 e, por três vezes, presidente da Comissão de Finanças da Câmara Municipal (1948, 1949 e 1950), e candidato a Prefeitura de Fortaleza em 1962.

Foi agraciado com inúmeras medalhas destacando-se Medalha do Mérito Naval Tamandaré, Rui Barbosa e Clóvis Beviláqua.

Em sua vida profissional atuou como secretário-geral e presidente da 3ª. Comissão Técnica do 2º. Congresso de Tribunais de Contas do Brasil, em Salvador, em 1960, superintendente do Centro de Integração Empresa-Escola do Ceará de 1969 a 1972 e, também, o seu diretor-secretário no mesmo período.

### **Destaques Bibliográficos**

- OLIVEIRA, José Claudio de. *O Calvário de um líder*. Fortaleza: ABC, 1997, il. 276 p.

- *Elucidário espírita*. Fortaleza: FEEC, 1998, 194 p.

- *História do Ceará: de Pero Coelho a Adauto Bezerra*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1979, 80 p.

- *Miscigenação da raça brasileira*. Typografia A.C. Mendes, 1951.

José Cláudio de Oliveira na Revista do Instituto do Ceará.

**Discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará.** Tomo CIX, n.109, p. 216-223, 1995.

**Brigadeiro Antônio de Sampaio.** Tomo CX, n.110, p.251-256, 1996.

**A importância da força terrestre.** Tomo CXII, n.112, p.303-310, 1998.

**Saudando Francisco Edson Cavalcante Pinheiro.** Tomo CXIII, n.113, p.361-362, 1999.

**DÁRIO MOREIRA DE CASTRO ALVES**

\* 14.12.1927

+ 06.06.2010



Nasceu em Fortaleza e aos 16 anos foi para o Rio de Janeiro, onde graduou-se em Ciências Jurídicas, logo se encaminhando para a Diplomacia, realizando um sonho antigo. Ocupou cargos relevantes em Buenos Aires, na Organização das Nações Unidas (Nova York), em Moscou, Roma, Lisboa e Washington, sem jamais perder a simplicidade que o caracterizou por toda a vida. Dário aposentou-se em 1990, após ocupar o honroso cargo de Embaixador do Brasil em Portugal.

Foi membro da Comissão Fiscal de Construção de Navios, sediada em Rotterdam (Holanda), Secretário do Adido Naval da Embaixada do Brasil em Buenos Aires (Argentina) e agraciado com medalhas de bronze, prata e Mérito Tamandaré.

Romancista, contista, cronista e poeta colaborou na Revista Itaytera, do Instituto Cultural do Cariri (Crato) e no Boletim Informativo da ASSM, entre outros. Participou de várias antologias da Litteris Editora (RJ) e DPF Edições, de Belo Horizonte. Foi ainda membro do Sindicato de Escritores do Rio de Janeiro, Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes (CEBLA), Sociedade dos Poetas Cariocas e da Academia Brasileira de Literatura de Cordel (SPOC). Foi casado com Alexandra Von Adese G. Alves.

**Destaques Bibliográficos**

- CASTRO ALVES, Dário Moreira de. *Luso-brasilidades: nos 500 anos*. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1999, 448 p.

- *Era Lisboa e chovia*. Rio de Janeiro: Luz, 1984, il. 398 p.

Publicou vários livros: *No embalo da maré*, *Homem do mar*, *História de mar e terra* e outros.

Dário Moreira de Castro Alves na Revista do Instituto do Ceará.

**A propósito do “achamento” do Brasil.** Tomo CXII, n.112, p.227-229, 1998.

**O cego de Landim e a falsificação de dinheiro brasileiro.** Tomo CXIII, n.113, p.233-235, 1999.

**O novo contexto do relacionamento luso-brasileiro.** Tomo CXIV, n.114, p.257-260, 2000.

**Discurso do embaixador Dário Moreira de Castro Alves, por ocasião de sua posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará.** Tomo CXVIII, n.118, p.291-302,2004.

**Capistrano de Abreu.** Tomo CXX, n.120, p.32-330, 2006.

# Vinicius de Barros Leal

JOSÉ MURILO CARVALHO MARTINS\*

No dia 13 de abril de 2010, a medicina cearense perdeu um insigne discípulo: o professor Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal.

Formado pela Faculdade de Medicina de Pernambuco, fez curso de especialização em Pediatria no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo. Dedicou-se à área de Pediatria, tendo sido professor da Universidade Federal do Ceará, médico da Legião Brasileira de Assistência, diretor do Posto de Saúde de Parangaba e, por mais de 20 anos, diretor do Asilo de Menores Juvenal de Carvalho.

Ainda na área médica, notabilizou-se como presidente do Centro Médico Cearense e da Sociedade Cearense de Pediatria; ademais, foi diretor do Patrimônio e mordomo da Santa Casa da Misericórdia de Fortaleza.

Serviu à cidade de Fortaleza como vereador, eleito em 1951.

No mundo das letras, destacou-se como colaborador assíduo dos jornais *O Povo* e *Unitário*; das revistas: *Verdes Mares*, *Itaytira*, *Revista do Instituto do Ceará* e *Revista da Academia Cearense de Letras*.

Seu maior interesse recaía sobre temas de História, tendo publicado vários artigos e livros sobre o assunto, muitos premiados, entre os quais merecem destaque *História da Medicina do Ceará*, *História de Baturité*, *O bumba-meu-boi - uma nova abordagem* e *A colonização portuguesa no Ceará*.

Como disse Raimundo Girão “é um escritor que não sabe parar”. Graças ao seu trabalho na área da cultura, foi membro atuante do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras, da Academia Cearense de Medicina e sócio correspondente do Instituto Histórico do Maranhão, do Instituto Brasileiro de Genealogia e do Instituto Cultural do Cariri.

Porém, o que poucos sabem é que Vinicius Barros Leal era um grande amigo de seus amigos e tinha o coração dedicado aos seus clientes.

---

\* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Como ex-presidente da Sociedade São Lucas, todos os anos organizava, juntamente com o padre Monteiro da Cruz S. J., o retiro dos médicos católicos.

Guardava por Vinícius uma grande estima, pois, além de trabalharmos juntos nas lides de nossa Faculdade de Medicina, foi ele que me deu “as boas-vindas” quando ingressei no centenário Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

***RELATÓRIO DA  
SECRETARIA GERAL  
2010***



# **Relatório da Secretaria Geral do Instituto do Ceará**

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

VALDELICE CARNEIRO GIRÃO\*

É incumbência da Secretaria Geral do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), apresentar o relatório das atividades da Instituição referente ao ano social anterior.

## **Edifício Sede**

Construído em 1920 para residência do Sr. Jeremias Arruda, o prédio de edificação majestosa de estilo eclético serviu anteriormente a Chefatura de Polícia Estadual; Prefeitura de Fortaleza e Ginásio Municipal.

Além da beleza arquitetônica, o prédio abriga hoje, em suas salas, elementos fundamentais para a preservação da memória coletiva do povo cearense – o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), instituição com 124 anos de existência.

## **Diretoria**

A diretoria reeleita para o segundo mandato: 2009 – 2010 contou com as mesmas dificuldades financeiras referente às verbas para manutenção. Apesar das tentativas, não foi conseguido auxílio para este setor. Até mesmo o solicitado através de projeto com o BNDES, ainda não tivemos a resposta desejada. Os contatos do Presidente com as autoridades têm sido uma constante. Continuamos esperando. Para isto temos elaborado convênios e projetos.

---

\* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

– O Projeto com o Ministério da Cultura (Lei Rouanet) foi concluído com a edição do livro *Arquivos do Barão de Studart*.

– O Projeto elaborado para o Banco do Nordeste beneficiou a recuperação de grande parte da hemeroteca do século XIX, cujos jornais estavam impossibilitados de manuseio e acondicionamento inadequado.

– O Projeto que prevê higienização, digitação, encadernação e publicação de catálogo e DVDs está praticamente concluído.

– Com o Banco do Nordeste temos o projeto para elaboração do catálogo do Arquivo Iconográfico.

– O Projeto que beneficia a construção do elevador, encontra-se em andamento.

## **Biblioteca**

A Biblioteca com mais de 35.000 livros e o Arquivo, mantiveram-se em pleno funcionamento, e tem sido o setor mais beneficiado com os projetos já realizados ou em andamento. Continuam os trabalhos de classificação, arranjos dos livros e jornais, obedecendo às normas bibliográficas. Registrou uma boa frequência de consulentes, leitores, pesquisadores e visitantes, a maioria à elaboração de Dissertações e Teses para obtenção de grau de Mestre e Doutor.

O número de obras foi acrescido com a doação de instituições, escritores, sócios e amigos do Instituto.

## **Museu de História do Ceará – Memorial Barão de Studart**

Aberto a visitação pública, o Museu de História Barão de Studart, recebeu um número considerável de visitantes, dos quais destacamos autoridades, professores, estudantes e diversos grupos de outros Estados. Utilizando-se dos mais modernos meios de comunicação museológica, o Instituto tem oferecido ao visitante, acesso ao “velho e o novo” no mesmo espaço. O Memorial é um lugar que provoca a reflexão e o desejo de procurar nos diversos caminhos o que o Instituto do Ceará pode oferecer com seu acervo.

## **Revista**

A Revista do Instituto do Ceará, uma das mais antigas publicações do País, editada sem interrupção desde 1887, se constitui em precioso

acervo bibliográfico do Instituto; nestes três últimos anos recebeu o patrocínio do Banco do Nordeste e a coordenação do Sócio Efetivo Pedro Alberto de Oliveira Silva.

O número 124 está sendo editado.

## Boletim

O Boletim reativado em 2008, instrumento de difusão das atividades semestrais da Instituição, teve sua última publicação em dezembro de 2010 – o número 41/42.

## Atividades Culturais

Nas reuniões ordinárias e solenes, foram proferidas palestras pelos sócios e convidados. Merece destaque – a solenidade comemorativa dos 123 anos de criação da Instituição, quando foi lançada a reedição do livro *Geografia do Ceará* do Barão de Studart, inauguração da sala Professor Geraldo da Silva Nobre e entrega da medalha Barão de Studart ao Sr. José Sidrião de Alencar Júnior, Superintendente do ETENE do Banco do Nordeste, em agradecimento àquela Instituição pelas relevantes colaborações à Casa do Barão.

– Lançamento do livro *Arquivos do Barão de Studart*, obra em grande formato, ricamente ilustrada; com documentos, informações e fotografias.

– Comemoração do bicentenário de nascimento do Brigadeiro Antônio de Sampaio; sendo o orador da palestra o Coronel Cláudio Shora Rasty, Historiador Militar. Na ocasião o Comando Militar do Nordeste conferiu ao Instituto do Ceará, o diploma pelo relevante apoio às atividades comemorativas dos 200 anos de nascimento do Brigadeiro.

– Homenagem póstuma aos consócios Antônio Holanda de Barros Leal, quando falou a Sócia Efetiva Dra. Zélia Sá Viana Camurça; Abelardo Fernando Montenegro, palestra proferida pelo amigo do Instituto Gildácio Sá. Na ocasião, foi distribuído o último livro do homenageado: *Cearense e Judeu*. Sobre o Jornalista e Professor José Caminha Alencar Araripe, falou o consócio Pedro Alberto de Oliveira Silva.

– O centenário do Teatro José de Alencar foi tema da palestra do consócio José Liberal de Castro.

– O orador do dia seis de dezembro foi o Professor Gonzaga Mota com o título: “Questão Social e Nordeste”.

– O Pátio do Instituto foi palco para o lançamento do livro *Volta a Campo Grande*. A obra é de autoria do escritor cearense José Lyra.

– As comemorações dos 284 anos de Fortaleza; promoção do curso de Geografia e outros órgãos teve a participação do Instituto do Ceará em “Trilhas Urbanas”.

– Outras palestras foram proferidas entre, elas “Movimento Ceará Mais Justo: uma agenda para o desenvolvimento do Estado”, a cargo do Vice-presidente Pedro Sisnando Leite, quando o Presidente memorizou os dois últimos sócios falecidos: José Cláudio de Oliveira e Dário Moreira de Castro Alves.

– A Diretoria visitou o Memorial Rachel de Queiroz, organizado pelo Presidente José Augusto em sua importante biblioteca.

– A convite do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Dr. Arno Welling, o Presidente José Augusto proferiu palestra naquele Instituto sobre a gestão cultural do Instituto do Ceará.

– No dia 17 de dezembro, além das comemorações natalinas, foram inauguradas as salas que homenageiam o Historiador Raimundo Girão, Presidente de Honra deste sodalício e a hemeroteca José Caminha Alencar Araripe.

## **Concessões de Título e Honrarias**

Foram agraciados com títulos os consócios:

### **José Augusto Bezerra**

- Posse como titular da cadeira 12 da Academia Cearense de Letras.
- Troféu Sereia de Ouro, patrocinado pelo Grupo Edson Queiroz.
- Medalha do Centenário de Rachel de Queiroz, conferida pela Associação Brasileira de Bibliófilos.

### **Ednilo Gomes de Soárez**

- Eleição e posse como membro da Academia Cearense de Letras.

### **Melquíades Pinto Paiva**

- Título de Professor Emérito da Universidade Federal do Ceará.

**José Filomeno de Moraes**

- Medalha Des. Júlio Carlos de Miranda, conferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

**Pedro Sisnando Leite**

- Homenagem pela passagem dos 15 anos de criação do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense “Agropacto”, conferida pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

**Registros Bibliográficos**

**Melquíades Pinto Paiva**

- *Breves memórias do espaço e do tempo* – Autobiografia.  
- *Nordeste do Brasil: Terra, Mar e Gente.*

**Pedro Sisnando Leite**

- *A Trava do Desenvolvimento* – Um estudo sobre a educação no Ceará.  
- *A Campanha da Fraternidade* – Economia e Vida (Ver, Julgar, Agir).  
- *Movimento Ceará mais justo* – Uma agenda para o desenvolvimento do Estado.

**Pedro Alberto de Oliveira Silva**

- *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*. Tomos 112 – 122. 1998 – 2008.

**José Augusto Bezerra**

- *Haydn, Mozart e Neukomm na Corte Real do Rio de Janeiro, 1816 – 1822*. Edição bilíngüe em português e alemão. José Augusto Bezerra, Ingrid Schwamborn e Maria Elias Soárez – Organizadores.

**Clélia Lustosa Costa e outros**

- *Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza*.  
- *De Cidade a Metrópole* (transformações urbanas em Fortaleza).

**João Alfredo Montenegro**

- *Jáder de Carvalho e o Diário do Povo*.

**Eduardo de Castro Bezerra Neto**

- *Inferno e Céu: Desafio da Inteligência*.

### **Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho**

- *Em busca de referências a Campanha pelas Diretas já, como discurso constituinte para a política brasileira.*

- *Produção e Recepção de Discursos Eleitorais. Campanha na TV de Luizianne Lins para a Prefeitura de Fortaleza em 2008.*

### **Valdelice Carneiro Girão**

- *Arthur Ramos e sua Coleção.*

### **Luiz de Gonzaga Mota**

- *Textos para Reflexão.*

### **Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes**

- *Formação do Povo Brasileiro e da Nação, seu Agnóstico Caráter Nacional – alguns balizamentos (Artigo).*

- *O Livro da Academia – De Babel à Telenovela: o fio da memória narrativa que institui nossa humana condição (Artigo).*

- *Antropologia & Estética: O Status Quæstionis (Artigo).*

- *Anuário do Ceará 2010 (Coautoria).*

- *Prometeu e Pandora entre o Espelho e a Máscara, ou Fantasia, Ordem e Mistério no Moinho do Sentido – Capítulo (Coautoria).*

- *Alencar e seu Projeto Literário de Construção Nacional – Capítulo (Coautoria).*

### **Gisafran Nazareno Mota Jucá**

- *Capítulos de livro: Opções metodológicas de Análise da História Urbana de Fortaleza in Cidade e Memória – Teresina.*

- *A Memória Social como Patrimônio Urbano.*

- *Memória Pessoal e Memória Social na Micro História Urbana de Fortaleza – Anais do X Encontro Nacional de História Oral – Recife.*

### **Quadro Social**

Em 2010, o Instituto sofreu a perda de cinco inesquecíveis confrades:

– Vinícius Antonius Holanda de Barros Leal

– Abelardo Fernando Montenegro

– José Caminha Alencar Araripe

– José Cláudio de Oliveira

– Dário Moreira de Castro Alves

Concluimos que, apesar das dificuldades financeiras e a pouca frequência dos Sócios Efetivos, o Instituto vem cumprindo seus objetivos. As sessões foram realizadas. A correspondência com outras Instituições, atualizadas. Os serviços de secretaria, biblioteca e tesouraria, feitos a contento graças ao trabalho coeso da diretoria e o empenho de seu dinâmico Presidente José Augusto Bezerra.

Apesar de um número pequeno de servidores, não podemos esquecer o esforço de seus funcionários, bolsistas e estagiários que, sob a supervisão da Bibliotecária Solange Bentes e a Professora Marinez Alves, fazem um trabalho importantíssimo para este Instituto. A eles, os nossos agradecimentos.

## **Relatório da situação financeira do Instituto do Ceará (Biênio 2009/2011)**

Cumprindo disposições estatutárias, e na qualidade de 1º. tesoureiro deste Sodalício, cumpro a obrigação de fazer a prestação de contas do setor financeiro referente ao período de março de 2009 a igual data de 2011.

Tivemos, sem dúvida, uma das épocas mais difíceis para nossas finanças, o que nos obrigou, repetidas vezes, a recorrer às reservas bancárias para quitação de compromissos inadiáveis.

Diante dessa lamentável situação, ressalte-se, porém, a decisiva colaboração pecuniária de nosso dinâmico e abnegado presidente José Augusto Bezerra, o qual, juntamente com outros diretores, notadamente os consócios Pedro Sisnando Leite e Ednilo Gomes de Soárez, tudo tem feito para ajudar o nosso Instituto em suas premências extraordinárias.

Graças aos esforços de nosso benquisto diretor cel. prof. Paulo Ayrton Araújo, continuamos recebendo ajuda mensal da EIT - Empresa Industrial Técnica e do Bicanco - Banco Industrial do Ceará.

Ressalte-se ainda, e de modo especial, o apoio financeiro que nos tem sido prestado pela ASPECE, sabiamente dirigida pelo insigne benfeitor desta Casa, nosso sócio honorário prof. Adegildo Ferrer, com o que é possível mantermos dois estagiários, e até bem pouco tempo, também, a assistência técnica do Memorial Barão de Studart.

Outra importante conquista, obtida através de nosso presidente e do já referido prof. Adegildo, foi a renovação, desta feita por dois anos, do Convênio firmado com o Instituto Dom José de Educação e Cultura, nesta capital, entidade conduzida pelo prof. Pedro Henrique Antero, pelo qual, mensalmente, é-nos concedida ajuda mensal de dois salários mínimos, destinada ao pagamento dos honorários de nosso contador.

Por outro lado, apesar de todos os nossos ingentes esforços junto ao quadro social, só conseguimos manter atualizadas as contribuições mensais de 32 confrades, o que bastante lamentamos.

Conforta-nos, porém, verificar que mesmo diante desta situação, mais uma vez temos que ressaltar o dinamismo de nosso presidente

José Augusto Bezerra que, com seu prestígio e amizade com o diretor do Banco do Nordeste do Brasil, dr. José Sidrião de Alencar, conseguiu, durante o biênio 2009/2011, a concretização de seis projetos da mais alta valia para o Instituto, a saber:

1. Publicação da *Revista do Instituto*, anos de 2007, 2008 e 2009, no valor de R\$ 30.000,00;

2. Resgate Bibliográfico Cearense – reedição do livro *Geografia do Ceará*, do Barão de Studart, e edição do livro *A Tragédia do Orós*, do prof. Pedro Sisnando Leite – valor: R\$ 30.000,00;

3. Aperfeiçoamento Técnico da Biblioteca do Instituto, mediante aquisição de computadores, programas de Informática e contratação de estagiários – valor: R\$ 25.000,00;

4. Manuscritos – Coleção José Augusto Bezerra, para a edição de livro com manuscritos inéditos do acervo do colecionador, no valor de R\$ 50.000,00;

5. Retratos de Nossa História, para a higienização, catalogação e digitalização do acervo iconográfico, mais a produção de um DVD e de um catálogo, no valor de R\$ 41.399,00; e,

6. Acervo Hemerográfico do Instituto, prevendo a higienização, catalogação, digitalização e encadernação do acervo de jornais, mais a produção de um DVD e de um catálogo, no valor de R\$ 44.614,00.

Além destes seis projetos, um outro igualmente de alta significância para o Instituto foi firmado com o Ministério da Cultura, com aporte financeiro da empresa M. Dias Branco S.A., através da Lei Rouanet, no valor de R\$ 254.577,24 para Resgate Digitalizado do Acervo Documental do Instituto, mediante higienização, restauração e digitalização do acervo do Barão de Studart, mais a produção de dois DVD's com documentos e correspondências, bem como a produção do livro *Arquivos do Barão de Studart*.

Prezado presidente, estimados consócios, dignas autoridades e ilustres convidados:

Encerrando esta modesta exposição, cabe-me agradecer a confiança recebida de nosso preclaro presidente e dos estimados consócios, os quais, mais uma vez, reelegeram-me, por unanimidade de votos, para o biênio 2011/2013, numa demonstração de reconhecimento às minhas atividades, ainda que modestas, no desempenho desta missão.

Outrossim, devo informar que brevemente estará sendo divulgado o Balanço Anual desta entidade, em que outros esclarecimentos estarão à disposição dos ilustres confrades e demais interessados.

Francisco Fernando Saraiva Câmara  
*1.º Tesoureiro*

***ATAS DAS SESSÕES  
DE 2010***



# Atas das Sessões

## Ata da Sessão Ordinária do dia 20 de janeiro de 2010

Às 15h30 (quinze horas e trinta minutos) do dia 20 (vinte) de janeiro de 2010 (dois mil e dez), no auditório Barão de Studart do Instituto do Ceará, sob a direção do Presidente José Augusto Bezerra, reuniram-se os Sócios Efetivos Pedro Sisnando Leite, Liberal de Castro, Clélia Lustosa, Rejane Vasconcelos, Valdelice Girão, Fernando Câmara, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Paulo Ayrton Araújo. Inicialmente a Secretária Valdelice Girão leu as atas das reuniões dos dias 5.11.2009, 7.12.2009, 14.12.2009 e 21.12.2009, que foram aprovadas por unanimidade. O Presidente apresentou e distribuiu o Boletim Informativo, que é considerado como um dos melhores entre os dos Institutos Brasileiros. O sócio Liberal de Castro sugeriu que incluísse informações sobre o mapa, que está na capa do boletim. O Presidente do Instituto foi convidado pela Secretaria de Cultura do Ceará para participar de comissão para selecionar livros a serem comprados por esta secretaria e distribuídos nas 190 bibliotecas do Estado. Foram indicados para aquisição os livros e a revista publicada pelo Instituto. O Presidente falou sobre a possibilidade de renovação do convênio com a PMF, para visitação dos alunos do ensino fundamental ao Memorial Barão de Studart. Informou também que o lançamento do livro *Geografia do Ceará* de Guilherme Studart, a inauguração oficial da sala em homenagem ao sócio Geraldo Nobre e a homenagem ao Dr. José Sidrião de Alencar Júnior, do BNB, com a medalha Barão de Studart, ocorrerão no dia do aniversário do Instituto, em 5 de março de 2010. O Presidente informou sobre as negociações do Instituto com o Banco do Nordeste do Brasil para em conjunto, realizar *Concurso sobre História do Ceará*, dirigido a alunos e professores. O sócio Fernando Câmara solicita aos sócios devedores os pagamentos das anuidades atrasadas. O sócio Liberal de Castro propõe outra reunião interna do Instituto para discutir plano de trabalho, inclusive os relacionados a manutenção da sede: adaptação de banheiros e construção de elevador, conservação do forro e teto e assoalho da edificação (risco de cupim), retirada de goteiras na biblioteca, revestimento de carpete do auditório Thomas Pompeu etc. Mostrou a necessidade de construção de um novo pavimento para biblioteca, pois esta já não é suficiente para guardar todos os arquivos e doações recebidas pelo Instituto. O sócio Pedro Alberto de Oliveira sugeriu que o espaço abaixo do auditório Thomas Pompeu, atualmente utilizado como garagem, seja transformado em biblioteca. Pedro Alberto ainda tratou da edição da Revista do Instituto, com o apoio do BNB. Falou das dificuldades,

principalmente dos prazos e custos. Nada mais havendo a tratar, o presidente José Augusto Bezerra deu por encerrada a sessão, da qual para constar, foi lavrada a presente ata, que foi assinada por mim, Maria Clélia Lustosa Costa, 2ª secretária desta instituição.

### **Ata da Sessão de 22 de fevereiro de 2010**

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 22 de fevereiro de 2010 para mais uma sessão ordinária. Estiveram Presentes: José Augusto Bezerra, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, José Liberal de Castro, Aroldo Mota, Gisafran Jucá, Ednilo Soarez e Zélia Sá Viana Camurça. Os sócios honorários e beneméritos: Adegildo Férrer e João Pires. Depois de cumprimentar os presentes, o Presidente comunicou a aproximação dos aniversários do Instituto (123 anos) e um ano da eleição da diretoria. Neste dia, 5 de março, será feito o lançamento da reedição do livro *Geographia do Ceará*, do Barão de Studart. A leitura das atas de sessões anteriores foi feita pela Secretária Geral com aprovação pelos presentes. Em seguida foi aberto espaço para as comunicações. O Presidente informou que a Assembleia Legislativa doou ao Instituto, estantes antigas e expositores, que serão úteis para a Instituição. Disse também que alguns objetos que se encontram em poder do Pesquisador Valdir Uchoa: espada, livros e documentos que pertenceram ao Marechal Juarez Távora, que poderão ser doados ao Instituto. O Professor Liberal, com a palavra, disse que a 10ª Região Militar seria talvez o lugar adequado para abrigar o acervo, sugerindo que o Cel. Paulo Ayrton intermediasse o caso. O consócio Gisafran sugeriu que o catálogo de documentos inéditos existente no Instituto deva ser publicado para conhecimento dos pesquisadores. O Presidente disse apenas que, para isso, será preciso ser feito um projeto. Em seguida, solicitou à funcionária Marineide, que esclarecesse as dúvidas existentes quanto à reedição do livro *Geographia do Ceará*. A consócia Zélia Camurça comentou a publicação do livro *Guia de Museus Brasileiros*, editada pela Universidade de São Paulo – USP. O Presidente antes de encerrar a sessão falou do contrato para o novo site do Instituto. Nada mais havendo a tratar o presidente encerrou a sessão. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, secretária *ad-hoc*, lavrei a presente ata.

### **Ata da Sessão Solene de 5 de março de 2010**

O Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniu-se em 5 de março de 2010, sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, em sessão solene, para comemorar os 123 anos da Instituição, o primeiro ano

da eleição da atual diretoria e a inauguração da sala Professor Geraldo Nobre. Estiveram presentes os consócios: Zélia Sá Viana Camurça, Fernando Saraiva Câmara, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Gisafran Mota Jucá, Francisco Ésio de Sousa, José Filomeno de Moraes Filho, Ednilo Soárez, Maria Clélia Lustosa Costa, Fernando Luiz Ximenes Rocha, Paulo Ayrton Araújo, Eduardo de Castro Bezerra Neto e José Liberal de Castro; sócios honorários e beneméritos, além de um número considerável de ilustres convidados entre eles a família Nobre. O Mestre Cerimônia Vicente Alencar convidou para compor a mesa o Presidente do Instituto José Augusto Bezerra, o Vice-Governador do Estado Francisco José Pinheiro, o Secretário de Cultura Prof.º Auto Filho, o Superintendente do ETENE do Banco do Nordeste Dr. José Sidrião de Alencar Júnior, o Médico Dr. Evandro Studart, o membro da Assembleia Legislativa Osmar Diógenes e a amiga do Instituto, Sra. Irismar Linhares. Na abertura dos trabalhos, o Presidente cumprimentou os presentes ressaltando a importância do Instituto do Ceará como berço da historiografia cearense, fundado em 1887 por doze ilustres vultos da nossa intelectualidade. Fez um breve relato das atividades desenvolvidas em sua gestão. A palavra foi concedida à Secretária Geral Valdelice Carneiro Girão, que procedeu a leitura do relatório das atividades do Instituto em 2009. O Presidente lamentou o falecimento do sócio honorário do Instituto, o bibliófilo José Mindlin, pedindo um minuto de silêncio. Falou em seguida sobre a importância do ato inaugural da sala Prof. Geraldo Nobre, quando passou a palavra ao Prof. Francisco José Pinheiro que, em breve discurso, ressaltou a importância do Professor Nobre como professor, pesquisador e profundo conhecedor da História do Ceará. Concluindo-se a inauguração da biblioteca do ex-presidente do Instituto com o descerramento da fita simbólica. Em seguida, o Presidente anunciou o lançamento do livro *Geografia do Ceará*, do Barão de Studart, passando a palavra a consócia Clélia Lustosa, para as devidas considerações, como executora do prefácio da obra. Os presentes receberam exemplares da obra. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente homenageou o Banco do Nordeste, concedendo a Medalha Barão de Studart ao Sr. Sidrião Alencar, Superintendente do ETENE, em agradecimento àquela instituição pela relevante colaboração à Casa do Barão de Studart. Depois da fala do representante do Banco do Nordeste, o Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para um coquetel no Salão nobre do Instituto e encerrou a sessão. Para constar, Eu, Maria Clélia Lustosa Costa, 2ª Secretária, lavrei a presente ata.

### **Ata da Sessão Ordinária de 22 de março de 2010**

Aos 22 dias do mês de março de 2010, no auditório Barão de Studart, reuniram-se os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e

Antropológico), para mais uma sessão ordinária. Compareceram: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Murilo Martins, José Liberal de Castro, Rejane Vasconcelos, Ésio de Sousa, Miguel Ângelo de Azevedo e Elmo Vasconcelos. Os sócios honorários e beneméritos Vicente Alencar, Adegildo Férrer e João Pires, além de outros convidados entre eles a Sra. Mirna Leite, Aluísio Nóbrega, Dr. João Gonçalves Lemos, Dr. Francisco Tarcísio Leite, Dr. Jackson Albuquerque e outros amigos do conferencista. O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes e comunicando que o conferencista do dia seria o Prof. Pedro Sisnando Leite, que dissertaria sobre o tema “Economia e Vida”, tema da Campanha da Fraternidade. O Presidente convidou para tomar assento à mesa o presidente da Academia de Ciências Sociais do Ceará, Prof. João Gonçalves Lemos. Atas de reuniões anteriores foram lidas pela consócia Valdelice Girão e aprovadas. O Professor Sisnando, especialista em assuntos econômicos, comentou que o assunto tem sido muito abordado como ideologia, sistema político que distorce o verdadeiro sentido da economia. Não sendo esta a visão da Igreja, que considera a economia como vida para todos, daí a razão da Campanha da Fraternidade. Os presentes aplaudiram o orador, seguido de debates de que participaram os consócios Pedro Alberto, Murilo Martins e Elmo Vasconcelos. O Presidente cumprimentou o orador, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. No fim da reunião, o Prof. Pedro Sisnando ofereceu, além de guloseimas, uma plaqueta de sua autoria: “O Verdadeiro desenvolvimento econômico”. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária ad-hoc, lavrei a presente ata.

### **Ata da Sessão Extraordinária de 28 de abril de 2010**

Fazendo parte das comemorações do bicentenário de nascimento do Brigadeiro Antônio de Sampaio, Patrono da Infância, foi realizada no Auditório Pompeu Sobrinho do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), no dia 28 de abril de 2010, sessão especial, alusiva ao bicentenário de Sampaio. Na oportunidade, após a abertura pelo Presidente José Augusto Bezerra, foi realizada uma breve apresentação feita pelo General da Divisão Júlio Lima Verde Campos de Oliveira, coordenador do bicentenário do Brigadeiro, destacando alguns aspectos da vida do ilustre homenageado. O orador da palestra Coronel Cláudio Shora Rosty, historiador militar, membro do Diretório do Patrimônio e Histórico e Cultural do Exército, apresentou interessante tema: “Os passos de Sampaio em território Guarani”, que despertou vivo interesse dos participantes. Composta a mesa por militares da ativa das Unidades do Exército da Guarnição de Fortaleza; das forças coirmãs, oficiais da reserva, Sócios do Instituto e convidados. Entre os presentes destacaram-se os Generais de Divisão, Francisco

Batista Torres de Melo, Théo Espínola Basto e Júlio Lima Verde Campos de Oliveira; antigos Comandantes da 10ª Região Militar, o Coronel Izael Teodósio de Melo, Comandante do Colégio Militar de Fortaleza, o Sr. Ivens Dias Branco, Sócio benemérito do Instituto; membros do Diretório e outros Sócios do Instituto do Ceará. O Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), na pessoa do seu Presidente José Augusto Bezerra, recebeu, ao final, uma homenagem da Coordenação do Bicentenário de Sampaio, constando de uma miniatura do busto do Patrono da Infantaria em agradecimento por esse importante evento cultural das comemorações. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Para constar, Eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária *ad-hoc*, lavrei a presente ata. Fortaleza, 28 de abril de 2010.

### **Ata da Sessão de 20 de maio de 2010**

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no Auditório Barão de Studart para mais uma sessão ordinária. Estiveram presentes: Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Paulo Elpídio de Menezes Neto, José Liberal de Castro, Elmo Vasconcelos e Clélia Lustosa Costa. Os sócios honorários e beneméritos Adegildo Férrer e João Pires. O Presidente iniciou os trabalhos apresentando boas-vindas aos presentes, destacando a presença do Sócio Efetivo Paulo Elpídio, hoje residente no Rio de Janeiro. Convidou-o para tomar assento à mesa. A Revista do Instituto de número 123, a ser distribuída aos presentes, juntamente com o Índice Anotado da Revista, correspondente 1998-2008, trabalho elaborado pelo consócio Pedro Alberto de Oliveira Silva, merecedor de elogios. Em seguida, abriu espaço para as comunicações: O 1º. Secretário Paulo Ayrton Araújo agradeceu ao Presidente a oportunidade da visita dos consócios ao Memorial Rachel de Queiroz, localizado na biblioteca José Augusto Bezerra; parabenizou o Prof. Pedro Sisnando pela publicação do seu livro *O Verdadeiro Desenvolvimento Econômico*; comunicou o estado de saúde dos consócios José Caminha Alencar Araripe e General Tácito Theophilo. Apresentou voto de pesar pelo falecimento do amigo do Instituto Cláudio Pereira. O Presidente agradeceu os registros feitos pelo secretário e passou a palavra ao orador do dia: Elmo Vasconcelos. O mesmo, usando ilustrações, falou do centenário de Joaquim Nabuco, sua trajetória política e social como monarquista, diplomata, escritor, destacando sua vasta bibliografia e a sua obra *Minha Formação*, lendo os textos do livro. Recebeu apartes dos consócios Pedro Alberto, Paulo Elpídio e José Augusto Bezerra. O Presidente agradeceu ao orador e aos presentes e encerrou a sessão. Para constar eu, Maria Clélia Lustosa Costa, lavrei a presente ata.

### **Ata da Sessão de 5 de julho de 2010**

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se em sua sede social, em 5 de julho de 2010 para mais uma sessão ordinária. Compareceram: Valdelice Carneiro Girão, José Augusto Bezerra, Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Eduardo de Castro Bezerra Neto, Paulo Ayrton Araújo, José Liberal de Castro, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Francisco Ésio de Sousa e Clélia Lustosa Costa. O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes; seguindo-se a leitura das atas de sessões anteriores aprovadas. Em seguida lamentou a perda de cinco Sócios Efetivos do Instituto, dizendo que em razão de grave responsabilidade de escolha de novos membros para sucedê-los; ouvindo a Diretoria, decidiu concluir primeiramente a reforma do estatuto, que já se encontrava em andamento, para só depois, à luz de normas atualizadas, receber novos sócios. Informou que do dia 15 de julho a 15 de agosto a Presidência receberá por escrito, sugestões dos consócios para aprimoramento do estatuto atual. Explicou que após a primeira fase de coleta de sugestões, serão informados os prazos de debates em plenária dos pontos sugeridos. A terceira parte constará de uma adequação dos termos jurídicos e, logo após providenciada a impressão. Os Sócios presentes receberam correspondência neste sentido, que será também encaminhada aos Sócios ausentes. A iniciativa foi aprovada por unanimidade. O Presidente fez comentário sobre a oferta feita ao Instituto pela consócia Zélia Sá Viana Camurça da quantia de 1.000,00 (um mil reais). Agradecendo. Nada mais havendo a tratar. Eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária *ad-hoc*, lavrei a presente ata.

### **Ata da Sessão do dia 20 de julho de 2010**

O Instituto do Ceará aos vinte dias do mês de julho de 2010, reuniu-se em sessão ordinária sob a presidência do confrade José Augusto Bezerra. Compareceram os Sócios Efetivos, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Câmara, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Liberal de Castro, Zélia Sá Viana Camurça, Ésio de Sousa e Oswaldo Evandro Carneiro Martins, os Sócios Honorários e Beneméritos Adegildo Férrer e João Pires. O Presidente iniciou os trabalhos informando que a reunião seria rememorativa ao sócio falecido o saudoso José Caminha Alencar Araripe, cuja palestra estava a cargo do Sócio Pedro Alberto de Oliveira, nominou a presença da família do homenageado, destacando a viúva Ilke Tigre, seus filhos, Prof. Rui Araripe e outros assim como o representante da Academia Cearense de Letras, Prof. Juarez Leitão, o Jornalista Paulo Tadeu e o Escritor Eduardo Fontes. Cumprimentando a todos,

abriu espaço para comunicados. O secretário Paulo Ayrton Araújo solicitou voto de congratulação pelos 85 anos da Associação Cearense de Imprensa com ofício à Jornalista Ivonete Maia, Presidente da Entidade. Solicitação aprovada. O Presidente informou que enviou aos sócios ofícios solicitando sugestões para a reforma do Estatuto do Instituto. O consócio Oswaldo Evandro disse que há dez anos elaboraram um esboço de reforma estatutária da entidade sem resultado. Depois da leitura da ata da reunião anterior, aprovada pelos sócios, o Professor Pedro Alberto iniciou sua oração lendo um artigo do Jornalista Eduardo Fontes reverenciando José Caminha Alencar Araripe. Apresentando dados biográficos do homenageado, seus estudos no Crato e em Fortaleza, falou de sua filiação e de seu matrimônio com D. Moema Benevides, resultando em 7 filhos e mais 20 netos. Viúvo, casou-se com D. Ilke Tigre, vivendo felizes. Citou as atividades exercidas e sua obra literária. As instituições culturais a que pertenceu a seus inúmeros trabalhos na revista do Instituto do Ceará, destacando-se como intelectual laureado. Lembrou seu parentesco com Araripe, narrando fatos inéditos até para seus familiares presentes, sendo, ao final muito aplaudido. Usou ainda da palavra a consócia Zélia Camurça, elogiando o homenageado, e a dedicação da esposa Ilka Tigre no fim de sua existência. Em seguida, falaram o Jornalista Eduardo Fontes, o Professor Juarez Leitão, o Jornalista Paulo Tadeu. A família, na pessoa de seus filhos, Fátima Araripe e Rui Alencar Araripe. Agradeceram comovida a professora Fátima Araripe e Rui Alencar Araripe. O presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Para constar, Eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária *ad-hoc*, lavrei a presente ata.

### **Ata da Sessão de 5 de agosto de 2010**

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 5 de agosto de 2010, para mais uma reunião ordinária. Compareceram os confrades: Pedro Sisnando Leite, José Augusto Bezerra, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Murilo Martins, José Liberal de Castro, Evandro Carneiro Martins, Zélia Sá Viana Camurça, Elmo Vasconcelos. O Sócio Honorário Prof. João Pires e funcionários do Instituto. Abrindo a sessão, o Presidente justificou a ausência do palestrante, dizendo que a sessão seria objeto de assuntos pertinentes ao Instituto. Comentou que seguindo o consócio Eduardo Bezerra Neto, o Instituto pode solicitar, através de projeto, ao BNDES, auxílio financeiro, uma vez que o Banco dispõe de verbas, a fundo perdido, destinado a instituições culturais. Comentou que o auxílio serviria para a ampliação da biblioteca e elaboração do elevador e outras necessidades. Pediu a colaboração do consócio Liberal de Castro, na execução do orçamento do referido elevador. A servidora Marineide

Alves prestou esclarecimento a respeito deste projeto. Depois da leitura da ata, aprovada, o Presidente abriu espaço para as comunicações. A Dra. Zélia Sá Viana Camurça fez entrega de sugestões para reforma do Estatuto da entidade. O Consócio Murilo Martins solicitou cópia do Estatuto atual a fim de apresentar sugestões. Ednilo Soárez congratulou-se com o presidente a ser agraciado com a Sereia de Ouro. A Consócia Zélia Camurça entregou à presidência o livro *Museus Brasileiros*, encaminhado a Biblioteca da casa. Agradecendo a presença de todos, o Presidente encerrou a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata.

### **Ata da Sessão de 20 de agosto de 2010**

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se em sessão ordinária no dia 20 de agosto de 2010. Estiveram presentes: Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, José Murilo Martins, José Liberal de Castro, Ednilo Soárez, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Zélia Sá Viana Camurça, Elmo Vasconcelos. Os Sócios honorários e beneméritos: José Ribeiro de Matos e João Pires, um número considerável de alunos do curso de Arquitetura da UFC e do Colégio 7 de Setembro. Abrindo a sessão, o Presidente José Augusto Bezerra fez ligeira explanação sobre o Instituto do Ceará exaltando a figura dos seus fundadores e os serviços que instituição presta a comunidade através de sua biblioteca especializada em história, geografia e antropologia; da hemeroteca, pinacoteca, do museu virtual Barão de Studart, além da publicação anual da Revista e semestralmente do Boletim além de palestras sobre assuntos culturais pertinentes ao nosso Estado. Em seguida passou a palavra ao arquiteto José Liberal de Castro, intelectual de vasto saber que brindou os presentes falando sobre os 100 anos da inauguração do Teatro José de Alencar. Com a palavra o palestrante saudou os presentes dizendo que o nosso teatro, inaugurado em 1910, na gestão do Presidente Nogueira Accioly; historiando a evolução dos teatros através dos tempos. Explicou usando projeções através do datashow, a estrutura metálica do nosso Teatro vinda da Escócia, e a contribuição da Casa Boris. A decoração da fachada, a pintura no teto que teve a participação de pintor cearense Ramos Cotoco. Após a brilhante palestra do Professor Liberal, o Presidente elogiou o orador, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, secretária *ad-hoc*, lavrei a presente ata.

### **Ata da Sessão de 3 de setembro de 2010**

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) reuniram-se em sessão ordinária, no dia 3 de setembro de 2010, sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra. Compareceram: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Pedro Sisnando Leite, Valdelice Carneiro Girão, Paulo Ayrton Araújo, Fernando Saraiva Câmara, José Liberal de Castro, Ednilo Soárez, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Murilo Martin, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Zélia Sá Viana Camurça e Gisafran Nazareno Mota Jucá. Os Sócios honorários José Ribeiro de Matos, Vicente Alencar e João Pires. Além de membros da Associação Nacional de Professores Universitários de História – Seção Ceará (ANPUH-CE). O Presidente iniciou os trabalhos dizendo que a reunião seria em homenagem ao dia do Historiador, ocorrido em 19 de agosto, próximo passado. Convidando o Professor Altemar Costa Muniz, presidente da associação para tomar assento à mesa. Depois da leitura das atas de sessões anteriores, o Presidente abriu espaço para as comunicações. O Primeiro Secretário Paulo Ayrton Araújo lembrou que na 2ª Guerra Mundial, a primeira tropa brasileira a cumprir missão de combate em território Italiano, a partir de 6 de setembro de 1944, foi a 1ª companhia do 9º Batalhão de Engenharia comandada pelo Capitão Floriano Moller. Em seguida, o Presidente participou que havia enviado ao BNDES, projeto visando captar recursos para o Instituto, destinado a reorganização do acervo Capistrano de Abreu; a construção de um elevador e outros melhoramentos da sede. Passou a palavra ao professor Altemar que comentou que a ANPUH-Ceará foi fundada em 1971, na sede do Instituto do Ceará, com a presença de alguns sócios, entre eles o General Carlos Studart Filho, Mozart Soriano Aderaldo e Pedro Alberto de Oliveira Silva. O Professor Pedro Alberto com a palavra fez uma explanação sobre o dia do historiador e comentou sobre o curso de História na Faculdade Católica de Filosofia dos irmãos Maristas e suas atividades como professor em diversos estabelecimentos de ensino e da capital e por último na UFC, como docente dos cursos de Biblioteconomia e História. Por último, o professor Altemar manifestou contentamento em participar de uma reunião no Instituto e o encontro com seus professores; entando citando a professora Valdelice Girão, João Alfredo Montenegro, Pedro Alberto de Oliveira Silva. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada. Para constar, Eu Valdelice Carneiro Girão, secretária *ad-hoc*, lavrei a presente ata.

### **Ata da Sessão Solene do dia 10 de setembro de 2010**

No dia 10 de setembro, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniu-se no auditório Barão de Studart, sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, em sessão solene, para o lançamento do livro

documentário *Os Arquivos do Barão de Studart*. Compareceram os confrades: Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, José Liberal de Castro, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Zélia Sá Viana Camurça, Aroldo Mota, Elmo Vasconcelos, Fernando Ximenes, José Filomeno de Moraes e Clélia Lustosa Costa e os Sócios Honorários e Beneméritos Adegildo Férrer e João Pires. Um número considerável de convidados entre eles o Vice-Governador Francisco José Pinheiro, membros de associações culturais do Ceará; professores das Universidades Federal e Estadual; representantes da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). O Presidente depois de convidar o Vice-Governador e a Secretária Geral do Instituto, para compor a mesa, fez algumas considerações sobre as atividades realizadas pelo Instituto, na sua gestão. Apresentou o livro *Arquivos do Barão de Studart*, conclusivo do Projeto “Resgate Digitalizado do Acervo Documental do Instituto do Ceará”, projeto este que contou com o patrocínio do Grupo M. Dias Branco, através da Lei de Incentivo da Cultura do Ministério da Cultura. A palavra facultada foi usada pelo Vice-Governador Professor Pinheiro que exaltou a importância da obra, sugerindo outras publicações sobre historiadores de renome; citando Capistrano de Abreu e João Brígido, entre outros. O Presidente, antes de encerrar a sessão, participou que as pessoas presentes receberiam um exemplar do livro. Agradeceu a presença convidando a todos para o coquetel. Para constar, Eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária *ad-hoc*, lavrei a presente ata.

#### **Ata da Sessão do dia 5 de outubro de 2010**

Aos 5 dias do mês de outubro de 2010, no auditório Barão de Studart, os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, se reuniram em sessão ordinária, para mais uma reunião. Estiveram presentes os sócios: Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, Luís de Gonzaga Mota, Ésio de Sousa, Zélia Sá Viana Camurça, Ednilo Soárez, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Elmo Vasconcelos, Gisafran Mota Jucá e Clélia Lustosa Costa. Os Sócios honorários e beneméritos Adegildo Férrer e João Pires. Abertos os trabalhos, o presidente cumprimentou os sócios e deu as boas-vindas ao consócio Gonzaga Mota. Passando a palavra à Professora Valdelice Girão, que leu atas de reuniões anteriores. Aprovadas. Em seguida, o primeiro Secretário Paulo Ayrton Araújo, fez as comunicações de praxe: Leu o ofício da Reitoria da Universidade de Fortaleza, agradecendo o livro *Arquivos do Barão de Studart*. Propôs votos de confraternização aos confrades Ednilo Soárez e José Augusto Bezerra eleitos para a Academia Cearense de Letras, assim como, ao Presidente pelo recebimento

do troféu Sereia de Ouro, patrocinado pelo grupo Edson Queiroz. Registrou o falecimento do militar Sinval Rolim, integrante do grupo “Senta a Pua”, na Itália, na 2ª Guerra Mundial. E solicitou a inserção em ata voto de pesar. O confrade Ednilo Soárez comentou que o corpo do militar foi cremado e as cinzas jogadas sobre a Base Aérea de Fortaleza, numa homenagem póstuma.

O presidente colocou em votação as proposições. Aprovadas. Não havia propriamente palestra, mas efemérides que deviam ser apresentadas pelas Sócias Efetivas: Zélia Sá Viana Camurça, lembrando os Sócios médicos eleitos para o Instituto, assim como a apresentação do trabalho feito pela Prof.<sup>a</sup> Valdelice Carneiro Girão, intitulado *Arthur Ramos e sua Coleção*. As efemérides deixaram de ser apresentadas, em razão da leitura da carta lida pelo consócio Oswaldo Evandro, dirigida ao amigo Marcelo Linhares, por ocasião de sua posse no Instituto. A Prof.<sup>a</sup> Valdelice Carneiro Girão, distribuiu aos presentes, o trabalho. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária *ad-hoc*, lavrei a presente ata.

### **Ata da Sessão do dia 20 de outubro de 2010**

Aos 20 dias do mês de outubro de 2010, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) reuniu-se em sessão ordinária sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, para mais uma reunião ordinária. Compareceram os Sócios Efetivos José Augusto Bezerra, Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, José Liberal de Castro, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, José Murilo Martins, Pedro Sisnando Leite, Francisco É시오 de Sousa, Fernando Luiz Ximenes Rocha. Os sócios honorários e beneméritos Adegildo Férrer e João Pires. O amigo do Instituto, o jornalista Paulo Tadeu e outros convidados entre eles o Padre Amorim, o Presidente da Academia de Ciências Sociais do Ceará, João Gonçalves Lemos que tomou assento à mesa.

O presidente abriu os trabalhos, saudando os presentes e apresentando um livro, ofertado pelo Sr. Rui Soares Silva, à Biblioteca do Instituto. Agradeceu a oferta. Depois dos informes do Primeiro Secretário, passou a palavra ao orador do dia, o Professor Pedro Sisnando Leite, Vice-presidente do Instituto do Ceará e da Academia de Ciências Sociais do Ceará. O Professor Sisnando Leite em brilhante oração tratou do movimento “Ceará mais justo: uma Agenda para o Desenvolvimento do Estado”. Proposta de um grupo de 25 acadêmicos das universidades cearenses e de profissionais liberais de alto nível sobre uma nova política econômica e social para o Ceará, nos próximos anos. Trata-se de uma iniciativa apolítica econômica e de natureza totalmente voluntária. É um mutirão voltado para influenciar o governo na adoção política de redução da pobreza e da desigualdade do nosso Estado que são enormes, historicamente.

O orador foi muito aplaudido. O Presidente antes de encerrar a sessão agradeceu, por intermédio do jornalista Paulo Tadeu, ao diretor do jornal *O Estado* a assinatura do referido órgão de comunicação. Ao Instituto do Ceará. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária *ad-hoc*, lavrei a presente ata.

### **Ata da Sessão de 5 de dezembro de 2010**

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 5 de dezembro de 2010, para mais uma reunião. Compareceram: Luís de Gonzaga Mota, Ednilo Soares, José Augusto Bezerra, Ésio de Sousa, Raimundo Elmo Vasconcelos, Pedro Sisnando Leite, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Valdelice Carneiro Girão, Paulo Ayrton Araújo, Fernando Saraiva Câmara. Sócios honorários, beneméritos e convidados, entre eles a esposa do orador do dia Miriam Mota. Depois de cumprimentar os presentes, o Presidente fez comentários sobre sua palestra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a repercussão do mesmo. Em seguida foi feita a leitura das atas de sessões anteriores que foram aprovadas. O consócio Gonzaga Mota apresentou para os presentes o trabalho intitulado *Brasil: questão Social e Nordeste*, recebendo aplausos e agradecimentos de todos, pela distribuição de trabalhos de sua autoria.

Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária *ad-hoc*, lavrei a presente ata.

### **Ata da Sessão de 15 de dezembro de 2010**

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 5 de dezembro de 2010, para mais uma reunião. Compareceram: Luís de Gonzaga Mota, Ednilo Soares, José Augusto Bezerra, Ésio de Sousa, Raimundo Elmo Vasconcelos, Pedro Sisnando Leite, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Valdelice Carneiro Girão, Paulo Ayrton Araújo, Fernando Saraiva Câmara. Sócios honorários, beneméritos e convidados, entre eles a esposa do orador do dia Miriam Mota. Depois de cumprimentar os presentes, o Presidente fez comentários sobre sua palestra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a repercussão do mesmo. Em seguida, foi feita a leitura das atas de sessões anteriores. Que foram aprovadas. O consócio Gonzaga Mota apresentou para os presentes o trabalho intitulado “Brasil: Questão Social e Nordeste.” recebendo aplausos e agradecimentos de todos, pela distribuição de trabalhos de sua autoria.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária *ad-hoc*, lavrei a presente ata.

### **Ata da Confraternização Natalina de 2010**

Às 17 horas do dia 17 de dezembro de 2010, reunia-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), no pátio de sua sede social para realização da Confraternização Natalina. Compareceu um número considerável de Sócios Efetivos, Sócios beneméritos, Sócios honorários, amigos do Instituto, Funcionários e convidados. Merece destaque a presença das senhoras Irismar Linhares, Raimundinha Andrade, Conceição Moreira, Ilka Tigre, Celda e Celne Girão; os Drs. Célvio e Régis Girão, filho e neto do Sócio Homenageado Raimundo Girão, as senhoras dos Sócios presentes; Aroldo Mota, Pedro Alberto, Gonzaga Mota e José Augusto Bezerra. Depois de cumprimentar os presentes e apresentar as realizações do Instituto no ano de 2010, lamentar o falecimento de quatro Sócios, o Presidente inaugurou a sala que tem o nome de Raimundo Girão; assim como a hemeroteca José Caminha Alencar Araripe. A homenagem especial foi prestada ao Menino Jesus, com a bela oração feita pelo vice-presidente Sisnando Leite, e a canção “Noite Feliz”, entoada pelos presentes, seguida do Pai-Nosso, que teve como regente a Sra. Bernadete Bezerra. O Presidente agradeceu aos funcionários pelos seus trabalhos no Instituto, quando presenteou a todos. Os convidados também receberam presentes natalinos. Vinho e guloseimas foram servidos.

Nada mais havendo a tratar, eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária *ad-hoc*, lavrei a presente ata.



***SÓCIOS FUNDADORES,  
PRESIDENTES E  
SÓCIOS EFETIVOS***



## Sócios Fundadores

Guilherme Studart (Barão de Studart)  
Paulino Nogueira Borges da Fonseca  
Antônio Bezerra de Menezes  
Joakim de Oliveira Catunda  
João Batista Perdigão de Oliveira  
Júlio César da Fonseca Filho  
Pe. João Augusto da Frota  
Antônio Augusto de Vasconcelos  
José Sombra (Sênior)  
Virgílio Brígido  
Virgílio Augusto de Moraes  
Juvenal Galeno da Costa e Silva

### Presidentes

PAULINO NOGUEIRA BORGES DA FONSECA	4.3.1887 a 15.6.1908
THOMAZ POMPEU DE SOUSA BRASIL	15.8.1908 a 6.4.1929
GUILHERME STUDART (BARÃO DE STUDART)	6.4.1929 a 25.9.1938
THOMAZ POMPEU SOBRINHO	25.9.1938 a 9.11.1967
RAIMUNDO RENATO DE ALMEIDA BRAGA	9.11.1967 a 20.3.1968
CARLOS STUDART FILHO	20.3.1968 a 6.4.1982
MOZART SORIANO ADERALDO	6.4.1982 a 4.3.1983
TÁCITO THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA	4.3.1983 a 4.3.1985
ANTÔNIO MARTINS FILHO	4.3.1985 a 6.3.1989
MOZART SORIANO ADERALDO	6.3.1989 a 4.3.1991
GERALDO DA SILVA NOBRE	4.3.1991 a 4.3.1995
TÁCITO THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA	4.3.1995 a 4.3.1997
PAULO AYRTON ARAÚJO	4.3.1997 a 4.3.2001
GERALDO DA SILVA NOBRE	4.3.2001 a 4.3.2003
MANUEL EDUARDO PINHEIRO CAMPOS	4.3.2003 a 19.9.2007
JOSÉ AUGUSTO BEZERRA	19.9.2007 a 4.3.2011

## Sócios efetivos, por ordem de antiguidade, desde a fundação do Instituto

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
001 – Paulino Nogueira Borges da Fonseca	27.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	15.06.1908
002 – Barão de Studart (Guilherme Studart)	05.01.1856	04.03.1887	04.03.1887	25.09.1938
003 – Joakim de Oliveira Catunda	02.12.1834	04.03.1887	04.03.1887	28.07.1907
004 – João Augusto da Frota (Pe.)	24.01.1849	04.03.1887	04.03.1887	02.04.1942
005 – João Batista Perdigão de Oliveira	23.08.1854	04.03.1887	04.03.1887	28.02.1929
006 – Antônio Augusto de Vasconcelos	23.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	10.03.1930
007 – Antônio Bezerra de Menezes	21.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	28.08.1921
008 – Júlio César da Fonseca Filho	10.10.1850	04.03.1887	04.03.1887	21.04.1931
009 – Juvenal Galeno da Costa e Silva	27.10.1836	04.03.1887	04.03.1887	07.03.1931
010 – José Sombra	04.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	16.03.1888
011 – Virgílio Brigido	24.04.1854	04.03.1887	04.03.1887	20.10.1920
012 – Virgílio Augusto de Moraes	21.12.1854	04.03.1887	04.03.1887	06.05.1914
013 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	30.06.1852	27.02.1889	12.03.1889	06.04.1929
014 – Manoel Soriano de Albuquerque	08.01.1877	24.12.1912	24.12.1912	05.09.1914
015 – Rodolfo Marcos Teófilo	06.05.1853	24.12.1912	24.12.1912	02.07.1932
016 – Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo	06.10.1852	24.12.1912	24.12.1912	29.09.1930
017 – Antônio Teodorico da Costa	12.08.1861	24.12.1912	24.12.1912	04.06.1939
018 – Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes	14.09.1873	24.12.1912	24.12.1912	08.01.1953
019 – Álvaro Gurgel de Alencar	10.01.1861	20.09.1915	20.09.1915	02.07.1945
020 – José Lino da Justa	23.09.1863	1915	1915	22.03.1952
021 – Rodolfo Ferreira da Cunha (Pe.)	26.09.1880	1922	1922	19.04.1967
022 – Carlos Studart Filho	17.06.1896	20.09.1928	27.09.1928	06.04.1982
023 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho	16.11.1880	20.09.1928	27.09.1928	09.11.1967
024 – Eusébio Nêri Alves de Sousa	14.08.1883	20.09.1928	27.09.1928	22.09.1947
025 – José da Cunha Sombra	21.03.1883	25.06.1929	05.07.1929	21.04.1932
026 – Álvaro Bomfincar da Cunha	14.04.1874	05.10.1929	05.11.1929	12.09.1957
027 – Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos	07.09.1880	20.04.1930	05.06.1930	20.01.1951
028 – Valdemar Cromwel do Rego Falcão	25.01.1895	20.09.1930	05.11.1930	02.10.1946
029 – José Pedro Soares Bulcão	13.05.1873	05.10.1931	31.10.1931	17.07.1942

<b>Nomes</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Eleição</b>	<b>Posse</b>	<b>Falecimento</b>
030 – Antônio Martins de Aguiar e Silva	04.03.1893	05.10.1931	31.10.1931	30.08.1974
031 – Guilherme de Sousa Pinto	13.06.1883	05.10.1931	31.10.1931	14.09.1939
032 – José Carvalho	11.02.1872	05.10.1931	31.10.1931	15.02.1933
033 – Carlos Livino de Carvalho	17.02.1881	05.10.1931	31.10.1931	02.04.1960
034 – Leonardo Ferreira Mota	01.05.1891	05.10.1931	05.01.1932	02.01.1948
035 – Manuel Antônio de Andrade Furtado	28.01.1890	20.07.1932	05.09.1932	16.04.1968
036 – Djacir de Lima Menezes	16.11.1907	20.04.1933	20.05.1933	08.06.1996
037 – Hugo Vitor de Guimarães e Silva	17.11.1898	05.03.1936	14.04.1936	16.11.1950
038 – José Valdo Ribeiro Ramos	04.04.1901	20.02.1936	05.04.1936	04.12.1961
039 – Abner Carneiro de Vasconcelos	09.12.1884	20.03.1936	05.04.1936	03.02.1972
040 – Clodoaldo Pinto	27.10.1896	20.03.1936	05.04.1936	12.07.1979
041 – Alba Valdez (Maria Rodrigues)	12.12.1874	05.02.1936	10.05.1936	04.02.1962
042 – Misael Gomes da Silva (Pe.)	21.09.1885	20.04.1938	05.05.1938	20.08.1984
043 – João Franklin de Alencar Nogueira	27.10.1867	04.06.1941	19.07.1941	02.12.1947
044 – Dolor Uchoa Barreira	13.04.1893	04.06.1941	19.07.1941	30.06.1967
045 – Raimundo Girão	03.10.1900	04.06.1941	19.07.1941	24.07.1988
046 – Plácido Aderaldo Castelo	11.01.1906	04.06.1941	19.07.1941	17.06.1979
047 – Joaquim Alves de Oliveira	10.02.1894	20.11.1942	06.01.1943	08.06.1952
048 – Antônio Martins Filho	22.12.1904	20.11.1942	06.01.1943	20.12.2002
049 – Demócrito Rocha	14.04.1888	20.11.1942	06.01.1943	29.11.1943
050 – Luís Cavalcante Supupira	11.05.1901	20.11.1942	06.01.1943	11.07.1997
051 – Francisco Dias da Rocha	23.08.1869	04.12.1943	20.03.1944	25.07.1960
052 – Manuel do Nascimento Fernandes Távora	21.03.1877	04.12.1943	13.05.1944	23.09.1973
053 – Dom Antônio de Almeida Lustosa	11.02.1886	20.03.1944	29.04.1944	14.08.1974
054 – Raimundo Renato de Almeida Braga	20.12.1905	20.05.1944	31.08.1944	13.06.1968
055 – Carlos Feijó da Costa Ribeiro	05.04.1885	20.01.1948	17.02.1948	10.10.1958
056 – Josa Magalhães	08.01.1896	05.02.1948	17.03.1948	31.10.1983
057 – Francisco Martins (Fran)	13.03.1913	20.03.1948	27.06.1948	29.06.1996
058 – José Bonifácio de Sousa	01.11.1901	05.06.1950	20.09.1950	17.04.1970
059 – Florival Alves Seraine	19.04.1910	05.06.1950	21.10.1950	04.01.1999
060 – Mozart Soriano Aderaldo	22.04.1917	05.06.1950	27.10.1950	25.06.1995
061 – Boanerges Facó	30.09.1882	05.06.1950	17.01.1951	04.08.1970
062 – Francisco Alves de Andrade e Castro	21.11.1913	20.12.1950	30.03.1951	06.10.2001
063 – José Guimarães Duque	21.09.1903	20.04.1953	30.09.1953	12.05.1978
064 – Manuel Albano Amora	19.10.1915	04.06.1955	25.08.1955	02.06.1991

<b>Nomes</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Eleição</b>	<b>Posse</b>	<b>Falecimento</b>
065 – Hugo Catunda Fontenele	10.08.1899	04.06.1955	25.08.1955	07.03.1980
066 – Luís Teixeira Barros	26.01.1920	04.06.1955	25.08.1955	07.04.2000
067 – José Sobreira de Amorim	14.05.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.03.1974
068 – José Denizard Macedo de Alcântara	01.09.1921	04.06.1955	25.08.1955	12.11.1983
069 – Ismael de Andrade Pordeus	25.12.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.09.1964
070 – Paulo Bonavides	20.05.1925	04.06.1955	25.08.1955	–
071 – João Batista Saraiva Leão	25.12.1895	04.06.1955	25.08.1955	30.12.1977
072 – José Aurélio Saraiva Câmara	20.06.1921	04.06.1955	25.08.1955	09.04.1974
073 – Joaquim Braga Montenegro	28.02.1907	04.06.1955	25.08.1955	20.11.1979
074 – Manuel Eduardo Pinheiro Campos	11.01.1923	20.08.1956	16.11.1956	19.09.2007
075 – Waldery Magalhães Uchoa	16.08.1917	20.10.1956	20.03.1957	21.10.1964
076 – Antônio Filgueiras Lima	21.05.1909	20.12.1956	23.04.1957	28.09.1965
077 – João Hipólito Campos de Oliveira	05.05.1917	04.04.1957	20.08.1957	04.09.1994
078 – José Parsifal Barroso	05.07.1913	20.10.1966	04.12.1967	26.04.1986
079 – Zélia Sá Viana Camurça	16.12.1924	04.09.1967	09.04.1968	–
080 – Oswaldo de Oliveira Riedel	20.07.1913	20.06.1968	04.11.1969	21.01.1989
081 – Antônio Gomes de Freitas	23.03.1904	21.10.1968	04.11.1969	15.07.1976
082 – Geraldo da Silva Nobre	31.08.1924	21.10.1968	28.11.1969	26.06.2005
083 – Raimundo Teles Pinheiro	20.03.1908	21.01.1974	04.07.1974	13.11.1987
084 – Virgílio de Moraes Fernandes Távora	29.09.1919	21.01.1974	04.07.1974	03.06.1988
085 – Guarino Alves de Oliveira	02.05.1921	21.01.1974	04.07.1974	28.10.1999
086 – Raimundo Aristides Ribeiro	12.03.1912	21.01.1974	04.07.1974	11.09.2003
087 – José Oswaldo de Araújo	17.03.1894	20.09.1974	04.12.1974	02.09.1975
088 – Pedro Alberto de Oliveira Silva	24.07.1937	20.09.1974	04.12.1974	–
089 – Vinício Antonius Holanda de Barros Leal	16.10.1922	20.09.1974	04.12.1974	13.04.2010
090 – Melquíades Pinto Paiva	06.03.1930	20.09.1974	04.12.1974	–
091 – Francisco Fernando Saraiva Câmara	24.08.1930	05.05.1975	17.10.1975	–
092 – Hélio de Sousa Melo	19.12.1921	05.05.1975	17.10.1975	28.11.2001
093 – Francisco de Assis Arruda Furtado	10.05.1923	21.07.1975	17.10.1975	–
094 – José Teixeira de Freitas	09.05.1918	21.07.1975	17.10.1975	08.07.1994
095 – José Caminha Alencar Araripe	01.05.1921	20.12.1976	26.04.1977	12.06.2010
096 – Itamar Santiago Espíndola	14.09.1917	20.12.1976	26.04.1977	13.08.1992
097 – Eduardo de Castro Bezerra Neto	16.12.1934	04.02.1980	22.05.1980	–
098 – Manuel Lima Soares	08.11.1923	20.10.1980	20.02.1981	06.05.1990
099 – Abelardo Fernando Montenegro	30.05.1912	20.10.1980	20.03.1981	26.04.2010

<b>Nomes</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Eleição</b>	<b>Posse</b>	<b>Falecimento</b>
100 – Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	12.01.1914	20.10.1980	23.04.1981	–
101 – Rubens de Azevedo	30.10.1921	22.06.1981	04.09.1981	17.01.2008
102 – Antônio Nilson Craveiro Holanda	22.06.1935	04.04.1978	24.02.1982	–
103 – Maria da Conceição Sousa	21.09.1913	21.06.1982	20.08.1982	09.02.1991
104 – Caio Lóssio Botelho	19.04.1933	06.02.1984	04.04.1984	–
105 – Cláudio Martins	10.05.1910	06.02.1984	23.04.1984	17.06.1995
106 – Carlos Mauro Cabral Benevides	21.03.1930	05.11.1984	23.08.1985	–
107 – Paulo Ayrton Araújo	05.01.1925	20.06.1986	20.08.1986	–
108 – Joaryvar Macedo	20.05.1937	20.01.1988	22.02.1988	29.01.1991
109 – Vládir Pontes Menezes	12.07.1934	04.08.1988	30.08.1988	–
110 – Valdelice Carneiro Girão	21.02.1926	20.09.1988	04.11.1988	–
111 – José Borges de Sales	10.02.1911	21.08.1989	20.12.1989	12.05.2006
112 – Paulo Elpídio de Menezes Neto	13.01.1936	05.09.1990	20.11.1990	–
113 – José Liberal de Castro	21.05.1926	22.04.1991	22.07.1991	–
114 – João Alfredo de Sousa Montenegro	15.12.1930	06.05.1991	20.06.1991	–
115 – Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)	15.05.1934	05.09.1991	21.10.1991	–
116 – Francisco Sadoc Araújo	17.12.1931	05.04.1993	17.07.1993	–
117 – Marcelo Caracas Linhares	15.03.1924	07.11.1994	05.12.1994	14.08.2007
118 – Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	28.04.1935	20.12.1994	20.02.1995	–
119 – José Cláudio de Oliveira	24.05.1926	20.09.1995	25.10.1995	03.06.2010
120 – Oswaldo Evandro Carneiro Martins	17.08.1922	20.09.1995	17.11.1995	–
121 – José Murilo de Carvalho Martins	31.03.1929	06.01.1997	27.06.1997	–
122 – Pedro Sisnando Leite	13.05.1933	05.06.1997	23.10.1997	–
123 – José Aroldo Cavalcanti Mota	27.01.1933	22.09.1997	13.11.1997	–
124 – Francisco Edson Cavalcante Pinheiro	30.01.1923	05.04.1999	21.06.1999	–
125 – Gisafran Nazareno Mota Jucá	20.09.1948	05.01.2000	24.04.2000	–
126 – Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos	20.06.1934	10.08.2000	25.10.2000	–
127 – Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho	23.08.1944	05.04.2002	05.06.2002	–
128 – Francisco Ésio de Souza	24.09.1935	22.04.2002	25.07.2002	–
129 – Dário Moreira de Castro Alves	14.12.1927	17.03.2004	17.08.2004	06.06.2010
130 – José Augusto Bezerra	01.06.1948	20.06.2005	05.08.2005	-
131 – José Filomeno Moraes Filho	20.11.1952	05.10.2005	25.11.2005	-
132 – Ednilo Gomes de Soárez	03.08.1939	05.10.2006	22.11.2006	
133 - Maria Clélia Lustosa Costa	05.09.1953	05.12.2007	03.04.2008	
134 - Luis de Gonzaga Fonseca Mota	09.12.1942	26.04.2008	20.06.2008	
135 - Fernando Luiz Ximenes Rocha	23.11.1952	21.05.2008	10.10.2008	

## Relação atualizada dos sócios efetivos com os respectivos endereços - 2010

01. PAULO BONAVIDES  
Av. Curió, 2810 – Casa 281 – Lagoa Redonda... (85) 3476.8262  
60831-370 – Fortaleza, CE
02. ZÉLIA SÁ VIANA CAMURÇA  
Rua Sena Madureira, 907 ..... (85) 3219.2525  
60055-080 – Caixa Postal 12.146 ..... (85) 3219.2101  
60021-970 – Fortaleza, CE
03. PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA  
Rua José Carlos Gurgel Nogueira, 164..... (85) 3234.1417  
60175-830 – Fortaleza, CE
04. MELQUIADES PINTO PAIVA  
Rua Coronel Linhares, 777- Ap. 1202 ..... (85) 3224.1385  
60170-241 – Fortaleza,CE  
Rua Baronesa de Poconé, 71 - Ap. 701 ..... (21) 2538.2498  
22471-270 - Rio de Janeiro, RJ  
e-mail: mappaiwa@uol.com.br
05. FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA  
Rua João Cordeiro, 2554 ..... (85) 3226.2532  
60110-301 – Fortaleza, CE
06. FRANCISCO DE ASSIS ARRUDA FURTADO  
Rua Henriqueta Galeno, 225 - Ap. 700..... (85) 3244.7817  
60190-140 – Fortaleza, CE
07. ANTÔNIO NILSON CRAVEIRO HOLANDA  
SHIS - QL 14 – Conj. 06 - Casa 17 ..... (61) 248.3373  
70640-065 – Brasília, DF
08. EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO  
Rua José Moacir Bezerra, 1055 ..... (85) 3273.5897  
60833-414 – Fortaleza, CE  
e-mail: eduardobezerrant@gmail.com  
60325-100 – Fortaleza, CE

- 
09. TÁCITO THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA  
Rua Beni Carvalho, 120..... (85) 3224.9347  
60135-400 – Fortaleza, CE
10. CAIO LÓSSIO BOTELHO  
Rua Oto de Alencar, 36..... (85) 3238.0859  
60010-270 – Fortaleza, CE
11. CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES  
SHIS – QI 05 – Conj. 17 – Casa 8 – Lago Sul ... (61) 248.6830  
71165-170 – Brasília, DF
12. PAULO AYRTON ARAÚJO  
Rua José Vilar, 2350 – Ap.1000..... (85) 3224.0004  
60125-001 – Fortaleza, CE
13. VLADIR PONTES MENEZES  
Rua Barão do Rio Branco, 1594..... (85) 3231.6152  
60025-061 – Fortaleza, CE
14. VALDELICE CARNEIRO GIRÃO  
Rua Marcos Macêdo, 140 - Ap.503 ..... (85) 3244.4063  
60150-190 – Fortaleza, CE  
e-mail: valdelicegirao@oriontelecom.com.br
15. PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO  
Rua Bartolomeu Mitre, 335 – Ap.401  
22431-000 – Rio de Janeiro, RJ  
Rua Silva Jatahy, 355 - Ap. 502..... (85) 3248.4666  
60165-070 – FORTALEZA, CE
16. JOÃO ALFREDO DE SOUSA MONTENEGRO  
Rua Monsenhor Bruno, 600 – Ap. 101 ..... (85) 3264.4822  
60115-190 – Fortaleza, CE
17. JOSÉ LIBERAL DE CASTRO  
Rua Gervásio de Castro, 50 ..... (85) 3223.5142  
60015-185 – Fortaleza, CE
18. MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ)  
Rua Prof. João Bosco, 560..... (85) 3281.6949  
60430-690 – Fortaleza, CE  
e-mail: nirez@terra.com.br

19. FRANCISCO SADOC DE ARAÚJO  
Av. da Ressurreição, 926..... (88) 3613.1448  
62020-540 – Sobral, CE
20. EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES  
Rua Dr. Márlcio Fernandes, 140..... (85) 3261.7968  
60810-025 – Fortaleza, CE  
e-mail: diatahy@ufc.br - ediatahy@secrel.com.br
21. OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS  
Rua Xavier de Castro, 40..... (85) 3279.2828  
60060-330 – Fortaleza, CE
22. JOSÉ MURILO DE CARVALHO MARTINS  
Av. Beira Mar, 3660 – Ap. 401 ..... (85) 3263.3311  
60165-121 – Fortaleza, CE
23. PEDRO SISNANDO LEITE  
Rua Dr. Zamenhof, 400 - Ap 1301 ..... (85) 3262.3328  
60176-060 – Fortaleza, CE  
e-mail: psisnando@terra.com.br
24. AROLDO CAVALCANTI MOTA  
Rua Vicente Leite, 550 - Ap.501..... (85) 3242.7900  
60170-150 – Fortaleza, CE
25. FRANCISCO EDSON CAVALCANTE PINHEIRO  
Rua Eduardo Garcia, 505 – Ap. 202 ..... (85) 3242.0388  
60150-100 – Fortaleza, CE
26. GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ  
Rua Francisco Holanda, 992 - Ap. 501 ..... (85) 3272.3469  
60130-040 – Fortaleza, CE
27. RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS  
Rua Carlos Barbosa, 463 – Ap. 701 ..... (85) 3249.4365  
60175-355 – Fortaleza, CE  
e-mail: alsvasconcelos@superig.com.br
28. REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO  
Rua Fausto Cabral, 861..... (85) 3234.5093  
60155-410 – Fortaleza,CE..... (85) 3262.1756
29. FRANCISCO ÉSIO DE SOUZA  
Rua Henriqueta Galeno, 714 – Ap. 702..... (85) 3261.6745  
60135-420 – Fortaleza, CE

- 
30. JOSÉ AUGUSTO BEZERRA ..... (85) 3264.0933  
Av. Rui Barbosa, 748 - Ap. 800  
60115-220 – Fortaleza, CE  
e-mail: augustusimob@uol.com.br
31. JOSÉ FILOMENO MORAES FILHO..... (85) 3261.6508  
Rua Monsenhor Catão, 1442 - Ap. 1003  
60175-000 – Fortaleza, CE
32. EDNILO GOMES DE SOÁREZ ..... (85) 3265.3966  
Av. Beira-Mar, 4777 - Ap.1500  
60165-125 – Fortaleza-CE  
e-mail: ednilo@fa7.edu.br
33. MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA ..... (85) 3248.6470  
Rua Silva Jatahy, 400 - Ap. 901B  
60165-070 - Fortaleza-CE  
e-mail: clelialustosa@gmail.com
34. LUÍS DE GONZAGA FONSECA MOTA ..... (85) 3261.8488  
Rua José Vilar, 2350 - Ap. 800  
60125-001 - Fortaleza-CE  
e-mail: luizgmota@yahoo.com.br
35. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA ..... (85) 3216.2500  
Rua Silva Jatahy, 724 - Ap. 1100  
60165-070 - Fortaleza-CE



# ÍNDICE

Ao Leitor .....	5
-----------------	---

## ARTIGOS

A Gentilândia e o bairro Benfica (A Vila Gentil) <i>Pedro Alberto de Oliveira Silva</i> .....	9
--------------------------------------------------------------------------------------------------	---

A Arquidiocese de São Salvador da Bahia e seus bispos <i>Fernando Câmara</i> .....	49
---------------------------------------------------------------------------------------	----

O centenário do Teatro José de Alencar 1910-2010 (arquitetura e consagração) <i>José Liberal de Castro</i> .....	73
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

A historiografia do “mal radical” Cristãos & Judeus face ao holocausto <i>Eduardo Diatary B. de Menezes</i> .....	151
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Eticidade <i>versus</i> misticidade <i>Oswaldo Evandro Carneiro Martins</i> .....	171
--------------------------------------------------------------------------------------	-----

Colonização: um passado presente <i>Francisco Êsio de Souza</i> .....	179
--------------------------------------------------------------------------	-----

Análise de fontes documentais: as escolas pré-pombalinas em Portugal e no Brasil <i>Francisco Adegildo Férrer</i> .....	189
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Plácido de Carvalho e Luiz Severiano Ribeiro: “uma dupla de cinema” <i>Carlos Negreiros Viana</i> .....	205
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

A Escola Militar do Ceará <i>Janote Pires Marques</i> .....	227
----------------------------------------------------------------	-----

A origem judaica de famílias cearenses <i>Cândido Pinheiro Koren de Lima</i> .....	241
---------------------------------------------------------------------------------------	-----

## PALESTRAS

Palestra sobre o Instituto do Ceará e seus projetos (IHGB-24/12/2010) <i>José Augusto Bezerra</i> .....	271
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Brasil: questão social e Nordeste <i>Luis de Gonzaga Fonseca Mota</i> .....	287
--------------------------------------------------------------------------------	-----

## **HOMENAGEM PÓSTUMA**

Homenagens Póstumas (para cinco sócios efetivos) ..... 301

Vinicius Barros Leal

*José Murilo Carvalho Martins* ..... 311

## **RELATÓRIO DA SECRETARIA GERAL 2010**

Relatório da Secretaria Geral do Instituto do Ceará

*Valdelice Carneiro Girão* ..... 315

Relatório da situação financeira do Instituto do Ceará (Biênio  
2009/2011)

*Francisco Fernando Saraiva Câmara* ..... 322

## **ATAS DAS SESSÕES DE 2010**

Atas das Sessões ..... 327

## **SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS**

Sócios Fundadores e Presidentes ..... 343

Sócios efetivos, por ordem de antiguidade, desde a fundação  
do Instituto ..... 344

Relação atualizada dos sócios efetivos com os respectivos  
endereços - 2010 ..... 348

**ÍNDICE** .....353

© **Revista do Instituto do Ceará 2010**

Coordenação  
**Pedro Alberto de Oliveira Silva**

Projeto Gráfico e Editoração  
**Sandro Vasconcellos**

Capa e Tratamento de Imagem da Capa  
**Geraldo Jesuino da Costa**

Foto da Capa  
**José Liberal de Castro**

Revisão  
**Leonora Vale de Albuquerque**

Este volume 124/2010 da  
*Revista do Instituto do Ceará*,  
é patrocinado pelo

**Banco do Nordeste do Brasil**

